

Isabel Maria dos Santos Lourenço

Retornados – Representações Sociais na Integração (1974-79)

Tese realizada no âmbito do Doutoramento em História, orientada pelo

Professor Doutor José Maciel Honrado Morais Santos

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Agosto de 2018

Retornados – Representações Sociais na Integração (1974-79)

Isabel Maria dos Santos Lourenço

Tese realizada no âmbito do Doutoramento em História, orientada pelo Professor
Doutor José Maciel Honrado Morais Santos.

Membros do Júri

Presidente: Professor Doutor Gaspar Manuel Martins Pereira, Professor Catedrático da
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Vogais:

Professor Doutor Alexander Keese, Professor da Université de Genève, Suíça;
Professora Doutora Cláudia Sofia Orvalho da Silva Castelo, Investigadora Auxiliar da
Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;
Professor Doutor José Manuel Pereira Azevedo, Professor Associado da Faculdade de
Letras da Universidade do Porto;
Professora Doutora Maria da Conceição Coelho de Meireles Pereira, Professora
Associada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto;
Professor Doutor José Maciel Honrado Morais Santos, Professor Auxiliar da Faculdade
de Letras da Universidade do Porto.

Sumário

DECLARAÇÃO DE HONRA.....	9
RESUMO	11
ABSTRACT	12
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	13
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	14
INTRODUÇÃO	15
PARTE I – PROBLEMÁTICAS DO REPATRIAMENTO COLONIAL	21
CAPÍTULO 1 - REPATRIAMENTO DA ÁFRICA PORTUGUESA: DO ÊXODO À INTEGRAÇÃO.....	23
1.1 Colonização – Políticas Coloniais.....	24
1.2 Descolonização.....	34
1.3 Pieds-noirs e Retornados	39
1.3.1 O êxodo	39
1.3.2 O acolhimento	43
1.3.3 A integração	50
1.4 Traços da população repatriada.....	67
1.5 Impactos do repatriamento	75
CAPÍTULO 2 - REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO REPATRIAMENTO DA ÁFRICA PORTUGUESA...	79
2.1 Representações sociais	80
2.2 Representações sociais e linguagem.....	88
2.3 Representações sociais no discurso de imprensa.....	91
2.4 Fontes primárias: Diário de Notícias e Primeiro de Janeiro.....	94
PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO	103
CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA	105
3.1 Frequência	108
3.2 Destaque	108
3.3 Temas	117
3.4 Posição Valorativa.....	120

CAPÍTULO 4 - ANÁLISE DOS DADOS	127
4.1 1974 – Êxodo de Moçambique, “irrefletido e por medo”	129
4.2 1975 – Êxodo e acolhimento, “o hipócrita silêncio sobre o drama”	133
4.3 1976 – Integração ou “uma surpresa de que ainda não nos refizemos”	147
4.4 1977 – Integração “a ritmo espetacular”	164
4.5 1978 – Apoios - “No momento exato da criação, o indício da sua extinção”	185
4.6 1979 – Retornados são “cidadãos de corpo inteiro”	202
4.7 Análise global - 1974 a 1979.....	213
4.7.1 Frequência	213
4.7.2 Destaque	215
4.7.3 Temas	217
4.7.4 Posição Valorativa.....	220
4.8 Discurso (s) – as escolhas vocabulares.....	229
4.8.1 Posições valorativas negativas	230
4.8.2 Posições valorativas positivas	243
4.8.3 Percepções dos retornados sobre si próprios, “Deixei lá tudo”	252
CONCLUSÕES	259
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	279
ANEXOS	289

Declaração de honra

Declaro que a presente tese é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Aveiro, 1 de agosto de 2018

Isabel Maria dos Santos Lourenço

Resumo

O regresso forçado dos colonos portugueses de África é considerado o maior repatriamento europeu, em termos de proporção na população da metrópole, representando um acréscimo de 5%, em período de desaceleração económica e de crise política e social pós revolucionária em Portugal.

Aproxima-se e distingue-se de outros processos de repatriamento, implicando uma primeira abordagem comparativa, especialmente centrada nos *pieds-noirs* da Argélia francesa, uma vez que se assemelham em três características: elevado contingente populacional, concentração num curto espaço de tempo e êxodos inesperados e, consequentemente, caóticos. Diferem, todavia, e aparentemente, nas dinâmicas de integração social, associando-se aos retornados uma inclusão social rápida e pacífica, enquanto a dos *pieds-noirs* terá sido conflituosa e ainda não totalmente conseguida.

O êxodo, o acolhimento e a integração de cerca de meio milhão de retornados tiveram obviamente múltiplos impactos (demográficos, económicos, políticos e socioculturais) na sociedade portuguesa, percecionados pelos repatriados e pela comunidade que os recebeu. Com o objetivo de identificar e analisar as representações sociais deste movimento migratório particular, recolheram-se 1293 notícias, em dois periódicos de abrangência e influência nacionais, o Diário de Notícias e o Primeiro de Janeiro, entre maio de 1974 e agosto de 1979, abarcando-se os primeiros êxodos, em 1974, até à aparente integração pacífica e plena dos repatriados, em 1979.

Considerando-se o duplo papel da imprensa, reproduutor e interventivo, as perceções sociais dominantes seriam veiculadas, mas também reforçadas e influenciadas por opções editoriais, quer na estrutura externa das notícias, como nos temas abordados e no posicionamento valorativo ao nível do discurso, das escolhas vocabulares. Interligando-se a exploração bibliográfica com os resultados obtidos na investigação empírica, visa-se principalmente contribuir para o conhecimento de um evento histórico ainda pouco explorado nas Ciências Sociais, e, em especial, na historiografia.

Palavras-chave: Descolonização; Repatriamento; Retornados

Abstract

The compulsory return of the Portuguese settlers from Africa was the largest European repatriation in terms of proportion in the metropolis population, representing a 5% increment within an economic deceleration and a political and social agitation period, in a post-revolutionary context in Portugal.

A previous comparative approach seems obvious, taking into account the parallels, but also the differences, with other repatriation processes, especially with the *pieds-noirs* return from the French Algeria since it shares three characteristics with the Portuguese repatriation: an unexpected significant population displacement, focused on a short period of time, from which resulted a massive chaotic exodus. However, they are allegedly distinctive when comparing the social integration dynamics: a quick and supposedly ‘peaceful’ social inclusion of the Portuguese returnees and a conflicting one of the *pieds-noirs*, not yet fully achieved.

The mass exodus, the reception and the integration of about half million returnees had considerable demographic, economic, political and sociocultural impacts in the Portuguese society, perceived by the returnees and by the host community. Therefore, intending to identify and analyze the social representations regarding this particular migration movement, the survey included 1293 news, collected from two newspapers, *Primeiro de Janeiro* e *Diário de Notícias*, both with national coverage and considerable influence, between May 1974 and August 1979, a period that contemplates the first exodus, in 1974, up to the apparent ‘peaceful’ and total integration of the returnees, in 1979.

Social perceptions were framed and conveyed by the press, and dominant discourses can be reinforced and shaped by editing choices: the news framework and organization, the issues addressed and the vocabulary preferences which embody valuation positions.

The survey results, crossed with the bibliographical research, mainly aims to contribute to a greater knowledge about an historic event that has not yet been significantly explored by the Social Sciences, especially in the historiography field.

Keywords: Decolonisation, Repatriation, Returnees

Índice de gráficos

GRÁFICO 1.1 - RETORNADOS POR DISTRITO DE RESIDÊNCIA EM 1981.....	68
GRÁFICO 1.2 - RETORNADOS: RESIDÊNCIA EM 1981 COMPARADA COM RESIDÊNCIA EM 1979	69
GRÁFICO 1.3 - RETORNADOS E POPULAÇÃO ATIVA TOTAL, POR ATIVIDADE, 1981.....	70
GRÁFICO 1.4 - RETORNADOS E METROPOLITANOS POR QUALIFICAÇÃO ACADÊMICA, 1981.....	72
GRÁFICO 4.1 - FREQUÊNCIA (1974 A 1979).....	128
GRÁFICO 4.2 - DESTAQUE (1974)	130
GRÁFICO 4.3 - FREQUÊNCIA (1975).....	133
GRÁFICO 4.4 - DESTAQUE MÉDIO MENSAL (1975)	135
GRÁFICO 4.5 - FREQUÊNCIA MENSAL (TOTAL DE ARTIGOS) E EVOLUÇÃO DOS TEMAS (1975)	138
GRÁFICO 4.6 - POSIÇÃO VALORATIVA (1975).....	145
GRÁFICO 4.7 - FREQUÊNCIA (1976).....	147
GRÁFICO 4.8 - DESTAQUE MÉDIO MENSAL (1976)	148
GRÁFICO 4.9 - FREQUÊNCIA MENSAL (TOTAL DE ARTIGOS) E EVOLUÇÃO DOS TEMAS (1976)	150
GRÁFICO 4.10 - POSIÇÃO VALORATIVA (1976).....	161
GRÁFICO 4.11 - FREQUÊNCIA (1977).....	164
GRÁFICO 4.12 - DESTAQUE MÉDIO MENSAL (1977)	165
GRÁFICO 4.13 - FREQUÊNCIA (TOTAL DE NOTÍCIAS) E EVOLUÇÃO DOS TEMAS (1977).....	169
GRÁFICO 4.14 - POSIÇÃO VALORATIVA (1977).....	183
GRÁFICO 4.15 - FREQUÊNCIA (1978).....	185
GRÁFICO 4.16 - DESTAQUE MÉDIO MENSAL (1978)	186
GRÁFICO 4.17 - FREQUÊNCIA (TOTAL DE NOTÍCIAS) E EVOLUÇÃO DOS TEMAS (1978).....	190
GRÁFICO 4.18 - POSIÇÃO VALORATIVA (1978).....	199
GRÁFICO 4.20 - DESTAQUE MÉDIO MENSAL (1979)	203
GRÁFICO 4.21 - FREQUÊNCIA (TOTAL DE NOTÍCIAS) E EVOLUÇÃO DOS TEMAS (1979).....	205
GRÁFICO 4.22 - POSIÇÃO VALORATIVA (1979).....	210
GRÁFICO 4.23 - FREQUÊNCIA (1974 A 1979).....	213
GRÁFICO 4.24 - FREQUÊNCIA: COMPONENTE REGIONAL NO PRIMEIRO DE JANEIRO (1974 A 1979)	215
GRÁFICO 4.25 - DESTAQUE MÉDIO ANUAL (1974 A 1979).....	216
GRÁFICO 4.26 - FREQUÊNCIA: NOTÍCIAS COM DESTAQUE > 15 PONTOS (1974 A 1979).....	217
GRÁFICO 4.27 - TEMAS: EVOLUÇÃO (1974 A 1979)	218
GRÁFICO 4.28 - DESTAQUE NOS TEMAS (1974 A 1979)	219
GRÁFICO 4.29 - POSIÇÃO VALORATIVA (1974 A 1979).....	221
GRÁFICO 4.30 - DESTAQUE NA POSIÇÃO VALORATIVA (1974 A 1979)	222
GRÁFICO 4.31 - EVOLUÇÃO DA POSIÇÃO VALORATIVA: DESTAQUE > 15 PONTOS (1974 A 1979)	222
GRÁFICO 4.32 - EVOLUÇÃO DA POSIÇÃO VALORATIVA NOS TEMAS (1974 A 1979).....	223
GRÁFICO 4.33 - NOTÍCIAS COM POSIÇÃO VALORATIVA NEGATIVA: SUBCATEGORIAS (1974 A 1979)	230
GRÁFICO 4.34 - TENSÃO SOCIOCULTURAL: OCORRÊNCIAS (1974 A 1979)	231
GRÁFICO 4.35 - (IN)AÇÃO GOVERNATIVA: OCORRÊNCIAS (1974 A 1979)	235
GRÁFICO 4.36 - IMPACTO ECONÓMICO NEGATIVO: OCORRÊNCIAS (1974 A 1979)	237
GRÁFICO 4.37 - OPOSIÇÃO POLÍTICA: OCORRÊNCIAS (1974 A 1979).....	240
GRÁFICO 4.38 - (DES)INFORMAÇÃO DOS MEDIA: OCORRÊNCIAS (1974 A 1979)	241
GRÁFICO 4.39 - NOTÍCIAS COM POSIÇÃO VALORATIVA POSITIVA: SUBCATEGORIAS (1974 A 1979)	243
GRÁFICO 4.40 - APOIO À INTEGRAÇÃO: OCORRÊNCIAS (1974 A 1979)	244
GRÁFICO 4.41 - PERFIL DA POPULAÇÃO RETORNADA: OCORRÊNCIAS (1974 A 1979).....	248
GRÁFICO 4.42 - RETORNADOS SOBRE SI PRÓPRIOS: FREQUÊNCIA (1974 A 1979).....	253
GRÁFICO 4.43 - RETORNADOS SOBRE SI PRÓPRIOS: OCORRÊNCIAS (1974 A 1979)	253

Lista de abreviaturas e siglas

ACM	Alto Comissariado para as Migrações
ADUREP	Associação de Desalojados do Ultramar, Reformados e Emigrantes Portugueses
APRU	Associação Portuguesa de Refugiados Ultramarinos
CAR	Comissão de Alojamento de Retornados
CID	Comissão de Interesses dos Desalojados
CIFRE	Comissão Interministerial de Financiamento a Retornados
CIME	Comité Intergovernamental para as Migrações Europeias
CDS	Centro Democrático Social
CM	Conselho de Ministros
CODUP	Comissão Distrital de Deslocados do Ultramar do Porto
CSI	Centro Social Independente
DN	Diário de Notícias
DL	Decreto-Lei
FAO	Food and Agriculture Organization
FRCE	Fundo de Resolução do Conselho Europeu
GADU	Grupo de Apoio aos Desalojados do Ultramar
IARN	Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais
INATEL	Instituto Nacional de Apoio aos Tempos Livres
IOR	Interorganização de Refugiados (mais tarde, IORE – e Emigrantes)
MFA	Movimento das Forças Armadas
OAS	Organisation Armée Secrète
Oc.	Ocorrência
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Produtores de Petróleo
OUA	Organização de Unidade Africana
PIB	Produto Interno Bruto
PCP	Partido Comunista Português
PJ	Primeiro de Janeiro
PM	Primeiro-Ministro ou Polícia Militar
PPD	Partido Popular Democrático
PPM	Partido Popular Monárquico
PR	Presidente da República
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrático
RDA	República Democrática Alemã

Introdução

O repatriamento da África portuguesa superou, em termos de proporção na população residente, todos os movimentos migratórios europeus similares, representando um acréscimo de 5% na população metropolitana.

Especialmente concentrado em 1975, o êxodo ocorreu em período de crise política e social e de desaceleração económica, em Portugal, pelo que ao significativo impacto demográfico se acrescentaram as consequências económicas, políticas e socioculturais da integração de 417.427 retornados¹ (Pires, 2003, p. 153, segundo dados do Recenseamento Geral da População de 1981), num curto espaço de tempo e, aparentemente, sem dificuldades ou conflitos relevantes.

Nesta tese, identificam-se as representações sociais mais frequentes no êxodo, no acolhimento e na integração dos repatriados da África portuguesa, valorizando-se a noção de que a investigação histórica “só alcança o passado por intermédio de sinais e de representações mediadoras da realidade e não por exame direto da própria realidade (...). A História é, portanto, uma representação das representações” (Mattoso, 1988, p. 38). Pretende-se contribuir para a compreensão das perceções sociais dominantes, nos repatriados e nos que os receberam, relativas a um movimento migratório massivo, inesperado e com múltiplas implicações. Procura-se, ainda, verificar se as redes de significados coletivas mais preponderantes coincidem com os domínios de maior impacto, nomeadamente o demográfico e o económico, e identificar a sua evolução no período estudado que abarca as fases mais expressivas do repatriamento.

Ao nível metodológico, recorreu-se à análise de conteúdo de artigos da imprensa, no pressuposto de que “qualquer parte de qualquer texto (dos meios de comunicação social e outros) será simultaneamente representativa e interventiva nas identidades e nas relações” (Fairclough, 1995, p. 5). Mesmo tendo em consideração a simplificação e a dramatização do discurso jornalístico, as representações sociais dominantes da

¹ Esta “terminologia carece de algum rigor, uma vez que nem todos os que participaram na vaga migratória relacionada com a independência, com destino a Portugal, eram aqui nascidos ou seus descendentes diretos, e nem todos os que o eram retornaram a Portugal, tendo muitos optado por outros destinos, nomeadamente a África do Sul e o Brasil” (Correia, 1991, p. 177). A designação ‘Repatriados’ parece ser a mais consensual, no sentido de regresso às origens, regresso à pátria. Contudo, “a categorização perpetuou-se como signo identificativo deste coletivo (...): ser «retornado» é continuar a definir-se como um «português de África»” (Marques, 2015, p. 87).

população metropolitana e dos retornados, referentes ao repatriamento e aos seus protagonistas, foram certamente reproduzidas e ampliadas pelos *media* da época.

Neste trabalho, dá-se continuidade à dissertação de Mestrado, “Retorno da África Portuguesa – Imagem na Imprensa (1974-75)”, concluída em setembro de 2009 e defendida em dezembro do mesmo ano, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Os resultados da dissertação foram parcialmente publicados numa colaboração em artigo, com arbitragem científica, na revista ‘Geschichte und Gesellschaft’, em 2011². Concluiu-se, após recolha e análise de 229 artigos, que “o retorno da África portuguesa (...) não recolheu uma expectável visibilidade na imprensa portuguesa de impacto nacional, de Maio de 1974 a Dezembro de 1975: frequência noticiosa que ronda os onze artigos por mês ou um artigo de três em três dias, independentemente do periódico; destaque médio de 15 pontos (...) e temáticas dominantes sem correspondência às áreas de previsíveis dificuldades acrescidas na integração, a económica e a demográfica” (Lourenço, 2009, p. 84).

Correspondendo o limite temporal estudado às fases do êxodo discreto (1974), massivo (1975) e do acolhimento, questionou-se se as conclusões da dissertação se aplicariam igualmente à etapa da integração, a qual, de acordo com a exploração bibliográfica, teria sido rápida, plena e pacífica. Justificou-se, assim, a pertinência de alargar o período de investigação aos anos de 1976 a 1979, culminando com a extinção do Comissariado dos Desalojados, em agosto de 1979. O projeto de investigação conduziu à recolha de 1293 artigos, entre maio de 1974 e agosto de 1979, representando o *corpus* da tese que agora se apresenta e que se divide em duas partes: Problemáticas do Repatriamento Colonial (capítulos I e II) e Estudo Empírico (capítulos III e IV).

No capítulo I, exploram-se, em primeiro lugar, as características do movimento migratório, numa abordagem comparativa: o que distingue e o que aproxima o processo de repatriamento dos colonos portugueses dos outros repatriamentos de colónias europeias. O repatriamento é um “fenómeno complexo que revela pontos comuns, mas

² Keese, Alexander e Lourenço, Isabel (2011). *Die blockierte Erinnerung Portugals koloniales Gedächtnis und das Ausbleiben kritischer Diskurse 1974 - 2010 (A memória colonial bloqueada: a memória colonial de Portugal e a ausência dos discursos críticos - 1974-2010)*. Geschichte und Gesellschaft, April – Juni, 2011. Vandenhoeck & Ruprecht.

também especificidades nacionais que refletem colonizações e emancipações diferentes e contextos diversos nas sociedades de acolhimento” (Dubois, 1994, p. 255). Fatores como a periodicidade, a rapidez, a violência e o impacto nas metrópoles distinguem os processos de descolonização. Contudo, as diferentes formas de colonização, as políticas coloniais dos impérios europeus também condicionaram o seu término. Exploram-se, ainda que sinteticamente, as distintas estratégias coloniais que influenciaram os também distintos processos de descolonização e de repatriamento.

Foca-se, com maior ênfase, o retorno dos *pieds-noirs*³ argelinos, uma vez que se assemelha em três aspetos ao dos retornados portugueses: elevados contingentes populacionais, concentração num curto espaço de tempo e fluxos migratórios inesperados e, consequentemente, não planificados e caóticos. Diferem, aparentemente, nas dinâmicas de integração social, um tema com óbvio interesse sociológico e historiográfico, associando-se aos *pieds-noirs* uma inclusão difícil, conflituosa, longa e pouco satisfatória, enquanto a dos retornados terá sido rápida e pacífica: “Só um povo muito capaz podia registar um aumento súbito de 5% da população sem grandes sobressaltos. Em dois, três anos, o problema estava ultrapassado. Para mim, foi o maior feito da sociedade portuguesa após o 25 de Abril” (Medina Carreira, Caderno de Economia, Jornal Expresso, 30 Dezembro, 2010, citado em Fonseca, 2012, p. 94).

As características dos retornados facilitaram a sua assimilação, incluindo a sua relativa homogeneidade: maioritariamente emigrantes de primeira geração, jovens, e com um nível escolar médio superior ao da população residente. Interessa, por esse motivo, definir um perfil da população repatriada, nomeadamente a sua origem, a distribuição regional aquando do regresso, a idade e as qualificações profissionais e académicas.

Ainda neste capítulo, identificam-se os impactos demográficos, económicos, políticos e socioculturais do repatriamento, que constituíram o ponto de partida para o estudo empírico, pretendendo-se verificar se estes se encontravam representados, e de

³ A origem do nome atribuído aos colonos franceses da Argélia é ainda discutida. A designação parece ter surgido no final dos anos 50 e estaria relacionada, de acordo com a explicação mais consensual, com as ‘botas’ pretas usadas pelos militares do Corpo Expedicionário Francês e pelos primeiros colonos da Alsácia (La Librairie Pied-noir, <http://www.librairie-pied-noir.com/content/8-les-pieds-noirs>).

que forma, nas percepções sociais dominantes.

No capítulo II, discute-se, como ponto prévio, o conceito de representação social e o seu papel nas interações sociais. Centra-se a discussão nas representações na linguagem e, especialmente, no discurso da imprensa, tendo em conta a sua dupla influência: de reprodução, mas também de persuasão. Efetivamente, se “os textos dos *media* são um barómetro sensível da mudança cultural” (Fairclough, 1995, p. 52), as opções editoriais na publicação, na estrutura externa das notícias e nas seleções discursivas traduzem também escolhas e ordenações socialmente percecionadas.

Para concluir este capítulo, ensaia-se um breve historial das fontes primárias, os jornais selecionados, Diário de Notícias (DN) e Primeiro de Janeiro (PJ), abrangentes e influentes “aparelhos sociais institucionalizados, geradores de mediações simbólicas pelas quais se hierarquiza, se tematiza a realidade social” (Enric Saperas⁴, 1993, citado em Rebelo, 2002, p. 17).

No capítulo III, descreve-se a metodologia da tese: os critérios de delimitação temática, temporal e espacial e de seleção das fontes primárias e o modelo de análise de conteúdo dos artigos de imprensa. Os dados da análise de conteúdo “resultam de procedimentos que o investigador selecionou para responder a questões específicas sobre acontecimentos no contexto de determinados textos. Como os dados são produzidos e não encontrados, os investigadores devem explicar como os produziram” (Krippendorff, 2004, p. 81). O modelo proposto é explanado neste capítulo e assenta em quatro indicadores fundamentais, quantitativos e qualitativos: frequência, destaque atribuído às notícias, temas desenvolvidos e posição valorativa, referente a escolhas discursivas.

No capítulo IV, procede-se à análise dos dados. Optou-se pela apresentação dos resultados em duas fases: primeiramente, uma análise por ano de estudo que permitiria facilitar a percepção evolutiva, e, finalmente, uma observação global.

Por último, explanam-se as conclusões da investigação, num cruzamento contínuo entre o quadro teórico convocado e os resultados da investigação empírica.

Para terminar, releve-se que “em análise de conteúdo, a recolha dos dados implica

⁴ (1993) *Os efeitos cognitivos da comunicação de massas*. Porto: Asa.

diversas etapas de codificação: o recorte, que permite escolher as unidades; a enumeração, ou o processamento numérico dos dados recolhidos; e a classificação ou agregação, que permite criar as modalidades ou valores das modalidades em estudo” (Bardin, 1979, citado em Sousa, 2003, p. 89). Em todas as fases da codificação, embora se procurem a objetividade e a imparcialidade, intervém a indesejada, e por vezes negada, subjetividade da perceção do investigador. A dupla classificação, que não foi possível assegurar neste trabalho, permitiria minimizar esta contingência da pesquisa.

Acresce que a investigadora é uma retornada que vivenciou, na infância, o êxodo, o acolhimento e a integração na sociedade portuguesa que desconhecia. Na simultânea e posterior interpretação dos dados estará também provavelmente presente “a sua própria (frequentemente implícita) perceção da realidade para fundamentar a sua análise” (Potter, 2004, p. 224). Poderá considerar-se uma desvantagem a ligação pessoal e afetiva ao tema da tese. Todavia, foi essa ligação que espoletou o interesse e contribuiu para a prossecução de um percurso longo, e não isento de múltiplos obstáculos (entre os quais a sua inscrição como trabalhadora-estudante que não permitiu uma dedicação a tempo integral), até à conclusão deste trabalho.

PARTE I – PROBLEMÁTICAS DO REPATRIAMENTO COLONIAL

Capítulo 1 - Repatriamento da África portuguesa: do êxodo à integração

Neste primeiro capítulo pretende-se discutir o que distingue e aproxima o processo de repatriamento dos colonos portugueses de África de outros repatriamentos de colónias europeias.

Centra-se especialmente numa análise comparativa entre o regresso dos retornados portugueses e o dos *pieds-noirs* da Argélia francesa, dado que estes movimentos migratórios involuntários, e forçados, partilham três características: elevados contingentes populacionais, concentração num curto espaço de tempo e fluxos migratórios inesperados e, conseqüentemente, caóticos. Opõem-se, de acordo com a exploração bibliográfica, nas dinâmicas de integração social, associando-se aos retornados uma inclusão rápida e pacífica na metrópole, enquanto a dos *pieds-noirs* é frequentemente vista como conflituosa e ainda não completamente conseguida.

As semelhanças e diferenças entre os dois processos de descolonização e respetivos repatriamentos não podem ser discutidas sem uma abordagem prévia, ainda que sintética, dos percursos de colonização e das formas de organização dos Estados Coloniais. Também nestes pontos é clássico associar as políticas coloniais portuguesa e francesa, que privilegiaram a ‘assimilação’, distinguindo-as da inglesa, assente no conceito de ‘associação’.

Traça-se, ainda neste capítulo, um perfil da população repatriada da África portuguesa, um dos fatores frequentemente veiculado como facilitador da sua integração célere e com “resultados espetaculares que se devem mais à qualidade da população que propriamente ao efeito e à eficiência das medidas tomada pelo poder” (Ramalho Eanes, citado em Guerra, J.P., 1996, p. 126).

Por último, descrevem-se os impactos do repatriamento na sociedade metropolitana, nos seus diversos domínios: demográfico, económico, político e sociocultural. A investigação realizada propunha-se precisamente verificar se estes múltiplos impactos foram percecionados pela população de acolhimento e pelo grupo repatriado, através da imprensa portuguesa da época.

1.1 Colonização – Políticas Coloniais

“A justificação oficial da colonização assenta numa dupla transferência: de saberes e de riqueza” (Droz, 2006, p. 21). Pressupunha, portanto, vantagens recíprocas, entre colonizadores e colonizados: a civilização e o progresso, oferecidos ‘generosamente’ pelos primeiros, em troca dos vastos recursos naturais das colónias que poderiam suprir crescentes necessidades europeias.

Esta visão etnocêntrica, e especialmente eurocêntrica, está intrinsecamente ligada ao ‘Mito da Modernidade’ que pode ser “(...) descrito da seguinte forma: i) A civilização moderna entende que é a mais desenvolvida e superior (o que significará a manutenção inconsciente de uma posição ideologicamente eurocêntrica); ii) A superioridade obriga a educar os mais primitivos, rudes, bárbaros, como exigência moral; iii) O caminho do dito processo educativo de desenvolvimento deve ser seguido pela Europa (é novamente um desenvolvimento unilateral e ‘à europeia’ que determina inconscientemente a ‘falácia do desenvolvimento’); iv) Como o bárbaro se opõe ao processo civilizador, a praxis moderna deve exercer, em último caso, a violência, se necessária, para destruir os obstáculos à tal modernização (a ‘justa’ guerra colonial); v) Este domínio produz vítimas (das mais variadas formas), violência que é interpretada como ato inevitável, e com um sentido quase ritual de sacrifício: o herói civilizador investe as suas próprias vítimas de um carácter de sacrifício salvador (o índio colonizado, o escravo africano, a mulher, a destruição ecológica da Terra, etc...); vi) Para o ‘moderno’, o bárbaro tem uma ‘culpa’ (o opor-se ao processo civilizador) que permite que a Modernidade se apresente não apenas como inocente, mas também como ‘emancipadora’ dessa culpa das suas próprias vítimas; vii) Por último, e pelo carácter civilizador da Modernidade, interpretam-se como inevitáveis todos os sofrimentos e sacrifícios (os custos) da modernização dos outros povos ‘atrasados’ (imaturos), das outras raças escravizáveis, do outro sexo débil, etc.” (Dussel, 2003, p. 49).

Tais perceções, ‘modernas’ e ocidentais, estão na base dos processos de legitimação dos movimentos colonizadores, e corporizaram um conjunto de práticas de representação que “dividiavam os componentes do mundo em unidades separadas; desagregavam as suas histórias de relações; convertiam a diferença em hierarquia; (...)”

intervinham, ainda que de forma inconsciente, na reprodução das (...) relações assimétricas de poder” (Coronil, 2003, pp. 89, 90). Na verdade, a “colonização europeia assentou na desigualdade, na exploração e até no genocídio (...), infligidos por brancos a indivíduos não brancos” (Thorn, 2000, p. 4) e as colónias foram quase sempre mantidas num estado de subindustrialização, sem quaisquer possibilidades de acesso à livre concorrência nos mercados europeus e internacionais, tornando-se, frequentemente, mercados prioritários das indústrias metropolitanas e mercados de substituição em épocas de crise económica e de decadência industrial e mercantil nas metrópoles.

Fundamentada na tese utilitarista de ‘duplo mandato’ ou de ‘vantagens recíprocas’, desenvolvida por Lord Lugard (1858-1945)⁵, uma primeira ocupação colonial ocorre em “duas épocas sucessivas de colonização: a primeira, de tipo mercantilista, após as grandes «Descobertas», e baseada numa economia de tráfico e de plantação (...). A segunda está ligada ao progresso e às necessidades da Revolução Industrial (...). A este imperativo económico, outros se juntaram, de ordem demográfica, estratégica ou de simples prestígio” (Droz, 2006, p. 7).

Na primeira “época de colonização” regista-se um fluxo migratório, ainda que pouco significativo, de emigrantes europeus que se instalam no continente africano, maioritariamente relacionado com o tráfico de escravos e com a gestão laboral e comercial, num modelo económico de plantação de base capitalista. Com a estabilização europeia, que se segue ao fim das Guerras Napoleónicas, a competição internacional começa a deslocar-se para o ultramar, em busca de matérias-primas e de mercados para os produtos industriais. Esta segunda “época de colonização”, também denominada de ‘ação intervencionista’, inclui uma colonização mais massiva e planeada pelos estados imperiais coloniais.

A 2ª Guerra Mundial é vista como um importante acelerador de mudança. No período do pós-guerra, a bipolarização de superpotências abalou os poderes coloniais, as metrópoles encontravam-se enfraquecidas e fortaleceram-se, consequentemente, os

⁵ Administrador britânico no Uganda e na Nigéria, afirmava: “É o génio da nossa raça que impele para colonizar, comercializar e governar” (F. Lugard, *The Dual Mandate in British Tropical Africa*, Londres, William Blackwood and Sons, 1922, citado em Thorn, 2000, p. 23).

movimentos de resistência. O impulso na direção da descolonização não foi, contudo, assumido por todas as potências coloniais, registrando-se uma “segunda” ocupação colonial. “O número de colonos cresceu substancialmente depois de 1945 (...). Marrocos, Tunísia, Rodésia, Quênia, Angola e Moçambique: em cada um destes territórios, os colonos aumentaram em percentagens superiores a cinquenta por cento, embora tal facto somente tivesse advindo de uma política governamental no caso da África portuguesa” (Shipway, 2008, p. 23).

O governo de Lisboa incentivava uma colonização maciça, tentando legitimar a sua já contestada presença em África: “a população branca em Angola, em 1940, era de 44.083, tendo aumentado para cerca de 335.000 em 1974 e em Moçambique registou-se um aumento de cerca de 30.000, em 1945, para 155.000 no Censo de 1970” (Lubkemann, 2003, p. 79). A ‘ação intervencionista’, embora já anacrónica, prolongou-se em alguns estados coloniais, realçando-se o exemplo de Portugal que se mantém “como um dinossauro do colonialismo até meados de 70” (Thorn, 2000, p. 12).

Os impérios coloniais eram muito distintos, em extensão e em objetivos primeiros. As estratégias coloniais diferiam e divergiam, mas não tão radicalmente como frequentemente se defende. As políticas coloniais oficiais “foram delineadas e reproduzidas (...), estruturadas com uma complexidade não inferior às representações individuais: com base nos costumes e na memória, e eram, por vezes, contraditórias e, frequentemente irracionais” (Shipway, 2008, pp. 19-20). As políticas metropolitanas eram muitas vezes ultrapassadas ou adaptadas pelos contextos externos ou internos, incluindo-se a ação dos agentes coloniais. Todavia, e em linha com a visão eurocêntrica, a colonização dos territórios africanos convergiu sempre na imposição de uma nova identidade, ignorando espaços, culturas e identidades locais. “O mapa de África refletiu, talvez mais dramaticamente, a arbitrariedade do governo colonial. Linhas retas no mapa ignoram fronteiras políticas e étnicas pré-coloniais, normalmente em favor de entidades maiores” (*idem*, p. 20).

Em termos de extensão, as potências europeias, “no final dos anos trinta, lideravam um império de 56,5 milhões de Km² (...), povoado por 610 milhões de habitantes (dos quais mais de metade no Império das Índias), ou seja, 31% da população

mundial. As três potências mais importantes (Grã-Bretanha, França e Holanda) dominavam 85% do território e 96% da população sob o domínio colonial” (Droz, 2006, p. 16). Portugal, “em superfície, (...) era o terceiro império colonial, muito marcado pela sua implantação no continente africano: 11.212.000 habitantes, representando 20% da população africana, povoavam 2.071.000 Km². Um quinto do continente encontrava-se, assim, sob domínio português” (Dubois, 1994, p. 216).

O Império Britânico, ‘onde o sol nunca se punha’, adotava oficialmente uma política ‘evolutiva’, segundo a qual nada era tido como definitivo, já provada com os Domínios da Austrália, Nova Zelândia e África do Sul. Caminhava, aparentemente, para uma planeada *Commonwealth*, na qual poderia manter a influência cultural e os interesses económicos.

Na política colonial britânica prevalecia um sistema de *Crown Colonies*, no qual cada colónia mantinha, em teoria, a sua identidade administrativa e legislativa e, como a Grã-Bretanha era uma monarquia, “antes de 1945, a maioria dos habitantes dos territórios coloniais dependentes ou dos domínios autónomos eram ‘súbditos britânicos’ e não cidadãos britânicos” (Twaddle, 1994, p. 36). Privilegiava-se um governo colonial indireto (*Indirect Rule*), com base numa devolução de poderes aos notáveis locais, detentores, na maioria dos casos, de prestígio e de autoridade anteriores à colonização. Dominavam, assim, os princípios de ‘duplo mandato’, de ‘associação’ e de ‘colaboração’ (e de resistência, por oposição) nos seus Estados Coloniais, uma denominação irónica, uma vez que as colónias não eram Estados, mas territórios subordinados na hierarquia imperial.

O império holandês também elegeu um modelo similar ao *Indirect Rule* britânico, ou seja, a gestão das colónias através de chefias indígenas, porém “o poder real permanecia na burocracia colonial e os conselhos representativos tinham autoridade limitada” (Thorn, 2000, p. 91).

A distinção entre as doutrinas coloniais britânica e francesa estabelece-se sobretudo pelo conceito de ‘assimilação’, segundo o qual o governo francês pretendia educar, modernizar os colonizados, de acordo com os padrões franceses de civilização. O modelo administrativo mais adotado era o de administração direta (*Direct Rule*), já

que o poder legislativo não era exercido pelos governadores coloniais, mas pela Assembleia Nacional em Paris. Ainda assim, “este contraste pode ser exagerado e são, por vezes, indiscerníveis diferenças substanciais dos dois estilos de governo colonial. (...) No império francês, os governadores-gerais mantinham uma longa tradição de desafiar ou ignorar Paris” (Shipway, 2008, p. 32).

A França oscila entre os regimes administrativos de ‘associação’, mais respeitadores das identidades dos povos colonizados, nomeadamente nos Protetorados, e de ‘assimilação’, ainda que bastante distanciado de um ideal civilizador e igualitário, defendido pelos princípios da República. “Na mente oficial, a França não tinha colónias, mas apenas departamentos” (Thorn, 2000, p. 27), e este modelo foi oficialmente adotado na Argélia, considerando-se esta colónia o “Avatar, o último filho dos movimentos de colonização (...), onde domina a ideia de uma colonização da população «à americana»” (Jordi, 1993, p. 35). No entanto, “na Argélia, a lei distingue os «franceses de origem norte africana» e os «franceses de origem europeia»” (Savarese, 2007, p. 24), separando claramente os ‘cidadãos’ dos ‘não cidadãos’.

De qualquer modo, os governos coloniais, de administração direta ou indireta, “apoiavam-se sempre numa rede de chefias indígenas, cuja submissão era o «*pivot*» da ordem colonial” (Droz, 2006, p. 27). A hierarquia colonial foi sendo estruturada, gradualmente, das bases para o topo, o que resultou numa mediação pelos agentes de campo da política colonial. “Uma das mais paradoxais características da administração colonial pode ser expressa por uma tendência: o «oxigénio da influência» torna-se mais rarefeito à medida que nos aproximamos do topo da pirâmide governamental” (Shipway, 2008, p. 33). Os territórios africanos acabaram por ser dominados por um sistema colonial, por uma organização burocrática e não por uma política, e a consequência inevitável foi a propensão, crescente e prolongada, para o imobilismo.

As políticas coloniais também diferiam, obviamente, nas colónias de povoamento, com forte colonização branca, ou nas colónias de “extração”, nas quais os governos metropolitanos se focavam “simplesmente na expropriação da riqueza, não protegendo a propriedade privada, como se observava nas colónias de povoamento” (Lange, 2004, p. 905). Nas colónias de “extração”, os poderes coloniais estabeleceram estruturas

autoritárias, “com o propósito de fortalecer o seu controlo e facilitar a extração de recursos” (Acemoglu, 2001, p. 1371), como no caso do Congo Belga. Prevalencia o sistema de “*Direct rule*” que promovia “despotismo local” ou “despotismo descentralizado” (Lange, 2004, p. 907), uma vez que a administração e influência centrais eram diminutas e as posições intermediárias detinham muitos poderes institucionais, controlando o fluxo de informação entre as populações locais e a administração metropolitana.

Nas colónias de povoamento, em especial nas de povoamento massivo, “os colonos exigiam direitos e proteção similares, ou superiores, aos que detinham na metrópole” (Acemoglu, 2002, p. 1266), desenvolvendo-se instituições de regulação da vida social e de proteção da propriedade privada, nomeadamente aparelhos judiciais adaptados às questões coloniais. As condições de existência das sociedades coloniais são, assim, fulcrais, visto que a presença ou ausência de colonos europeus foi sempre determinante nas diferentes estruturas de domínio colonial. “Nas colónias de povoamento massivo predominava o *direct rule*” (Lange, 2004, p. 908), contudo o modelo de organização colonial também era determinado pela importância geopolítica estratégica e pelo potencial económico do território, bem como pela densidade populacional indígena (Idem).

No império português, a política colonial é muitas vezes ‘aparentada’ ao modelo francês. Contudo, inicialmente, a missão civilizadora aproximava-se também, paradoxalmente, do ‘duplo mandato’ britânico. “A missão portuguesa em África, nas possessões que ali sustentamos, é nossa opinião que se deve limitar a civilizar os indígenas e a fazer-lhes criar necessidades para satisfazê-las com os lucros do seu trabalho, permutando os produtos do solo africano com os do Reino, animando, por este modo, o comércio e a navegação entre a metrópole e as colónias, estabelecendo mercados, e criando consumidores para as indústrias agrícolas e fabris que Portugal possuir” (Seixas⁶, citado por Fernandes, 2004, p. 127). Uma indiscutível visão civilizadora, à francesa, mas igualmente pragmática, característica do modelo britânico, focando-se na exploração de recursos africanos.

⁶ Seixas, António José (1881). *A Questão Colonial Portuguesa em Presença das Condições de Existência na Metrópole*. Lisboa. p. 29.

Esta dupla estratégia colonial coabita, ao longo da segunda metade do século XIX e princípios do século XX, com uma administração direta ineficaz, sobretudo devido aos poderes consideráveis dos governadores e à frágil influência do poder metropolitano, como observado no domínio colonial francês: “(...) este Governador Amaral se não importa nada com os correios. Como tem plenos poderes (que ele usa muito bem) diz que «de Lisboa lhe não dizem senão asneiras» e não tem interesse nenhum em receber o correio” (Inácia Carolina, citada por Fernandes, 2004, p. 128).

No período entre guerras, Portugal “sofia de subinvestimento crónico e as colónias eram vistas como meios para o compensar” (Thorn, 2000, p. 31), prevalecendo, mais uma vez, uma política colonial economicista e menos focalizada na ‘missão civilizadora’ e de ‘assimilação’ dos africanos, aproximando-se de um sistema misto, similar ao belga, “de tipo paternalista e autoritário, assente na «Santa Trindade» da administração, das missões católicas (...) e das grandes sociedades capitalistas” (Droz, 2006, p. 19).

A Lei da Descentralização, de 1920, estabelece um regime de altos-comissários da República, em Angola e Moçambique, que beneficiam de grande autonomia financeira e administrativa, e é também nos anos 20 que se incentiva o primeiro povoamento em larga escala, projetado, financiado e executado pelo Estado. Todavia, nos anos 30, e até à 2ª Guerra Mundial, suspende-se a intervenção governamental e surgem inclusive restrições à migração para as colónias. Tal como observado noutras estratégias coloniais europeias, “a política de colonização branca foi diversa em função da época, do espaço, da doutrina e da política colonial dominante em Lisboa, dos modelos de exploração económica a que respondia e da conjuntura internacional” (Castelo, 2007, p. 41).

Durante o regime ditatorial do Estado Novo (1933-1974), um controlo mais rigoroso da cadeia hierárquica não atenuou o distanciamento entre a metrópole e as colónias, nunca visitadas, aliás, pelo ditador António de Oliveira Salazar (1932-1968). Com a publicação do Ato Colonial, em 1930⁷, os altos-comissários de Angola e de

⁷ Decreto n.º 18570, de 8 de Julho. Resume os princípios dos diplomas anteriores e acrescenta-os, vindo substituir o título V da Constituição de 1911. Foi posteriormente incorporado no texto da Constituição de 1933. Considerada a lei-padrão da colonização portuguesa até aos anos 50, defende a “função histórica e essencial de possuir, civilizar e

Moçambique são substituídos por governadores-gerais, com menos poderes e menor autonomia de decisão, sendo esta centralizada no Ministro das Colónias ou no governo de Lisboa. Os “governadores coloniais, na sua maioria, militares graduados, pelo menos até ao governo de Marcelo Caetano (1968-1974), eram normalmente figuras menores dentro do regime, o que expressava o temor de Salazar relativamente a potenciais candidatos ‘heroicos’ para discutir o poder em Lisboa, assim como a fortes líderes coloniais” (Pinto e Lloyd-Jones, 2003, p. 34).

As colónias são teoricamente integradas na República, mas, por falta de vontade política, esta inclusão está somente ao alcance de um pequeno número de ‘assimilados’. Os mecanismos de participação local, como os Conselhos Legislativos, “introduzidos em 1955 em Angola e Moçambique, e em todas as outras colónias em 1963, são estranhamente semelhantes às experiências francesas levadas a cabo na Argélia, em finais do século XIX. (...) Nos dois casos, era questão de amortecer o impacto da representação popular nos órgãos de governo: uma não representação dos povos colonizados, uma sobre representação dos colonos e, dentro desta classe, uma primazia acordada à participação dos subordinados hierárquicos e dos aliados políticos” (Madeira, 2013, p. 60). Ignoram-se as vontades locais, incluindo-se as dos ‘assimilados’, mas criam-se estruturas improfícuas, controladas pelo aparelho burocrático colonial, em resposta às visíveis e incómodas pressões externas e internas.

Em 1961, a revogação do Estatuto do Indigenato, que termina com a discriminação oficial, “ironicamente reafirma a existência das categorias que pretendia eliminar: ‘indígenas’, ‘assimilados’, ‘mestiços’, ‘brancos de segunda classe’ e ‘brancos’ (...). Raça, classe e linguagem nas relações coloniais foram destacadas, tentando-se enfraquecer o seu papel na sociedade colonial” (Ovalle-Bahamón, 2003, p. 151).

Reforça-se, neste período de ditadura, a política de nacionalização da exploração colonial, aproveitando-se a subida generalizada dos preços dos produtos coloniais, durante a 2ª Guerra Mundial e no pós-guerra, e os sucessivos Planos de Fomento do

colonizar domínios ultramarinos” e fixa um regime político, administrativo e económico para os ‘Domínios de Portugal’, doravante designados por ‘Império Colonial’.

Estado Novo previam medidas de desenvolvimento das colónias, em especial de Angola e de Moçambique, análogas às implementadas na metrópole.

No I Plano de Fomento (1953-1958) defendia-se o progresso económico dos territórios africanos assente na melhoria de infraestruturas, ou seja, pela intervenção estatal. A agricultura é também uma preocupação central, inserida no mito de um eterno Portugal rural, que se estende às províncias ultramarinas, visível no discurso de apresentação do plano, a 28 de maio de 1953, por Salazar: “Para cada braço uma enxada, para cada família o seu lar, para cada boca o seu pão”. As colónias receberam avultados investimentos para a criação e modernização de infraestruturas, sobretudo nos transportes e na construção urbana, mas igualmente visando o setor primário (agricultura, centrada nos produtos tropicais, e extração mineira).

O II Plano de Fomento (1959-1967) vai dar maior enfoque à iniciativa privada e aposta na indústria transformadora de base (siderurgia, adubos, químicos, refinação de petróleo e celulose), na qual as matérias-primas coloniais assumem um papel relevante. Continua a reconhecer-se a importância das infraestruturas estatais e assiste-se à construção e beneficiação de vias de comunicação e de equipamentos coletivos (escolas, hospitais, etc.). Numa conjuntura de aparente crescimento, sendo a “emigração portuguesa determinada por motivos de ordem económica” (Castelo, 2007, p. 172), a partir de meados da década de 50 e ao longo da década de 60, enquanto se desenrolavam as primeiras descolonizações de impérios europeus, “acentuavam-se as migrações de povoamento para Angola e para Moçambique”⁸ (Pires, 2003, p. 191). O governo português do Estado Novo ignorava sistematicamente os ‘ventos de mudança’, preconizados no discurso de MacMillan⁹, em 1960.

Em 1961, com o início da Guerra Colonial em Angola, seguindo-se Guiné-Bissau (1963) e Moçambique (1964), o ambiente que propiciava a emigração espontânea é subitamente afetado, reduzindo-se o fluxo migratório para as colónias africanas. No entanto, em finais dos anos 60, “a relativa estabilidade da situação militar garantiu a

⁸ No entanto, sublinhe-se que mesmo “no auge da migração do povoamento, a África portuguesa nunca deixou de ser um destino secundário da emigração portuguesa” (Castelo, 2004, p. 5).

⁹ Maurice MacMillan. Primeiro-ministro britânico, de 1957 a 1963. Discurso proferido a 3 de Fevereiro de 1960, no Parlamento Sul-africano. “*The wind of change is blowing through this continent and, whether we like or not, this growth of national consciousness is a political fact.*”

normalidade da vida de todos os dias na maior parte do território, o que fez com que não se desse muita atenção à provável profundidade da transformação em curso” (MacQueen, 1998, p. 195). É precisamente durante o período da Guerra Colonial (1961-1974), e novamente como estratégia de legitimação da presença portuguesa em África, que se intensifica a colonização, seleccionando-se grupos populacionais mais qualificados, bem como a construção de infraestruturas. A título de exemplo, “com a criação da Junta Autónoma de estradas de Angola iniciou-se uma época de intenso trabalho rodoviário, que se estende pelo período entre 1960 e 1974, onde a evolução da extensão de construção de estradas asfaltadas foi muitíssimo importante. E de tal forma que em 1974, estavam ligadas, entre si, todas as capitais de distrito” (Guerra, F., 1996, p. 157).

O III Plano de Fomento (1968), já no governo de Marcello Caetano, dá continuidade a uma política mais centrada na competitividade, na liberalização do comércio externo e no aumento das exportações, diretrizes previamente traçadas no Plano de Fomento Intercalar (1967-1973), e a dinamização económica dos territórios além-mar mantém um ritmo acelerado. Após uma breve e dececionante ‘Primavera Marcelista’, reprova-se ainda firmemente a luta pela autonomia por “populações que devem toda a sua atual importância à ação civilizadora dos povos europeus, adotando-se uma filosofia política de resposta a essa proclamada agressão” (*idem*, p. 255). As colónias africanas eram ‘províncias ultramarinas’, uma extensão da metrópole, tal como os ‘departamentos’ franceses, e o governo português não tinha nenhuma intenção de as abandonar.

1.2 Descolonização

“A descolonização pode entender-se, em sentido lato, como o conjunto das respostas contestatárias da ordem colonial, ou, mais especificamente, como a última fase desse movimento, o da sua eliminação” (Droz, 2006, p. 8). É o culminar de um percurso de interação e de conflito, entre colonizador e colonizado, determinado por fatores estruturais, conjunturais, internos, externos, económicos e políticos.

O período entre as duas guerras mundiais revelou as fragilidades do domínio colonial, e da sua sustentação ao nível dos apoios internacionais, promovendo a contestação, nomeadamente a relativa a sucessivas promessas não cumpridas pelos governos coloniais. As independências alcançadas por alguns territórios influenciaram também, indubitavelmente, o andamento das descolonizações nas colónias vizinhas.

Não se podem ignorar os contextos locais, como o crescimento dos movimentos nacionalistas (o termo mais apropriado seria o de movimentos ‘independentistas’, pois somente com as independências se fundaram as nações) ou o impacto das políticas coloniais no quotidiano dos povos colonizados. “Pelos seus sucessos, como pelos seus fracassos, ou seja, pelas suas contradições, o imperialismo colonial espoletou forças que deveriam, mais cedo, ou mais tarde, virar-se contra ele” (*idem*, p. 8).

Por um lado, favoreceu-se uma explosão demográfica, com a pacificação dos territórios e com a introdução de estruturas sanitárias e de melhorias na alimentação. Por outro, às transformações ao nível da dinâmica económica, com uma interpenetração considerável dos mercados metropolitanos e coloniais, associaram-se progressos na instrução, ainda que frequentemente de formação básica, fornecendo aos colonizados armas intelectuais e ideológicas, “exceto no caso da Bélgica e de Portugal, os quais, no domínio da promoção intelectual e social, adotaram uma parcimónia próxima do imobilismo” (*idem*, p. 38). Formam-se, gradualmente, as elites locais, educadas pelo poder colonial, muitas vezes de acordo com valores liberais, como nos casos dos impérios francês e inglês, que liderariam, mais tarde, os movimentos independentistas.

As políticas coloniais apostaram também, numa segunda fase ‘intervencionista’, no desenvolvimento da urbanização que promovia uma separação física dos europeus e indígenas, afastando os dois grupos, dificultando a interação e o mútuo conhecimento

entre colonizadores e colonizados. Estas mutações na sociedade colonial não poderiam senão conduzir ao seu termo.

Chegara o momento de terminar um ciclo da História e, com as independências das colônias europeias, outra problemática se instalava e ganhava inesperada dimensão: o retorno¹⁰ dos colonos europeus, os prováveis “movimentos migratórios de refugiados, mais ou menos forçados, em direção ao território do seu Estado nacional” (Pires, 2003, p. 190), contrariando “um movimento multiseular que tinha feito da Europa um continente de emigração. Mesmo que os primeiros colonizadores não tivessem regressado logo em massa, parece-nos considerável o repatriamento de quatro a cinco milhões de «brancos», acompanhados de cerca de dois milhões de ex-colonizados que, por razões diversas, os seguiram” (Droz, 2006, p. 315).

Nos processos de descolonização, também é constante a oposição de modelos, distinguindo-se, igualmente, a Grã-Bretanha da França. A primeira como sendo responsável por uma estratégia de descolonização, e de repatriamento, planeada, negociada e pacífica, enquanto a segunda, de acordo com uma política de indivisibilidade da República e de grandeza da nação, assumiria uma descolonização mais reticente, involuntária, não programada e conflituosa. É consensual que a “tardia política colonial funcionava de modo distinto nos sistemas britânico e francês, embora as duas convergissem, pelo menos no que respeita ao calendário da descolonização. Com efeito, a «estratégia oficial» britânica defendia, inicialmente, uma evolução gradual e controlada, em direção a uma eventual «autonomia administrativa» (*‘Self-government’*), mas foi conduzida, involuntariamente, a uma acelerada política de concessões, quando os nacionalistas, tais como Nkrumah e Azikiwe, apresentaram as suas exigências, em termos de «*Self-government NOW*»” (Shipway, 2008, p. 237).

A imprevisibilidade e a violência são características observadas nos percursos da descolonização francesa e inglesa, nitidamente conduzidos pelos movimentos independentistas que interferiram na ‘planificação’ inglesa. Distinguem-se no

¹⁰ “A distinção entre retorno e regresso reside essencialmente na forma como se processa a saída do local de acolhimento do emigrante. No primeiro caso, terá um carácter compulsivo, enquanto no segundo, processar-se-á voluntariamente” (Martins, 1986, p. 149).

contingente de repatriados, já que “pouco mais de 15.000 colonos brancos regressaram à Grã-Bretanha até 1980” (Twaddle, 1994, p. 45). O retorno de um grupo reduzido pôde ser organizado e faseado. “Mesmo não ignorando alguns dramas individuais e familiares, o Reino Unido soube planificar, sem choques, o repatriamento dos seus nacionais, de resto pouco numerosos, num quadro de uma descolonização negociada. Evitar a proliferação de colonos foi uma primeira demonstração de inteligência. A outra foi discutir as datas e as modalidades de regresso ou, pelo contrário, os termos de uma cooperação com o objetivo de não repatriar uma fração importante da sua população. O país pôde então acolher, sem problemas de maior, os quadros administrativos do «Civil Service» das Índias, depois os de África, após a independência do Sudão, em 1954, até à da Rodésia do Sul, atual Zimbabwe, em 1980” (Droz, 1999, p. 71).

Em oposição, o repatriamento dos *pieds-noirs* franceses é imprevisto, não planificado e caótico. Em finais de abril de 1962 “toda a Argélia europeia ia a pique. Gigantescas filas de viajantes miseráveis esperavam ao longo de vários quilómetros, antes de terem acesso às salas de espera do aeroporto, abarrotado de gente que, dia e noite, ali ficava, dormindo pelo chão, muitas vezes sem outros alimentos do que aqueles que as autoridades militares lhes mandava distribuir” (Gorce, 1964, p. 105).

A calendarização, a partir de meados dos anos 50 e ao longo da década de 60, e a celeridade dos processos de descolonização obedecem sobretudo a um contínuo e fortalecido *zeitgeist* (‘espírito’ da época), num contexto social e político que torna inadmissível a manutenção dos impérios coloniais: “as ideias a favor da autodeterminação de todos os povos, os catorze pontos do presidente Wilson¹¹, a Carta do Atlântico¹², o pacto fundamental da Liga das Nações e a Carta das Nações Unidas como criadores de um clima de opinião que considera como algo intolerável a posse de territórios coloniais contra a vontade dos seus habitantes” (Chamberlain, 1997, p. 138).

¹¹ Os “14 pontos de Wilson” ou “14 pontos para a Paz”, apresentados pelo presidente americano Woodrow Wilson, num discurso ao Congresso dos Estados Unidos, em 8 de janeiro de 1918, são propostas para a reconstrução europeia, após a 1ª Guerra Mundial. O ponto 5 previa o “ajuste imparcial das pretensões coloniais, tendo em vista os interesses dos povos atingidos por elas”. Estas proposições influenciaram o Pacto para a Liga das Nações, aprovado na Conferência de Versalhes, em 1919, e são consideradas uma espécie de ‘embrião’ da atual ONU.

¹² A Carta do Atlântico foi negociada na Conferência do Atlântico, a 14 de agosto de 1941, entre Winston Churchill, primeiro-ministro britânico, e Franklin Roosevelt, presidente americano. Preconizava uma visão do mundo pós 2ª Guerra Mundial. No ponto 3 defende-se a “restituição dos direitos soberanos e da independência aos povos que deles foram despojados pela força”.

As potências imperiais acabam por reconhecer que o ‘jogo’ político em África se tinha tornado insustentável a todos os níveis. “Napoleão dizia que no amor a única vitória é a fuga; e também em matéria de descolonização a única vitória é ir embora” (De Gaulle, 1962, citado em Winock, 1999, p. 46). Este *zeitgeist* contribui para a concentração temporal da maioria das descolonizações: “com a independência de 17 países, o ano de 1960 pode ser considerado o «ano de África»” (Droz, 2006, p. 13). No entanto, e registando um atraso significativo, somente com “o fim do império português, em 1975, se encerra o ciclo da história da ascensão e da queda dos impérios marítimos europeus que se havia prolongado por quase quinhentos anos” (Chamberlain, 1997, p. 135).

No caso português, tal como noutras descolonizações europeias, “embora os debates teóricos e jurídicos sobre a natureza da consulta e da participação pudessem ter parecido, por vezes, dominar o processo de descolonização em Portugal, o andamento e a conclusão desse processo foram, em última análise, como vimos, ditados em África pelos nacionalistas armados” (MacQueen, 1998, p. 260). Defende-se até que “não existiu descolonização portuguesa porque Portugal, enquanto «potência administrativa», não teve programa nem, muito menos, controlo ou direção do processo e porque as independências das cinco colónias africanas foram transferidas para os movimentos de libertação e originaram, em todas elas, bruscas e profundas ruturas no *status quo* político, económico e social” (Silva, 1997, p. 251).

Para além da ação determinante dos movimentos independentistas, “o Estado e o poder político que fez a descolonização ficaram enredados num processo de contradições internas do Movimento das Forças Armadas, MFA, na emergência de uma sociedade que não queria continuar a guerra e de Forças Armadas que recusavam, no teatro de operações, continuar um combate que vinham travando, quando o 25 de Abril se fez, exatamente, para propiciar uma solução política para a Questão Colonial” (Oliveira, 1996, p. 113). As contradições internas, num contexto de evidente convulsão política e institucional, confirmam-se quando da publicação da Lei Constitucional nº 7, a 27 de Julho de 1974, que marca o início da transferência de poderes para as colónias africanas, consagrando-se o direito dos povos ultramarinos à independência. Esta ocorreu sem o conhecimento do Presidente da República, General Spínola, de acordo

com a versão de Almeida Santos: “O Presidente, com surpresa minha, diz-me: «Lei sobre descolonização? Não assinei Lei nenhuma!». «Como não assinou? Está publicada no Diário da República». Mandou-se vir o *dossier* da Imprensa Nacional e, de facto, não estava lá a assinatura do Presidente da República. O que se passou, não sei. Não me pergunte. Mas dá-me a ideia que foi mais uma vez a criação de factos políticos” (Almeida Santos¹³, citado em Guerra, J.P. 1996, p. 64).

Nestes contextos diversos, considera-se, nos consequentes repatriamentos, que as “situações mais graves se observaram em Itália, em França e em Portugal. No primeiro caso, os “Pequenos Brancos”, cerca de 600.000, parcamente qualificados, foram repatriados de forma faseada. No entanto, não escaparam ao desemprego endémico (...), nem à comiseração desdenhosa dos seus compatriotas. Conservaram durante algum tempo sentimentos de rancor e de frustração, mantido pelas suas associações e pela propaganda insistente do partido neofascista – MSI (...). Quanto aos *pieds-noirs*, estes chegaram a França num contexto de expansão e de necessidade de mão-de-obra que facilitou a sua inserção rápida. Mas os retornados portugueses encontraram, em 1975-76, um país muito pobre, fragilizado pela crise económica e pelas fortes turbulências políticas” (Droz, 1999, p. 73).

Comparando-se os processos de repatriamento em quatro vetores principais (periodicidade, rapidez, violência e efeito na metrópole), a peculiaridade do português é facilmente observável: é o mais tardio, ocorreu após 13 anos de Guerra Colonial e dependia de uma revolução na metrópole, sendo a única potência colonial governada por uma ditadura que recusava descolonizar. É ainda a maior evacuação europeia, em termos de proporção na metrópole, num curto espaço de tempo, não prevista e, consequentemente, não planificada, pelo governo metropolitano.

A imprevisibilidade e a rapidez do repatriamento dos retornados portugueses conduzem, tal como com os *pieds-noirs* franceses, a “uma operação de pânico e não já uma operação racional” (Alfredo Margarido¹⁴, citado em Guerra, J. P., 1996, p. 115), justificando-se uma análise comparativa, a explorar na secção seguinte deste capítulo.

¹³ Almeida Santos, Ministro da Coordenação Interterritorial, de maio de 1974 a agosto de 1975, nos I, II, III e IV governos provisórios.

¹⁴ Alfredo Margarido, poeta e ensaísta. Entrevistado a 8 de Março de 1993.

1.3 *Pieds-noirs* e Retornados

O repatriamento das colónias portuguesas de África e o dos franceses da Argélia são frequentemente associados em três pontos: o contingente populacional envolvido, o reduzido limite temporal e o carácter súbito, inesperado e, portanto, caótico, do retorno dos colonos. Distinguem-se, aparentemente, nos processos de inclusão nas respetivas metrópoles: os retornados portugueses integraram-se rapidamente e sem conflitos relevantes, enquanto o regresso dos *pieds-noirs* provocou tensões sociais e políticas que se mantiveram durante décadas e são, ainda hoje, objeto de investigação, por se observar uma persistente clivagem entre o grupo repatriado e a sociedade francesa que o recebeu. Propõe-se discutir as semelhanças e as diferenças nos dois repatriamentos em três fases: êxodo, acolhimento e integração na sociedade metropolitana.

1.3.1 O êxodo

“Cerca de um milhão de franceses da Argélia decide regressar à metrópole, dos quais provavelmente cerca de 800.000 no ano de 1962, e 110.000 de 1963 a 1964 (40.000 «escolhem» voltar entre 1954 a 1961). Em apenas alguns meses, a comunidade francesa da Argélia quase desaparece do solo argelino” (Comtat, 2009, p. 16). A descolonização dos territórios portugueses em África, embora mais tardia, ocorrendo cerca de 15 anos após a maioria dos impérios coloniais europeus, assemelha-se neste aspeto, pois “no cômputo geral, cerca de 300.000 indivíduos abandonaram Angola com destino a Portugal: 132.110 entre Maio de 1974 e Maio de 1975 e 173.982 entre Maio de 1975 e 3 de Novembro de 1975” (Ribeiro, 2002, p. 377).

Assinala-se, contudo, um impacto demográfico superior, no caso português, tendo em conta a proporção de retornados na população residente. “Os retornados, designação por que ficariam conhecidos os repatriados da descolonização portuguesa, representavam cerca de 5% da população residente, em 1981, enquanto os repatriamentos para a França e Holanda representaram, à época em que ocorreram, respetivamente, 3,5% e 2,6% da população total daqueles países” (Pires, 2003, p. 191).

Realçam-se estas diferenças, em termos populacionais e de calendário, visto que “na Holanda, por exemplo, o repatriamento atingiu cerca de 265.000 pessoas, maioritariamente da Indonésia, e desenrolou-se durante cerca de 15 anos, e na Grã-Bretanha os movimentos de população nunca foram importantes” (Jordi, 1993, p. 17).

O carácter súbito da partida, a sua imprevisibilidade e movimentos migratórios massivos, num breve lapso de tempo, podem explicar a não preparação do retorno dos repatriados franceses e portugueses.

Portugal recebe cerca de meio milhão de retornados, num fluxo especialmente concentrado no ano de 1975, “em caudais intermináveis de espanto e de desolação” (Dacosta, 1998, p. 223). Em 1974, “entre Abril e Dezembro deixaram Moçambique cerca de 30.000 cidadãos portugueses” (Guerra, J.P., 1996, p. 168), mas o êxodo caótico é especialmente visível no retorno de Angola: “nunca, desde o Congo, um país esteve tão mal preparado para a independência. E a tragédia é que tal agonia pode ainda não ter chegado ao fim, augurava, a 19 de Janeiro de 1975, o editorial do diário sul-africano Rand Daily Mail. Oito meses mais tarde, aconteceu o maior êxodo por automóvel da história de Portugal. Mais de dez mil pessoas largaram terras e bens, para acabarem num campo de refugiados, junto à fronteira de Angola com a África do Sul. Vidas largadas à pressa e porta fechada na cara” (Mateus, 1999, p. 40).

A Ponte Aérea entre Lisboa e Luanda, para a evacuação da maioria dos repatriados de Angola, é iniciada apenas a 17 de julho de 1975, prolongando-se até 31 de outubro. No entanto, sabia-se que “desde o verão de 1974, o regresso da colónia branca era um facto conhecido. Em janeiro de 1975 já tinham saído de Angola cerca de 50.000 portugueses, mas, no verão desse ano, organizou-se então uma verdadeira ponte aérea para a evacuação dos colonos. Com a participação de aviões militares e comerciais, recorrendo também a companhias norte-americanas, francesas, suíças, inglesas, da RDA e mesmo da União Soviética, chegaram a Portugal mais de 200.000 retornados de Angola” (Pinto, 2001, p. 78). Assim, no terceiro trimestre de 1975, “Portugal, um país que se tinha imaginado grande, com vastos territórios nos trópicos que eram uma extensão da sua diminuta dimensão europeia, viu-se enfiado numa Ponte Aérea de vários meses” (Ribeiro, 2010, p. 6)

O governo português continuava a ignorar a dimensão e a irreversibilidade do êxodo: “O Almirante Vítor Crespo, Alto-Comissário de Moçambique, afirmou que considerava não só viável, mas também desejável, o regresso de todos os técnicos que recentemente abandonaram Moçambique, pois as condições de trabalho naquele território estão perfeitamente normais” (PJ, 9/12/74, p. 5). Esse otimismo era partilhado, pelo menos publicamente, pelo Alto-Comissário de Angola: “A descolonização de Angola será um exemplo para a África Austral, afirmou o Almirante Rosa Coutinho” (DN, 18/12/74, p. 11). A ingerência de superpotências, do novo equilíbrio bipolar que se afirma no pós-guerra, também é um fator a considerar, especialmente na descolonização do território português com maior número de colonos, reconhecendo-se que “petróleo e um fósforo foram os ingredientes lançados para a descolonização de Angola” (Guerra, J.P., 1996, p. 93).

Também a “França não previu a partida massiva dos *«pieds-noirs»* e o repatriamento não foi organizado. Muitos dos que regressaram, fizeram-no por sua conta. O governo francês não disponibilizou quaisquer meios de transporte suplementares, mas, pelo contrário, reduziu a frequência das viagens entre a Argélia e França, para travar a instalação dos colonos argelinos no hexágono (...). As autoridades francesas consideraram oficialmente o repatriamento como um «afluxo de férias»” (Comtat, 2009, p. 87). Enquanto isso, “o pânico instalava-se entre os *«pieds-noirs»* que vendiam a qualquer preço, quando tal era possível, apartamentos, estabelecimentos comerciais e automóveis, e se apresentavam, com algumas bagagens, nos portos e aeroportos superlotados da Argélia, esperando um avião ou um navio que partisse para França. Há ainda 60.000 partidas em Julho, 40.000 em Agosto e 70.000 nos últimos meses do ano de 1962. Nesta data, não restavam mais do que 124.000 europeus, contra mais de um milhão que aí residia no ano anterior” (Droz, 1999, p. 72).

As previsões do governo francês não coincidiam com o fluxo real. “Baseando-se nos acordos de Évian que permitiam, em teoria, que os *pieds-noirs* permanecessem na Argélia, o Secretário de Estado dos Repatriados, Robert Bolin, apresentou previsões muito otimistas: 100.000 indivíduos ativos durante 4 anos seriam 400.000 no total. No ano de 1962, esperavam-se apenas 70.000 repatriados, um número reavaliado, em 27 de

junho, para somente 160.000. Foi preciso esperar pelo Conselho de Ministros de 26 de setembro para se apresentarem números próximos da realidade. Alain Peyrefitte, o novo Secretário de Estado para os Refugiados, anuncia um total entre 650.000 e 900.000 repatriados, no final do ano” (Harrir *et al*, 2009, p. 73).

Em síntese, na fase do êxodo, os dois repatriamentos partilham uma partida inesperada, maciça, num curto espaço de tempo, de territórios em convulsão e ambiente de violência, e com um fraco apoio das metrópoles que tentavam evitar, a todo o custo, o retorno de milhares de cidadãos, revelando-se incapazes de avaliar a sua verdadeira dimensão.

Os aspetos traumáticos deste período estão ainda por estudar. No caso dos *pieds-noirs*, “o repatriamento massivo e trágico na primavera e verão de 1962 constitui o elemento fundador de uma comunidade (...). Não é 1830 que cria o *pied-noir*, mas 1962” (Jordi, 2002, p. 14). Para os retornados, o “retorno a Portugal constitui, sem dúvida, o momento mais traumático. (...) Uma situação de pânico coletivo e de desespero à qual as mulheres terão sido mais sensíveis (...), ao ver toda a gente a debandar” (Pinto e Faria, 1996, p. 59).

Em contraste com a sua magnitude e impacto, o êxodo dos *pieds-noirs* não obtém uma visibilidade significativa na imprensa: “O número de artigos consagrados pelos jornais diários e semanários nacionais ao repatriamento dos europeus e dos ‘supletivos’ foi pouco relevante” (Harrir *et al*, 2009, p. 64). É precisamente a ‘visibilidade’ do repatriamento dos retornados, na imprensa portuguesa, que se pretende analisar nesta tese.

1.3.2 O acolhimento

Repatriamentos massivos, imprevistos e num curto espaço de tempo tiveram, como seria expectável, efeitos diretos e imediatos. Por um lado, um acolhimento improvisado e deficiente pelos governos metropolitanos e, por outro, uma receção pouco calorosa, pelos compatriotas metropolitanos, surpreendidos por uma vaga de migração maciça que muitos consideraram ‘voluntária’, de acordo com as informações veiculadas pela comunicação social e por responsáveis governamentais.

“Para Portugal, a principal consequência fora um exército de retornados, colonos brancos que regressavam e que vinham pesar sobre uma economia já em dificuldades” (MacQueen, 1998, p. 225). O país encontrava-se em crise económica, com expectáveis resultados negativos na integração de cerca de meio milhão de repatriados. “A taxa de crescimento do PIB, no período de 1974-97, foi de 3,6%, contra 5,9% em 1953-73. Este fenómeno não é exclusivo de Portugal. A desaceleração do crescimento, comum aos países desenvolvidos, é por vezes associada ao primeiro choque do petróleo, mas este fenómeno é, sobretudo, o resultado da «desaceleração da produtividade». De facto, também em Portugal a taxa de crescimento da produtividade total se reduziu – de 3,5% para 1,4%, respetivamente – entre aqueles períodos” (Mateus, 1998, p. 104).

O contexto económico desfavorável, quando do repatriamento, é ainda agravado por um período de agitação política e social, após a revolução de 25 de abril de 1974. Portugal dava os primeiros passos num regime democrático, após cerca de 50 anos de ditadura, militar (1926-1932) e do Estado Novo (1933-1974), e os governantes portugueses, compreensivelmente mais focalizados nas questões internas, foram improvisando o acolhimento dos retornados, quase sempre com base em estimativas erradas, e provavelmente ingénuas, do grupo repatriado.

Em agosto de 1974, face a um discreto, mas visível, êxodo, especialmente de Moçambique, é criado o GADU – Grupo de Apoio aos Desalojados do Ultramar. “Este organismo encontrava-se diretamente ligado ao Gabinete de Ministro e não dispunha de quaisquer estruturas específicas para o efeito. Apesar dessa ausência de estruturas de suporte, o GADU desencadeou ações imediatas, com base em simples instruções verbais emitidas pelo Ministro da tutela, que abrangeram variados campos. Foram assim

concedidos subsídios de emergência, de alimentação e de alojamento, apoios para despacho de bagagem e transportes, passando pelos subsídios a funcionários públicos que iam regressando, futuros integrantes do Quadro Geral de Adidos” (Vieira, 2013, p. 24). Todavia, tornava-se evidente que o GADU não conseguia responder eficazmente a um interminável e cada vez mais intenso fluxo migratório.

Com a chegada massiva de repatriados, e mesmo tendo em conta a maioria que se dirigiu às zonas de origem, beneficiando de amparo familiar e comunitário, os repatriados sem rede de apoio foram instalados em edifícios estatais (INATEL, instalações militares, parques de campismo municipais, etc.) e em pensões e hotéis, a expensas do Estado, incluindo os de 4 e 5 estrelas, especialmente em Lisboa e no Porto. Impossibilitados de trocar os poucos ‘angolares’ que poderiam trazer (5.000\$00 por pessoa) por escudos portugueses, um grupo considerável, mas minoritário, dependeu de apoios governamentais que tardavam, sendo frequentemente socorridos por instituições internacionais e nacionais (Cruz Vermelha, FAO, Caritas, entre outros).

Somente em março de 1975, pelo Decreto-Lei 179/75, de 31 de março, foi criado o Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN) e se ‘oficializaram’ alguns subsídios. “Das muitas atividades que o instituto vem desenvolvendo, apenas se desejam salientar as seguintes: a) Fretamento de aviões para o transporte gratuito dos retornados, famílias e bagagens; b) Receção e encaminhamento no aeroporto; c) Concessão de viagens gratuitas para as localidades onde vão fixar residência; d) Alojamento gratuito (...) dos que, pelas mais diversas razões, incluindo a falta de habitação ou de familiares, têm de permanecer algum tempo em Lisboa; e) Concessão de subsídios de viagem, residência, instalação, alimentação, vestuário e outros de natureza análoga para os mais carenciados; f) Apoio médico, medicamentoso e hospitalar; g) Auxílio imediato aos deslocados que pretendem emigrar para outros países (...). Vão ser tomadas medidas em ordem a que os deslocados possam prontamente beneficiar de subsídio de desemprego, abono de família, assistência médica, medicamentosa e hospitalar, sem prejuízo do apoio direto com vista à sua total e harmoniosa reintegração social. (...) A situação descrita está em flagrante desacordo com notícias postas a circular, quer quanto às condições de alojamento (...), quer

quanto à situação de abandono a que o Governo teria votado os deslocados de África (...). Todas as atividades a desenvolver serão coordenadas pela direção do IARN, única forma de se evitarem atropelos, duplicações e injustiças” (PJ, 2/8/1975, pp. 1, 9).

Ainda em 1975, a 16 de outubro, pelo Decreto-Lei nº 584-B/75, surge a Secretaria de Estado dos Retornados. Procedeu-se também à “constituição de um Quadro Geral de Adidos, que acolheu os retornados vinculados à função pública (...) e à nomeação de um Alto-comissário para os desalojados, que recaiu sobre o tenente-coronel Gonçalves Ribeiro, que em Angola organizou, com inegável eficácia, o transporte dos retornados e dos seus haveres para Portugal” (Correia, 1991, p. 179). A criação do Comissariado para os Desalojados só ocorreu em 1976, pelo Decreto-Lei 683-B/76, de 10 de setembro. A CAR (Comissão de Alojamento de Retornados) é criada em 3 de março de 1976, mas terá uma ação pouco significativa na resolução do problema de habitação, que se estende aos metropolitanos, não estando ainda ativa na fase de acolhimento do fluxo de repatriamento mais significativo.

O reduzido, e frequentemente improvisado, apoio à chegada pelas entidades governamentais portuguesas foi parcialmente compensado por um elevado fluxo de retorno às origens (53%) que contou com o apoio das famílias no atenuar das necessidades mais urgentes de sobrevivência e de alojamento. Assim, “parte das funções de solidariedade social nunca deixaram de ser desempenhadas pela instituição família, daí poder falar-se numa autêntica Família Previdência, por oposição a um Estado Previdência” (Boaventura Sousa Santos, 1993, citado em Brilhante, 2000, p. 86).

A este apoio familiar, acrescem algumas prestações iniciais do Estado, sempre de carácter transitório e excecional, usufruídas por uma minoria, especialmente ao nível do alojamento, da alimentação e da assistência médica e medicamentosa. No entanto, os retornados, “na maioria dos casos sem património, meios de subsistência, nem local de residência (...), eram (...) um fardo para o Estado e familiares que não desejavam tê-los indefinidamente a cargo” (Marques, 2015, p. 86). O facto de a emigração para África ser percecionada como uma emigração de fixação também “afetou a forma como os retornados foram recebidos quando chegaram às suas comunidades de origem: as comunidades e as famílias viam-nos como indivíduos que tinham abandonado as suas

raízes” (Lubkemann, 2003, p. 82). Não eram os emigrantes ‘típicos’ que trabalhavam em países europeus e que visitavam periodicamente a pátria, investindo em terrenos e construção de habitações, visando sempre um regresso.

A maioria dos repatriados chegou a Portugal em 1975, traumatizados por uma fuga em contexto de violência e, na maioria dos casos, despojados de todos os bens. “Muitos embarcavam só com a roupa do corpo, muitos outros com pouco mais do que isso. Peças de mobiliário e outros pertences eram despachados, por quem conseguia fazê-lo, em contentores, grandes caixotões de madeira que se tornaram icónicos por permanecerem, largas temporadas junto ao Padrão dos Descobrimentos, em Lisboa, com a suprema ironia de os despojos do Império ficarem abandonados junto a um monumento à expansão portuguesa” (Simões, 2015, p. 35).

Não foram recebidos de forma planificada e eficiente o que contribuiu para um sentimento de abandono e para um ambiente de tensão, associados a alguma indiferença e conflito por parte dos metropolitanos, que os viam quer como uma classe de ‘privilegiados’, dados os apoios recebidos; quer como concorrentes num escasso mercado de trabalho; e quer como ‘colonos ricos’, opositores ao processo de descolonização e defensores de um império colonial opressor que não se coadunava com os princípios democráticos que o país agora defendia. “O preconceito de que foram alvo pelos compatriotas metropolitanos foi tão evidente que o MFA chamou ao fenómeno um «racismo branco», tanto mais condenável quanto Portugal dava os primeiros passos na transição para o regime democrático” (Marques, 2015, p. 84).

Na descolonização da Argélia francesa, o governo metropolitano somava já alguma experiência com os repatriamentos da Indochina francesa (cerca de 12.000 repatriados, especialmente entre 1955 e 1961), do Suez (cerca de 10.000 repatriados do Egipto, incluindo-se apátridas e funcionários do Canal do Suez, entre 1956 e 1957) e dos protetorados de Marrocos (cerca de 154.000, entre 1957 e 1964) e da Tunísia (cerca de 160.000, entre 1957-1961). O governo francês “trata estes repatriamentos com um mesmo objetivo, um mesmo acolhimento, um mesmo serviço estatal de orientação” (Jordi, 1993, p. 23). Inicia-se, logo em 1955, uma política de dispersão dos repatriados, ainda em número irrelevante, pelo território metropolitano, sendo especialmente

conduzidos para as zonas rurais. O apoio à chegada é já ineficaz para estes grupos reduzidos, o que revela, nas primeiras respostas governativas ao repatriamento, a disfuncionalidade entre a avaliação do número de repatriados e a realidade.

Apesar de se reconhecer que “a situação económica e social favorável, dos «trinta gloriosos» (os trinta anos de expansão económica francesa), permitiu uma rápida, e relativamente positiva integração dos repatriados da Argélia na metrópole” (*idem*, p. 148), no período do regresso maciço dos *pieds-noirs* o acolhimento foi pouco caloroso. “Para os que chegavam (...) estava reservada uma receção fria. Vários setores da sociedade acusaram-nos de potenciar o conflito devido aos abusos de poder e aos maus tratos praticados contra a maioria berbere e árabe da Argélia. A este ambiente juntava-se a sensação de desenraizamento (...) num país que muitos só conheceram já em adultos” (Silva, 2015, p. 81).

O fraco acolhimento estatal e a hostilidade latente dos metropolitanos são elementos relevantes na posterior integração difícil dos *pieds-noirs*. “O verão de 1962 é o verão de todos os mal entendidos e de todas as incompreensões entre os que chegam e os que recebem. Os estereótipos têm aqui um papel não negligenciável (...). Se os conflitos se pacificam ao fim de alguns meses, serão necessários alguns anos para que cessem os rancores” (Jordi, 1993, p. 80).

Os colonos argelinos eram igualmente vistos como ‘colonos ricos’, opressores dos povos colonizados e, portanto, rejeitados por uma França democrática e moderna. No entanto, “80% dos franceses da Argélia não são colonos ricos, mas assalariados e comerciantes. O nível de vida dos assalariados, ainda que superior ao dos árabes, é inferior ao da metrópole” (Comtat, 2009, p. 97). Na verdade “72% dos *pieds-noirs* dispunha de um poder de compra inferior, em média de 20%, aos dos metropolitanos, das mesmas categorias socioprofissionais” (*idem*, p. 100). Também não eram colonos, numa perspetiva ‘romantizada’ de uma Argélia de grandes proprietários rurais, uma vez que apenas 10% se concentrava no setor primário, predominando a pequena propriedade, enquanto os operários e artesãos compunham um quarto da população ativa. Tratava-se, na globalidade, de um proletariado urbano, com 80% a residir nas cidades (cerca de 50% residia em Argel ou Oran), com uma larga prevalência dos

estratos sociais modestos ou médios.

Em 14 de setembro de 1960 é criada a Secretaria de Estado dos Repatriados que, nas suas funções iniciais, não prevê necessidades de alojamento e adota a continuidade de uma política de recolocação dos repatriados preferencialmente nas zonas rurais, tornando-os ‘proprietários’. Com a realidade do retorno massivo, são criados Centros de Trânsito, para suprir as necessidades urgentes, ‘transitórias’ e ‘excepcionais’ de alojamento. Mais tarde, “com o encerramento destes centros, os «Centros de Alojamento» acolhem os repatriados ainda sem emprego, mas tentando sempre a sua deslocação para a província” (Sciolo-Zurcher, 2010, p. 169). São também constituídos ‘dossiers administrativos’ individuais, numa tentativa de acompanhar o percurso dos repatriados na metrópole, evitando o seu isolamento.

O problema de alojamento agudizou-se, sendo já evidente antes do repatriamento dos *pieds-noirs*. “A construção, ainda que dinâmica, era muito inferior à procura. Os alojamentos eram caros para compra ou para arrendamento” (Comtat, 2009, p. 101). Procedeu-se, sem resultados satisfatórios, a requisições de alojamentos públicos e a convenções com proprietários privados que “tiveram um papel relevante no acolhimento dos repatriados” (Harrir *et al*, 2009, p. 80). São ainda dinamizadas as construções HLM (*Habitation à Loyer Modéré* – habitação de custo médio), destinadas aos repatriados numa percentagem que variava entre os 20% e os 30%, nas zonas de maior concentração. Apesar de todos estes esforços, governamentais e privados, muitas vezes as famílias foram separadas ou coabitavam, em espaços exíguos, com outras famílias de repatriados. “A relativa pobreza dos alojamentos e os fracos rendimentos obrigava diversas famílias a residir num mesmo apartamento. O superpovoamento era, para muitos, a realidade do exílio” (Jordi, 1993, p. 125).

Tanto para os retornados como para os *pieds-noirs*, o apoio à chegada foi globalmente deficiente, improvisando-se soluções para amortecer, na prática, as consequências de previsões otimistas que não consideravam a possibilidade de entrada nas metrópoles de elevados contingentes populacionais, num curto limite temporal. As políticas de acolhimento, que se centraram nas necessidades urgentes de alojamento e de sobrevivência dos repatriados, na sua maioria sem quaisquer capacidades mínimas de

sustento, foram sendo improvisadas, o que contribuiu para um sentimento generalizado de abandono, por parte do governo e pelos compatriotas da metrópole que os receberam com indiferença e desconfiança.

Os dois governos metropolitanos pretendiam, logo aquando do acolhimento, favorecer a dispersão dos repatriados, evitando-se concentrações, com previsíveis resultados negativos, em termos económicos e sociais. Também em Portugal havia a convicção de que “tudo deveria ser feito para reduzir ou impedir o aparecimento de grandes concentrações de desalojados, fomentando-se, pelo contrário, a sua dispersão ao longo do território nacional para desejável integração de todos eles na sociedade portuguesa” (Ribeiro, 2002, p. 415). Todavia, a distribuição regional dos repatriados obedeceu a outros critérios, não controlados pelos governantes portugueses e franceses: a atração pelos centros urbanos, com mercados de trabalho mais dinâmicos, e a localização dos apoios na metrópole (familiares ou de outros repatriados já instalados).

1.3.3 A integração

“O conceito de integração é (...) a capacidade de um conjunto (...) de assegurar a coesão, reunindo as diferentes unidades que o compõem, na aceitação de valores e de normas comuns” (Comtat, 2009, p. 141). As vivências e o perfil das ‘unidades’ vão determinar a forma como se vai processar essa ‘idealizada’ coesão.

Os retornados e os *pieds-noirs* partilharam experiências comuns. Em primeiro lugar, os dois grupos vivenciaram períodos de guerra nos territórios onde residiam. Na Argélia, de 1954 a 1962, totalizando oito anos de violentos conflitos, enquanto em Angola, Moçambique e Guiné Bissau a Guerra Colonial se prolongou por treze anos, de 1961 a 1974, e um número considerável de colonos foi mobilizado, incorporando, em média durante 18 meses, o exército português. O clima de medo e de insegurança dominavam, esperando-se que as metrópoles os defendessem contra um inimigo comum: os movimentos de guerrilha independentistas.

Tal como os retornados, a maioria dos *pieds-noirs* viveu os anos de guerra na expectativa. Não sabiam se deveriam partir ou se poderiam permanecer nos territórios ultramarinos e só se renderam à evidência praticamente nas vésperas das independências. Contribuíram para este ambiente de incerteza as informações parcas e contraditórias do poder metropolitano e da comunicação social. Nas colónias portuguesas eram claramente filtradas pela ‘Censura’ do regime ditatorial. Assim, a tendência generalizada era para acreditar na continuidade dos territórios ultramarinos, vistos como departamentos franceses ou províncias ultramarinas portuguesas. No entanto, durante os anos de guerra, assiste-se a uma gradual movimentação cautelosa para as cidades, da já reduzida comunidade rural nas colónias.

Mais tarde, no inesperadamente rápido processo de descolonização, após a revolução de 25 de abril de 1974, os retornados acompanharam, com preocupação, os avanços e recuos nas negociações, cuja agenda era visivelmente definida pelos movimentos de libertação. “Os acordos de descolonização limitaram-se a definir as vias de conversão dos movimentos de libertação nos novos Estados e a regular a técnica de passagem de poderes da potência administrativa para o respetivo movimento de libertação-Estado” (Silva, 1997, p. 368). Em Angola, a situação é ainda mais

complicada: os três movimentos não constituem partidos e proclamam a independência de diferentes ‘Estados’ nos limites territoriais da antiga colónia portuguesa.

Novamente sem acesso a uma informação rigorosa, pelos representantes governamentais e por uma imprensa comprometida com o poder político, os colonos portugueses sentem-se esquecidos e traídos por uma metrópole que intensificou o fluxo de emigrantes para as colónias, apenas alguns anos antes, com a promessa de um eterno império colonial, repleto de oportunidades, especialmente para as famílias que procuravam um novo rumo. De facto, registou-se, nos últimos anos de colonização, “um padrão diverso do apresentado pela emigração para o estrangeiro até aos anos 60, no qual predominam os isolados que partem para amealhar dinheiro e acalantar o sonho do regresso. (...) O projeto dos que demandam a África portuguesa foi crescentemente um projeto de fixação familiar” (Castelo, 2007, p. 198).

Também os *pieds-noirs* se sentiram “abandonados pela França e pelos franceses no Referendo de 8 de Abril de 1962, no qual a população metropolitana ratifica os acordos de Évian que põem fim à presença francesa na Argélia” (Comtat, 2009, p. 82) e consideraram que não foram suficientes os esforços e as vontades políticas, após sucessivas promessas governamentais, para a manutenção de uma Argélia francesa. Sentem-se ainda traídos por uma França pela qual combateram durante a 2ª Guerra Mundial, pois “a geração que desembarca nas praias francesas, em 1944, para libertar o país, é a mesma que foi repatriada dezoito anos mais tarde, em 1962” (*idem*, p. 83).

As perceções dos repatriados, portugueses e franceses, sobre os conflitos e os processos de independência nas respetivas colónias, são fatores decisivos a ponderar na sua subsequente integração nas sociedades metropolitanas, assim como os regressos inesperados e desorganizados, com a perda de todos os bens, para a maioria, associados aos acolhimentos ineficientes, pelos governos das metrópoles, e à hostilidade dos que os receberam. “Se é consensual, na globalidade, que a inserção dos repatriados no tecido metropolitano, foi rápida, e singularmente benéfica, esquece-se, frequentemente, que foi acompanhada de problemas psicológicos e de traumas, por vezes graves” (Jordi, 1993, p. 185). O carácter traumático dos repatriamentos é muitas vezes ignorado, procurando-se “o regresso a uma paz social, particularmente difícil no desfecho da história colonial”

(Scioldo-Zurcher, 2010, p. 300).

Paradoxalmente, os repatriados decidem regressar, pois querem continuar a ser portugueses ou franceses, ou seja, a questão da identidade nacional parece não se ter colocado, optando-se, ainda que aparentemente sem reflexão aprofundada dado o contexto de guerra e a urgência no repatriamento, por uma nacionalidade metropolitana, e europeia, e rejeitando-se a integração em nações africanas independentes, recém-nascidas, onde muitos residiam há várias gerações. O perfil dos repatriados portugueses, maioritariamente emigrantes de primeira geração e com vínculos muito fortes à metrópole, pode explicar esta tomada de posição, o que não se reconhece nos repatriados franceses da Argélia, visto que, para a maioria, a França era desconhecida, longínqua e idealizada. “Para os franceses da Argélia, a Argélia era a França, mas a maioria só conhecia a metrópole através dos livros de História (...). Por esta razão, os franceses da Argélia só descobrem a existência duma entidade argelina no momento do repatriamento e da independência, sem nunca se terem apercebido que viviam numa colónia” (Savarese, 2007, p. 100). Deste modo, “mais do que um simples repatriamento, este movimento pode ser considerado como uma verdadeira migração, uma vez que implica sentimentos de êxodo e de exílio” (Jordi, 1993, p. 7). Ainda assim, os *pieds-noirs* regressaram massivamente à metrópole.

A colonização da Argélia, território considerado como um prolongamento de França, processou-se também com franceses da metrópole, mas maioritariamente com a emigração de outras populações europeias, por motivações políticas ou económicas. “Aqueles que povoaram a Argélia não eram, assim, originários de França, mas vinham de regiões mediterrânicas. Tornaram-se franceses por naturalização ou casamento” (Comtat, 2009, p. 28). São espanhóis, italianos, mas também, em menor número, malteses, alemães e suíços. Em 1896, estes emigrantes suplantavam os colonos de origem francesa, mas, após algumas décadas de colonização, “em 1954, 79% dos *pieds-noirs* tinha nascido na Argélia (...). A maior parte vivia nas cidades costeiras e 80% da terra argelina estava nas mãos de cerca de 10% dos colonos” (Shipway, 2008, p. 57).

Refira-se ainda a considerável comunidade judaica, instalada na Argélia antes da colonização francesa, que obteve coletivamente, em 24 de outubro de 1870, pelo

Decreto Crémieux, a nacionalidade francesa. “No final dos anos 40, os 600.000 membros da comunidade judaica, a residir no Magreb há várias gerações, repartia-se por Marrocos, país onde a concentração era mais forte (50%), a Argélia (30%) e a Tunísia (20%)” (Dubois, 1994, p. 93). Foram repatriados para a metrópole cerca de 125.000 judeus residentes no território argelino.

Tratava-se de uma população diversificada, em termos étnicos, culturais, económicos e sociais, afastada geográfica e culturalmente da metrópole, mas tendo em comum a nacionalidade francesa e os ideais, ainda que difusos, da República Francesa, uma vez que na sociedade colonial argelina, extremamente desigual, os europeus detinham a posição dominante. “Eram a elite dominante numa região onde a maioria da população era muçulmana e pobre, e onde a raça se tornou o elemento determinante da hierarquia social” (Silva, 2015, p. 80).

Na fixação em território metropolitano, “com os primeiros repatriamentos coloniais, o governo já tinha tentado distribuir os repatriados pelo território nacional (...), em «zonas críticas» que correspondiam aos locais onde os repatriados tinham «possibilidades de exercer as suas atividades com melhores hipóteses de sucesso» (...). As tentativas do governo para criar um movimento migratório dos repatriados da Argélia para essas regiões fracassou. (...) Concentraram-se no sul de França e na região parisiense” (Scioldo-Zurcher, 2010, p. 222). Por oposição ao observado nos retornados portugueses, “os *pieds-noirs* não se instalaram, na maioria dos casos, nas regiões de onde eram originários antes da colonização, pois, com o tempo, os laços perderam-se. Preferiam os locais onde tinham um parente, ou um próximo, também anteriormente repatriados” (Comtat, 2009, p. 142). Para além da indesejada concentração, a instabilidade geográfica é igualmente uma característica dos primeiros anos de repatriamento. Era evidente uma “difícil sedentarização e uma atração dos repatriados pelas zonas meridionais, procurando reencontrar as condições climáticas perdidas. (...) A vontade de reconstituição das unidades familiares era também particularmente forte” (Scioldo-Zurcher, 2010, p. 203).

A concentração geográfica da população repatriada da Argélia “favoreceu a tendência para o estabelecimento e sedimentação de quadros de interação entre

repatriados, em detrimento de relações mais intensas entre os *pieds-noirs* e as populações metropolitanas” (Pires, 2003, p. 193), o que dificultou, nos primeiros anos, a sua integração. Esse distanciamento conduziu a um envolvimento mais ativo nas associações de *pieds-noirs*, permitindo que, nos mais variados domínios, se negociasse coletivamente a integração na sociedade francesa (*idem*), o que não se verificou no caso dos retornados, dispersos pelo território nacional.

Os impactos do repatriamento na metrópole francesa evidenciaram-se, primeiramente, na estrutura demográfica e no mercado laboral.

Ao nível demográfico, para além da ‘combatida’ concentração regional, 30% da população tinha menos de 15 anos e a escolarização desempenhou um papel relevante na integração: “os filhos dos *pieds-noirs*, em 1976, concluíam cursos superiores, em número duas vezes superior ao dos outros franceses” (Comtat, 2009, p. 157).

A mão-de-obra repatriada era jovem e dinâmica e na integração profissional presidia o ‘princípio da continuidade’, o qual foi mais facilmente cumprido nos funcionários públicos, cujas carreiras não sofreram interrupções, na maioria dos casos, através de diversas medidas de integração nos organismos estatais, que incluíram um quadro de excedentes e reformas antecipadas. Claro que não foram evitadas a desclassificação e a reclassificação profissional, devido às “diferenças das estruturas profissionais da França e da Argélia e às dificuldades ligadas à implantação geográfica dos repatriados” (Jordi, 1993, p. 137).

A atenção do governo francês centrava-se principalmente no setor privado (trabalhadores por conta de outrem e por conta própria) e “os agricultores repatriados ocupavam um lugar especial nas preocupações do governo. A regra que estabelecia que os repatriados fossem instalados em condições equivalentes às abandonadas não se aplicava. Revelou-se impossível a criação de grandes explorações, de monocultura intensiva, com lucros equivalentes aos da Argélia” (Scioldo-Zucher, 2010, p. 254).

A inclusão profissional dos *pieds-noirs* beneficiou também de um contexto económico favorável na metrópole, com a “criação de novos negócios, o desenvolvimento e a modernização do setor económico, assim como o aumento notável da massa monetária” (Jordi, 1993, p. 11) e de uma sistemática intervenção estatal que

“procurava adaptar toda a legislação prevista que se confrontava, por vezes com dificuldades, com as realidades do repatriamento” (Scioldo-Zucher, 2010, p. 181).

Os retornados eram igualmente a classe dominante na hierarquia colonial dos territórios portugueses em África, já que “no caso específico do fluxo migratório para o ultramar, há que ter em conta que o migrante tem a percepção de que no destino se irá enquadrar no estrato dominante da sociedade, independentemente da sua posição social e económica” (Castelo, 2007, p. 203). Contudo, “a esmagadora maioria da população das colónias é formada por autóctones negros: em território angolano oscilam entre os 98% e 94% dos habitantes e em território moçambicano entre 99% e 96%” (*idem*, p. 216). Confirma-se, tal como na Argélia, uma desigualdade latente nas sociedades coloniais que os colonos brancos, na sua maioria, aceitavam como normal.

Os repatriados portugueses distinguem-se, porém, dos *pieds-noirs* quanto à naturalidade, uma vez que a maioria (63%) nasceu em Portugal e esta relativa homogeneidade da população terá facilitado a sua integração.

“O mecanismo de Carta de Chamada, em vigor até aos anos sessenta, induzia efeitos seletivos e de fechamento do campo de recrutamento na emigração para as colónias, concentrando social e regionalmente os fluxos” (Pires, 2003, p. 220). E mesmo quando deixou de ser obrigatória, o “padrão migratório que esta cristalizou, sobreviveu-lhe. (...) Continuou-se a «mandar ir» familiares e conhecidos até ao fecho do ciclo do império” (Oliveira, 2008, p. 3). Além disso, a intensificação da emigração para as colónias africanas, nos anos cinquenta e sessenta, especialmente para Angola e para Moçambique, dava preferência a indivíduos dos grupos etários mais jovens e com uma qualificação escolar média mais elevada. Acresce que a definição legal do estatuto de nacional português e, portanto, do retornado que poderia conservar a nacionalidade portuguesa, efetivada “tendencialmente em termos racionais (...), pela adoção de uma conceção de nacionalidade baseada no *ius sanguinis*¹⁵, selecionava maioritariamente os

¹⁵ *Ius Sanguinis* – sistema em que a nacionalidade é atribuída a todos os descendentes de nacionais desse país. Opõe-se ao sistema *Ius Solis*, no qual a nacionalidade original é atribuída a todos os que nasceram no país. O Decreto-lei 308 – A/75, de 24 de Junho de 1975 “diferenciou o repatriamento das ex-colónias da imigração de estrangeiros com a mesma origem (...) pela consolidação da substituição do critério *Ius Solis* pelo do *Ius Sanguinis* na lei geral” (Pires, 2003, p. 128).

que dispunham em Portugal de redes familiares de suporte” (Pires, 2003, p. 228). No entanto, e na ausência de dados rigorosos, calcula-se que “25.000 a 35.000 dos retornados de África tinham ascendência africana. (...). Estes (...) tinham provavelmente menos laços familiares e menos recursos financeiros” (Lubkemann, 2003, p. 89).

A miscigenação nas colónias, embora reduzida, era vista como um fator problemático no repatriamento: “A situação complicava-se dado que os portugueses, do ponto de vista racial, foram muito menos seletivos que os europeus do norte, e contraíram matrimónios com indígenas com uma frequência relativa. Assim, muitos dos seus habitantes das colónias eram mulatos” (Chamberlain, 1997, p. 130). Também na Eritreia, “la colónia primogénita” italiana, estabelecida em 1890, “os colonos italianos misturaram-se com a população e já havia uma pequena população de ítalo-eritreios. Mas, em 1935, a Itália tentou eliminar esta «permissividade colonial», inspirando-se na ideologia nazi de superioridade, adotada por Mussolini” (Lyob, 1995, p. 61). Em Portugal, o “empenho político, tanto ao nível do discurso como da prática, de combater a alta taxa de masculinidade de migração para as colónias, fomentando a saída de mulheres e famílias, teve resultados a médio prazo” (Castelo, 2007, p. 184).

O enraizamento dos colonos portugueses, numa perspetiva de mistura de raças, incentivado por uma permanência persistente em territórios africanos, iria contribuir, após o repatriamento, para uma maior diversidade étnica na metrópole: “África foi portuguesa nos últimos séculos, Portugal africanizado nos últimos decénios” (Dacosta, 1998, p. 224). Todavia, “enquanto os retornados brancos foram gradualmente aceites e não se diferenciam, legalmente ou na prática social, dos outros portugueses, os repatriados negros ou mulatos não receberam o mesmo tratamento igualitário nas interações sociais. A atrofia do termo «retornado» no discurso público não se traduziu numa perceção desta minoria como «portugueses», mas, paradoxalmente, resultou numa maior identificação com outras populações de origem africana” (Lubkemann, 2003, p. 91). O percurso de integração desta minoria, presumivelmente concentrados nas zonas urbanas, e especialmente em Lisboa, o porto de acolhimento, permanece ainda um mistério, focando-se a investigação realizada nos retornados brancos, os “estrangeiros

internos” (*idem*, p. 84)

Na metrópole, a distribuição regional do repatriamento das colónias portuguesas é bastante desigual, o que pode ser explicado pelas motivações de fixação: o apoio familiar e comunitário como fator determinante da escolha, seguido de uma maior capacidade de absorção dos mercados de trabalho urbanos, em especial a zona metropolitana de Lisboa. No processo de fixação, apesar de se “acentuar o facto de parte dos retornados, sobretudo os grupos etários mais elevados, continuarem a encarar o meio original como um local de passagem, não desejando aí refazer as suas vidas” (Martins, 1986, p. 163), a migração interna, ou para outros países, é pouco significativa.

Quanto à população ativa, os retornados eram predominantemente jovens e do sexo masculino. Ao nível profissional, se “a maioria dos passageiros embarcados na metrópole para as províncias ultramarinas se dedicava à atividade comercial” (Castelo, 2004, p. 15), verifica-se que muitos prosseguiram a mesma ocupação, pois concentraram-se maioritariamente no sector terciário (65%). Contraria-se a perceção de um perfil rural dos retornados, vistos pelos metropolitanos como grandes proprietários no setor agrícola, registando-se nas colónias uma “elevada percentagem de empregados do comércio, funcionários públicos e operários e a fraca presença dos que se dedicavam à agricultura” (Castelo, 2007, p. 227). Também não residiam, na sua maioria, nas zonas rurais, havendo “uma nítida tendência para se concentrarem nas cidades, contrariando a visão ruralista difundida pela propaganda oficial” (*idem*, p. 221). Assim, “em 1970, 75% da população europeia de Moçambique vivia nas áreas urbanas (quase metade destes nas duas maiores cidades: Lourenço Marques e Beira), enquanto em Angola cerca de 50% vivia nas cinco maiores cidades” (Lubkemann, 2003, p. 83).

As habilitações escolares representam também vantagens para a integração e maior mobilidade profissional, sabendo-se que “o grau de instrução dos embarcados era mais elevado que o dos portugueses metropolitanos, ainda que no período áureo da corrente migratória ultramarina tenha havido um abaixamento do nível médio de escolaridade” (Castelo, 2004, p. 21).

Conclui-se que a biografia da população retornada facilitou a sua inclusão, incluindo a sua relativa homogeneidade, dado que “o objetivo principal da política

portuguesa de emigração parece ter sido não o estancamento do fluxo migratório, mas a seleção do elemento emigrante” (Monteiro, 1994, p. 9). Eram maioritariamente emigrantes de primeira geração, jovens¹⁶ e com um nível escolar médio superior à população residente na metrópole. No que respeita aos menores, três quartos da população de segunda geração, nascida nas ex-colónias, e com previsíveis dificuldades de integração, situavam-se nos escalões etários abaixo dos quinze anos de idade, desempenhando a escola um papel preponderante na inclusão deste grupo.

O repatriamento ocorreu em contexto adverso que previa “um impacto brutal sobre uma economia frágil e vulnerável e uma situação política e social explosiva” (Guerra, J.P., 1996, p. 114). Para além das causas comuns aos países desenvolvidos, e em especial aos europeus, cujos “governos tiveram que enfrentar fortes pressões inflacionistas, o desabar do sistema monetário internacional de Bretton Woods (1971) e o choque da subida do preço do petróleo, imposta pela OPEP, em 1973-74” (Mateus, 1998, p. 102), no caso específico da economia portuguesa convém sublinhar razões distintas para essa desaceleração produtiva: o adiamento sistemático no ajustamento da Balança de Pagamentos, conseguido apenas após dois programas de estabilização apoiados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI); o arrastar do ajustamento do equilíbrio orçamental; as alterações no direito de propriedade que conduziram à nacionalização de parte importante da atividade económica em 1975; a ‘explosão’ dos salários nominais (as remunerações totais subiram 35% em 1974 e 34,6% em 1975) e os consequentes aumentos dos custos unitários do trabalho (28%, em termos reais, em 1974 e 1975) e da taxa de desemprego (de 1,5% para 5%, em finais de 1976); o crescimento do défice externo que esgotou a reserva de divisas do país e a forte quebra nas quotas de mercados externos, com a perda dos mercados coloniais, aliada às perturbações nos fornecimentos, provocadas pelos distúrbios nas fábricas, neste período (*idem*, pp. 104-109).

No entanto, a integração dos retornados, “fenómeno ímpar de absorção social” (Dacosta, 1998, p. 224), em especial a profissional, pode ser explicada pelo facto de “o

¹⁶ “O crescimento relativo do grupo de indivíduos com 40 e mais anos, na reta final do colonialismo português, pode estar relacionado com a atração de quadros técnicos e pessoal dirigente com experiência profissional consolidada” (Castelo, 2004, p. 12).

seu regresso se ter verificado numa (...) altura de profundos reajustamentos na composição do mercado de trabalho (em particular por crescimento de empregos públicos), bem como uma forte retração dos investidores tradicionais, abrindo espaço à iniciativa empresarial de novos agentes, o que, em conjunto, favoreceu a sua integração” (Correia, 1991, p. 179).

Destacam-se, contudo, como no caso dos *pieds-noirs*, as diferenças entre os repatriados do setor público, que beneficiaram da criação de um Quadro Geral de Adidos, e os do privado que se depararam com maiores dificuldades de integração no mercado de emprego português, as quais seriam ultrapassadas a médio prazo: “ao fim de seis anos sobre o repatriamento, só uma fração reduzida de retornados (6%) se conservava dependente dos subsídios especiais de desemprego” (Droux, 1986, p. 124).

A integração dos retornados e dos *pieds-noirs* baseou-se sempre num princípio de ‘reinstalação’, não se discutindo a questão da ‘indenização’, a qual só será conseguida parcialmente, nos anos 70, e apenas para os repatriados franceses. Os custos desta reinstalação parecem ter sido sobrevalorizados.

Em Portugal, “números tornados públicos, apontam verbas da ordem dos 56 milhões de contos, gastos em aluguer de navios e aviões (30 milhões), alojamento, alimentação, transporte (26 milhões), a que se juntam 17.230.512 contos de créditos atribuídos pelo C.I.F.R.E.¹⁷ (Financiamento de Atividades Económicas dos Desalojados). Em cerca de 70% destas importâncias, no entanto, apenas beneficiaram dez por cento de retornados, o que originou diversas situações especulativas e fraudulentas” (Dacosta, 1984, p. 20). A sobreavaliação dos custos do repatriamento é também atribuída à imprensa que “exagerou erradamente as situações em que o governo financiou o alojamento de retornados em hotéis (...), focando-se neste aspeto (...) e contribuindo para uma imagem negativa daqueles que chegavam das colónias africanas” (Lubkemann, 2003, p. 87).

Em França, “60% dos repatriados, que chegavam por Paris, durante o mês de

¹⁷ Em Ribeiro (2002, p. 426) o financiamento CIFRE totaliza 13.954.053 contos (8.166.451 de Crédito CIFRE e 5.787.602 pela banca) para 7.799 projetos, com a criação de 59.680 postos de trabalho. Contudo, de acordo com Pires (2003), “no espaço de dois anos (1977-78) são financiados 8.350 projetos envolvendo, a preços correntes, um valor de 18.461.850 contos, e a criação de 64.577 postos de trabalho” (Pires, 2003, p. 236).

junho de 1962, tinham um endereço para o qual se dirigiam, depois do desembarque. Os restantes 30%, entre eles 5% de «casos sociais», beneficiavam de alojamento” (Scioldo-Zucher, 2010, p. 164). O repatriamento francês também atingiu, na perceção social, montantes significativos, mas, na realidade, realizou-se com “um custo mínimo ao nível nacional. O custo de um repatriado foi avaliado em 14.000 francos, em 1970, e inclui o total dos empréstimos reembolsáveis” (Jordi, 1993, p. 150).

Para além de exigir uma elevada disponibilidade financeira, em França, “em 1962, a razão invocada para recusar a indemnização assentava na vontade de não recriar, na metrópole, as grandes fortunas da Argélia (2% a 3% da população) e de ajudar na reinstalação do maior número possível de repatriados” (*idem*, p. 150). Pretendia-se evitar a reprodução da hierarquia colonial argelina, em solo francês. Mais tarde, e após sucessivas pressões das associações de repatriados, incluindo-se a estratégia do voto perante promessas não cumpridas, e negociações coletivas sistemáticas e persistentes “os *pieds-noirs* receberam, entre 1970 e 1993, um terço do valor dos bens abandonados na Argélia. As reparações materiais foram então aplicadas de forma parcial, fragmentada e tardia. Os sucessivos governos opuseram-se à plena e imediata reparação de todos os bens dos repatriados. Tratava-se de não desencadear uma inflação. Era também uma pesada contribuição para o Orçamento de Estado” (Comtat, 2009, p. 113).

Os retornados nunca obtiveram quaisquer indemnizações pelos bens que possuíam nos territórios africanos sob domínio português, apesar de, nos primeiros anos de integração, algumas associações de repatriados, consideravelmente persistentes, mas sem grande peso político, dado o reduzido número de repatriados envolvidos, o terem solicitado. E, como se sabe, “os diferentes interesses setoriais são contemplados segundo o seu peso político” (Santos, 1992, p. 200). O envelhecimento da população repatriada, *pieds-noirs* e retornados, pode explicar a quase inexistência de uma ação política mais reivindicativa relativamente a esta questão, nas últimas décadas.

Ao nível da participação política, em Portugal, “as associações de repatriados, temporariamente inclinadas para uma atuação mais violenta, optaram por um voto-sanção em favor do CDS, partido de direita, nas eleições de Abril de 1976” (Droz, 2006, p. 320). Os retornados responsabilizavam os partidos de esquerda (PCP e PS) por uma

descolonização catastrófica que não previu a defesa dos seus direitos. Assim, “era inevitável que o afluxo de refugiados desesperados (...) causasse uma certa preocupação, tanto em Lisboa como em África. Na realidade, porém, veio a verificar-se que os receios iniciais de que a questão dos retornados tivesse efeitos, perigosamente perversos, tanto na política interna como nas relações com África, eram absolutamente infundados. Embora as simpatias políticas dos retornados estivessem geralmente com a direita, os beneficiários foram, de modo geral, os partidos conservadores existentes, particularmente o PSD e o CDS.” (MacQueen, 1998, pp. 267-268).

Na verdade, os colonos portugueses eram, na generalidade, pouco politizados, assim como a maioria dos seus congéneres metropolitanos, saídos de um longo regime de ditadura, pelo que a politização dos retornados vai surgir tardiamente e apenas com o repatriamento.

Considera-se pertinente averiguar a tendência partidária dos retornados nas décadas seguintes e também a dos seus filhos que “cresceram em verdadeiros lugares de memória, rodeados por máscaras africanas, pelos cheiros dos pratos a partir dos quais os pais procuram anular a saudade, pela música, pelas expressões de um passado que se torna familiar através da sua recriação” (Machado, 2011, p.108). E cresceram também rodeados de discursos de oposição aos protagonistas políticos e aos partidos que os pais consideravam líderes explícitos numa “vergonhosa” descolonização. “Os nomes dos que a protagonizaram politicamente ganham, na boca de quem veio de África, uma conotação muito negativa. Não porque muitos dos portugueses de África não vissem a independência daqueles países como um destino incontornável, mas apenas porque se imaginavam a fazer parte desse destino” (Simões, 2015, p. 32).

Em França, o governo também recebeu o impacto político dos repatriados. “Uma tal atenção deve-se, em parte, à evidência de um grupo considerável de repatriados que eram agora cidadãos franceses e estavam em condições de pressionar o governo pela voz das urnas. Era, então, fundamental ouvi-los” (Scioldo-Zucher, 2010, p. 314). Sabe-se que os repatriados argelinos “são muito hostis ao Partido Comunista Francês (PCF) por causa da guerra da Argélia. Há quase unanimidade neste ponto” (*idem*, p. 222). A questão da indemnização pode ter atenuado algumas clivagens políticas, direcionando,

em momentos específicos, o voto *pied-noir* para partidos que a ponderavam e discutiam. Também a proximidade, a influência dos contextos locais, determinou o voto dos repatriados, especialmente o direcionado a candidatos em eleições regionais que se destacaram positivamente aquando do acolhimento inicial.

O voto *pied-noir* em favor da Frente Nacional (FN) é frequentemente evocado pela comunicação social, mas “60% nunca votou na FN e 70% dos seus filhos também nunca votaram nesse partido, associado à extrema-direita. O voto na FN resulta, em grande parte, da hostilidade dos repatriados para com os argelinos, e está ainda ligado à perda da Argélia. São maioritariamente contra a imigração, e a sua intensificação, contudo, a opinião geral francesa é também pouco favorável aos imigrantes. Conclui-se, portanto, que “não existe um voto *pied-noir*, mas votos *pied-noir* (...). De qualquer forma, convém sublinhar que a orientação global é à direita” (Comtat, 2009, p. 289).

A politização dos repatriados franceses desenvolve-se, à semelhança dos retornados, com o repatriamento, dado que o “o *lobby* agrário, também chamado de *lobby* colonial tinha um peso político importante na Argélia. Aproveitava o fraco interesse dos franceses da Argélia pela política (...). Defendia os colonos ricos. Apoiava mais facilmente partidos de direita ou de extrema-direita. Bloqueou um número considerável de reformas relacionadas com a evolução social na Argélia” (*idem*, p. 63).

A longo prazo, verifica-se, porém, tanto no caso francês como no português, uma “ausência de impacto político dos repatriamentos. (...) Em nenhum dos casos se criaram partidos de repatriados. Em todos os casos, os votos dos repatriados repartiram-se entre as formações existentes (...), talvez com uma maior tendência para os partidos conservadores que compreendiam as suas nostalgias e os seus rancores ou que se propunham defender o *dossier* da indemnização” (Dubois, 1994, p. 259).

A integração dos repatriados nas sociedades portuguesa e francesa dependia ainda de características pessoais e socioculturais, “as multifacetadas experiências de vida e memórias” (Ovalle-Bahámon, 2003, p. 159) que os distinguiam dos metropolitanos: percursos individuais diferentes e vivência em sociedades coloniais, com distintas formas de organização e de interação, que incluíam processos facilitadores de mobilidade social ascendente, menor controlo governamental e social e diversificação

de contactos culturais enriquecedores.

Os *pieds-noirs* evidenciavam um perfil específico, que os diferenciava dos franceses da metrópole, nomeadamente no plano cultural, através dos casamentos frequentes entre espanhóis, italianos e malteses. O desenraizamento, sentido nos primeiros tempos do exílio, e a hostilidade latente dos metropolitanos conduziram a um desencontro, “ao ponto de comprometer, pelo menos durante algum tempo, a unidade nacional francesa” (Scioldo-Zurcher, 2010, p. 61). Defendia-se, nos primeiros anos de integração, que subsistiria “uma chaga cujos traços se verão ainda por muito tempo. Assim, um certo ministro das Negociações de Evian, ouviu de um amigo, partidário, sem dúvida, do humor negro, este sombrio prognóstico: «Senhor Ministro, haverá sobreviventes da OAS (*Organisation Armée Secrète*)¹⁸, como houve na Alemanha, depois do Armistício de 1918, os bandos de franco-atiradores, partidários da luta sem quartel. Em 1922, eles assassinaram Rathenau, que se dizia ser responsável pelo Tratado de Versalhes. O senhor será portanto assassinado em 1966». O ministro não perdeu o sangue frio e respondeu: «Meu caro, a situação económica da França é completamente diferente da da Alemanha em 1918, e isto vai abreviar o tempo indispensável para se esquecerem as provações da independência argelina». «Tem razão, Senhor Ministro, o senhor vai portanto ser assassinado em 1965» (Gorce, 1964, p. 128).

O processo de integração social implicou um longo período de tensões, agravado pelas experiências traumáticas vivenciadas durante a guerra na Argélia e aquando do êxodo, inesperado e caótico, e do acolhimento, deficiente e pouco caloroso, num país de que eram cidadãos, mas que desconheciam. Gradualmente, estes episódios traumáticos, largamente difundidos na metrópole, reconciliaram os franceses metropolitanos e os franceses da Argélia. Estes últimos “já não eram considerados, indistinta e coletivamente, como partidários da OAS que ameaçavam a integridade republicana (...). Eram novamente considerados como membros da nação que era necessário

¹⁸ Organização paramilitar clandestina francesa que se opunha à independência da Argélia. A OAS realizou várias ações terroristas, na Argélia e na França metropolitana, como o atentado visando o general Charles de Gaulle. Criada em Madrid, a 11 de fevereiro de 1961, por Jean-Jacques Susini e Pierre Lagailarde, era a união de vários grupos de direita, formada após a declaração do general de Gaulle sobre o direito à autodeterminação da Argélia. A base de apoio da OAS incluía sobretudo os *pieds noirs*, mas também os militares e os argelinos leais à França.

proteger e ajudar” (*idem*, p. 155). Reforçou-se o apelo à solidariedade nacional, sustentado na vitimização dos *pieds-noirs*, e realçaram-se as suas qualidades: “pelo seu trabalho, investimentos, iniciativas, os repatriados mostram um dinamismo não conformista, que se manifesta pelas inovações, ou «audácias» provenientes da condição de exílio” (Jordi, 1993, p. 147).

Atualmente a questão da integração dos *pieds-noirs* é ainda discutida. “O desenraizamento, o êxodo, o exílio provocaram lesões morais e afetivas cuja amplitude não foi ainda avaliada e que se julgaram resolvidas pelas prioridades do alojamento e do emprego. A exteriorização (...) dos *pieds-noirs* observa-se no culto da lembrança” (Jordi, 2002, p. 20). O crescente dinamismo das associações culturais, inclusive pelas gerações que não vivenciaram o repatriamento de 1962, aponta para a problemática de uma integração ‘fictícia’ ou, pelo contrário, uma integração alcançada, mas sem a anulação das diferenças.

No repatriamento português, mesmo prevalecendo os repatriados que eram emigrantes de primeira geração, com laços fortes na metrópole, havia uma “perceção, aparentemente muito generalizada, de que regressar significa voltar atrás, a uma sociedade e a uma sociabilidade mais primitivas” (Monteiro, 1994, p. 3). Todavia, “apesar de existirem, entre os retornados, cumplicidades e solidariedades diversas e pontuais, não parecem aqueles ter constituído, alguma vez, uma verdadeira comunidade com identidade autónoma, antes predominando, com o decorrer do tempo, o estreitamento das relações de sociabilidade com as populações metropolitanas nos locais de estudo, de trabalho e de residência” (Pires *et al*, 1984, p. 23). A dispersão regional obrigou a um contínuo contacto intergrupal, determinante na integração dos retornados.

Os estereótipos associados aos repatriados, “representações depreciativas que corriam acerca dos «retornados», nomeadamente aquelas que os identificavam como «exploradores dos indígenas», enriquecidos pela exploração dos mais fracos” (Vieira, 2013, p. 67), são também gradualmente substituídos pela vitimização. “A imagem dominante dos retornados em Portugal, depois de 1975, é a da pobreza, falta de habitação, depressão e confusão” (Ovalle-Bahámon, 2003, p. 161).

Apela-se igualmente à solidariedade nacional e salienta-se o seu esforço, a sua

capacidade de trabalho e o seu dinamismo que advinham principalmente do contexto de retorno, da perda de todos os bens e da necessidade imperiosa de tudo recomeçar. O país seria “reconstruído pela raiva dos retornados. E a raiva dá muita força. Em breve vamos sentir que estamos a ser colonizados por eles. (...) São, por natureza, construtores de impérios” (Agostinho da Silva, citado em Dacosta, 1984, p. 12). Uma política governamental que recusava a negociação coletiva e destacava os aspetos positivos do repatriamento contribuiu igualmente para uma desejada pacificação entre retornados e metropolitanos.

No entanto, nos primeiros anos de integração, “foram duplamente rejeitados: tiveram que sair de África porque lhes diziam que «aquela terra não lhes pertencia» e, chegados a Portugal, diziam-lhes para «irem para a terra deles». Afinal, a que terra pertencem? Esse conflito ainda permanece em alguns deles” (Vieira, 2013, p. 93). Conquanto predominantemente “ao nível do lar, África marcará uma presença central naqueles que conseguem (re)criar as vivências de além-mar. Essa capacidade prende-se sobretudo com a ‘gestão’ emocional e mnemónica dos acontecimentos formados pela saída de África e pela forte marginalidade sentida à chegada a Portugal, patenteada no termo «retornado»” (Machado, 2011, p. 76). Alguns anos mais tarde, “o termo foi suprimido do discurso público” (Lubkemann, 2003, p. 92).

A persistente publicação do jornal ‘O Retornado’, ao longo de sete anos, a partir de 10 de outubro de 1975 até à sua extinção em 1981, com 211 números publicados, “parece indicar que a (re)integração dos retornados na sociedade portuguesa não foi um processo tão rápido e fácil como afirmam alguns autores” (Peixoto, 2011, p. 12). Também o movimento associativo que “o tempo foi calando” (Fonseca, 2012, p. 90) se manteve ativo, embora com reduzida ação e visibilidade, até finais dos anos 90. “Registe-se que alguns retornados continuaram a sua ação reivindicativa junto do poder político através da realização de encontros formais como o ‘Congresso dos Espoliados do Ultramar’. Realizados na Aula Magna da Universidade de Lisboa, o primeiro no dia 26 de Novembro de 1988 e o segundo, dez anos depois, no dia 8 de Dezembro de 1999, ambos da iniciativa da Associação dos Espoliados de Angola (AEANG) e da Associação dos Espoliados de Moçambique (AEMO). O segundo e último congresso

contou com a participação de Julien-Noel Lanaspres, presidente da Confédération Européenne des Spoliés d’Outre – Mer (CESON). Como se pode verificar pela leitura das conclusões dos congressos, os retornados continuaram a reivindicar o pagamento das indemnizações por perda de bens, (...) a criação de uma Secretaria de Estado para os Espoliados do Ultramar e a apelar ao apartidarismo dos retornados de forma a puderem apoiar o partido ou a personalidade que melhor defenda os seus interesses e reivindicações” (*idem*).

A recente publicação de livros de memórias pessoais de retornados parece também indicar que “a cabeça ainda está em África”. “No seu conjunto são obras de fim de ciclo. Indiferentes ao juízo da História, os autores lamentam a perda de um mundo julgado imutável (...) e esta literatura que está a aparecer em Portugal (de, para ou sobre retornados) está a abrir as feridas” (Ribeiro, 2010, p. 11).

A integração dos repatriados portugueses é, contudo, globalmente avaliada como tendo sido célere e pacífica, o que pode ser explicado pela prevalência do retorno às origens e por um contexto económico que favorecia a inclusão de um grupo jovem e mais escolarizado. O perfil da população retornada foi certamente determinante na sua integração e são essas características que se analisam na próxima secção deste capítulo.

1.4 Traços da população repatriada

Segundo dados do Recenseamento Geral da População de 1981, 417.427¹⁹ indivíduos declararam viver nas ex-colónias em 31 de dezembro de 1973. Sessenta e um por cento dos retornados são oriundos de Angola (290.504), trinta e quatro por cento de Moçambique (158.945) e os restantes cinco por cento (21.978) residiam em São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné. No entanto, “com base na taxa de crescimento censitária de 1960-70, a população branca de Angola seria, em 1973, de 324.000 indivíduos e a de Moçambique de 190.000 indivíduos” (Pires, 2003, p. 199), concluindo-se que cerca de 65.000 colonos portugueses não regressaram à metrópole ou emigraram para outros destinos, após o repatriamento.

A maioria dos retornados (63%) nasceu em Portugal (32% no norte do país, 36% no centro, 20% em Lisboa, 9% no sul e apenas 4% nas ilhas). “Em números absolutos, a grande maioria dos migrantes para o ultramar era natural, por ordem decrescente, dos distritos de Lisboa (14,15%), Porto (12,16%), Viseu (8,26%), Guarda (7,12%), Aveiro (6,95%), Bragança (6,44%) e Vila Real (6, 22%)” (Castelo, 2004, p. 7). O Norte e o Centro interiores registaram maior tendência migratória para África nos últimos anos de dominação colonial.

A distribuição regional do retorno é bastante desigual, o que pode ser explicado, como já referido anteriormente, pelas motivações de fixação. Por um lado, a possibilidade de obter apoio familiar e comunitário é um fator determinante, observando-se um fluxo superior (53%) em direção aos locais de origem. Por outro, foram certamente mais atrativos os mercados de trabalho urbanos. Consequentemente, as cidades de Lisboa e do Porto tornaram-se as zonas de concentração principais, bem como a maioria dos centros urbanos, polos de difusão cultural e centros políticos e económicos dominantes, especialmente apelativos para os retornados não nascidos em Portugal ou sem vínculos familiares na metrópole.

¹⁹ Em Pires *et al* (1984) o total de repatriados atingia os 505.078, número reproduzido em Correia (1991) e em Guerra, J.P. (1996), entre outros. Pires (2003) justifica a discrepância com o “repatriamento de indianos de Moçambique que não foram recenseados nas estatísticas de estrangeiros por terem, na altura, nacionalidade portuguesa” (Pires, 2003, p. 153).

Como se pode observar no gráfico 1.1.²⁰, quase metade (43%) residia, em 1981, em três distritos (Lisboa, Porto e Setúbal), e “só em Lisboa estavam concentrados cerca de um terço dos indivíduos envolvidos no retorno das colónias” (Pires *et al*, 1984, p. 46). Numa análise por concelhos, os contrastes são ainda mais visíveis, dado que “em apenas 6% dos 305 municípios do país residiam 50% dos retornados, a maioria dos quais pertencia à área metropolitana de Lisboa, neles vivendo 39% da população repatriada” (Pires, 2003, p. 201).

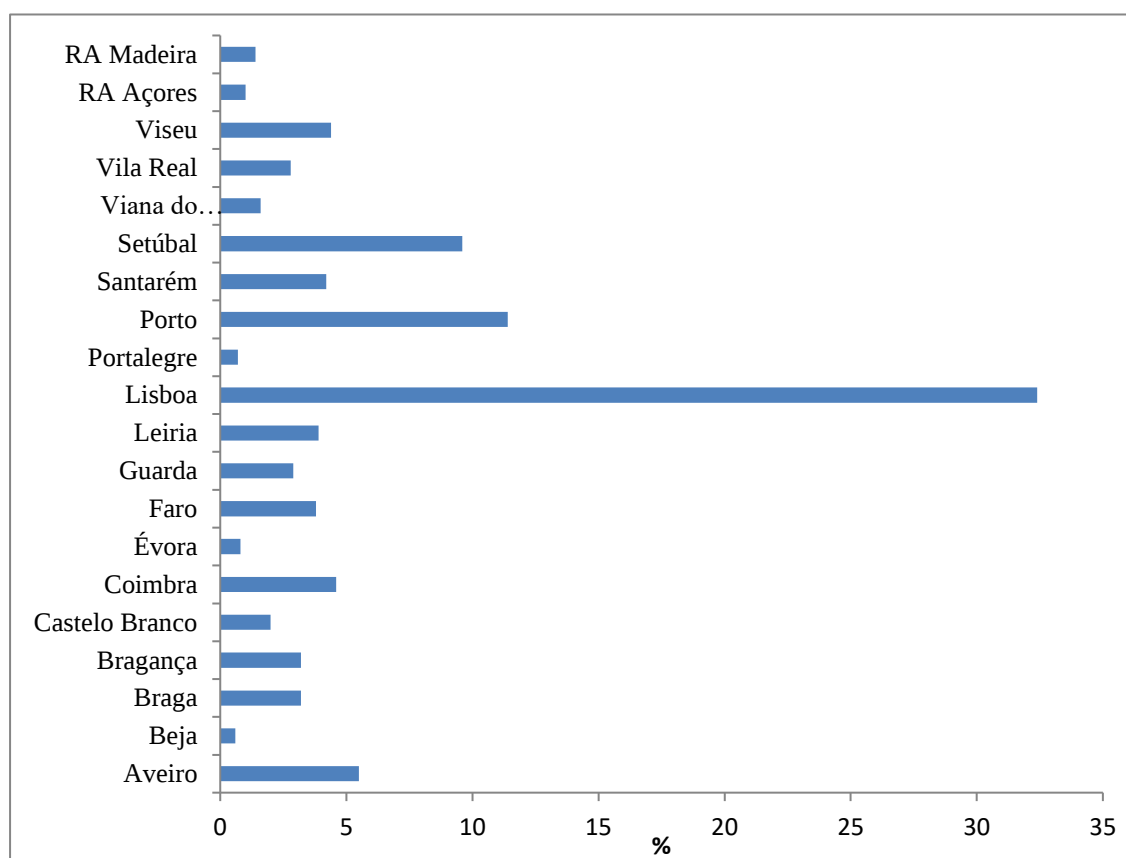


Gráfico 1.1 - Retornados por distrito de residência em 1981

A migração interna dos retornados é pouco significativa e coincide com o padrão de movimento interno da população portuguesa: do distrito de origem para um segundo distrito de fixação, normalmente nas zonas litorais. Tal pode dever-se à experiência

²⁰ Segundo dados de Pires, 2003, p. 203.

colonial de deslocação para áreas mais dinâmicas, bem como aos apoios familiares ou comunitários que tinham migrado anteriormente para esses destinos.

Há ainda a considerar a emigração para outros países (gráfico 1.2.²¹), após o repatriamento. Sabe-se que “embora alguns tenham feito escala em África do Sul ou na Rodésia, a metrópole foi o destino da grande maioria dos colonos, com exceção de uma pequena minoria de técnicos qualificados que ali se radicou (...). O Brasil foi também um grande acolhedor de portugueses refugiados do ultramar” (Pinto e Faria, 1996, p. 5). Assim, “na ausência de dados fiáveis (...) pode, no entanto, estimar-se que teria envolvido um efetivo não superior a 60.000 indivíduos, proporcionalmente mais elevado entre os originários de Moçambique” (Pires, 2003, p. 198). Este grupo de emigrantes poderia ter considerado insatisfatórias as condições de integração na metrópole ou procuraria uma melhoria da sua situação económica, visando um posterior regresso a Portugal. Constituem um contingente populacional com previsíveis dificuldades de assimilação na sociedade portuguesa, pelo que a trajetória do seu êxodo resultou, provavelmente, num processo de filtragem adicional do grupo repatriado.

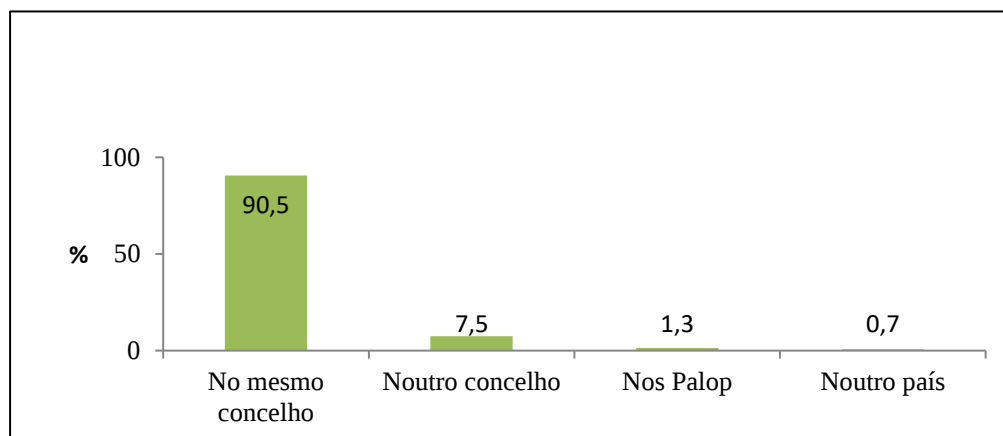


Gráfico 1.2 - Retornados: residência em 1981 comparada com residência em 1979

A distribuição populacional no país é afetada pelo retorno desequilibrado, em termos regionais. “Para tal, é mais útil considerar um outro indicador: a percentagem de retornados na população residente de cada distrito e concelho. Para o conjunto do país

²¹ Segundo dados de Pires, 2003, p. 199.

era de 4,8%, em 1981, variando entre 1,5% em Beja, e 8,1% em Bragança” (Pires, 2003, p. 201). O repatriamento contribuiu significativamente para atenuar dinâmicas regressivas, das décadas anteriores, na estrutura demográfica portuguesa, com maior impacto nos distritos periféricos, caso dos distritos de Bragança e da Guarda cujas taxas de crescimento populacional, em 1981, atingiram, respetivamente, 2,5% (previsão de -6,4%) e -3,7% (previsão de -10%). “Entre 1970 e 1981, o crescimento da população residente em Portugal foi, segundo os censos, de 1.184.645 indivíduos, dos quais 40% eram retornados” (Pires, 2003, p. 209). A evolução da população portuguesa deve, portanto, cerca de metade do acréscimo registado ao repatriamento das ex-colónias.

Quanto à população ativa (gráfico 1.3.²²), os retornados são predominantemente jovens e do sexo masculino (64% com menos de 40 anos e 53% do sexo masculino) e representam 5,9% dos ativos nacionais. “Eram retornados 4,8% dos residentes no país, em 1981, mas estes representavam 7% da população entre os 20 e os 40 anos, por um lado, e não passavam de 2% da população com mais de 65 anos, por outro” (*idem*, p. 209).

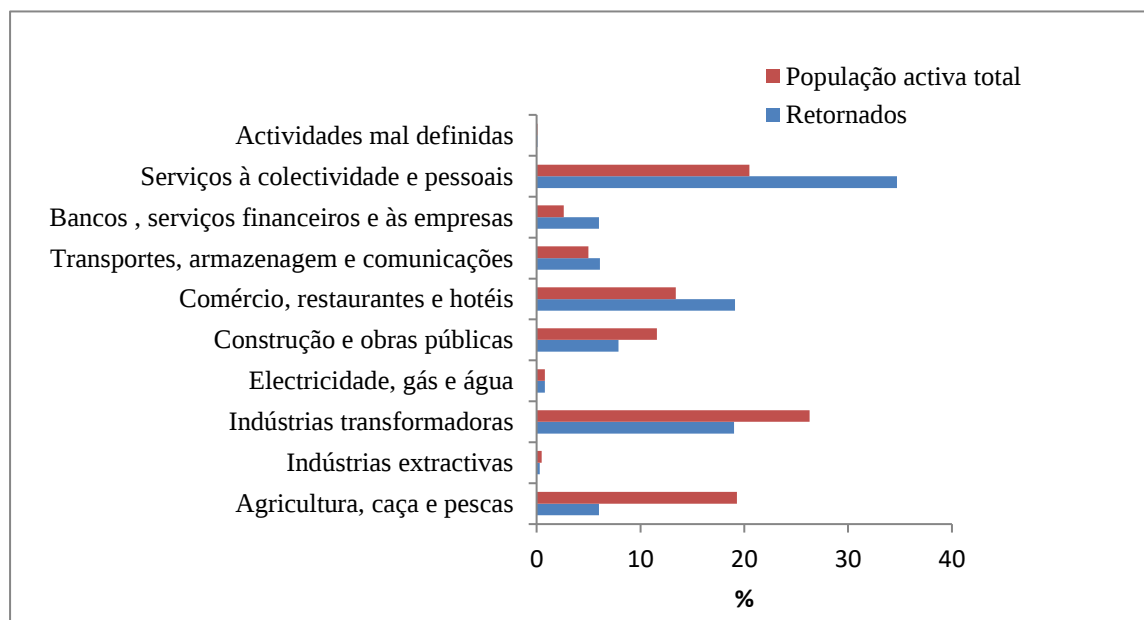


Gráfico 1.3 - Retornados e população ativa total, por atividade, 1981

²² Segundo dados de Pires, 2003, p. 216.

Concentraram-se maioritariamente no sector terciário (65%), especialmente nos serviços e, em menor percentagem, no secundário (29%), registando-se somente 6% no primário, correspondendo às profissões desempenhadas nas antigas colónias e à distribuição metropolitana por setores de atividade. Predominam os trabalhadores por conta de outrem e evidenciam um peso relativo superior nos grupos de profissões mais qualificadas e com menos efetivos (profissões científicas, técnicas e artísticas, dirigentes e quadros superiores, mas também pessoal administrativo, comerciantes e vendedores). Na emigração para a África portuguesa, excetuando-se os períodos de maior fluxo, em que se observa um “alargamento da base social de recrutamento” (Castelo, 2007, p. 189), verifica-se um “certo padrão migratório mais qualificado, constituído em proporções mais elevadas por técnicos, quadros e dirigentes” (*idem*).

Ao nível regional, 78,2% exerce a sua profissão na orla litoral, 47,5% em Lisboa e Setúbal (Pires *et al*, 1984, pp. 134-138). Nas regiões periféricas, a sobrequalificação profissional dos repatriados é mais notória. Em Bragança, a título de exemplo, “os retornados representavam pouco mais de 10% dos ativos do distrito, mas 19% dos patrões, em geral, e mais de 25% dos patrões não agrícolas, em especial” (Pires, 2003, p. 218). Deste modo, “a todos os concelhos de Portugal chegaram retornados. Muitos transportaram (...) o espírito do autoemprego que praticavam em África e abriram negócios nos mais adormecidos locais deste país. À falta de reconhecimento oficial, os cafés Nova Lisboa, as oficinas Cabinda, as mercearias Bilene, as pensões Mussulo (...) são o testemunho das suas histórias” (Matos, 2010, p. 37).

Os indicadores de habilitações escolares²³, do Censo de 1981, revelam contrastes com a população portuguesa: 6% de retornados analfabetos contra 30% de analfabetismo em Portugal e 5% com curso superior, contra 2% da população residente. Para os retornados em idade escolar, a taxa bruta de escolarização no ensino secundário e no ensino superior é duas vezes superior à da maioria da população residente em Portugal.

²³ Segundo dados de Pires, 2003, p. 213. Refere-se somente a indivíduos com trinta e mais anos.

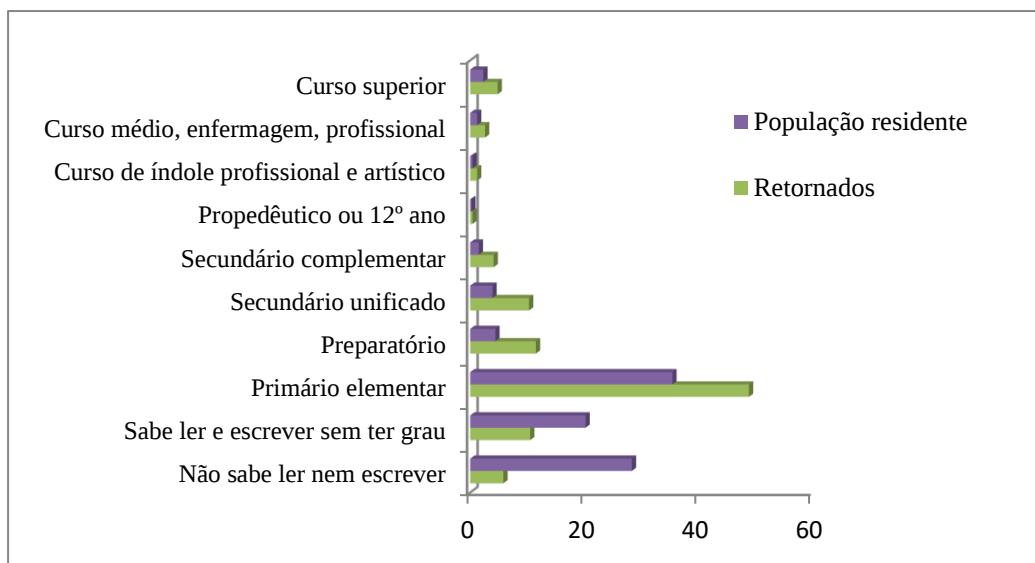


Gráfico 1.4 - Retornados e metropolitanos por qualificação académica, 1981

Na emigração para África, “os migrantes tinham habilitações superiores às do conjunto da população portuguesa” (Castelo, 2007, p. 188), o que veio a revelar-se um fator facilitador na sua integração profissional, aquando do repatriamento. Esta “sobrequalificação relativa da população retornada” (Pires *et al*, 1984, p. 113), assim como uma “pronunciada mobilidade profissional (se não ascendente, pelo menos geográfica) que parece ter pautado o historial laboral destes migrantes” (Oliveira, 2008, p. 6), podem ter facilitado a sua integração no mercado de trabalho metropolitano. São ainda trabalhadores mais seletivos, o que se observa no adiamento da entrada no mercado de trabalho e numa maior resistência na aceitação de horários semanais e de condições de trabalho exigentes (trabalham em média 35 a 45 horas, contra as 45 horas ou mais de média da população residente).

Conclui-se que o retorno contribuiu para um aumento potencial da mão-de-obra qualificada, especialmente nas regiões menos desenvolvidas de fixação, já que “os retornados representam um quarto dos indivíduos com cursos profissionais em todos os distritos do norte e centro interiores” (Pires *et al*, 1984, p. 118). A reprodução do estatuto profissional e social, no regresso a Portugal, para um número considerável de repatriados, pode também ter agilizado a sua integração na sociedade portuguesa: “o

facto dos processos de socialização serem diferenciados por «condições de existência», que definem a classe de pertença de um indivíduo, sugere, ao mesmo tempo, que as suas práticas e representações variem de acordo com essa mesma inserção social, ou seja, com a posição que ocupam na estrutura social” (Brilhante, 2000, p. 40).

O nível educacional dos retornados, determinante na sua integração, reflete-se ainda nos mais jovens, quando “as elevadas taxas de escolarização observadas tipificam uma integração sem exclusão da «segunda geração», fator decisivo em processos de assimilação” (Pires, 2003, p. 214).

Os percursos individuais e socioculturais dos retornados são também distintos, pois “o retorno representa, acima de tudo, a inclusão, na sociedade portuguesa, de indivíduos com trajetórias muito diferentes das que caracterizam a biografia da maioria dos portugueses” (Pires *et al*, 1984, p. 17). Embora afastados de uma perceção metropolitana de ‘génio do sertão’, emigraram para outro continente e vivenciaram experiências diferentes. “O emigrante é sempre um homem à procura do seu lugar (...), levando consigo um lastro cultural que irá cruzar com outras formas de vida (...), o que tem feito dele, ao longo do tempo, um agente de modernidade, enquanto contribuinte para a produção de culturas híbridas” (Alves, 2016, p. 41).

No caso da emigração para África, esta era percecionada como definitiva, numa sociedade colonial cuja distância da metrópole permitia maior mobilidade social, menor controlo governamental e social e incentivo à iniciativa privada e à escolarização própria e dos descendentes. O estatuto económico e social nas colónias será dificilmente recuperado para a maioria, em especial para os menos escolarizados. “Os colonos brancos (...) foram os grandes perdedores, muito embora o seu regresso em massa à metrópole tenha sido positivo para a economia portuguesa” (Pinto, 2001, p. 89).

No estado civil e na estrutura da família, regista-se uma maior intensidade de casamentos entre os retornados, mas também uma maior ocorrência de divórcios e de separações, em todas as classes de idades. O número médio de filhos é de 1, 81 contra 2, 19 dos nacionais e apenas 1,7% opta por ter mais de oito filhos, contra 4,3% dos portugueses não retornados (Pires *et al*, 1984, p. 91).

Nas colónias africanas, para a mulher “o aumento de oportunidades ao nível da

ascensão social, distanciada do mero papel de adorno da ‘casa portuguesa’, acaba por se destacar. Um dos elementos (...) diz respeito a um acesso mais facilitado à educação. Em completa oposição à realidade anteriormente conhecida na metrópole (sobretudo no meio rural), muitas foram as jovens mulheres portuguesas que puderam prosseguir os seus estudos além-mar, o que dificilmente teria sucedido se não tivessem rumado com as suas famílias ao encontro da nova realidade social encontrada no continente africano” (Machado, 2011, p. 48). A mulher retornada terá um papel não negligenciável nas questões de emancipação, ao nível do género, numa metrópole em ‘euforia’ revolucionária.

Quanto à religião declarada, o retorno contribuiu para um incremento substancial de alguns grupos religiosos minoritários em Portugal. No caso dos muçulmanos, o número de crentes triplicou, de 1642 indivíduos para 4 335. 78% dos retornados assume uma pertença religiosa (maioritariamente católica, em cerca de 93%), contra 94% da restante população residente (Pires *et al*, 1984, p. 96).

Os retornados, “enquanto grupo social, não constituem um todo homogéneo, embora sejam comumente tratados como tal” (Pinto e Faria, 1996, p. 93). Partilham, todavia, na sua maioria, traços que facilitaram a sua integração: emigrantes de primeira geração, jovens e qualificados, com ligações significativas à metrópole. O retorno deste contingente populacional vai ter impactos diversos no país que se exploram seguidamente: demográficos, económicos, políticos e socioculturais.

1.5 Impactos do repatriamento

O retorno, “um movimento súbito e rápido, no qual estiveram envolvidos indivíduos de todas as gerações e estatutos sociais” (Pires *et al*, 1984, p. 22), teve um impacto relevante na estrutura demográfica do país e na sua distribuição regional, e na dinâmica económica, política e sociocultural portuguesa.

Ao nível demográfico, a inclusão na sociedade portuguesa de 417.427 indivíduos, 5% da população, influenciou positivamente as tendências regressivas da evolução populacional e atenuou as assimetrias regionais, dinamizando as zonas mais despovoadas do país. A maioria dos retornados regressou aos distritos de naturalidade, sendo Lisboa e o Porto as principais zonas de concentração, e 43% residia em apenas três distritos (Lisboa, Porto e Setúbal). O maior impacto demográfico regista-se, porém, nos distritos periféricos, dada a proporção de retornados na população residente.

Na dinamização económica do país, os retornados são maioritariamente jovens e do sexo masculino, com qualificações escolares e profissionais acima da média portuguesa, representando 4,8% do total da população, mas 5,9% dos ativos nacionais, especialmente reintegrados no sector terciário, nos serviços. Observa-se um peso relativo nas profissões mais qualificadas e com menor número de efetivos e esta sobrequalificação relativa da população repatriada tem um maior impacto nas regiões interiores mais deprimidas, onde se assiste a um “revigorar, tanto da estrutura social como da estrutura produtiva” (Martins, 1986, p. 157). O repatriamento, apesar de ocorrer em período de crise económica, e de turbulência social e política pós revolução, supriu as novas necessidades do mercado de trabalho e reforçou a população ativa, especialmente a mais jovem e a mais qualificada.

O impacto económico é também significativo no que respeita aos gastos com o retorno, absorvendo uma parte do orçamento de Estado, pelas ajudas financeiras prestadas aos retornados, ainda que usufruídas por uma minoria, nos primeiros anos de acolhimento e de integração, nomeadamente os custos de transporte, de alojamento, os subsídios atribuídos pelo IARN e os programas específicos para a criação de empresas e de postos de trabalho (CIFRE) e para a habitação (CAR).

No âmbito político, tornou-se inevitável a criação de estruturas de acolhimento e

de integração dos repatriados (IARN, Secretaria de Estado dos Retornados, Comissariado dos Desalojados, Comissões Concelhias, entre outros) e a publicação de legislação específica que respondesse às necessidades de inclusão dos retornados, embora esta tenha sido sempre de carácter excecional e transitório e procurando “evitar a criação de condições para uma negociação coletiva da integração, favorecendo, em alternativa, uma lógica de individualização” (Pires, 2003, p. 243). Foi ainda relevante, embora tardia, a realização de um recenseamento dos desalojados, que se iniciou apenas em finais de junho de 1976, e cujo objetivo principal era identificar os repatriados que teriam acesso aos apoios estatais.

O equilíbrio partidário foi também afetado pelo retorno, associando-se os retornados ao voto nos partidos mais conservadores (CDS e PSD) e opondo-se, na sua maioria, a partidos e a governos de esquerda que consideravam responsáveis por uma descolonização desastrosa que não teve em conta os seus interesses. Todavia, considera-se que “a integração dos chamados retornados foi relativamente pacífica. Exceções, a confirmar a regra, foram os casos de adesão de alguns retornados às redes bombistas e de criminalidade, comum de sucessivos «verões quentes». Mas os constantes apelos à organização de retornados num partido político, apontado contra a descolonização, não tiveram êxito, apesar da multiplicação de siglas no cenário político e social português” (Guerra, J. P., 1996, p. 118).

No impacto sociocultural, os percursos sociais e familiares apresentam traços distintivos. Por um lado, os repatriados regressaram depois de vivenciarem um clima de guerra. “De facto, a movimentação de pessoas de Angola para Portugal, entre 1974 e 1976, refletiu, par e passo, o crescendo da violência que se instalou no território angolano até o limite de uma guerra civil generalizada” (Peixoto, 2011, p. 1). Por outro lado, nas colónias africanas havia menor controlo e maior mobilidade social e os portugueses retornados encontravam-se no topo da hierarquia e um evidente “desafogo económico, inimaginável (...), de um modo geral, em todo o país, repercutiu-se em normas de sociabilidade ancoradas em experiências de vida, de lazer e de consumismo (na época) desconhecidas para a maioria dos portugueses metropolitanos e que os retornados não se cansam de descrever” (Oliveira, 2008, p. 5). Deste modo, aquando do

retorno, uma “frequente descida de escalão social, associada ao facto de, em geral, serem repatriados sem os seus haveres, deixando na colónia a casa, os parentes falecidos e um passado construído com esforço, quando não todo o dinheiro, e, a que se acrescenta muitas vezes, a experiências de guerra, fazem com que os repatriados se apresentem, face às manifestações psicopatológicas associadas a essa sua condição, de um modo muito diferente dos imigrantes ou mesmo dos migrantes internos” (Droux, 1986, p. 52). Estes aspetos ‘traumáticos’ do retorno estão ainda por investigar, bem como os seus efeitos na integração dos retornados.

As formas de sociabilidade diversas da metropolitana definiram núcleos familiares com características próprias: a população repatriada aderiu mais frequentemente ao casamento, porém também registava uma taxa de divórcios superior; tinha, em média, menos filhos e atribuía um valor relevante à escolarização das crianças e dos jovens (nos repatriados em idade escolar, a taxa bruta de escolarização no ensino secundário e no ensino superior é duas vezes superior à da maioria da população residente).

As mulheres retornadas, globalmente mais emancipadas nas colónias, especialmente as mais jovens, parecem ter sido alvo de “críticas e de preconceito. As raparigas iam juntamente com os rapazes ao café no fim de jantar e eram duramente criticadas não só pelo facto de saírem à noite, mas também porque fumavam, vestiam-se e arranjavam-se de forma diferente: roupas mais curtas, mais justas, mais coloridas e usavam maquilhagem” (Vieira, 2013, p. 92). Alguns anos mais tarde, após um período de crítica e de tensão, a influência destas mulheres na sociedade portuguesa deverá ter um peso considerável, mas é igualmente uma temática que carece de aprofundamento em termos de investigação.

Refira-se ainda que o regresso dos colonos portugueses de África contribuiu ainda para um aumento substancial dos grupos religiosos minoritários, especialmente o dos muçulmanos.

O contexto do retorno é também determinante: um clima pós revolucionário de significativas mudanças sociopolíticas. “O dramatismo das ruturas operadas com o 25 de abril e a não menos dramática resistência de algumas continuidades com o regime

anterior transformaram Portugal, durante algum tempo, num intrigante laboratório de ação e de inovação sociais” (Santos, 1992, p. 9). É neste ambiente social novo e ‘experimental’ que os retornados serão integrados, com o inestimável apoio familiar e comunitário.

O impacto do repatriamento da África portuguesa na sociedade metropolitana é múltiplo e indiscutível. Propõe-se, nesta investigação, averiguar se foi socialmente percecionado, e de que formas, pela população retornada e pela de acolhimento. As representações sociais do retorno podem ser identificadas através da imprensa da época, na qual “os textos são social e culturalmente construídos, mas também influenciam a sociedade e a cultura, de modos que podem ser transformativos, bem como reprodutores” (Fairclough, 1995, p. 34). Discute-se, no capítulo seguinte, o conceito de representação social, em especial na linguagem e no discurso de imprensa, e traça-se um breve historial das fontes primárias estudadas, os jornais Diário de Notícias e Primeiro de Janeiro.

Capítulo 2 - Representações sociais do repatriamento da África portuguesa

Neste capítulo, numa primeira parte, discute-se, ainda que sucintamente, o conceito de representação social, bem como conceitos ‘aparentados’: preconceito e estereótipo. A dualidade entre o individual e o coletivo, o objetivo e o subjetivo, são também questões teóricas suscitadas nos processos mentais de manipulação das representações sociais.

Numa segunda parte, especifica-se o papel da linguagem nas representações sociais. Parece óbvia a cumplicidade dos conceitos: nas interações sociais, nas relações dos indivíduos em sociedade, assentes num conjunto de regras e de valores culturais partilhados, a linguagem é representação social e a representação social é linguagem. E também na investigação histórica “não se trata de factos ou acontecimentos, mas de representações verbais” (Mattoso, 1988, p. 41).

Numa terceira parte, considerando-se que “tanto as opções por discursos possíveis, como a seleção dos modos particulares de articulação dos mesmos, representam escolhas ideológicas significantes” (Fairclough, 1995, p. 102), foca-se a linguagem no discurso de imprensa: que linguagem e que impactos da mesma nas representações sociais?

Por último, esboça-se um breve historial dos jornais analisados, Diário de Notícias e Primeiro de Janeiro, uma vez que “a análise de conteúdo, focando-se na leitura e na interpretação de determinados textos, reconhece a necessidade do conhecimento das suas fontes: quem escreve, lê, aprecia os textos; o que é que os textos significam e para quem” (Krippendorff, 2004, p. 90).

2.1 Representações sociais

“Somente as pessoas superficiais não julgam pela aparência. O mistério do mundo está no visível e não no invisível.”

Oscar Wilde

As representações sociais, conceito fundamental da psicologia e da sociologia, são modos de interpretação e de classificação do todo que nos rodeia, segundo uma escala de valores predominantemente coletiva, pois “resultam de práticas sociais” (Potter, 2004, p. 22). De acordo com o *zeitgeist* cognitivo, ou ortodoxia cognitiva, base da teoria geral do comportamento humano: “i) as pessoas comportam-se de acordo com o conhecimento adquirido; ii) o conhecimento é constituído por representações mentais; iii) a atividade cognitiva consiste na manipulação destas representações, ou seja, a aplicação nestas de operações computacionais” (Shanon, 1993, p. 2).

Nos processos mentais de “manipulação” das representações, “conseguimos representar para nós próprios dois tipos de fenómenos que são distintos e opostos. Por um lado, há a ordem que prevalece no mundo” (Moscovici, 1996, p. 263), por outro, selecionam-se objetos, ou representações, que respondem a desejos pessoais e servem objetivos individuais. O binómio pessoa/coletivo está presente nos processos cognitivos de projeção, de objetificação e de ancoragem das representações sociais.

As “operações computacionais” de projeção e objetificação pressupõem que “o conteúdo mental dos indivíduos, os seus julgamentos e ideias são separados e assumem um carácter externo” (*idem*, p. 266), isto é, projetam-se e tornam-se ‘objetos’, formas autónomas, que povoam o mundo em que vivemos e agimos. Num posterior, e simultâneo, processo mental, ou “operação computacional”, de ancoragem, uma representação penetra e associa-se a outras, dando-lhes significado e utilidade, favorecendo “uma rede de significados (...) e a atribuição de sentidos a acontecimentos, comportamentos, pessoas, grupos, factos sociais (...). Uma representação traduz-se, neste contexto, no código de interpretação no qual ancora o não familiar, o desconhecido, o imprevisto” (Brilhante, 2000, p. 69).

Num processo de inclusão social, no qual se centra a investigação, ou seja, nas representações sociais no repatriamento e na integração dos retornados portugueses, “os modos de incorporação dos atores individuais em novos quadros de interação, em consequência de processos de mudança social e de deslocamentos intra-sistema de ordem (ciclos geracionais ou mobilidade social) ou inter-sistemas de ordem (migrações), (...) devem ser entendidos como processos em que os atores participam ativa e motivadamente, com histórias diferenciadas e poderes desiguais, acionando, e, portanto, reproduzindo ou transformando os sistemas de regras sociais estruturadoras da interação (gramáticas sociais), de forma a reparametrizarem a sua inclusão na ordem interativa” (Pires, 2003, p. 50). Estão também aqui presentes os valores culturais soberanos, as regras aceites por todos no grupo dominante, bem como os percursos pessoais e sociais do grupo minoritário repatriado.

Os “poderes desiguais” podem ter tido um papel preponderante na integração de um novo contingente populacional, em óbvia desvantagem económica e social. Assume-se o risco de “estudar um ser humano que perdeu realmente a sua sombra” (Moscovici, 1996, p. 343), ou seja, a subjetividade do individual pode ter sido condicionada por imperativos contextuais singulares: a necessidade de inclusão rápida e sem conflitos sociais significativos ou prolongados. Relembre-se que os processos de integração social “não implicam a anulação das diferenças, das clivagens e dos conflitos sociais, mas assentam na premissa de que tais circunstâncias não coloquem certos grupos ou categorias sociais fora das estruturas correntes da sociedade” (Brilhante, 2000, p. 79). Em alguns grupos as “clivagens” podem persistir, mas são minimizadas, face à urgência e desejo de integração.

Deve-se ainda ter em conta o contexto histórico pós revolução, em 1974-75, seguido de relativa estabilidade, de 1976 a 1979, um período invulgar de rutura e de alterações sociais profundas, que alteraram, adaptaram e regularam as formas e as estruturas nas interações sociais da comunidade, do todo. E tão interessante é a mudança como o pode ser a continuidade, no universo complexo das representações sociais. Um grupo social dominante em processo de mudança poderá percecionar de forma mais favorável a integração de um grupo diferente. Por sua vez, o grupo repatriado

minoritário, apesar das indiscutíveis distinções nos percursos individuais e socioculturais numa sociedade colonial, não é acentuadamente diferente, tratando-se, na sua maioria, de emigrantes de primeira geração, com fortes ligações familiares e culturais a Portugal.

“Primeiro, há o contexto e a mediação, os quais definem as características estruturais do sistema cognitivo. Estes fatores referem-se à teoria: especificam as características elementares, inerentes ao sistema cognitivo. Depois há três fatores com base nos quais o mundo é constituído – corpo ou organismo, o mundo e o ‘outro’ - e ainda as denominadas faculdades não-cognitivas. Estes definem o ambiente no qual se desenvolve a cognição” (Shanon, 1993, p. 280). Enquanto o corpo, o mundo e o ‘outro’ correspondem ao mundo exterior no qual se interage, o afeto e a motivação, propriedades não-cognitivas, são do domínio interno. As representações sociais, de acordo com os sete fatores de Shanon, dependem também do contexto, das dinâmicas relacionais, de domínio ou de dependência, a título de exemplo, bem como das variáveis emocionais, de âmbito pessoal. Num contexto de repatriamento, o facto de “nos identificarmos com uma nação (...) determina o modo como julgamos e somos julgados na sociedade” (Scudder, 2009, p. 2) e a questão da identidade nacional não era problemática no caso dos retornados portugueses, embora se pudessem considerar “portugueses de África”, percecionando as colónias como uma extensão de Portugal.

Uma breve abordagem teórica do conceito de representação social não pode ignorar a sua correlação com as noções de estereótipo e de preconceito: são fenómenos sociais, ocorrem em teia social, entrecruzam-se e assumem o papel simultâneo de condicionalismo e de resultado, de causa e de consequência, e a sua origem e evolução são claramente influenciadas e interdependentes.

As representações sociais dominantes estão na origem dos estereótipos: a formação, o reforço e a mudança de estereótipos ocorrem sempre em contexto social. A palavra compõe-se por dois elementos de origem grega: *stereos* (rígido) e *tipos* (tipo, traço) e o conceito, complexo, e amplamente discutido no ramo da psicologia social, pode ser abordado nas dimensões cognitiva/emocional, individual/social e ainda normativa/errónea (Farinha, 2005).

O estereótipo reúne um conjunto de crenças, enquanto o preconceito traduz um afeto ou avaliação negativa que pode ou não conduzir à discriminação, à falta de igualdade no tratamento. O estereótipo ‘oferece’ uma realidade social organizada em pequenas ‘gavetas’, impregnada do conforto e da segurança na percepção e compreensão do todo, numa estratégia cognitiva de “economia na percepção da realidade, visto que uma composição semântica preexistente, geralmente muito concreta e imagética, organizada em redor de alguns elementos simbólicos simples, substitui ou orienta imediatamente a informação objetiva ou a percepção real” (Bardin, 2007, p. 47). Simplificações da realidade que podem ser exteriorizadas no preconceito, o qual, apesar da inegável dimensão coletiva, depende também de um percurso, controlo e ação individuais, mas “é uma verdade inquestionável que, quando nos juntamos e formamos um grupo, algo muda radicalmente. Pensamos e sentimos de forma muito diferente do que pensaríamos e sentiríamos como indivíduos. Podemos discutir o significado desta diferença, mas não podemos negar a sua existência” (Moscovici, 1996, p. 4).

Na formação de estereótipos, a categorização em grupos distintos, as identidades sociais, produz uma acentuação nas diferenças. Os consequentes conflitos de interesses entre grupos, bem como a suposta ameaça do exogrupo, conduzem à deterioração das imagens mútuas e aos correspondentes estereótipos negativos.

A transformação dos estereótipos pode ocorrer ao nível temporal quando “a mudança é associada a acontecimentos históricos e sociais, por exemplo, a mudança de estereótipos nacionais como resultado de alianças e conflitos internacionais. O conteúdo do estereótipo mantém-se, mas aumenta ou diminui o grau de acordo grupal” (Farinha, 2005, s.p.). Observa-se também a mudança pelo contacto intergrupal, sob as seguintes “condições: i) Os membros dos dois grupos têm estatutos semelhantes; ii) As características dos membros do exogrupo não confirmam o estereótipo desse grupo; iii) A situação de contacto exige a cooperação entre os membros dos dois grupos; iv) A situação de contacto permite que os grupos se conheçam de forma pessoal; v) Existem normas sociais, tanto nos grupos como na situação, que favorecem o igualitarismo intergrupal” (*idem*, s.p.). No processo de mudança dos estereótipos influem os fatores contextuais e relacionais, externos e internos, individuais e coletivos que já tinham

participado na sua formação, fixação e ordenação.

No repatriamento da África portuguesa, verifica-se uma desigualdade de poderes, face à vulnerabilidade emocional e económica dos retornados, embora a fragilidade financeira fosse partilhada com a maioria da população da metrópole, também carenciada, o que produzirá uma representação negativa dos retornados como ‘privilegiados’.

O contexto de repatriamento tem revelado “um conjunto de situações que determinam a exclusão do acesso aos recursos disponíveis na sociedade recetora e à capacidade de participar plenamente nas atividades sociais. (...) O carácter subsidiário da cidadania é tanto mais enraizado quando este, não constituindo um grupo homogéneo e coeso, é incapaz de se organizar num movimento social com o objetivo de reivindicar os seus direitos específicos” (Brilhante, 2000, p. 88). A dispersão regional dos retornados, quando a maioria regressa às terras de origem, facilitou o contacto intergrupar, mas impossibilitou a coesão do grupo minoritário, bem como a satisfação das suas reivindicações.

As normas sociais favoreceram o igualitarismo intergrupar, sendo os repatriados “filhos de Portugal”, “nossos irmãos”; o contacto intergrupar intenso permitiu que os grupos se conhecessem e cooperassem, especialmente ao nível familiar e comunitário; e a perceção das características do exogrupo, “trabalhadores” e “dinâmicos”, não confirmou os estereótipos atribuídos a esse grupo, fatores que contribuíram para a mudança dos estereótipos e para uma integração rápida e pacífica. Todavia, nos primeiros tempos de integração, os retornados foram alvo de preconceito.

O preconceito pode ser entendido como “atitude negativa em relação a grupos desfavorecidos e aos seus membros, enquanto a discriminação é o comportamento injusto ou tratamento desigual relativamente a outros, com base na pertença a um grupo ou evidência de algum traço arbitrário” (Dion, 2002, p. 2).

Na perspetiva da vítima, ou alvo do preconceito, o fenómeno produz efeitos negativos: *stress* e sintomas psicológicos ou psiquiátricos. “Os que se encontravam em situação de preconceito revelavam mais comportamentos agressivos, tristeza, ansiedade e menor autoestima” (*idem*, p. 4). A suscetibilidade individual é variável, de acordo com

capacidades intrínsecas de resposta positiva e de superior consciência de si próprio.

Para alguns grupos, ou indivíduos dentro desses grupos, o preconceito pode oferecer uma oportunidade para reforçar a autoestima, em resposta ao *feedback* negativo da maioria ou dos membros do grupo dominante. “A consciência do preconceito e da discriminação também contribui para a dinâmica da ação social corretiva, como o protesto e a militância e correspondentes respostas coletivas” (*idem*, p. 9). A reação positiva traduz-se num superior laço comunitário com a minoria alvo de preconceito, num crescente sentimento de pertença e de identidade, por oposição ao outro: “em vez de se afirmar uma identidade pela imaginação, a identidade é aqui construída pela negação, através da diferenciação mútua entre duas comunidades” (Scudder, 2009, p. 6).

No repatriamento dos *pieds-noirs*, a dinâmica associativa, de contestação, de encontro ou cultural, conjectura uma resposta positiva de estreitamento de laços no grupo minoritário, não se verificando, principalmente nos primeiros anos de integração, interação significativa com o grupo dominante que os recebeu de forma pouco calorosa. Ainda hoje “os *pieds-noirs* revelam uma solidariedade excessiva e quase exclusiva que se manifesta no quotidiano pela procura do médico repatriado, do padeiro repatriado, do dentista repatriado (...) com o qual podem (...) evocar o passado” (Jordi, 2002, p. 21).

Nos retornados esse regresso ao passado parece ocorrer principalmente nos núcleos familiares, observando-se uma aparente integração plena no grupo de acolhimento. No entanto, os efeitos negativos de *stress* ou os sintomas psicológicos e psiquiátricos associados à receção hostil, tendo sido alvo de estereótipos e de preconceito, não foram ainda explorados, assim como a influência na sua integração.

A formação do preconceito, como fenómeno ligado aos conceitos de cultura e de valores sociais e culturais parece óbvia: “valores sociais, em seu conjunto e na sua variedade, são assim os reguladores da existência de uma coletividade humana. Se representam características gerais de adaptação atualizada da considerável maioria da massa humana, realizam estados de equilíbrio duradouro e assegurado” (Veiga, 1949, p. 47). Os valores que regem, consciente ou inconscientemente, uma sociedade definem o ‘bem’ e o ‘mal’ e “se as oposições binárias são uma forma de simplificação, elas não se podem reduzir a este efeito: constituem um processo universal fundamental da produção

de sentido” (Sousa, 2003, p. 73) que aparta o socialmente aceitável do marginal, induzindo ao preconceito. “São as pequenas pedras que estruturam solidamente, por combinação organizada, os grandes edifícios” (Veiga, 1949, p. 110).

A cultura e os valores sociais dominantes são quase sempre impostos por uma maioria, o que nos conduz novamente ao conceito de eurocentrismo. A cultura europeia, dita moderna e mais esclarecida, especialmente a partir do grito revolucionário “*Liberté, fraternité et égalité*”, defendido na Revolução Francesa, de 14 de Julho de 1789, tem-se afirmado como um modelo de desenvolvimento humano, porém, curiosamente, “na Europa, o processo que levou à formação de estruturas de poder configuradas como Estado-nação, começou com a emergência de alguns poucos núcleos políticos que conquistaram o seu espaço de domínio e se impuseram sobre os diversos e heterogêneos povos e identidades que o habitavam” (Quijano, 2003, p. 227).

Intrinsecamente ligado ao eurocentrismo, o conceito de modernidade, numa perspectiva de saída da Humanidade de um estado de imaturidade regional ou provinciana, pode perversamente conduzir, ao denominado ‘mito da modernidade’, descrito no capítulo anterior, compreendido e aceite como justificação para uma praxis irracional de violência. “É a atitude mental de preconceito, com raízes numa visão eurocêntrica e ocidentalizada, que determina o indivíduo para a ação, não pelo conhecimento exato dos factos, mas pela convicção sentimental de que a realidade corresponde perfeitamente à situação do seu agrado, por ele imaginada e de que se sente completo senhor” (Veiga, 1949, p. 53). O preconceito no pensamento (ideologismo), na expressão (verbalismo) ou na ação (formalismo) resulta de um processo mental complexo e repleto de “indução incompletas e das deduções puramente abstratas, sem ulterior comprovação objetiva” (*idem*, p. 16).

Nos repatriamentos dos retornados e dos ‘*pieds-noirs*’ o preconceito das sociedades metropolitanas, modernas e eurocêntricas, conduz à rejeição, nos primeiros anos, de grupos de colonos ricos, grandes proprietários e exploradores dos povos indígenas, associados a um passado colonial que se pretende apagar.

Conclui-se que os conceitos de representação social, de preconceito e de estereótipo e, por inerência, o de eurocentrismo, se entrecruzam em contextos sociais e

em percursos individuais: a visão do eu e do outro é profundamente marcada por distinções e hierarquizações, coletivas e pessoais. A cristalização de estereótipos e o fenómeno do preconceito no indivíduo parecem advir de meras representações sociais que este aceita como verdades (in)questionáveis.

Os processos de mudança, em valores e atitudes sociais, caracterizam-se pela lentidão e morosidade, enquanto dependentes de toda uma cadeia social e comunicativa complexa: hesitação e reformulação na visão dominante, seguida de mudança nos estereótipos e, finalmente, de eliminação do preconceito. “Uma das sérias dificuldades que tem de vencer tanto o progresso em geral, como a acuidade de espírito, para fazerem penetrar numa sociedade qualquer descoberta subtil ou mera noção nova, como bem já notara Goethe, no começo do passado século, em suas conversas com Eckermann, é a impropriedade da linguagem tradicional para traduzi-las. E observava que tanto mais grave o problema, quanto mais consumada, estruturada e cristalizada ou imobilizada a língua” (Veiga, 1949, p. 119). É nesta discussão, sobre representações sociais e sua interação na linguagem, que se centra a secção seguinte.

2.2 Representações sociais e linguagem

“O que nos separa é a realidade.

O que nos une são as palavras.”

Goethe

“Cada língua distingue as zonas de proximidade (inerência, dependência, aquisição, compreensão, etc.), através de semiologias múltiplas que revelam escolhas culturais” (Pottier, 2001, p. 7). Os processos discursivos inferem representações sociais, pois cada língua transporta um rol cultural, socialmente selecionado e hierarquizado. Assim, por “movimentos de sinais, a linguagem estabelece contactos e formas de troca e decide sobre valores (...). Deste modo, é a linguagem que desempenha o papel de *logos* na nossa sociedade, concebida para ser a verdade da consciência e do consenso através dos quais nos compreendemos” (Moscovici, 1996, p. 340). Em suma, “as representações são denominadas pelos signos e os signos designam as representações” (Pottier, 2001, p. 28). A diversidade linguística permite-nos ainda “aceder aos mecanismos detalhados através dos quais as condições sociais evoluem ou são minimizadas” (Fairclough, 1995, p. 15), dela se apuram representações sociais, bem como a sua evolução.

Ao património linguístico, que transporta percursos pessoais e valores culturais comuns, associa-se ainda o papel da subjetividade que julga, ordena e mede, as avaliações pessoais, porém também inerentemente sociais, que comparam preferências e estabelecem diferenças. Neste processo mental, “a igualdade e a uniformidade nos objetos é anulada (...). Revela-se uma hierarquia, de acordo com a qual algo se torna superior a outro, melhor que o outro (...). A monótona similaridade da Natureza é substituída pela diferença, e até pela desigualdade, que define a qualidade de cada um” (Moscovici, 1996, p. 263). Há então uma emaranhada estruturação, organização e hierarquia individuais, para além da complexidade nas prévias, e simultâneas, disposição, estrutura e ordenação, por mecanismos coletivos ou sociais.

Por um lado, a linguagem traduz interpretações e hierarquizações pessoais e valores culturais comuns, socialmente ordenados. “Os enunciados analíticos (como «a baleia é um mamífero»), verdadeiros por definição, supõem igualmente um saber cultural, partilhado por uma comunidade” (Pottier, 2001, p. 10). Por outro, as representações sociais expressam-se, consolidam-se e alteram-se pela linguagem, pela comunicação em sociedade. “A relação entre as categorizações do pensamento e as categorias linguísticas é complexa. As primeiras são gerais, abstratas, simples, e servem de suporte às segundas que enriquecem o modelo através de todos os contributos de uma cultura, de uma prática, de uma história” (*idem*, p. 16).

Na linguagem implícita os contributos culturais são particularmente mobilizados. No entanto, “os usos metafóricos da linguagem são frequentemente vistos como literais, já que o indivíduo que usa o termo pode não ter consciência da sua raiz metafórica. Em termos conceptuais, é muito difícil estabelecer uma distinção clara e válida entre usos metafóricos e literais da linguagem” (Potter, 2004, p. 180).

Num contexto de mudança social e política, como no período estudado, a linguagem acompanha as transformações e as novas formas de sociabilidade, num “turbilhão de criatividade social típica de um período de crise revolucionária” (Santos, 1992, p. 141). A linguagem adapta-se e recria-se, sendo especialmente dinâmica em contextos de rutura social. “O poder constituinte da linguagem e dos esquemas de perceção e de pensamento que ele concede, nunca é tão visível como nas situações de crise: essas situações paradoxais, extraordinárias, requerem um discurso extraordinário, capaz (...) de exprimir tudo o que a situação criada pode ter de inaudito, de inefável” (Bourdieu, 1998, citado por Sousa, 2003, p. 25).

Para além das profundas mutações sociais, Portugal rompe com um longo período de ditadura, propondo-se consolidar, com alguns obstáculos e turbulências, um regime democrático e “uma nova situação política provoca, também, profundas alterações na língua, no vocabulário, nos conceitos correntes. Desde logo se verificou um processo bastante rápido e generalizado de politização da linguagem” (Tengarrinha, 2006, p. 113). Essa politização da linguagem será certamente expressa e reforçada no discurso dos meios de comunicação social.

Relembre-se que a linguagem, enquanto construção e representação de sistemas, interações e ordem, também é uma manifestação do poder. “Como escreveu Nietzsche, o direito soberano de ‘nomear’ é tão relevante que podemos conceber a origem da linguagem como uma expressão do poder pelos governantes (...). Atribuem um som a todas as coisas e a todos os acontecimentos e controlam-nos” (Ovalle-Bahamón, 2003, p. 148). Neste contexto, não se pode negligenciar os *media* e a sua “posição formativa e de influência nas sociedades contemporâneas. Compreender a forma como as relações são construídas, nos meios de comunicação social, entre aqueles que dominam a economia, a política e a cultura, é uma parte importante na compreensão geral das relações de poder e de domínio” (Fairclough, 1995, p. 126). E “os mais visíveis do ponto de vista das categorias de percepção em vigor são os que estão mais bem colocados para mudar a visão, mudando as categorias da percepção. Mas, salvo exceção, são também os menos inclinados a fazê-lo” (Bourdieu, 1989, citado por Sousa, 2003, p. 55).

2.3 Representações sociais no discurso de imprensa

“Se a arte de escrever foi o mais admirável invento do Homem, o mais poderoso e fecundo foi certamente a Imprensa. Não é ela mesma uma força, mas uma insensível mola do mundo moral, intelectual e físico, cujos registos motores estão em toda a parte e ao alcance de todas as mãos, ainda que mão nenhuma, embora o presuma, baste só por si para a fazer jogar.”

Alexandre Herculano

Numa breve abordagem da temática das representações sociais no discurso jornalístico e, mais especificamente, na imprensa, dois aspetos devem ser discutidos: o tipo de linguagem, com características específicas, dos textos deste género e o impacto ou impactos dessa mesma linguagem nas representações sociais.

Em primeiro lugar, sabe-se que “as personagens jornalísticas partilham dos traços fundamentais das paraliterárias em que, à semelhança do que sucede em romances ou folhetins de aventuras, a complexidade cede lugar à «eficácia normativa» pouco incomodada com «subtilezas psicológicas». A personagem jornalística traduz-se, em geral, numa «*mimésis* rudimentar» que facilita os efeitos de identificação, na medida em que reduz a complexidade dos seres retratados” (Mesquita, 2003, p. 126). Por outro lado, “o discurso dos *media*, e mais particularmente o das notícias, detém propriedades que o aproximam do discurso do drama. (...) Nomeadamente, a importância do tempo presente, a simplificação do discurso inerente à necessidade de clareza, o carácter apelativo desse discurso (muitas vezes por via afetiva), a presença de narrativas que concentrem a ação em torno de um pequeno núcleo de pessoas” (Sousa, 2003, p. 31)

A “simplificação” e a “dramatização” dos sujeitos, dos eventos e dos contextos fornecem, contudo, dados relevantes relativos à complexidade das interações sociais, nas quais intervêm o explícito e o implícito. “Quando se avalia a filosofia de uma época, não se deve dirigir a atenção para as posições intelectuais explicitamente defendidas. Haverá algumas assunções fundamentais, as quais são inconscientemente pressupostas, por aderentes de sistemas diferenciados, naquela época. Estas assunções parecem tão

óbvias que as pessoas ignoram que as defendem, uma vez que nunca lhes ocorreu outra forma de colocar as questões” (Whitehead, Alfred North, *Process and Reality*, 1929, citado em Shanon, 1993, p. 241).

Presume-se que, face a uma linguagem simples e, provavelmente impregnada de simbolismos sociais elementares, o discurso de imprensa privilegia as representações sociais dominantes, facilmente apreendidas por todos, e que provavelmente correspondem ao aceite e reproduzido pela maioria, ou seja, o “seu regime de verdade, a sua política global de verdade (...), o conjunto das leis de acordo com as quais o verdadeiro e o falso são separados e aspetos específicos do poder se ligam à verdade” (Michel Foucault, citado em Lyob, 1995, p. 26).

A imprensa é também “um instrumento de construção de memória, orientada pelo poder” (Mattoso, 1988, p. 91), ao “produzir e reproduzir relações desiguais de poder” (Fairclough, 1995, p. 14). No entanto, “é possível avaliar a importância de representações particulares, relações ou identidades para as relações de domínio, sem envolvimento em questões de verdade. Sabermos se uma proposição socialmente indiscutível ajuda a produzir ou a reproduzir relações de domínio é independente do julgamento sobre a sua verdade ou sua falsidade” (Fairclough, 1995, p. 15). O interesse da análise de conteúdo dos textos jornalísticos centra-se, nesta perspetiva, nas relações sociais, sendo marginal a ‘verdade’ dos factos históricos.

Os meios de comunicação social, canais abrangentes e eficazes, têm assumido um papel preponderante na reprodução, assim como na influência, de representações sociais dominantes, mesmo que numa linguagem simplificada, e independentemente da sua ‘verdade’ ou ‘falsidade’: são ‘espelhos’ e, simultaneamente, agentes ativos na sua configuração, reforço e transformação. A imprensa exerce igualmente esse ‘quarto poder’, “expressão que se situa essencialmente ao nível das perceções. Embora com variações, consoante as épocas históricas e as tendências ideológicas, o jornalismo está associado à ideia de força persuasiva” (Mesquita, 2003, p. 74).

De facto, ainda que não ao nível dos poderes institucionalizados, os jornais não só veiculam, mas também influenciam as imagens sociais, “ao escolherem factos para noticiarem rejeitando outros, ao destacarem uns, em detrimento doutros, interferem – no

caso dos *media* mais influentes tantas vezes de forma decisiva – nas representações sociais dos fenómenos e das instituições, dos atores sociais e das ideias” (Sousa, 2003, p. 35). As opções editoriais deduzem e influenciam as perceções sociais dominantes. “Há uma lógica nos textos narrativos e a organização dos elementos numa história pode afetar muito a nossa perceção dos significados dos acontecimentos narrados. Este é, de facto, o propósito da edição” (Berger, 1998, p. 21). Assim, “no título, no lead, nas gravuras, nas próprias legendas das gravuras, no interior dos textos, pontifica a insistência, a repetição do sentido (...), convidando (o leitor) ao reencontro constante com aquilo que já conhece. Na verdade, e para além da informação nova, o que o leitor procura no jornal é, sobretudo, a confirmação dos elementos que já fazem parte do seu universo referencial” (Rebelo, 2002, p. 120). As representações sociais são veiculadas, mas também consolidadas e revigoradas no discurso da imprensa.

No repatriamento das colónias portuguesas em África, “a população retornada foi rapidamente alvo de estereótipos negativos no discurso popular metropolitano e a designação «retornado» conjeturava o estigma social. Os estereótipos negativos eram fortemente reforçados na imprensa” (Lubkemann, 2003, p. 78).

Os jornais seleccionados, fontes primárias da investigação, de distribuição nacional, com significativa abrangência e influência, reproduziram, mas também interferiram nas representações sociais do repatriamento. O contexto pós revolução, bem como os percursos distintos dos dois periódicos, condicionaram opções editoriais e discursos dominantes. Conclui-se este capítulo com uma breve abordagem do historial do Diário de Notícias e do Primeiro de Janeiro. “Para melhor conhecer as motivações dos jornais e as verdadeiras razões que por vezes ocultam sob as teses defendidas, é indispensável conhecer, antes de tudo, os seus percursos e compromissos, as suas ligações a redes de interesses, as suas sujeições ou independência o que normalmente não é fácil descortinar” (Tengarrinha, 2006, p. 83).

2.4 Fontes primárias: Diário de Notícias e Primeiro de Janeiro

O **Diário de Notícias** nasceu a 1 de janeiro de 1865, sendo atualmente o jornal diário mais antigo da imprensa portuguesa. “Embora tendo publicado dois números-programa (o que era comum no tempo, com antecedência variável relativamente ao aparecimento efetivo) em dezembro de 1864, é a data do primeiro número, em 1 de janeiro de 1865, que deve considerar-se” (Tengarrinha, 2006, p. 214).

No número-programa, publicado a 29 de dezembro de 1864, delineavam-se os objetivos principais: “A publicação que hoje empreendemos, convencidos da sua necessidade e utilidade, visa um único fim - interessar a todas as classes, ser acessível a todas as bolsas e compreensível a todas as inteligências” (Editorial do 1º número-programa, publicado em Diário de Notícias, 2014, p. 1). O preço de venda era de apenas 10 réis, o preço de um ovo em 1864, assumindo-se, logo na sua formação, como jornal popular, ao alcance de “todas as bolsas”, ou seja, de todas as classes sociais, numa intenção clara de democratização da informação. É nesta ‘pequena imprensa’ (jornais populares), a “prodigiosa invenção que se deve considerar a mais poderosa alavanca democrática” (Fernandes, 2014, p. 62), que o Diário de Notícias se integra.

A originalidade na venda direta pelos ardinas, substituindo a predominante venda por assinatura, e o recurso a anúncios publicitários como fonte de financiamento podem também explicar a evolução considerável das tiragens, dos 5 000 exemplares iniciais aos cerca de 30 000 no final do século XIX. “O segredo do seu espantoso sucesso resultou da combinação do baixo preço e da aparente «independência» perante as correntes políticas, com elevadas tiragens (reduzindo o custo unitário de produção) e os rendimentos com a publicidade” (Tengarrinha, 2006, p. 214).

Para além da abrangência, a imparcialidade é também uma proposta: “Não discute política, nem sustenta polémica. Regista com a possível verdade todos os acontecimentos, deixando ao leitor, quaisquer que sejam os seus princípios e opiniões, o comentá-los ao seu sabor” (Editorial do 1º número programa, publicado em Diário de Notícias, 2014, p. 1). Afasta-se das publicações da época que eram “em regra, instrumentos partidários escritos em tom agressivo e insolente, com muita literatice pelo

meio, que batiam com estrondo no peito, em defesa de interesses (...). Não era jornalismo, era intriga, insídia, e foi isto que o Diário de Notícias propôs mudar” (Diário de Notícias, 2014, editorial pelo diretor André Macedo, p. 4). Seria, com esse propósito, “escrito em linguagem decente e urbana, as suas colunas são absolutamente vedadas (...) às injúrias, às alusões desonestas” (Editorial do 1º número-programa, publicado em Diário de Notícias, 2014, p. 1).

As preocupações com a atualidade e a diversidade noticiosa estão igualmente presentes, pretendendo-se “uma compilação cuidadosa de todas as notícias do dia, de todos os países e de todas as especialidades, um noticiário universal. (...), reproduzindo, à ultima hora, todas as novidades” (Editorial do 1º número-programa, publicado em Diário de Notícias, 2014, p. 1). Surge, assim, o primeiro diário português intencionalmente noticioso, neutro, independente e massificado.

Apesar do seu caráter popular, “o jornal que se apresentara distinto do jornalismo pedante e de elite, começa a fazer saber que os escritores são bem-vindos a estas páginas com cada vez mais leitores. O jornal tateia, experimenta o leitor” (Fernandes, 2014, p. 68) e conta com a colaboração de vultos da literatura portuguesa como Pinheiro Chagas, Camilo Castelo Branco, Bulhão Pato, Eça de Queirós e Ramalho Ortigão.

A fundação do Diário de Notícias deve-se a Eduardo Coelho, que o dirigiu até à sua morte, em 1889, e a Tomás Quintino Nunes, proprietário da Tipografia Universal. A direção foi depois assumida por Brito Aranha, em 1889, após a morte de Eduardo Coelho, seguindo-se Alfredo da Cunha, genro de Eduardo Coelho, entre 1894 e 1919. Foi ainda dirigido por Augusto de Castro, Eduardo Schwalbach e José Pereira Coelho.

Ao longo do seu percurso, a objetividade e a imparcialidade, que defendiam como elementos estruturadores do jornal, “camuflavam habitualmente uma posição conservadora de apoio ao poder estabelecido” (Tengarrinha, 2006, p. 215) e, durante a ditadura, foi mesmo um órgão ‘não oficial’ do regime. “Muito embora os fundadores do DN tenham feito um esforço para afastá-lo de conotações políticas, é com uma imagem conotada com o regime que o jornal vai atravessar o longo período do Estado Novo (1926-1974), sendo nele publicadas uma série de célebres entrevistas feitas por António Ferro ao ditador português, Oliveira Salazar. Ferro, diretor do Secretariado de

Propaganda Nacional, entrevistaria ainda Mussolini e Hitler para o jornal que tinha passado a ser dirigido por Augusto de Castro, uma destacada figura política do Estado Novo, mantendo-se à frente do periódico, com alguns interregnos, até 1971” (Gomes, 2012a, p. 370). Nesta fase da história do jornal, em que visivelmente se perdeu o rumo de ‘independência’, preferindo-se “estar sentado à mesa do regime, ou ser humildemente, erradamente, convidado para um café” (Diário de Notícias, 2014, editorial pelo diretor André Macedo, p. 4), o DN é “um dos barómetros mais sensíveis da evolução da opinião pública tolerada pela ditadura” (Cabral, 2014, p. 42).

Entre 1971 e 1974, a direção é entregue a Fernando Fragoso, substituído, após o 25 de abril de 1974, uma vez que se encontrava ‘ligado ao antigo regime’, num processo rápido e controverso de sucessivos saneamentos. Em junho, José Ribeiro dos Santos e José Carlos Vasconcelos, de tendência socialista, assumem a direção editorial e tentam ‘apagar’ a associação do periódico ao regime do Estado Novo. Todavia, em abril de 1975, substituem-nos Luís de Barros e José Saramago, mais próximos do Partido Comunista. Tratava-se então de um claro projeto político, para um jornal ‘militante’, ao serviço da revolução e do MFA, bem patente nas palavras do futuro Nobel da Literatura: “um instrumento nas mãos do povo português, para a construção do socialismo” (José Saramago, citado em Gomes, 2012a, p. 377). Uma óbvia inclinação ideológica e partidária que será contestada, registando-se manifestações à porta do jornal e “gritando-se frases como «O Diário de Notícias é do Povo, não é de Moscovo»” (*idem*). A objeção é também interna, com constantes tensões entre fações de trabalhadores de posicionamento político distinto, e frequentemente oposto, conduzindo, em agosto de 1975, ao saneamento coletivo de jornalistas que se opunham à linha editorial do periódico – o ‘Caso dos 24’.

Após o 25 de novembro, a suspensão temporária da imprensa lisboeta leva ao encerramento do jornal até 22 de dezembro, quando a direção é entregue a Mário Mesquita e Vítor Cunha Rego, conhecidos militantes do partido Socialista, que traçam as linhas orientadoras do seu projeto: “Este jornal pertence ao Estado Português. Não pode ser feudo de nenhum grupo social, nem de qualquer organização política. Na sua prática diária, há de reger-se pelos grandes princípios já definidos, na Assembleia

Constituinte, para a Imprensa Estatizada: pluralismo de opiniões e independência perante o Governo e a Administração Pública. (...) Pluralismo que entendemos, não como somatório de elucubrações ideológicas ou amontoado de propagandas sectoriais, mas como possibilidade de expressão e confronto das correntes políticas representativas.” (DN, 22/12/1975, p. 1).

No entanto, este episódio espoletou uma maior consciência do papel interventivo da comunicação social, levando a uma reflexão e posterior regulamentação sistemática do setor. “Sendo praticamente consensual a tese de que a imprensa teve grandes responsabilidades na criação do estado emocional que proporcionou o golpe de 25 de Novembro, e uma vez superada a crise que este originou, o setor da Informação é alvo de múltiplas reflexões. A este respeito, posições como as do Presidente da República e do Primeiro-ministro são particularmente esclarecedoras. Para Costa Gomes houve uma «criminosa e maldosa manipulação de setores da informação pública, orquestrados para criar um clima tenso e angustiante (...)». No mesmo sentido, Pinheiro de Azevedo questiona se os órgãos de Informação «se encontram ou não conscientes de que não podem vir a cometer os mesmos excessos e erros», que considera como «verdadeiros atos preparatórios ou contribuintes da rebelião armada»” (Gomes, 2012b, s/p).

Nos nossos dias, o Diário de Notícias prossegue o seu caminho, mantendo-se como um dos jornais populares portugueses mais lidos, contudo ainda frequentemente associado a um posicionamento conservador e alinhado com os poderes instituídos.

O **Primeiro de Janeiro** publicou o primeiro número em 1 de dezembro de 1869, na cidade do Porto, e era um dos mais antigos periódicos da imprensa portuguesa, com especial influência no norte do país.

O seu nome está ligado ao movimento da ‘Janeirinha’, de 1 de janeiro de 1868, uma revolta popular, com epicentro no Porto, mobilizada por interesses sociais e comerciais contra a regulamentação do Imposto Geral de Consumo, imposta pelo Ministro da Fazenda, Fontes Pereira de Melo, a 17 de dezembro de 1867. É neste contexto que surge a publicação ‘A Revolta de Janeiro’, de 1 de janeiro a 1 de agosto de 1868. “Os comerciantes do Porto encerraram as lojas, o povo saiu à rua, e o governo

caiu. Em Junho desse ano, alguns dos promotores do movimento criaram o jornal A Revolta de Janeiro, que foi o antepassado direto d' O 1º de Janeiro” (Queirós, 2008, s/p).

O projeto, de óbvio cariz ideológico, visava, contudo, a defesa “serena” dos ideais de progresso, optando-se, no ano seguinte, pela mudança do título pouco pacífico do periódico. Mantinha-se, porém, o objetivo de dar voz a um programa político: “Agora que a nação tem a sua sorte pendente da escolha que os eleitores fizerem dos futuros deputados; agora que a gravidade das circunstâncias da abstenção eleitoral, uma falta imperdoável, e, da má escolha, uma traição; cumpre que os eleitores tenham bem presente a grande responsabilidade que sobre eles posa, a crítica situação em que o paiz se acha, e as importantes necessidades que urge dar remédio” (Santos, 2016, s/p). Afirmava-se como “um «jornal político e noticioso – órgão do Centro Eleitoral Portuense», publicando em toda a primeira página o programa político deste Centro. Pretendia sair duas vezes por semana, mas logo a partir do número 4, de 14 de janeiro de 1869, passou a diário” (Tengarrinha, 2006, p. 215).

Com a aquisição do jornal por Gaspar Ferreira Baltar, a configuração gráfica moderniza-se e de pequeno jornal de tendência política transformou-se num grande jornal de informação. “O proprietário do jornal era o dono da tipografia que o imprimia, António Augusto Leal. O Janeiro vendia pouco e só sobrevivia graças ao financiamento de um abastado comerciante que fizera fortuna no Brasil, Gaspar Baltar. A dada altura, ainda em 1869, Baltar terá achado que, uma vez que o jornal vivia à sua custa, talvez não fosse má ideia ser ele a administrá-lo. Assumiu, pois, a orientação do Janeiro, cuja direção viria depois a passar para o seu filho e homónimo. Pai e filho salvaram o jornal. Em boa verdade, a história do Janeiro só começa com eles. Mantiveram uma linha editorial de oposição, mas não queriam um pasquim político; ambicionavam, sim, construir um grande jornal de informação” (Queirós, 2008, s/p). Neste período, vendiam-se cerca de 3 000 exemplares e, uma década mais tarde, já se registava uma tiragem de 15 000. No princípio do século XX era de 20 000 e contava com “a mais extensa rede de correspondentes no norte” (Tengarrinha, 2006, p. 216).

Colaboraram no jornal figuras históricas como Guerra Junqueiro, João Chagas, Camilo Castelo Branco, Alberto Pimentel, Guilherme de Azevedo, Latino Coelho,

Ramalho Ortigão, Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queirós, Gomes Leal e António Nobre, um elenco notável que ilustra uma postura editorial de independência face às pressões políticas e partidárias.

Após a I Guerra Mundial mudou de proprietário, tendo sido adquirido por um grupo económico lisboeta. A direção é, então, da responsabilidade de Jorge de Abreu. “Esta administração dura apenas quatro anos, mas é no seu consulado que o Janeiro se muda para um majestoso imóvel, na mesma Rua de Santa Catarina, onde iria manter-se até ao início dos anos 90, quando o prédio, que ocupava quase um quarteirão inteiro, é vendido à Sonae e convertido no *shopping* Via Catarina” (Queirós, 2008, s/p).

Em 1923, o jornal é novamente comprado e a direção editorial muda para as mãos de Adriano Gomes Pimenta, o qual é substituído, em 1926, por Jorge Abreu e Marques Guedes. O carácter rebelde, liberal e de independência do jornal do norte conduziu à sua suspensão durante a Ditadura Militar (1926-1933).

Em 1936, é dirigido por Manuel Caetano de Oliveira, seguindo-se Manuel Pinto de Azevedo Júnior, filho de um dos proprietários, que assume o leme, até à sua morte, em 1976, e cujo cunho pessoal é relevante nesta etapa do diário portuense. “Esse Janeiro que chegou à década de 70 como o jornal mais lido pelas classes média e alta do Porto e de todo o norte do país, foi, em grande medida, obra de Pinto de Azevedo, que se manteve em funções durante 40 anos” (*idem*, s/p).

No período da ditadura, é o único jornal que publica uma secção internacional, marcadamente parcial: a sua venda é proibida na Galiza, após a vitória de Franco, e adota um discurso pró-Aliados durante a II Guerra Mundial. “É nos anos da Segunda Guerra que o Janeiro irá impor-se definitivamente como aquilo a que hoje chamaríamos um jornal de referência. Ostensivamente favorável à causa dos Aliados, quando o regime se inclinava ainda abertamente para as potências do Eixo, o jornal, equipado com a mais moderna tecnologia de impressão da época, publicava diariamente mapas detalhados, que assinalavam os avanços e recuos das forças em confronto. Que diário de implantação regional se atreveria hoje a abrir com a secção de Internacional? O Janeiro fê-lo durante décadas e não perdeu leitores por isso” (Queirós, 2008, s/p).

No período revolucionário, o Primeiro de Janeiro é ainda visto como um periódico

não alinhado com o poder: “Entre os «independentes», o Expresso liderava, com tiragens na ordem dos 130.000 exemplares (...) e o Primeiro de Janeiro, com 70.000” (Câmara Municipal de Lisboa, 2014, s/p). Contudo, essa ‘independência’ terá sido questionada na década seguinte.

Em 1976, Alberto Uva substituiu o icónico Azevedo Júnior e, em 1978, Freitas Cruz dirige o diário portuense, cargo que ocupará até 1981. Entretanto, o jornal mudou, mais uma vez, de proprietário, passando a ser detido, pouco tempo depois da morte de Azevedo Júnior, por um grupo económico onde participava Freitas do Amaral. No início da década de 80 observa-se alguma instabilidade no jornal, já perceptível nos últimos anos de Azevedo Júnior, que é provavelmente ampliada por uma ostensiva tendência partidária para a Aliança Democrática, na campanha eleitoral de 1980, “deteriorando a sua imagem de independência” (Queirós, 2008, s/p).

Em 1986, a direção editorial é entregue, por um curto período, à escritora Agustina Bessa Luís, após Pedro Feytor Pinto, entre 1981 e 1984, e Alberto Carvalho, em 1985 e 1986. O jornalista José Manuel Barroso, que passa a dirigir o jornal em 1987 e até 1991, tentou imprimir um novo *design* gráfico e uma linha editorial mais focada num público jovem e urbano, competindo, em óbvia desvantagem, com o recente aparecimento do jornal Público (1990).

Nos anos 90, assume-se um posicionamento e abrangência predominantemente regionais, sob a direção de Nassaete Miranda (Santos, 2016, s/p) e, depois de uma interrupção na publicação, de 30 de julho a 3 de agosto de 2008, o Primeiro de Janeiro passou a ser dirigido por Rui Alas Pereira. Em 31 de dezembro de 2014 cessou a atualização do sítio de publicação na internet, segundo ‘alarme’ publicado no Jornal de Negócios, a 11 de janeiro do ano seguinte.

O Diário de Notícias e o Primeiro de Janeiro, com diferentes percursos, apresentam, contudo, características comuns: são periódicos centenários, que fidelizaram leitores, e de implantação nacional, embora a esfera de influência do PJ se concentrasse principalmente no norte do país e se tenha esbatido com o tempo, até ao aparente desaparecimento do jornal portuense.

O contexto do período estudado é também particular. “É praticamente consensual na historiografia portuguesa a ideia de que entre 1974 e 1975 o setor da comunicação social viveu momentos de grande tensão, provocados por uma intensa luta pelo controlo das empresas jornalísticas, pelos conflitos que se sucederam no interior das empresas entre trabalhadores de correntes político-ideológicas distintas e ainda porque não raras vezes os média foram não só o palco privilegiado para os confrontos que existiram, como também atores políticos determinantes no processo revolucionário em curso” (Gomes, 2012a, p. 371).

A agitação política, social e laboral é ainda acompanhada de uma grave crise financeira no setor da imprensa e pelo não menos relevante ‘fantasma’ da manipulação da informação veiculada nos meios de comunicação social por órgãos do poder ou por partidos políticos, mantendo-se ainda bem vivas na memória coletiva as limitações impostas pela Censura do anterior regime. Na verdade, “os órgãos de informação assemelhavam-se, na fase inicial, a um puzzle de mensagens contraditórias, misturadas ao sabor da força das células partidárias e dos grupos de pressão. A capacidade de análise e seleção era diminuta. Confundia-se o essencial com o acessório. A informação era servida «em bruto», mal digerida, tal como saída dos palácios governamentais, das sedes partidárias ou dos quartéis mais influenciados pelas doutrinas políticas” (Mário Mesquita, citado em Gomes, 2012a, p. 371).

A informação “em bruto” reproduzida na imprensa era ainda filtrada por jornalistas, chefes de redação e diretores com ideologias partidária diversas que claramente tomavam partido. A imparcialidade e a objetividade não prevaleciam em ambiente pós revolucionário “O próprio ministro da Comunicação Social, em várias ocasiões, demonstrou particular preocupação sempre que se referia a estes temas. Almeida Santos afirmara nomeadamente que «a ideia de um jornal oficioso, de uma espécie de ‘Pravda’ lusitano não se integrava nas suas ‘predileções’ e, por isso, preferia bater-se por uma informação pluralista, objetiva, politicamente não empenhada, verdadeira». Indo mais longe, e denunciando o predomínio de um partido (sem o especificar) em jornais dependentes do Estado (...), o ministro chegou mesmo a deixar um aviso: «chega de monolitismo»” (Gomes, 2012b, s/p).

Dominava um ‘jornalismo militante’, mais evidente no DN neste período, quando a “participação ativa da imprensa escrita na luta política marcou decisivamente a Revolução de Abril, com repercussões profundas na propriedade dos jornais, na sua orientação ideológica e, consequentemente, no discurso jornalístico oferecido e consumido pelo público” (António Costa, citado em Câmara Municipal de Lisboa, 2014, s/p), sendo óbvia, e discutida, a necessidade de regulamentar o setor.

O duplo papel da imprensa é, em tempo conturbado e de mudança, especialmente relevante. “Um grande jornal (...) não dá apenas a notícia; ele faz os próprios acontecimentos, conforme a importância e a redação da notícia que deles dá” (Cabral, 2014, p. 38) e este poder assume especial relevo numa sociedade em profunda mutação sociopolítica, com baixos níveis de literacia e globalmente pouco politizada.

Os jornais, em particular os de maior abrangência e influência, como o DN e o PJ, foram, assim, o palco de uma época excecional de profundas mutações políticas, económicas e sociais em Portugal, mas também assumiram um papel interventivo, por vezes determinante, nas perceções sociais mais frequentes, incluindo-se as relativas ao processo de repatriamento, de acolhimento e de integração dos retornados.

A metodologia de análise de conteúdo, descrita no capítulo seguinte, permitirá identificar essas representações dominantes, sendo “uma metodologia que adota uma série de procedimentos para validar inferências em textos. Inferências sobre os remetentes da mensagem, a própria mensagem ou a audiência da mensagem” (Weber, 1990, p. 9).

PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO

Capítulo 3 - Metodologia

O objeto de estudo, a identificação das representações sociais do repatriamento das colónias portuguesas em África, determinou o desenho metodológico da tese, tendo-se optado pela análise de jornais, no pressuposto que as representações sociais dominantes foram reproduzidas e ampliadas no(s) discurso(s) da imprensa da época.

Para o universo do *corpus* recolheram-se e analisaram-se todas as notícias que referissem o repatriamento, ou seja, todos os “factos verdadeiros, inéditos ou atuais, comunicados a um público muito numeroso, depois de terem sido recolhidos, interpretados e valorizados pelos sujeitos que controlam o órgão de comunicação social utilizado para a sua difusão” (Albertosa, 1974, citado em Sousa, 2003). Nesta perspetiva, a notícia é uma narrativa de eventos construída com múltiplos constrangimentos, abordados, ainda que sucintamente, no capítulo anterior.

Acrescente-se que, apesar da distinção, nos géneros jornalísticos, entre notícias e comentários, “facts are sacred, comment is free” (Albertosa, 1974, citado por Sousa, 2003, p. 83), incluíram-se os editoriais, as crónicas e outros artigos de opinião, que também refletiram e influenciaram as perceções sociais. Incluíram-se ainda textos que abordavam outras temáticas, considerando-se “as ações ou desenvolvimentos no artigo, em vez do contexto no qual ocorrem” (Lynch e Limor Peer, 2002, p. 18).

A delimitação temporal do estudo, de maio de 1974 a 30 de agosto de 1979, pretendeu abranger as diversas fases do fluxo migratório. A primeira declaração de independência (oficial e bilateral) ocorreu a 10 de setembro de 1974, na Guiné-Bissau. Seguiram-se Moçambique (25 de junho de 1975), Cabo Verde (5 de julho de 1975), São Tomé e Príncipe (12 de julho de 1975) e, finalmente, Angola (11 de novembro de 1975). No entanto, as conversações preliminares com o Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde, PAIGC, iniciaram-se a 25 de maio de 1974 e, a 27 de julho de 1974, Spínola reconheceu o direito de independência das colónias, acontecimento “*saudado em todos os territórios como o princípio de uma nova era*” (DN, 29/7/1974, p. 1).

Presumiu-se que a agitação política e social, na metrópole e nas colónias, após o 25 de abril de 1974, e a ação mais visível dos movimentos de libertação tenham desencadeado os primeiros movimentos migratórios em maio de 1974, apesar de o retorno em massa ter iniciado em “Moçambique, após os acontecimentos de 7 de setembro de 1974. Até ao final desse ano, tinham deixado o território cerca de 30.000 cidadãos portugueses. Seguiu-se Angola, mergulhada no caos da guerra civil, a partir de março de 1975” (Guerra, J.P. 1996, p. 118).

Em 30 de agosto de 1979, extinguiu-se o Commissariado para os Desalojados, pelo Decreto-Lei 350/79, do qual se relevam os seguintes pontos: nomeação de uma Comissão Liquidatária, que funcionou até 31 de março de 1980; integração do IARN no Gabinete de Inspeção e da Assessoria Técnica para os Assuntos Sociais e Jurídicos, do Ministério dos Assuntos Sociais; e extinção, em 31 de dezembro de 1979, das Comissões Regionais e Distritais. “Esta decisão, paulatinamente amadurecida, tinha a apoiá-la o facto de o Commissariado para os Desalojados se encontrar praticamente esvaziado, visto já ter sido transferido para o Ministério das Finanças o Programa de Crédito CIFRE, e também o esgotamento da atividade do IARN, reduzido ao Programa de Alojamento, por cessação ou transferência para organismos hábeis da Administração Pública das muitas ações que lhe haviam sido imputadas, desde a sua criação em 31 de maio de 1975” (Ribeiro, 2002, p. 445).

Em síntese, o limite temporal da investigação, de maio de 1974 a agosto de 1979, inclui o êxodo mais faseado e discreto, em 1974, o retorno em massa em 1975 e o período de integração, visto como concluído, oficialmente, em 30 de agosto de 1979.

Na delimitação espacial da investigação, numa primeira abordagem, definiram-se os espaços de incidência do estudo por critério de representatividade: os distritos com maior concentração do retorno, de acordo com o Recenseamento Geral da População de 1981 (Lisboa – 39,3%, Setúbal – 11,1%, Porto – 10,4%, Aveiro – 4,3%, Braga – 4% e Viseu – 3,8%). Selecionaram-se os distritos de Lisboa e do Porto, os dois principais centros urbanos, do norte e do centro do país.

A seleção das fontes primárias, dos periódicos que melhor correspondessem ao objeto e aos objetivos do estudo, obedeceu também a critérios de representatividade na

imprensa portuguesa, nos anos definidos: maior tiragem média e cobertura e distribuição nacional, assumindo-se que o número de leitores determina a abrangência e a influência da imagem veiculada, e com sede em locais de fixação preferencial do retorno.

Dois periódicos satisfizeram as exigências metodológicas enunciadas: *Diário de Notícias* e *Primeiro de Janeiro*: elevadas tiragens, cobertura e distribuição nacionais e sedes em Lisboa e no Porto (mais de metade dos retornados residia, em 1981, em três distritos: Lisboa, Porto e Setúbal). No caso do PJ, ponderou-se a sua substituição pelo *Comércio do Porto*, com tiragem similar, cobertura e distribuição nacional e sede no Porto. Optou-se pelo PJ que apresentava uma vantagem relevante para o estudo: secções regionais diárias, por correspondentes regionais, com presumível visibilidade das percepções do interior nortenho, onde o impacto demográfico foi considerável.

Definidos os limites temático, temporal e espacial, procedeu-se ao tratamento de dados de acordo com o modelo de análise de conteúdo, concebido para esse efeito, pois “se é certo que os textos só nos falam quando os sabemos interrogar, como disse Marc Bloch, precisamos de algo que nos oriente nesse emaranhado compacto e confuso da nossa imprensa periódica” (Tengarrinha, 1965, p. 23). Propõe-se “interrogar” as narrativas jornalísticas, com base num modelo de análise que, no “emaranhado confuso e compacto”, permita descortinar resposta(s) para as questões de investigação.

Partindo da noção de que “o que se procura estabelecer quando se realiza uma análise de conteúdo, conscientemente ou não, é uma correspondência entre as estruturas semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas (...) dos enunciados” (Bardin, 2007, p. 36), exercita-se, neste trabalho, a procura de uma correspondência entre os discursos da imprensa e as percepções sociais dominantes.

Neste modelo de análise dedutivo, porque suportado no quadro teórico mobilizado, mas também indutivo, tendo sido sistematicamente reformulado durante a recolha de dados, as representações sociais do retorno são medidas em termos quantitativos e qualitativos, igualmente quantificados. Consideraram-se, para esse efeito, os indicadores que seguidamente se descrevem e justificam: 1) Frequência das notícias; 2) Destaque; 3) Temas e 4) Posição valorativa.

3.1 Frequência

Na análise de conteúdo das notícias considerar-se-á, primeiramente, uma abordagem assente na frequência, contabilizando-se o total de notícias publicadas, referentes ao repatriamento, nos anos selecionados, e nos dois periódicos. Reconhecem-se, com esta contagem inicial, os períodos de maior concentração e os ciclos evolutivos.

Esta primeira leitura dos dados permite ainda identificar o que não foi publicado, ou seja, os aspetos esquecidos ou ignorados pela imprensa, os “indicadores não frequenciais, suscetíveis de permitir inferências; por exemplo, a presença (ou a ausência) pode constituir um índice tanto (ou mais) frutuoso do que a frequência de aparição” (Bardin, 2007, p. 107).

O anexo a esta tese inclui, com esse objetivo, não só uma listagem das notícias, recolhidas e analisadas, que constituem o *corpus* da investigação, mas também uma cronologia básica dos acontecimentos sincrónicos mais relevantes, que podem ter sido noticiados, se relacionados com a temática, ou ignorados, intencionalmente ou porque outros eventos, mais impactantes do ponto de vista editorial, os minimizaram. “O julgamento da relevância das notícias, pelo editor, depende sempre do que aconteceu naquele dia” (Krippendorff, 2004, p. 166).

3.2 Destaque

Definiu-se, no segundo parâmetro de análise dos dados, um modelo de combinação de seis fatores, relativos à estrutura externa, que permitiria avaliar, com maior rigor, a importância atribuída aos artigos pelos agentes da comunicação social, dado que a “análise do discurso demonstra que, independentemente da intencionalidade dos atores envolvidos, todo o jornalismo é persuasivo. A paginação ou a estrutura externa da notícia constituem processo de criação de sentido tão efetivos como a opinião expressa no editorial” (Mesquita, 2003, p. 197).

A leitura de um jornal pressupõe um “processo de mútua apropriação (em que o leitor se apropria do jornal, ao folheá-lo, ao vê-lo, ao lê-lo, e em que o jornal se apropria da atenção do leitor, consolida-se a envolvente mediatamente estável dos conteúdos

informativos – organização espacial das rubricas, volume médio dos títulos, proporção das áreas ilustradas, distribuição da cor – que constitui o que poderíamos chamar o relevo da página-jornal. Relevo que gera efeitos do real: ao estratificar e hierarquizar as leituras, ao normalizá-las através da imposição de categorias abstratas” (Rebelo, 2002, p. 45). Refira-se ainda que o vetor Destaque faculta uma “medida bruta da relevância do material favorável ou desfavorável” (Budd, 1964, p. 261), permitindo identificar as posições valorativas mais destacadas, bem como os temas mais destacados nas notícias.

As seis categorias selecionadas, quantificáveis por valorações de 1 a 5, que, somadas, definem o valor total de destaque dos artigos, são seguidamente descritas: a) Posição da notícia no periódico; b) Localização na página; c) Tamanho; d) Tipologia do título; e) Inclusão de fotografias e f) Inclusão de entrevistas.

a) Posição no periódico

Página	Valoração
1ª Página	5
Página principal com número ímpar, página dois ou última página	4
Página principal com número par	3
Página secundária com número ímpar	2
Página secundária com número par	1

Dividindo-se o jornal em duas partes iguais, as páginas principais, com valorações superiores, incluem todas as páginas até às centrais, com exceção da primeira e da segunda, com valorações diferentes. As páginas secundárias são as restantes, excetuando-se a última. A título de exemplo: num periódico com 22 páginas, as principais encontram-se entre a 3 e a 11, excluindo-se a 1 e 2, mais valoradas, enquanto as secundárias se situam entre a 12 e a 21, excluindo-se a última, com valoração distinta.

Se “uma notícia salta de uma página para a outra, deve considerar-se apenas a primeira página em que aparece” (Lynch e Limor Peer, 2002, p. 8). Os artigos que se prolongaram por mais do que uma página foram classificados de acordo com a primeira em que ocorriam. No caso de artigos que apresentavam apenas o título na página 1, atribuiu-se igualmente valoração de 5, dado que a referência na primeira página do periódico confere uma maior relevância à notícia.

O posicionamento dos artigos na primeira página confirma, indubitavelmente, o seu destaque máximo (valoração de 5). É a “página-montra, daí Joaquim Letria chamar ‘vitrinistas’ aos editores responsáveis pela sua confeção. Página destinada ao público em geral, ao contrário das outras que podem descansar no remanso de uma compra já feita” (Alves, 2003, p. 29).

Na valoração de 4, incluíram-se, para além das páginas principais com número ímpar, a segunda página e a última, já que asseguram maior visibilidade aos artigos aí inseridos. As páginas secundárias são menos valorizadas, sendo reservadas a artigos menos relevantes, nas opções editoriais.

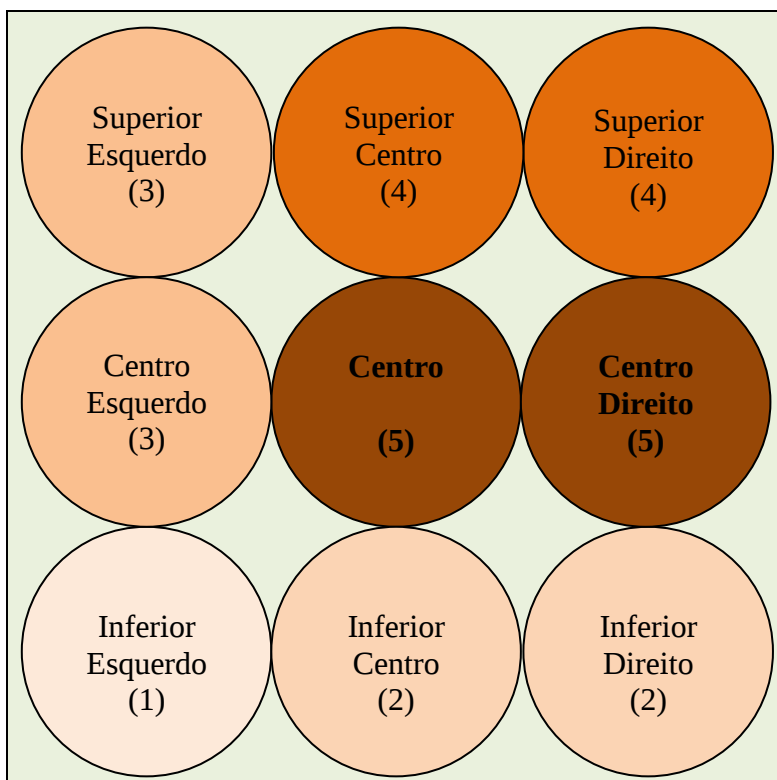
As páginas de número par recebem valoração mais baixa, já que são menos visíveis, considerando-se as características do suporte físico que condicionam escolhas, e a sua hierarquização, no ato de leitura. “Os olhos do leitor realizam um itinerário através da página que nos recorda um desenho parecido com a letra «z». O olho vai da parte superior da página ímpar à parte superior da par, para voltar à ímpar e regressar à par” (*idem*, p. 198)

b) Localização na página

Localização	Valoração
Centro ou Centro Direito	5
Superior Centro ou Superior Direito	4
Superior Esquerdo ou Centro Esquerdo	3
Inferior Centro ou Inferior Direito	2
Inferior Esquerdo	1

Os textos jornalísticos, “à medida que se organizam ao longo do jornal, estruturam uma visão particular do mundo, ao imporem à informação uma hierarquia de importância: uma hierarquia do topo ao fim da página” (Devellote e Rechniewsky, 2001, p. 2). As valorações referentes à localização apresentam uma gradação descendente, do topo ao fim da página.

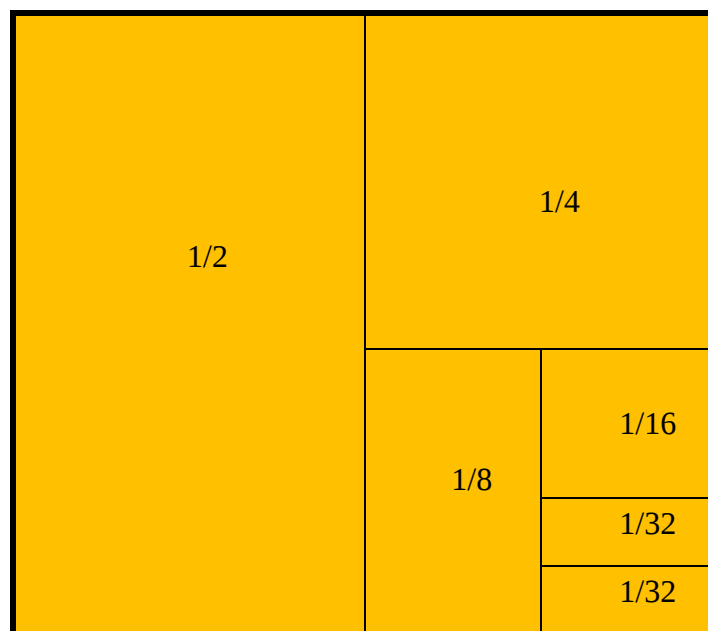
São mais destacadas e assumem classificações mais elevadas, as notícias posicionadas no centro ou centro direito (5 pontos) e no topo, centro ou direito (4 pontos). Estas valorações correspondem às estratégias de leitura num leitor convencional: a atenção é imediatamente focada no centro, seguindo-se o topo e, por último, o fim da página. Em simultâneo, a informação publicada do lado direito é mais visível do que a posicionada à esquerda. Nos artigos de página inteira, considerou-se a valoração de 5 e nos de meia página ou de um quarto de página, atribuiu-se a valoração mais alta de entre as posições registadas. Nos artigos em duas páginas, calculou-se a média de localização. Para uma perceção mais imediata das cinco valorações definidas, apresentam-se, esquematicamente, as nove localizações possíveis.



c) **Tamanho da notícia**

Tamanho	Valoração
1 página ou 1/2 de página	5
1/4 de página	4
1/8 de página	3
1/16 de página	2
1/32 de página ou menos	1

No modelo de página apresentado, é possível visualizar os tamanhos selecionados, por terem sido os mais frequentes. A sua classificação foi realizada, algumas vezes, por aproximação, dadas as variadas dimensões que surgiram na recolha de dados.



Uma página ou 1/2 de página assumem a mesma valoração (5), visto que não se recolheu um número significativo de artigos com uma página. Nas notícias que ocorriam em duas páginas ou mais contabilizou-se o tamanho total.

Surgiram ainda notícias com referência ao retorno apenas no título, ou seja, no texto não se abordava a temática. A título de exemplo: na notícia de 1 de abril, no PJ, o subtítulo “*Confirmada a atribuição de 650 licenças a táxis das ex-colónias*” está relacionado com o objeto em estudo, porém, o texto, que inicia na página 1 e continua na 5, não explora o tema. Neste caso, o tamanho foi classificado com 1 ponto.

d) Título da notícia

Tipologia de Título	Valoração
Título da notícia	5
Título em Secção própria: “Retornados” (PJ) e “Descolonização” (DN)	4
Subtítulo ou antetítulo da notícia	3
Título ou subtítulo “Descolonização” ou “Independência das colónias”	2
Título sem referência direta ao retorno	1

Os títulos, “primeiro indicador do ‘valor’ de uma informação” (Sousa, 2003, p. 12), “mobilizam o conhecimento cultural, amplamente disseminado, para serem compreendidos. Constituem um tipo de «atalho», uma simplificação e uma condensação de ideias. Desempenham, para além disso, um papel passivo e ativo: dependem deste conhecimento e aplicam-no, mas também o reproduzem e reforçam, criando novas associações e redes de significados” (Develotte e Rechniewsky, 2001, p. 6).

Proporcionam o máximo de informação com o mínimo de meios e recorrem a representações verbais explícitas, mas também cifradas, ou implícitas, que solicitam um maior envolvimento do leitor na decifração das “meias palavras e na leitura entre linhas, operando, de um modo prático (isto é, na maior parte das vezes de maneira inconsciente), as associações e as substituições linguísticas” (Rebelo, 2002, p. 99).

Atribui-se uma valoração de 5 se o título inclui referências explícitas ao objeto de estudo (Exemplos: “Retorno”, “Retornados”, “Desalojados”, “Deslocados do Ultramar”,

“Repatriados”, “Refugiados”, “Regresso de Colonos”, “Portugueses que abandonaram Angola e Moçambique”, “Pessoas que regressam das ex-colónias”), mas também implícitas (Exemplos: “Quadro de Adidos”, “IARN.”, “Ponte Aérea”, “Funcionários Ultramarinos que se encontram em Portugal”, “BI das ex-colónias”, “Cartas de condução das ex-colónias”, “Montepio de Moçambique e pensionistas residentes em Portugal”, “IOR congratula-se”). “Atualmente, faz sentido diferenciar graus de presença, em vez de apenas contrastar o que está presente e o que está ausente (...). Qualquer texto é a combinação dos significados explícitos, o que é realmente dito, e os significados implícitos, o que não se diz, mas é tomado como dito, como presumido” (Fairclough, 1995, p. 106). Assim, o explícito, mas também o implícito nos títulos, identifica a temática da notícia, condicionando as escolhas do leitor.

Registou-se a presença de uma secção específica no jornal para vários artigos que abordavam a temática do retorno, a que se atribuiu uma valoração de 4, já que as “secções autónomas devem considerar-se como tal, e não obedecem à mesma classificação” (Lynch e Limor Peer, 2002, p. 26). No Primeiro de Janeiro, a secção “Retornados”, a partir de outubro de 1975 até março de 1977 e, no Diário de Notícias, a secção “Descolonização”, somente de agosto a novembro de 1975.

Assumiu-se a valoração de 3 se os vocábulos ou expressões, referidos para a valoração de 5, surgiram, de forma explícita ou implícita, apenas no antetítulo ou no subtítulo, os quais “acrescentam as particularidades mais salientes, o que mais sobressai do que depois se desenvolverá na notícia” (Alves, 2003, p. 57).

A mesma classificação foi também atribuída a textos incluídos nas secções “Cartas dos Leitores”, “O país através dos Jornais”, “Recortes da Imprensa” ou “Recortes da Imprensa Estrangeira” (DN) e “Cartas à Redação” (PJ). Apesar de se tratar de secções autónomas, que sugerem tratamento distinto, não remetem, de imediato, o leitor para o tema, como no caso das referidas anteriormente. Os textos destas secções abordavam diversas temáticas, definindo-se que os seus títulos deveriam receber a mesma valoração que um subtítulo, sendo título principal o da secção.

As “Cartas dos Leitores” ou “Cartas à redação” podem, contudo, “significar mais do que a expressão da interatividade entre o jornal e o seu público. Podem significar

mais do que uma disponibilização do espaço (...). Através de uma gestão habilidosa (...), o jornal pode desencadear uma vaga de elogios (...) tão necessários em situação de crise. (...). Pode suscitar uma espécie de jogo de interesses no qual apostam jornal e público, em simultâneo” (Rebelo, 2002, p. 131). Estabeleceu-se, porém, a valoração de 3, dada a frequência pouco significativa e a reduzida visibilidade, na página em que se inseria e na localização na página, destacando-se apenas os títulos das secções.

Observaram-se ainda artigos em que o título ou o subtítulo incorporam referências indiretas à problemática do retorno: “Descolonização”, “Independência das colónias”, “Territórios Ultramarinos” ou “Situação em Angola ou Moçambique” (valoração de 2). Por último, recolheram-se textos de título neutro, sem indicações, diretas ou indiretas, ao tema em estudo, explorado apenas no desenvolvimento da notícia (valoração de 1).

e) Inclusão de fotografias

Fotografias	Valoração
2 ou mais fotos	5
1 fotografia	4

As fotografias contribuem, significativamente, para o destaque da notícia e os “textos escritos na sociedade contemporânea estão a tornar-se cada vez mais visuais, (...), não apenas no sentido em que os jornais, por exemplo, combinam palavras com fotografias e com mapas e diagramas, mas também porque considerações acerca do impacto visual e layout são crescentemente salientes no desenho de uma página” (Fairclough, 1995, p. 17). Teve-se em atenção que, numa leitura global, “o enfoque dos leitores dirige-se aos títulos, legendas e fotografias” (Alves, 2003, p. 197).

Saliente-se que, no período estudado, a relevância da inclusão de fotografias num texto jornalístico seria mais evidente do que nos periódicos atuais, uma vez que a quantidade de imagens publicadas era muito menor. Anexa-se a esta tese uma listagem das fotografias publicadas e respetivas legendas (consultar anexo 2).

É reconhecido que o fotojornalismo foi ganhando preponderância, nos últimos quarenta anos, através de um outro fator: a qualidade. Nos jornais de hoje a imagem é, frequentemente, mais impactante do que as palavras, chegando mesmo a dispensá-las. Nos periódicos analisados já se observa uma maior atenção ao suporte fotográfico, surgindo, embora muito raramente, fotos que não acompanham textos, publicadas somente com título ou legenda.

f) Inclusão de entrevistas

Entrevistas	Valoração
Entrevistas a retornados	5
Entrevistas (outros)	4

Nas entrevistas, “importantes relatos em que os protagonistas são vistos como sujeitos e não como objetos das suas próprias histórias” (Monteiro, 1994, p. 58), as dirigidas a retornados são classificadas com a pontuação máxima: os protagonistas são ouvidos e, presumivelmente, valorizados pela imprensa da época.

Nas outras entrevistas incluem-se as realizadas a responsáveis governamentais e outros. Consideram-se ainda as conferências de imprensa, equiparáveis, neste trabalho, a entrevistas, verificando-se interação com os jornalistas.

Para concluir a breve descrição destes dois primeiros indicadores, a frequência e o destaque, relembra-se que “a frequência é um dado indispensável, como de resto as medidas derivadas do processamento de dados quantitativos, mas só adquire sentido se confrontado com a dimensão qualitativa desses dados, que ele não pode fornecer” (Sousa, 2003, p. 93). Por sua vez, “o destaque, embora seja uma técnica relevante de observação nos jornais diários, será mais profícua se aplicada com outros métodos de análise de conteúdo” (Budd, 1964, p. 262). A análise dos dados completa-se com uma exploração dos temas abordados e das posições valorativas nas notícias, estas últimas observáveis ao nível das escolhas vocabulares.

O cruzamento entre dados quantitativos e qualitativos, igualmente quantificáveis, é a ‘espinha dorsal’ do modelo de análise de conteúdo que compreende e articula uma “evidente divisão de trabalho entre o uso quantitativo e qualitativo dos dados: o primeiro procura identificar ‘quais’ e ‘quantos’, enquanto o segundo procura compreender o ‘porquê’ e o ‘como’ dos padrões observados. Para a análise de conteúdo qualitativa, os dados são vistos como o fim de um processo descritivo e o princípio de um processo interpretativo” (Morgan, 1993, p. 116).

3.3 Temas

Procedeu-se a uma categorização dos temas abordados nos textos jornalísticos analisados. “A análise de conteúdo assenta implicitamente na crença de que a categorização (passagem de dados em bruto a dados organizados) não introduz desvios (por excesso ou por recusa) no material, mas que dá a conhecer índices invisíveis, ao nível dos dados brutos” (Bardin, 2007, p. 113).

A definição de seis temas, uma proposta de organização dos “dados em bruto”, assentou nas qualidades básicas de pertinência para a investigação, de objetividade, de exclusão mútua e de homogeneidade. Agruparam-se as notícias em categorias que interessam à investigação, referentes aos impactos do repatriamento na sociedade portuguesa, amplamente reconhecidos na bibliografia consultada: a) Demografia; b) Economia - Finanças; c) Economia - Emprego; d) Ação Governativa; e) Intervenção Partidária e f) Interação Sociocultural. Em notícias que focavam mais do que um tema, optou-se pela classificação no tema preponderante, normalmente presente no título.

Para além da categorização por temas, sendo possível a sua análise e comparação, em termos de frequência, e de evolução no período em estudo, pretende-se ainda identificar os temas que beneficiam de maior destaque, nas opções editoriais, bem como as suas posições valorativas. Neste indicador são relevantes “tanto as informações expressas como os silêncios e omissões” (Mattoso, 1988, p. 179), ou seja, a identificação dos temas não abordados ou minimizados.

a) Demografia

No domínio ‘Demografia’ englobam-se as notícias que se referem ao impacto demográfico na sociedade portuguesa: contabilização do fluxo migratório, alterações percecionadas na estrutura demográfica nacional e referências à dispersão regional e a contingentes populacionais repatriados que emigraram para outros destinos.

b) Economia - Finanças

O tema ‘Economia – Finanças’ agrega as notícias relativas aos montantes despendidos com o retorno, ou seja, as referências a despesas, pagamentos, dívidas, perdas por roubos ou fraudes ou perdas dos retornados, e do país, por bens deixados nas ex-colónias, considerados “património nacional”. Incluem-se ainda os empréstimos e as ofertas dos países estrangeiros, financeiros ou em géneros (vestuário, alimentos, habitações, etc.).

São igualmente classificados neste tema os textos que se referem ao impacto no tecido empresarial português, no dinamismo das atividades económicas.

c) Economia - Emprego

O tema ‘Economia – Emprego’ reúne os textos jornalísticos que focam a integração profissional dos repatriados, excetuando-se os que mencionam medidas legislativas específicas no domínio laboral, a classificar no tema ‘Ação Governativa’.

Trata-se, na sua maioria, de artigos onde se observam reações a inclusões setoriais/corporativas, pacíficas ou conflituosas (adidos, taxistas, bancários, etc.). Incluíram-se ainda as notícias relativas aos aposentados das ex-colónias.

d) Ação Governativa

A ‘Ação governativa’ refere-se às notícias que informam sobre a publicação, ou intenção de publicação, de medidas legislativas específicas, inerentes ao acolhimento e integração dos retornados.

Este tema abarca, igualmente, todas as intervenções governativas de índole

executivo, e não somente legislativo: as reuniões ou deslocações de responsáveis do governo para levantamento de necessidades, ou com outros objetivos, e as reuniões das comissões concelhias e distritais.

Os artigos referentes a ações executivas poderão ser classificados noutra tema se mencionam o assunto a ser tratado nessas reuniões ou deslocações (Exemplo: uma notícia com a indicação, numa reunião de comissão concelhia, dos montantes gastos com determinado programa de apoio, será incluída no tema ‘Economia – Finanças’).

Inserem-se ainda as percepções dos governantes sobre o seu próprio desempenho e sobre os impactos do repatriamento, bem como as avaliações, pelos metropolitanos e retornados, das iniciativas governamentais.

e) Intervenção Partidária

Este tema agrupa as referências a presumíveis tendências ou ligações a ideologias políticas, ou mesmo a partidos políticos, por parte dos retornados.

Incluíram-se também todas as intervenções dos partidos, relativas à problemática do repatriamento.

f) Interação Sociocultural

Por último, o tema ‘Interação sociocultural’ abrange a formação e a intervenção de organizações de retornados, as manifestações e os plenários de retornados, desde que não direcionados para uma reivindicação sectorial (laboral ou partidária, a título de exemplo).

Incluíram-se ainda neste tema todas as notícias que referem: diferenças culturais e de valores entre os repatriados e a população residente, percecionadas por ambos os grupos; situações de integração social conflituosa e apelos à solidariedade nacional no acolhimento e na integração.

3.4 Posição Valorativa

Uma análise dos discursos, “núcleos, matrizes muitas vezes inconscientes, que produzem (e que se traduzem) um conjunto de tomadas de posição, de qualificações, de descrições e de designação de avaliação mais ou menos influenciadas” (Bardin, 2007, p. 149), pode inferir posições valorativas neutras, positivas ou negativas, relativamente ao processo de repatriamento e aos repatriados.

“O significado baseia-se no estabelecimento de relações e o tipo de relação mais importante na produção de significado na linguagem é o de oposição” (Berger, 1998, p. 21). Opõem-se, assim, as percepções mais frequentes, negativas ou positivas.

Refira-se ainda que se trata de orientações valorativas somente em termos discursivos, ou de escolhas vocabulares, visto que a opção pela publicação ou a definição da estrutura externa da notícia já denunciam ausência de neutralidade.

A. Posição valorativa neutra

Na identificação da posição valorativa neutra, positiva ou negativa, considerou-se, como já referido, “o papel das escolhas vocabulares nos processos de categorização” (Fairclough, 1995, p. 27). A classificação de ‘neutra’ corresponde à ausência de opções discursivas positivas ou desfavoráveis. A “direção é o sentido da opinião segundo um par bipolar. Pode-se ser a favor ou contra, favorável ou desfavorável. A opinião pode ser positiva ou negativa, amigável ou hostil, aprovadora ou desaprovadora, otimista ou pessimista, pode julgar-se uma coisa como boa ou má, etc. Entre os dois polos nitidamente orientados, existe eventualmente um estado intermédio, a neutralidade (e quando esta está difusa, a ambivalência)” (Bardin, 2007, p. 150).

No caso de artigos mistos, ou seja, que apresentassem as duas posições valorativas opostas (negativa e positiva), considerou-se, para efeitos de classificação, a posição mais preponderante, normalmente reforçada no título, antetítulo ou subtítulo. Contudo, todas as ocorrências discursivas recolhidas, negativas ou positivas, foram contabilizadas na análise mais fina, das escolhas vocabulares, que conduziu à definição de subdivisões nestes dois grupos.

Identificaram-se, em primeiro lugar, as seleções discursivas nos dois polos (negativo ou positivo). Perante um elevado número, e considerável dispersão, optou-se pela agregação em subcategorias, em grupos vocabulares que representassem perceções semelhantes, e que correspondem aos estereótipos mais frequentes, associados ao repatriamento e integração dos retornados. Esses estereótipos, “simplificações da realidade social que transportam processos de comparação social, onde estas representações, construídas socialmente, são formas de organização da vida quotidiana e traduções dos padrões de estruturação do imaginário social dos atores” (Brilhante, 2000, p. 71), reproduzem-se e consolidam-se no discurso de imprensa.

As subcategorias nas posições valorativas, que seguidamente se descrevem, e que se julgam adequadas ao objeto e objetivos do estudo, são mutuamente exclusivas, apresentam diferenças significativas e respondem a todas as situações que surgem frequentemente. No entanto, “como em todas as outras situações de agregação e recodificação, este procedimento tem a vantagem inestimável de criar modalidades estatisticamente válidas (...), mas implica a perda do valor semântico específico dos sentimentos agregados” (Sousa, 2003, p. 139).

B. Posição valorativa negativa

Na posição valorativa negativa definiram-se cinco subcategorias: 1) Tensão sociocultural; 2) (In)Ação governativa; 3) Impacto económico negativo; 4) Oposição política e 5) Conflitos com a comunicação social.

B1. Tensão Sociocultural

Abarca menções a diferenças socioculturais percecionadas, o “fosso” entre a população metropolitana e a retornada.

Os fatores que contribuem para a tensão são, entre outros, menos frequentes, o “descontentamento” permanente, a “agressividade”, a “discriminação” e os “privilégios” de que beneficiam os repatriados, não aplicáveis à restante população portuguesa, igualmente carenciada, em período de crise económica.

B2. (In)Ação Governativa

Referências à “desorganização”, “passividade”, “inércia” e “desumanidade” dos organismos governamentais diretamente responsáveis pela gestão do repatriamento, sendo especialmente visados o IARN e o Comissariado para os Desalojados.

B3. Impacto Económico Negativo

Esta subdivisão abrange as ocorrências relativas ao impacto do retorno na economia do país, especialmente nos “pesadíssimos” gastos públicos e no (des)emprego.

Dominam as referências a “fraudes” e a “negócios escuros” relacionados com o repatriamento.

B4. Oposição Política

Agrupa as seleções discursivas referentes às ideologias políticas e às tendências partidárias dos retornados, predominando a “manipulação” de que são alvos, por partidos de direita, por “fascistas”, por “reacionários”, por “gente que vem do passado”.

B5. (Des)Informação da Comunicação Social

Ocorrências, especialmente concentradas em 1975, que referem a “desinformação” e o “silêncio comprometido” dos *media*, relativos ao repatriamento.

Da parte dos retornados, observa-se um comportamento hostil, dirigido a um grupo específico da sociedade portuguesa: os jornalistas.

C. Posição valorativa positiva

Na posição valorativa positiva definiram-se, igualmente, cinco subcategorias: 1) Apoio à integração social; 2) Perfil da população retornada; 3) Dinamismo económico; 4) Apartidarismo e 5) Ação governativa.

C1. Apoio na Integração Social

Agrupa as escolhas vocabulares que apelam à “solidariedade” da população metropolitana, salientando-se o “drama” e a “situação precária” dos retornados, que são portugueses, “nossos irmãos” e “vítimas” de uma situação para a qual não contribuíram.

C2. Perfil da População Retornada

Neste grupo associam-se os atributos dos retornados que facilitam a sua inclusão, evidenciados também no apelo à solidariedade dos que os acolhem, mas que se agregam numa subcategoria específica, uma vez que se pretendia verificar se o perfil noticiado correspondia aos dados recolhidos na exploração bibliográfica e se foi percecionado como uma vantagem na integração.

Os repatriados são, nesta subcategoria, “fazedores de pátrias”, “gente de trabalho”, experientes, qualificados, com espírito de sacrifício e ordeiros, entre outras ocorrências.

C3. Dinamismo Económico

O impacto positivo na economia do país, embora com reduzido número de ocorrências, refere, por um lado, as iniciativas empresariais dos retornados, fator de progresso e de estímulo económico. Por outro lado, os montantes despendidos com o alojamento de retornados em hotéis do país parecem ter contribuído para suprir o decréscimo de turistas, de acordo com a perceção dos empresários da hotelaria.

C4. Apartidarismo

Inclui as ocorrências para os sucessivos desmentidos de uma ligação dos retornados a partidos ou a ideologias políticas.

C5. Ação Governativa

A intervenção do governo é avaliada positivamente, referindo-se apenas a seriedade e a originalidade, na aplicação dos fundos destinados aos retornados, e a eficiência na gestão do Quadro Geral de Adidos.

Neste último processo de categorização incluiu-se o conteúdo explícito e implícito nos textos analisados, metodologia já adotada na análise dos títulos. “O conteúdo explícito refere-se a aspetos concretos que se podem identificar no texto do artigo, por exemplo quantas vezes surge uma determinada palavra, ou quantas pessoas diferentes são citadas. O conteúdo latente, ou implícito, não inclui as mesmas pistas concretas e é normalmente o resultado subtil de muitas características. O estilo de escrita é um bom exemplo do conteúdo implícito” (Lynch e Limor Peer, 2002, p. 5).

Os casos de conteúdo implícito serão facilmente identificáveis aquando da apresentação e interpretação dos resultados da pesquisa, e podem envolver o uso da ironia ou de palavras ou expressões de leitura subjetiva.

Exemplo: “*Vida fácil foi coisa que já acabou!*” (PJ, 12/07/1975, p. 3). Nesta ocorrência, na qual se observa a utilização da ironia, o retornado é um “privilegiado”. Foi, portanto, incluída na subcategoria ‘Tensão sociocultural’ (posição valorativa negativa).

Apresenta-se, por último, uma tabela-síntese do modelo de análise de conteúdo construído, reconhecendo-se que “o sucesso da metodologia de análise de conteúdo depende principalmente do processo de codificação, (...) organizando grandes quantidades de textos em poucas categorias de conteúdo. As categorias são padrões ou temas, expressos no texto ou identificados na análise” (Hsieh e Shanon, 2005, p. 1285).

Quadro-síntese do Modelo de Análise de Conteúdo

INDICADORES	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
FREQUÊNCIA		
DESTAQUE	Posição no periódico	
	Localização na página	
	Tamanho da notícia	
	Título da notícia	
	Inclusão de fotografias	
	Inclusão de entrevistas	
TEMAS	Demografia	
	Economia - Finanças	
	Economia - Emprego	
	Ação Governativa	
	Intervenção Partidária	
	Interação Sociocultural	
POSIÇÃO VALORATIVA	Neutra	
	Negativa	Tensão sociocultural
		(In)Ação governativa
		Impacto económico negativo
		Oposição política
		(Des)Informação da Comunicação Social
	Positiva	Apoio na integração social
		Perfil da população retornada
		Dinamismo económico
		Apartidarismo
		Ação governativa

Capítulo 4 - Análise dos dados

Recolheram-se 1293 notícias dos jornais Diário de Notícias e Primeiro de Janeiro, de maio de 1974 a agosto de 1979, o que corresponde a um limite temporal de 64 meses, cerca de 1940 dias. O DN apresentava uma média de 26 páginas por edição e o PJ 19, tendo sido pesquisadas, aproximadamente, 36 800 páginas do PJ e 43 000 do DN. Relembre-se que o diário lisboeta não publicava no domingo, até 24 de dezembro de 1978, e nos feriados nacionais, ou nos dias subsequentes.

Excluíram-se, deste estudo, nos dois jornais, os avisos e informações; convocatórias de reuniões, plenários ou manifestações de retornados e campanhas de solidariedade. Dada a sua dimensão (302 ocorrências), enumeram-se, seguidamente, como ponto prévio na análise de dados, ainda que de forma sintética. No jornal do Porto incluem-se, maioritariamente, nas secções regionais (Notícias de Aveiro, Diário de Braga, Diário de Coimbra, Diário de Guimarães, Diário de Viana, Notícias de Viseu, De Albergaria-a-Velha, Da Lousã, De Alijó, Da Covilhã, entre outros) e, a partir de outubro de 1975, até março de 1977, também na secção “Retornados”.

Os movimentos para recolha de fundos de auxílio aos retornados, em especial de alimentação e de vestuário, concentram-se no ano de 1975, registando-se 36 ocorrências no DN e PJ. Trata-se de iniciativas da Cruz Vermelha, das autoridades e associações locais e de partidos políticos.

As convocatórias para reuniões ou manifestações de retornados também são mais frequentes em 1975 (35 são deste ano, num total de 49, nos seis anos). Em 1974 há somente uma ocorrência: reunião, na cidade da Guarda, dos desempregados vindos do Ultramar, organizada pelo MCUD – Movimento dos Combatentes do Ultramar Desempregados (DN, 10/2/1974, p. 4). As assembleias convocadas são, na sua maioria, de carácter local e, por vezes, sectorial (exemplo: alunos e professores repatriados).

Por último, as informações, avisos e apelos distribuem-se por tipologias distintas:

- a) As comunicações das entidades oficiais aos retornados, inicialmente pela Secretaria de Estado da Descolonização e, mais tarde, pelo IARN, referentes a datas e locais para legalização de documentação ou de bens (viaturas, por

exemplo), para pagamento de subsídios, para distribuição de géneros alimentícios e/ou vestuário, para levantamento de bagagens ou para o recenseamento; funcionamento das delegações distritais e avisos sectoriais (alunos, professores, bancários, etc.). Contabilizaram-se 63 ocorrências, das quais 44% são de 1975 e 43% são de 1976 e 1977.

- b) Avisos direccionados aos Adidos – 52% dos 29 publicados são de 1976.
- c) Localização de familiares – 101 avisos (65% em 1976). Há ainda os apelos especiais, normalmente pela Cruz Vermelha (24, também mais concentrados em 1976), que se referem a pedidos de localização de retornados, cujo paradeiro se desconhece, ou seja, que se encontram incontactáveis.

A análise dos dados recolhidos baseou-se em quatro indicadores, como já referido no capítulo das metodologias: a frequência das notícias, o destaque, os temas e, por último, a sua posição valorativa.

Procedeu-se, primeiramente, a uma exploração por ano dos indicadores referidos, seguindo-se uma abordagem global por indicador, bem como ao posterior cruzamento de dados. Apresenta-se um primeiro gráfico de frequência, relativo aos seis anos analisados (maio de 1974 a agosto de 1979), que permite uma apreciação global das notícias recolhidas, tendo em conta a sua distribuição anual.

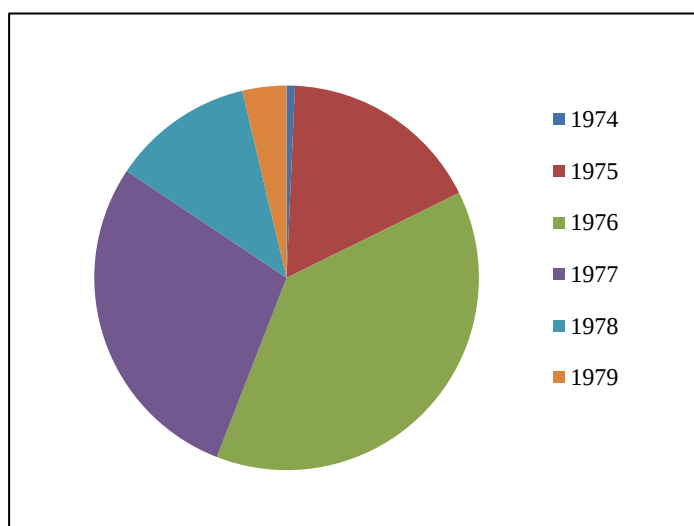


Gráfico 4.1 - Frequência (1974 a 1979)

4.1 1974 – Êxodo de Moçambique, “irrefletido e por medo”

Em 1974, de maio a dezembro, num total de 8 meses analisados, apenas se publicaram 9 artigos, 6 no DN e 3 no PJ (em agosto, 3 no DN; em setembro, 1 no DN e um no PJ; em outubro, um no DN e um no PJ e, por último, em dezembro, um no DN e um no PJ), que correspondem a 1% do total.

A primeira notícia referente ao retorno dos portugueses de África foi publicada no DN, a 12 de agosto de 1974, com o título “*Regresso de colonos de Angola e Moçambique*” e incidia sobretudo em informações de âmbito demográfico.

“O aeroporto de Lisboa registou, neste último fim-de-semana, um movimento superior ao habitual nesta época do ano, com a chegada dos portugueses radicados em Angola (...). Cerca de 1 000 colonos regressaram à metrópole no paquete Infante D. Henrique (...), colonos brancos, principalmente de Moçambique, que decidiram regressar às suas terras de origem.”

(DN, 12/8/1974, p. 5 - Excerto)

Este primeiro artigo incluía ainda uma fotografia e algumas entrevistas a repatriados: “*Vi morrer o meu melhor amigo*” (...). Não está tão mau como se diz, afirmou-nos a estudante Margarida Cristina” (idem, p. 5).

No PJ, a primeira notícia surge a 9 de setembro de 1974, com o título “*Comissão Nacional de Descolonização: os dez pontos programáticos da sua atuação*”, tendo sido inserida no tema ‘Ação Governativa’, visto que refere medidas legislativas específicas.

“(...) Ponto 5, alínea e) Dar parecer sobre o Estatuto de transição dos funcionários de nacionalidade portuguesa (...); g) Propor medidas concretas destinadas a incentivar a permanência dos cidadãos portugueses nos novos países; h) Sugerir medidas destinadas à integração social dos funcionários e outros cidadãos portugueses que optem pela sua fixação em Portugal.”

(PJ, 9/9/1974, p. 5 - Excerto)

A média de destaque das notícias de 1974 é de 14 pontos²⁴. No DN é de 15 pontos (6 artigos), enquanto no PJ se situa nos 13 pontos (3 artigos).

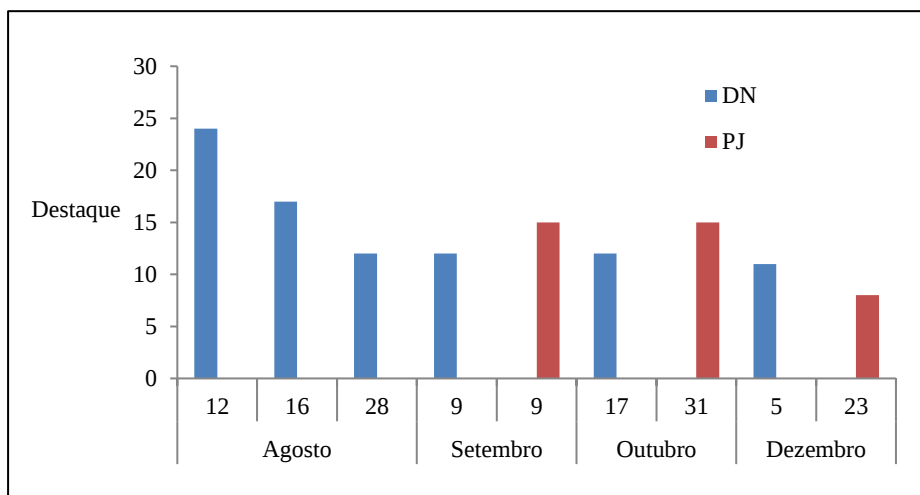


Gráfico 4.2 - Destaque (1974)

De sublinhar que o artigo com maior destaque neste ano (24 pontos) é precisamente o primeiro, já referido anteriormente, publicado pelo DN, a 12 de agosto de 1974, e que incluía uma fotografia e entrevistas a retornados. Curiosamente, o texto jornalístico com menor destaque é o último publicado no ano de 1974, pelo periódico PJ, a 23 de dezembro de 1974, com o total de 8 pontos: *“O Alto-Comissário de Angola, Rosa Coutinho, informou, seguidamente, os jornalistas, ser portador do Decreto-lei, já aprovado em Conselho de Ministros, que cria o Quadro de Adidos, portanto uma tranquilidade para os funcionários de Angola, e dos restantes territórios, que prevê quais as condições em que poderá ser definido o seu futuro”* (PJ, 23/12/1974, p. 6).

Acrescente-se que neste ano apenas se publicou 1 notícia que incluía fotografia e entrevistas a retornados (DN, 12 de agosto de 1974), embora ressalvando que a única entrevista realizada utiliza o discurso direto para ‘dar voz’ aos repatriados.

²⁴ Valoração atribuída numa escala de 4 a 30, pressupondo-se que o artigo atingia a valoração mínima de 0 (não inclusão de fotografias ou entrevistas) ou 1, ou a máxima de 5, nas seis categorias consideradas: posição no periódico, tamanho da notícia, localização na página, título da notícia, inclusão de fotografia e de entrevistas (consultar capítulo da Metodologia).

As notícias incidiram somente em dois temas: ‘Demografia’ (5 artigos – 4 no DN e 1 no PJ), com destaque médio de 16 pontos, e ‘Ação Governativa’ (4 artigos – 2 no DN e 2 no PJ), com destaque médio de 12 pontos, focando a criação da Comissão Nacional de Descolonização (notícias de setembro, no PJ e no DN) e do Quadro de Adidos (notícia de outubro no DN e de dezembro no PJ).

Oito artigos (89%) registaram uma posição valorativa neutra e apenas num, com informação demográfica, foi considerada uma valoração negativa. Com o título “*Quem saiu de Moçambique, fê-lo irrefletidamente e por medo, declarou aos jornalistas o Almirante Vítor Crespo que hoje regressa a Lourenço Marques*” (DN, 5/12/1974, p. 1), avalia-se o fluxo migratório como precipitado, resultante de atitudes “irrefletidas” e de “medo” por parte dos repatriados. O artigo fornece ainda dados, não oficiais, sobre a dimensão do êxodo: “*Contrariamente ao que tem sido afirmado pela imprensa estrangeira, de Moçambique saíram, após o 7 de Setembro (...), 15 000 europeus, dos quais 5 000 se dirigiram para África do Sul e o restante para Portugal, tendo muitos destes regressado*” (idem, p. 9).

Em síntese

Em 1974 recolheram-se somente 9 artigos, nos oito meses analisados (maio a dezembro), ou seja, em média, um artigo por mês, e apenas num dos dois periódicos analisados. O DN publicou mais do que o PJ e deu maior destaque às notícias relativas ao repatriamento. Os artigos, maioritariamente neutros, agruparam-se em dois temas: ‘Demografia’ (contabilização do fluxo migratório) e ‘Ação Governativa’ (aprovação de legislação específica).

Pode concluir-se que o regresso dos primeiros repatriados de Moçambique foi ignorado pela imprensa portuguesa, sabendo-se que após Lusaca, a 7 de setembro de 1974, “alguns incidentes raciais iriam ainda rebentar, com mortos entre brancos e negros, em Outubro, mas foi a assinatura do acordo que marcou o êxodo da colónia branca. Já com um aumento de saídas para a África do Sul ou para a metrópole, a colónia branca e alguma de origem indiana, começou então a abandonar Moçambique a partir de Setembro. Quer o governo de transição, quer o Alto-comissário apelaram

várias vezes ao regresso, mas em finais de Outubro já se encontravam 15 000 na África do Sul, calculando-se que entre 1974 e 1977 tenham vindo para a metrópole cerca de 160 000 colonos” (Pinto, 2001, p. 75). As verdadeiras proporções deste primeiro movimento migratório não eram totalmente conhecidas, referindo-se, em notícia do DN, a 16 de agosto, que *“este êxodo para Lisboa não reflete a maioria da comunidade europeia no território, cuja atitude é de «esperar para ver». (...) Funcionários desta capital não sabem quantos elementos da minoria branca (200 000 pessoas) abandonaram, de livre vontade, o território português na África Oriental, durante os últimos meses (...). Uma estimativa oficial é a de que 1 000 pessoas estão a partir, por semana, para Portugal, desde (...) o 25 de Abril em Lisboa”* (DN, 16/8/1974, p. 5).

No entanto, a ministra dos Assuntos Sociais, Maria de Lurdes Pintassilgo, citada em notícia do PJ de 31 de outubro, mostra já a sua preocupação, alertando para a necessidade de um *“estudo das consequências demográficas do processo de descolonização, com vista ao estabelecimento de esquemas de proteção social adequados a uma integração progressiva dos grupos deslocados”*. Acrescenta que o repatriamento dos portugueses residentes em África poderá *“(...) alterar, abruptamente, a atual pirâmide de idades. É, perante a nova configuração dessa pirâmide, cujos contornos se não estabilizarão rapidamente, que importa definir uma política demográfica responsável”* (PJ, 31/10/1974, p. 1).

4.2 1975 – Êxodo e acolhimento, “o hipócrita silêncio sobre o drama”

Em 1975, no total dos 12 meses analisados, publicaram-se 220 artigos (83 no DN e 137 no PJ), que correspondem a 17% do total. A publicação do DN foi interrompida de 25 de novembro, após o golpe militar, a 22 de dezembro, o que explica uma frequência residual neste período (11 artigos em novembro e apenas 2 em dezembro). O jornal retoma a publicação com Mário Zambujal na chefia da redação.

Na frequência de notícias observa-se uma evolução similar nos dois periódicos, mas o PJ publicou mais artigos sobre o retorno do que o DN, exceto no primeiro trimestre. O período com maior frequência de publicação, 77% do total, agosto a novembro de 1975, coincide com o fluxo migratório mais elevado, especialmente de Angola (agosto com 23 artigos no PJ e 17 no DN; setembro com 29 artigos no PJ e 23 no DN; outubro com 28 artigos no PJ e 18 no DN e novembro com 20 artigos no PJ e 11 no DN).

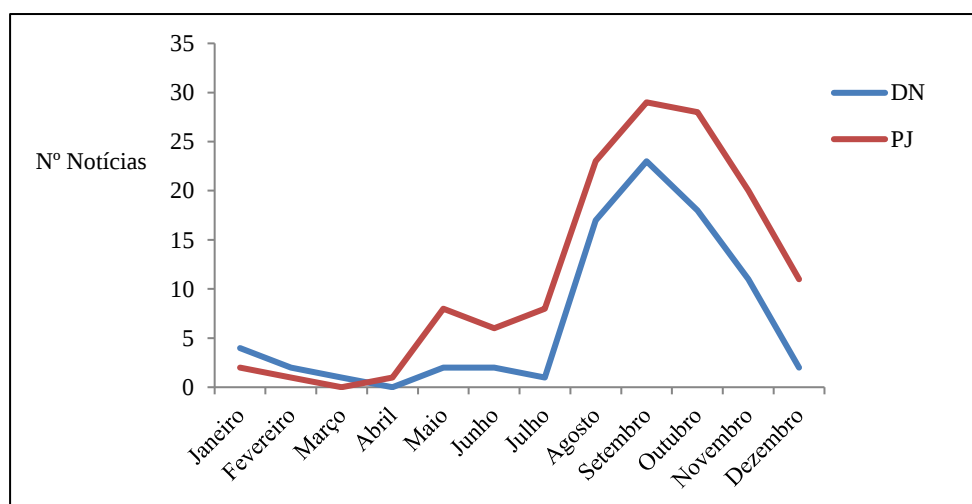


Gráfico 4.3 - Frequência (1975)

Em junho de 1975, o PJ referia que “fontes luandenses calculam que mais de 50.000 do meio milhão de brancos de Angola já deixaram o território desde o levantamento militar de 25 de abril de 1974, em Portugal” (PJ, 28/6/1975, p. 2). E, no

que respeitava a Moçambique, divulgava-se, um ano antes, em junho de 1974, que “o Golpe de Estado, e depois a abertura rápida de negociações com a Frelimo, provocaram um início de êxodo entre os 180.000 europeus. Vinte a trinta mil pessoas já teriam deixado Moçambique” (PJ, 28/6/1974, p. 5).

A chegada de um elevado contingente populacional à metrópole, seguramente superior ao noticiado, de Moçambique e de Angola, e antes do mês de Agosto de 1975, parece não ter tido eco na imprensa, o que seria expectável face à magnitude do acontecimento.

A Ponte Aérea entre Luanda e Lisboa principiou, formalmente, a 17 de julho e terminou a 31 de outubro. Neste intervalo temporal de maior frequência de chegadas, de agosto a novembro de 1975, outros factos despertaram também a atenção da imprensa portuguesa: o primeiro plenário significativo de retornados, no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, promovido pela Associação de Deslocados do Ultramar, a 5 de agosto; a manifestação de retornados em Lisboa, com concentração junto da Presidência da República, a 20 de agosto; a abertura de um crédito de 4 milhões de contos, pelo governo, para o transporte e a instalação dos repatriados, a 25 de agosto; a ocupação das instalações do Banco de Angola, em Lisboa, por retornados, a 1 de setembro; a criação de uma nova associação de repatriados, o Movimento de Fraternidade Ultramarina (FRAUL), a 18 de setembro; a criação da Associação dos Portugueses Refugiados do Ultramar, a 22 de setembro; a chegada das primeiras três traineiras que partiram de Angola, com destino a Olhão, transportando repatriados, a 26 de setembro; a constituição de um Fundo de auxílio aos retornados pela Fundação Gulbenkian, a 21 de outubro e o “assalto” à Casa de Angola, por repatriados, a 25 de outubro.

As 220 notícias recolhidas apresentam um destaque médio mensal de 15 pontos (17 no DN e 13 no PJ). 63 artigos (29%) somam mais de 15 pontos e apenas 6% mais de 20. No DN, 39% das notícias tem um destaque superior a 15 pontos, enquanto no PJ apenas 22% atinge essa valoração.

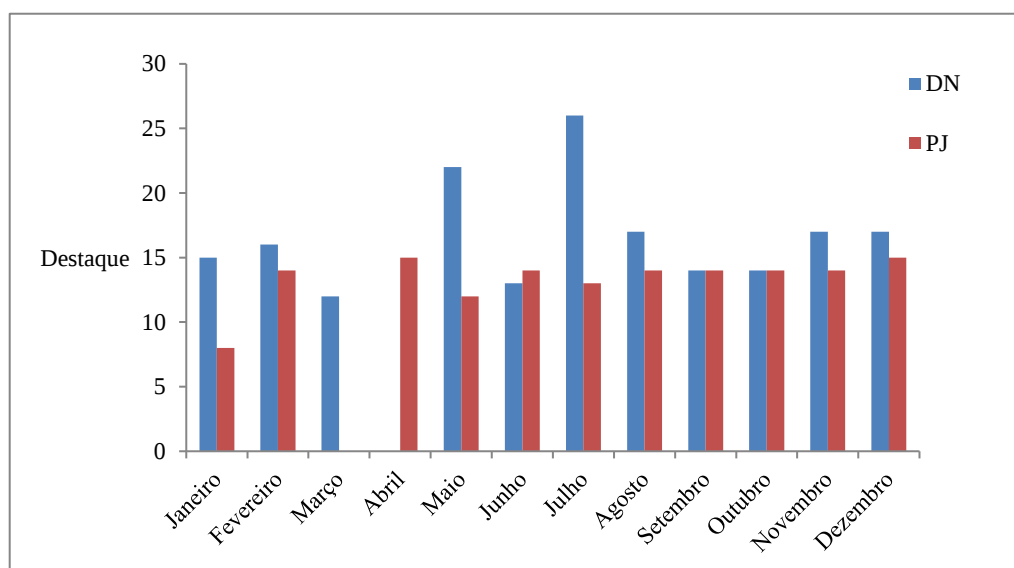


Gráfico 4.4 - Destaque Médio Mensal (1975)

No DN, o destaque médio mensal mais elevado é observado nos meses de julho e maio, mas corresponde a apenas uma notícia, em julho, e a duas, em maio. Nos meses de janeiro (4 notícias), fevereiro (2) e dezembro (2), o destaque médio também se refere a um número reduzido de notícias.

Considera-se que o mês de agosto, com 17 notícias, e destaque médio de 17 pontos, apresenta o valor mais representativo. No mês de novembro, com 11 notícias, o destaque médio é também de 17 pontos, apesar da interrupção da publicação do jornal a partir de 25 de novembro.

A notícia com maior destaque no DN (26 pontos) foi publicada a 7 de julho, com o título *“O Outro lado da descolonização – Retornados de África recusam esmolas, mas exigem trabalho e reintegração”* e incluía duas fotografias e entrevistas a retornados.

“ (...) pessoas que partiram de África por terem culpas no cartório (...) cúmplices ou não do colonialismo, eles foram vítimas de uma política que nos governou, durante muitos anos. (...) A sua integração e reeducação, quando se mostre necessária (...). Vieram com o medo nos olhos (...). «Nós éramos funcionários da República Portuguesa colocados em Moçambique. Por isso, estamos a receber meio vencimento, como a lei preconiza. (...) Decreto (...), prepotente e ilegal (...), algo que encaramos como um castigo por um crime que não cometemos. O crime do colonialismo.» (...) A ausência da nossa televisão foi-nos salientada com mágoa por muitos dos refugiados.”

(DN, 7/7/1975, p. 17 - Excerto).

A inclusão de fotografias e de entrevistas valoriza as notícias, em termos de destaque, 4 ou 5 pontos (consultar capítulo da metodologia). Das 43 fotos publicadas no ano de 1975, nas notícias analisadas, 67% (29) eram do DN e 33% (14) do PJ. Refira-se ainda que, neste ano, somente uma foto era acompanhada de legenda: *“Otelô e Vasco Lourenço”* (PJ, 14/8/1975, p. 1) e surge uma foto acompanhada apenas de título *“Chegada de traineiras a Olhão”* (PJ, 7/10/1975, p. 1), dispensando-se o texto.

A inclusão de entrevistas verificou-se em apenas 8 notícias (6 do DN e 2 do PJ), mas todas a retornados (6 aos que chegam de Angola, ou de Moçambique, no aeroporto da Portela ou de Pedras Rubras, 1 num comício de retornados, em julho, e 1 aos ocupantes do Banco de Angola, em setembro). Somente em 3 entrevistas se optou pelo discurso direto, sintetizando o jornalista, na maioria dos casos, o que foi perguntado e o que foi respondido pelos retornados: *“A cada um perguntámos quais as razões concretas por que tinham abandonado Moçambique, as suas vidas há muito estruturadas, a segurança e o conforto”* (DN, 1/2/1975, p. 4). Nos 3 artigos que relatam, com maior fidelidade, o discurso dos retornados, trata-se de excertos descontextualizados, e nunca a entrevista integral: *“Alguns dos refugiados lamentaram, também, que as autoridades tivessem desarmado os «civilizados» e deixassem armados os «gentios». (...) «No meio de tudo isto, ainda houve alguns pretos que nos ajudavam e*

diziam para ficarmos», dizia um serralheiro mecânico, natural de Bragança” (PJ, 14/5/1975. P. 5); “(...) Os problemas com que lutamos aqui prendem-se essencialmente à falta de trabalho (...). Em alguns casos, basta-nos dizer que viemos de África para não sermos aceites” (DN, 7/7/1975, p. 17). “A nossa luta, não por enquanto política, afirmam ocupantes do Banco de Angola (...)” (DN, 4/9/1975, p. 7).

No PJ o destaque médio mensal é superior (15 pontos) em abril (1 notícia) e dezembro (11 notícias). Nos meses de superior publicação (20 artigos ou mais) – agosto, setembro, outubro e novembro – apresenta um destaque médio de 14 pontos, o valor mais significativo a considerar neste jornal. A notícia com maior destaque (27 pontos), neste jornal, foi publicada a 17 de setembro, com o título *“Iniciada a Ponte Aérea entre Angola e a cidade do Porto”*. Incluía 4 fotos e entrevistas a retornados e realçava-se a *“amargura e desespero nos rostos”* (PJ, 17/9/1975, pp. 1 e 3).

As notícias referentes à inclusão social dos retornados - ‘Interação Sociocultural’ - são as mais frequentes (90 artigos - 41%), concentrando-se, maioritariamente, nos meses de agosto a setembro. São também as que beneficiam de maior destaque: 38%, no tema, regista um destaque acima de 15 pontos e 11% superior a 20. No total de notícias mais destacadas (63), 54% com mais de 15 pontos e 77% com mais de 20 pontos são deste tema.

Reuniram-se, neste domínio temático, as perceções sociais dos metropolitanos e dos retornados sobre a dinâmica de interação e de inclusão na sociedade portuguesa, presentes também nas intervenções, plenários e manifestações de retornados, que veiculam as imagens dos repatriados sobre si próprios e sobre o repatriamento.

Em 1975, noticiou-se a formação de 6 organizações de retornados. Em 21 de janeiro foi criada a Comissão de Desalojados do Ultramar, em Lisboa, mas no dia 14, desse mês, uma *“Comissão de Deslocados do Ultramar Portugêses”* apresentou um caderno reivindicativo e a 22, ainda em janeiro, *“Deslocados do Ultramar reúnem no Ministério da Coordenação Interterritorial”*. Em agosto, surge, em Lisboa, a Comissão de Refugiados de Angola, cuja criação não foi noticiada, e em setembro é formada a FRAUL - Movimento Nacional de Fraternidade Ultramarina, a qual é membro da CESOM - Confederação Europeia de Espoliados do Ultramar. Ainda em setembro

noticia-se a formação da Associação de Portugueses Refugiados do Ultramar, assumidamente apartidária e mais focada na questão das indemnizações. Em novembro é publicamente apresentado o MAR - Movimento de Apoio aos Retornados e em dezembro cria-se a APRU - Associação Portuguesa de Refugiados Ultramarinos. No final do ano há uma tentativa de união da APRU e do MAR.

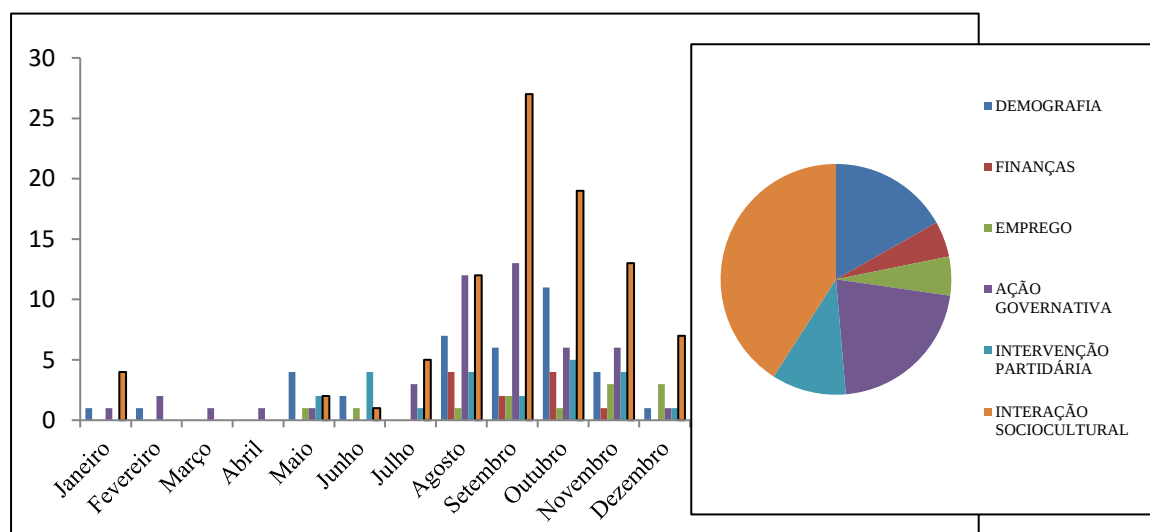


Gráfico 4.5 - Frequência Mensal (total de artigos) e Evolução dos Temas (1975)

Para além do problema do emprego, da habitação e da troca da moeda emitida pelo Banco Nacional Ultramarino e de Angola, principais reivindicações dos desalojados, a questão das indemnizações, estranhamente referida em apenas 6 artigos, coloca-se logo em janeiro, exigindo-se “*o pagamento de indemnizações de «sangue» pelos danos sofridos, no decurso do processo de descolonização*” (DN, 14/1/1975, p. 10). É depois retomada em agosto (2 ocorrências), acrescentando-se “*indemnizações e pensões de sangue às vítimas e familiares do processo de descolonização*” (DN, 6/8/1975, p. 9). Há ainda mais uma referência em setembro, apenas para os “*bens imobiliários*” (DN, 24/9/1975, p. 9), e mais duas em novembro – “*danos morais e materiais*” (PJ, 23/11/1975, p. 7).

Incluíram-se ainda neste tema todas as situações de conflito social: “(...) discutindo muitas vezes de uma forma muito acalorada (...), violentos insultos (...),

tornaram-se ameaçadores (...), dispostos à ação física (...), palavras hostis aos recém-chegados das ex-colónias, os retornados eram apelidados de fascistas (...). Os retornados poderiam, com ações deste género, passar de «corpo estranho» a indivíduos totalmente marginalizados na sociedade portuguesa” (DN, 25/9/1975, p. 1 e 9).

Na posição valorativa, 41% revela escolhas vocabulares negativas e 24% são positivas, ou seja, favoráveis ao retorno. Apenas 35% das notícias deste tema são neutras. Na posição valorativa negativa, os retornados são percecionados como “colonialistas” e “privilegiados”, como se observa no primeiro artigo publicado em 1975: *“Quanto aos que partem de Moçambique para Portugal, onde esperam recuperar os seus privilégios (...), Portugal é um regime democrático e progressista onde o servilismo e a discriminação nos domínios social e económico são impossíveis”* (PJ, 4/1/1975, p. 11). É também frequente uma associação a atitudes de agressividade/violência: *“Ameaças de retornados obrigaram soldados da PM a disparar tiros no Rossio - assaltada a Casa de Angola e removida toda a documentação do MPLA (...). Mais de meia centena de retornados invadiram (...) a Casa de Angola (...) de onde retiraram diversos documentos e emblemas que, mais tarde, queimaram, perante o gáudio da maioria dos presentes, no Rossio (...), num quadro que se vem tornando típico, ultimamente”* (PJ, 26/10/1975, p. 5).

Nas imagens positivas, apela-se à solidariedade e fraternidade nacionais, inspiradas na fragilidade emocional e na vulnerabilidade económica dos retornados, *“(...) irmãos, igualmente vítimas de uma situação herdada do regime anterior”* (PJ, 9/8/1975, p. 5), sabendo-se que “a maioria veio com a roupa do corpo: fazendas, gado, fábricas, contas bancárias, aviões, barcos, prédios, milhões de contos perderam-se para sempre” (Dacosta, 2001, p. 61).

O tema ‘Ação Governativa’, o segundo mais frequente (47 artigos - 21%), e também o segundo tema mais destacado (23%, no tema, com destaque acima dos 15 pontos e 17% do grupo das mais destacadas, mas apenas uma notícia com mais de 20), predomina igualmente no período de maior fluxo migratório (agosto a novembro).

Os artigos do primeiro semestre referem-se à publicação de regimes de equiparação dos funcionários públicos das colónias, aquando da integração nas

instituições estatais metropolitanas, nomeadamente a redefinição legal do Quadro Geral de Adidos, “(...) o discriminatório e «vexatório» D.L. 23/75, de 22 de Janeiro (...). O decreto em questão cria o citado Quadro de Adidos para os que não queiram regressar à antiga colónia, devendo esses deslocados passar a auferir 50% do vencimento, pago na metrópole, correspondente à respetiva letra e só no prazo de um ano, devendo entretanto arranjar emprego (...). «Marginalizar» os deslocados em relação aos metropolitanos ao revertê-los para um «quadro supranumerário»; (...) foram informados que estão em estudo diversos diplomas, um dos quais cria o Instituto de Apoio aos Nacionais que regressam à metrópole e outro analisa as reformas” (DN, 31/1/1975, p. 10).

Em 31 de março de 1975, através do Decreto-Lei (DL) 169/75, o governo criou o Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN), organismo colocado na dependência da Presidência do Conselho, cujas competências incluíam o “apoio, orientação, prestação de auxílio, inserção nos esquemas de Segurança Social, obtenção de trabalho, processos de identificação e atos de Registo Civil, equivalência de habilitações, acesso a assistência médica e a indemnização pelos bens deixados nos países, por direitos emergentes de contratos de trabalho ou por quaisquer outros motivos” (PJ, 27/2/1975, p. 7).

No limite temporal de maior frequência deste tema referem-se as decisões legislativas e executivas, de âmbito nacional ou regional: “Assistência aos retornados de Angola – Comissão Administrativa da Câmara do concelho da Guarda” (DN, 2/9/1975, p. 2). A produção legislativa e o controlo executivo assumiram proporções bastante significativas, de acordo com o noticiado em setembro de 1975: “Por decisão do Conselho de Ministros, a Secretaria de Estado da Descolonização vai passar a constituir um Ministério, (...) dados a gravidade e o melindre que vieram a assumir os problemas de Angola e de Timor, (...) nomeadamente o contencioso económico e financeiro com as antigas colónias” (PJ, 27/9/1975, pp. 1 e 11).

Os artigos referentes à intervenção do poder central e local são maioritariamente neutros (64%) ou positivos (28%). Apenas 4 notícias são negativas, ao nível discursivo. Os responsáveis do IARN publicam, ao longo deste ano, 16 artigos (34% do total neste

tema), com esclarecimentos sobre a atuação do organismo ou apelos à população metropolitana, o que terá contribuído para a valoração positiva registada.

As valorações positivas reforçam, como no tema anterior, o apelo à solidariedade da população metropolitana, incentivado pelos órgãos de poder, como no caso desta notícia, com o título *“O problema da descolonização tratado na Assembleia Constituinte”*, relativa a uma intervenção de Mário Soares, na qual afirmava: *“Não podemos esquecer as centenas de milhares de retornados que se encontram em Portugal e cujo traumatismo profundo deve merecer a nossa compreensão e que tem que poder contar com o nosso apoio”* (PJ, 14/11/1975, p. 5). Ao mesmo tempo, acrescenta, revelando ainda uma perceção errada das consequências do processo de descolonização em Angola: *“(…) devemos preservar a possibilidade de regresso a Angola de todos os portugueses que a Angola se sintam ainda hoje ligados”* (idem).

As escolhas discursivas negativas, apenas em 9% dos artigos, referem principalmente a incapacidade do governo face a um êxodo maciço: *“A situação tornou-se próxima do caos, por precárias infraestruturas e natural confusão pela presença repentina de quase duas mil pessoas (...). Não são exploradores nem capitalistas que esses, em devido tempo, puseram-se a salvo. Pandemónio no aeroporto (...). Não se pode considerar inédito nos grandes aeroportos da Europa, pois o mesmo aconteceu em Londres, Paris e Bruxelas, quando das independências das suas colónias, mas talvez sem a desorganização que se nota na Portela de Sacavém (...). A inspeção é quase inexistente (...), pode criar situações explosivas de um momento para o outro, dado que os deslocados estão precariamente vestidos (não tiveram tempo de trazer mais do que a roupa do corpo), outros gritam a sua pouca sorte, enquanto as crianças reclamam por alimentação que os familiares não lhes podem proporcionar”* (PJ, 11/9/1975, p. 5).

O tema ‘Demografia’, o terceiro mais frequente, que abarca 17% das notícias (37) de 1975, ocupa também a terceira posição no destaque, com 19% de notícias do tema com mais de 15 pontos e 11% no total das mais destacadas, mas apenas uma com mais de 20 pontos. Concentra-se, obviamente, nos meses de maior fluxo migratório (agosto a novembro).

Contabiliza-se o repatriamento para a metrópole - *“Balanço da ponte Angola - Portugal (...) cifra-se num total de 267 877 o número de pessoas que abandonaram Angola até ao passado mês de Outubro”* (DN, 13/11/1975, p. 4) – e fornece algumas informações relativas à dispersão regional: *“A maioria, oriunda da região nordeste, vem para se radicar na sua terra natal”* (DN, 30/5/975, p. 8); *“seja qual for a terra para onde se dirijam (...), incidirá sobre a província”* (PJ, 1/9/1975, p. 5); *“A ponte aérea dos retornados muda para Pedras Rubras, (...) uma vez que a maioria dos retornados é nortenha e ainda porque o aeroporto da Portela já não suporta o movimento de milhares e milhares de pessoas que estão a regressar diariamente”* (PJ, 16/9/1975, p. 9).

As notícias sobre o impacto demográfico do retorno são quase sempre neutras. Registou-se apenas uma notícia com posição valorativa positiva: *“Angola: começou a Ponte Aérea – 1 500 refugiados chegaram a Lisboa (...) um tanto à deriva (...). Era bem visível o cansaço e o desalento (...), tratar convenientemente e com carinho, evitando maior sofrimento a estes milhares de portugueses”* (DN, 11/9/1975, pp. 1 e 7).

Na ‘Intervenção Partidária’, com 10% do *corpus* deste ano (23 artigos), 22% das notícias do tema beneficia de destaque acima de 15 pontos, e representa 8% nas mais destacadas, contudo surge somente um artigo com mais de 20 pontos. O tema assegura presença regular, embora reduzida, a partir de maio, com maior incidência nos meses de junho, agosto, outubro e novembro. Nas eleições para a Assembleia Constituinte, em abril de 1975, não houve, estranhamente, qualquer artigo sobre esta temática, apesar de já se verificarem fluxos migratórios consideráveis para Portugal, especialmente de Moçambique.

Engloba as intervenções dos partidos, relativas ao repatriamento, bem como as referências ao “temido” impacto da adesão dos retornados a partidos de direita. De facto, “após uma fase de recriminações variadas, sobretudo por parte de sectores conservadores, bem patente na abundante produção de crítica à descolonização na segunda metade dos anos setenta, formaram-se mesmo, ainda que com escasso sucesso, pequenos partidos de extrema-direita, tentando capitalizar o descontentamento dos sectores mais atingidos, nomeadamente o dos retornados de África” (Pinto, 2001, p. 82).

A “manipulação” e “aproveitamento” do retorno pelos setores de direita, conotados com o anterior regime “fascista”, são representações comuns a todos os textos jornalísticos neste tema, descrevendo-se um *“ambiente caracterizado pela agitação e mesmo pelo tumulto (...), onde começa já a definir-se um crescente sector que vai dando conta de uma velada manipulação, no sentido da satisfação de um partido da direita (...), denunciando um certo ambiente (hostil) criado à volta dos retornados, acusados de exploradores dos povos africanos (...), com interesses partidários, nomeadamente do CDS”* (DN, 20/8/1975, p. 9).

As notícias analisadas são, na sua maioria, de posição valorativa negativa (65%). Apenas 13%, das restantes, são positivas, correspondendo a 3 intervenções de partidos políticos (PS e PPD), no mês de junho: *“(…) O P.S. chama, adiante, a atenção para o problema dos Retornados de Angola a Portugal, denunciando o silêncio da R.T.P., da E.N., do R.C.P. e da R.R. sobre o drama (...) dos retornados de Angola, vítimas do colonialismo fascista”* (DN, 13/6/1975, p. 9) ou *“PPD apela para que toda a população em geral (...), campanha que visa minorar as privações a que todos os portugueses recentemente vindos de Angola estão sujeitos”* (PJ, 14/6/1975, p. 9).

Os dois temas menos frequentes em 1975, referentes ao impacto económico, agrupam 10% das notícias, publicadas somente a partir de maio (‘Emprego’ – 5%) ou de agosto (‘Finanças’ – 5%). Nas notícias relativas aos gastos com o repatriamento, 36% tem um destaque, no tema, acima dos 15 pontos, mas representam apenas 6% nas mais destacadas. Nos artigos sobre a integração profissional dos retornados, apenas 17% tem um destaque considerável no tema e contribuem somente com 3% no total de notícias com mais de 15 pontos. Nestes dois temas, não há notícias com mais de 20 pontos de destaque.

Nos textos jornalísticos sobre o impacto financeiro do retorno, incluem-se as referências aos gastos públicos - *“O Governo trabalha – empréstimo público de 5 milhões de contos para encargos com retornados”* (DN, 27/8/1975, p. 1) - que não obtêm a devida atenção pela imprensa, e as diversas fontes financeiras: *“Fundação Gulbenkian auxilia os retornados de Angola. (...) Foi criado um fundo de auxílio aos retornados de Angola, no valor de 50.000 contos (...), por intermédio do IARN (...). O*

referido programa consiste (...) no alojamento durante três dias, alimentação e transporte para o lugar de destino definitivo e num pequeno subsídio em dinheiro para custeio de despesas de primeiro estabelecimento” (PJ, 15/8/1975, p. 11) ou *“Na ponte aérea e até ao dia dezoito – aviões estrangeiros fizeram 54 voos para retornados. Auxílio sueco aos deslocados de Angola (...), três milhões de contos, mais de metade para compra de cobertores”*. (DN, 23/9/1975, p. 2).

Neste tema, as notícias são quase sempre neutras, verificando-se apenas uma com valoração negativa – *“Relativamente ao êxodo dos portugueses radicados nas ex-colónias (...), mas também a sociedade portuguesa perde, dado que recebe os retornados na situação geral de carência que se conhece”* (PJ, 21/10/1975, p. 9).

Os artigos sobre a integração profissional centram-se na *“dificuldade de fomentar a criação de novos postos de trabalho. (...) Está nos planos do Secretário de Estado do Emprego a concessão de subsídio de desemprego a quantos, vindos de Angola, não consigam colocação em Portugal”* (DN, 7/8/1975, p. 7). O Secretário de Estado dos Retornados, Vasco Graça Moura, realça o *“problema de emprego, já que as populações locais têm levantado alguns obstáculos, considerando que os naturais da terra se encontram em iguais circunstâncias”* (DN, 8/11/1975, pp. 1 e 10).

Registaram-se também notícias acerca de oposições, mais circunscritas, a políticas de emprego (Quadro Geral de Adidos e atribuição/pagamento de subsídio de desemprego) ou a setores profissionais (funcionários públicos e bancários): *“Decidido em Assembleia Geral – Retornados bancários deverão ser considerados em pé de igualdade com os demais desempregados (...); que os desempregados já existentes no país não deverão ser subalternizados face aos ex-residentes nas colónias; que os empregados bancários, atualmente ao serviço, não podem ser prejudicados na sua carreira profissional, pela entrada de novos empregados”* (PJ, 9/11/1975, p. 9).

A inclusão dos retornados no mercado laboral é percecionada, em termos discursivos, de forma mais negativa (58%), registando-se somente uma notícia de posição valorativa positiva – *“DE MIRANDELA – Comissão concelhia de Retornados (...); organização de uma cooperativa metalomecânica e outras iniciativas (...), pretendem trabalho e não os subsídios que, na maior parte dos casos, consideram*

vulgar esmola e, como tal, negativos” (PJ, 18/10/1975, p. 10).

Por último, no ano de 1975, a maioria das notícias apresenta uma posição valorativa neutra (53%), seguindo-se as avaliações negativas (29%) e, menos frequentemente, as positivas (18%).

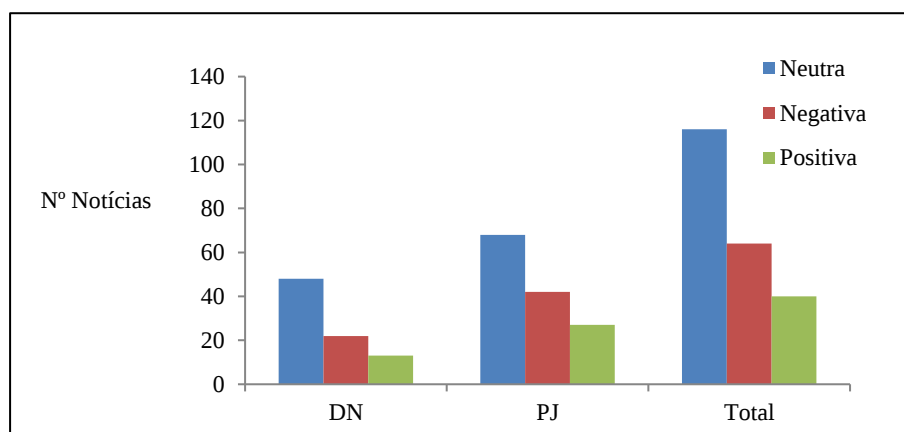


Gráfico 4.6 - Posição Valorativa (1975)

Numa observação por jornal, verifica-se que o DN (58%) é mais neutro que o PJ (50%). O PJ apresenta mais notícias com posição valorativa negativa, mas também positiva.

A classificação das notícias de acordo com a sua posição valorativa, negativa ou positiva, assenta, como já referido, nas escolhas vocabulares ou nas estruturas discursivas, cujo levantamento e agregação será objeto de análise global no final deste capítulo, ou seja, incluindo-se os dados dos seis anos em estudo (1974 a 1979).

Em síntese

No ano de 1975, publicou-se, em média, uma notícia por dia, somente num dos jornais, e em apenas 220 dias. Nos restantes 145 dias do ano (40%), não houve qualquer referência ao fenómeno do retorno. Pode concluir-se que o êxodo massivo, o acolhimento e os primeiros passos da integração dos repatriados não obtiveram uma

projeção significativa na imprensa, facto aliás referido em 17 artigos. *“A Emissora Nacional, o Rádio Clube Português e a Rádio Renascença (que já não é agora a Rádio Católica, mas uma das nossas três monocórdicas «maçadoras nacionais»), bem como a generalidade da imprensa (salvo raras e honrosas exceções), têm também guardado um hipócrita silêncio sobre o drama. E, no entanto, ele aí está. Todas as semanas desembarcam no aeroporto da Portela centenas de retornados, muitos deles sem nada mais além da roupa que vestem. (...) Não faz sentido segregar o retornado de Angola pela razão burguesa de ele não ter divisas que prestem. O retornado de Angola não é um colonialista. É um filho do povo português, um trabalhador, uma vítima do colonialismo fascista, (...) tem de ser recebido como irmão* (PJ, 14/6/1975, p. 11).

77% do corpus de 1975 concentra-se nos meses de agosto a novembro, que coincide com o período de maior fluxo migratório para a metrópole (a Ponte Aérea Luanda-Lisboa funcionou entre 17 de julho e 31 de outubro). O PJ publicou mais notícias que o DN, mas o diário lisboeta atribuiu um destaque médio superior aos artigos, incluindo mais fotos e entrevistas aos retornados.

Neste ano recolheram-se notícias dos seis temas identificados. A ‘Interação Sociocultural’ é o mais frequente, com superior destaque médio, mas também o menos neutro (35%), apresentando mais valorações negativas que positivas, o que não seria expectável numa integração pacífica. As perceções desfavoráveis ao repatriamento centram-se nos “privilégios” de que beneficiam os retornados e na “agressividade” que revelam quando intervêm publicamente.

O tema ‘Ação Governativa’, o segundo mais frequente e o segundo mais destacado, é maioritariamente neutro (64%), assim como o tema ‘Demografia’ (97%). Nos temas com menores ocorrências, a ‘Intervenção Partidária’ (10%) apresenta mais valorações negativas (65%), receando-se a influência do grupo retornado, ‘de direita’ e “reacionário”, no processo político democrático. O tema ‘Emprego’, que reúne apenas 5% das notícias, também é mais negativo (58%), o que revela alguma tensão na integração profissional dos retornados, no período de êxodo maciço, num país em plena crise económica e com elevada taxa de desemprego. Por último, o tema ‘Finanças’ (5%) é também quase sempre neutro.

4.3 1976 – Integração ou “uma surpresa de que ainda não nos refizemos”

Em 1976, publicaram-se 494 notícias, 38% do *corpus*, ou seja, é o ano com maior número de ocorrências. O DN (271 artigos – 55%) publicou mais notícias que o PJ (223 artigos – 45%), mas a diferença é pouco significativa. No entanto, é de assinalar que o número de artigos no DN foi superior em 8 meses.

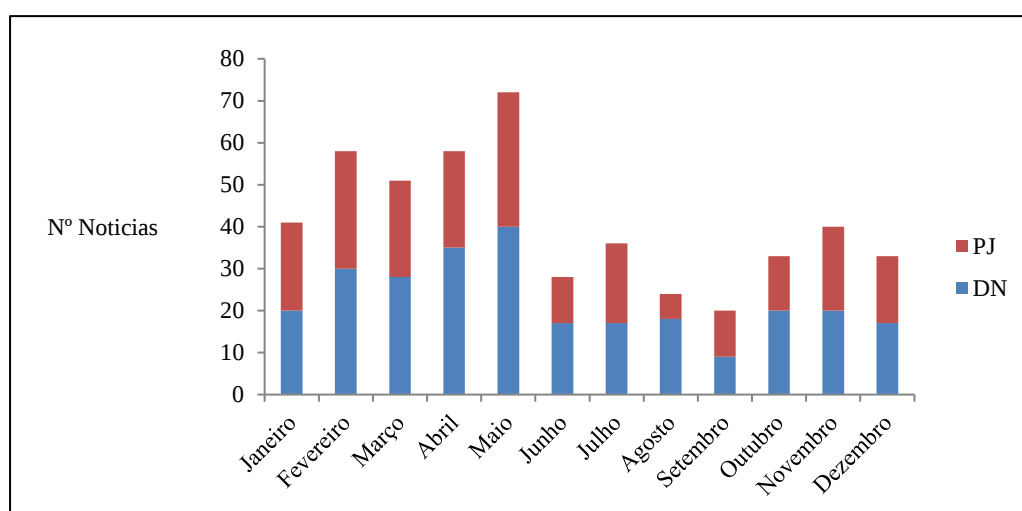


Gráfico 4.7 - Frequência (1976)

Nos primeiros 5 meses a frequência foi mais elevada, correspondendo a 57% do total de artigos publicados neste ano. Para além dos apoios (financeiros e outros) recebidos do estrangeiro para fazer face ao repatriamento (ONU, Estados Unidos da América, Noruega, Bélgica e Canadá), outras ocorrências, relacionadas com uma maior intervenção pública dos retornados, justificam a concentração de notícias neste período: plenários de retornados (8/2 - Palácio de Cristal, Porto, e 19/4 – Coliseu dos Recreios, Lisboa); manifestações de retornados (3/2 – São Bento, Lisboa; 10/2 – Rossio, Lisboa; 5/3 – Marcha silenciosa, Porto; 30/4 – São Bento, Lisboa); ocupação da Secretaria de Estado dos Retornados (12/2); concentração de taxistas retornados (15/3 – São Bento); ocupação das instalações do IARN no Porto (4/5); ocupação de hotéis em Lisboa (6/5) e confrontos com a polícia no Cais do Sodré, Lisboa (19/5).

O destaque médio do DN é de 14 pontos, enquanto no PJ é de 13 pontos, e é mais

elevado, em média, no mês de fevereiro, quando ocorrem duas manifestações de retornados (São Bento e Rossio), o plenário de desalojados (Palácio de Cristal) e a ocupação da Secretaria de Estado dos Retornados. Apenas 19% das notícias (94) tem um destaque acima dos 15 pontos (no DN 21% e no PJ de 17%) e somente 5% apresenta um destaque superior a 20 pontos (6% no DN e 3% no PJ).

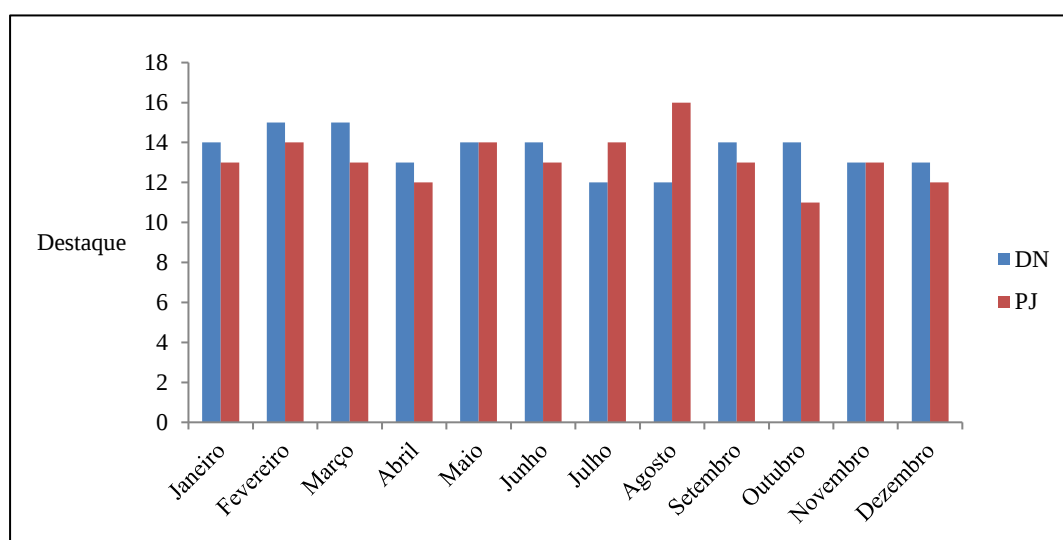


Gráfico 4.8 - Destaque Médio Mensal (1976)

As notícias com maior destaque do DN foram publicadas a 18 de outubro (30 pontos) e, curiosamente, a 19 de outubro (29 pontos). A mais destacada, com o título “*1700 desalojados sofrem e esperam no Jamor*”, incluía 3 fotografias e entrevistas a repatriados (de Angola e de Timor), e apresentava posição valorativa negativa: “ (...) estão curiosamente por denunciar o golpismo e o oportunismo (...), despolitização que tem vindo a servir de «balão de ensaio» a determinadas forças políticas (...); certo exagero (...) e até alguma agressividade (...), os mais traumatizados, os mais agressivos e descontentes (...), o IARN é uma casa que é um mundo. É certo que a casa já deveria estar arrumada, pois conta com 17 00 funcionários” (DN, 18/10/1976, pp. 1 e 9). A de 19 de outubro é um artigo com o título “*Apoiar a iniciativa criadora e a força de trabalho dos desalojados*”, incluindo 6 fotografias (sem legenda) e uma entrevista ao Alto-Comissário para os Desalojados, com valoração positiva. Gonçalves

Ribeiro destaca, na “*problemática do homem desalojado*”, o “*esforço de trabalho, imaginação criadora e espírito de iniciativa*” e a necessidade de eliminar o “*ferrete de colonialista e explorador*”, argumentando ainda que “*não terá sido apoiado, mas assistido*” (DN, 19/10/1976, pp. 1 e 9).

No PJ, a notícia com destaque superior (26 pontos) foi publicada a 24 de fevereiro, com uma entrevista e fotografia legendada - “*O Secretário de Estado dos Retornados, Amândio de Azevedo, fazendo declarações aos órgãos de comunicação social*”. Com o título “*No mês de dezembro o IARN pagou em alojamento de hotéis cerca de 240 mil contos*”, avalia-se positivamente o retorno, sublinhando também o perfil dos repatriados: “*pessoas muito ativas, muito capazes no ponto de vista económico, habituados a enfrentar dificuldades e podem constituir até fator de arranque para a nossa economia*”. Relembrando que se encontram “*absolutamente carenciados de tudo*”, apela-se “*à unidade, à compreensão, ao espírito de sacrifício e ao sentimento patriótico, visto que todos nós (...) estamos firmemente decididos a ampará-los, a orientá-los e a assisti-los, na plenitude dos seus direitos, na sociedade a que pertencem e que deve abrir-lhes lealmente os braços*”. Por último, incita “*os desalojados a organizarem-se, a estudarem calmamente os seus problemas, a revelarem disciplina*” (PJ, 24/2/1976, pp. 1 e 9).

No ano em foco publicaram-se 17 artigos que incluíam entrevistas (7 no PJ e 10 no DN): oito a responsáveis governamentais (Secretário de Estado dos Retornados, Amândio de Azevedo – 4; Ministro dos Assuntos Sociais, Rui Machete – 2; Ministro da Comunicação Social, Almeida Santos – 1; e Gonçalves Ribeiro, Alto-Comissário para os Desalojados – 1) e nove a retornados (janeiro – retornados na Costa da Caparica; fevereiro - reunião de desalojados do norte e manifestantes em Lisboa; maio – retornado que vende no metro de Lisboa e retornados que ocuparam hotéis em Lisboa; julho – 2 entrevistas a elementos da Comissão Nacional de Desalojados; outubro - desalojados no Jamor; e dezembro – retornados de Vila Real). Em 8 entrevistas optou-se pelo discurso direto, mas nas restantes 9 utilizou-se também o discurso indireto, com perdas óbvias, ao nível da fidelidade e da riqueza do discurso.

Com relevância no destaque, foram ainda incluídas 67 fotos (40 no DN e 27 no

PJ). Todavia, no DN apenas 15 tinham legenda, enquanto no PJ somente 1 não foi legendada. Refira-se que no DN se publicaram 6 fotos para um mesmo artigo (19/10) e 3 fotos em dois artigos (18/10 e 7/12), pelo que se considera que o total de artigos com fotografias é aproximado nos dois jornais (consultar anexo 2). Publicou-se, como no ano anterior, uma fotografia que não acompanhava qualquer artigo, e sem título, com a legenda “*O drama das populações deslocadas de Angola ainda não terminou (...). Primeiros voos de uma Ponte Aérea destinada a repatriar todos os que manifestaram esse desejo*” (DN, 23/1/1976).

O tema mais frequente é a ‘Ação Governativa’, com 31% das notícias publicadas neste ano (154 artigos), e valores muito próximos ao tema ‘Interação Sociocultural’ que aglomera 30% (146). Assim, neste ano, as medidas legislativas e executivas, bem como as intervenções dos órgãos de poder, central e local, parecem ter tido maior eco na imprensa nacional, aqui representada pelo PJ e DN.

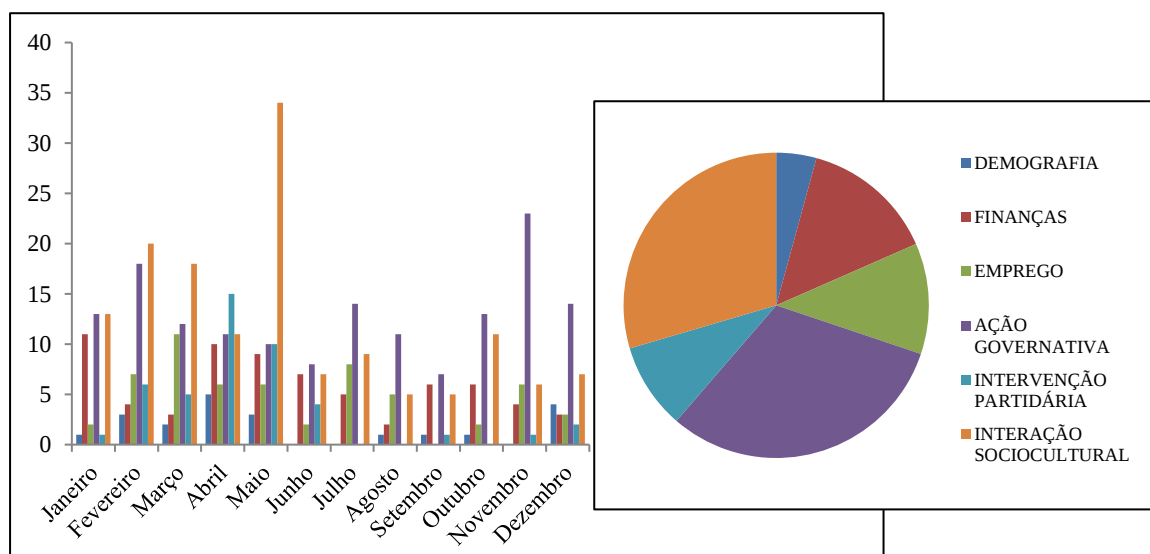


Gráfico 4.9 - Frequência Mensal (total de artigos) e Evolução dos Temas (1976)

O tema apresenta uma publicação regular, com menor incidência apenas nos meses de junho e setembro. Nos primeiros nove meses há algumas intervenções do Secretário de Estado dos Retornados, Amândio de Azevedo (11), ou de responsáveis do

IARN (4) e, após a tomada de posse do Alto-comissário para os Desalojados, Gonçalves Ribeiro, a 14 de setembro, publicam-se Notas Oficiais do Alto-comissariado em número significativo (16 no último trimestre, que correspondem a 32% do total nesse período). São ainda frequentes os artigos referentes a reuniões das comissões concelhias e distritais (eleições, funcionamento, propostas e decisões), mais ativas com a criação do Comissariado para os Desalojados.

As notícias deste tema não são, contudo, as mais destacadas, ocupando o segundo lugar neste critério, visto que 21%, no tema, tem um destaque superior a 15 pontos, mas em apenas 3% (4 notícias) é superior a 20. Na relação com o total das mais destacadas, 34% tem mais de 15 pontos, valor que iguala o atingido pela tema ‘Interação Social’, mas somente 17% atinge mais de 20, enquanto a ‘Interação Social’ agrupa 61% das notícias com mais de 20 pontos (14). A maioria dos artigos deste tema é neutra (84%), 11% apresenta valoração positiva e somente 5% negativa.

A preocupação com a reorganização dos organismos e dos esquemas de apoio aos retornados é tónica comum, ao longo deste ano, começando pela substituição do IARN, anunciada logo a 17 de janeiro, o qual *“desempenhou uma missão de emergência de bastante relevo, mas que a sua orgânica já não corresponde à necessidade de encontrar respostas definitivas e estáveis para os problemas que dele demandam soluções (...)”*. Propõe-se ainda uma *“orgânica participativa dos retornados, através de representantes seus, e o aproveitamento máximo da iniciativa dos próprios retornados”* (DN, 17/1/1976, pp. 1 e 2), o que poderia ser conseguido com a criação do Conselho Consultivo da Secretaria de Estado dos Retornados, em fevereiro, *“a título excepcional, (...) que engloba representantes das comissões distritais e associações nacionais”*, de modo a *“fazer participar os retornados, de forma organizada, na definição e execução de políticas tendentes às soluções dos seus problemas”* (PJ, 8/2/1976, p. 9) e, mais tarde, com as comissões concelhias e distritais.

Insere-se também neste objetivo de valorização das propostas de integração apresentadas pelos repatriados, o programa de crédito CIFRE, Comissão Interministerial de Financiamento dos Retornados, que visava *“definir políticas de concessão de crédito, elaborar planos financeiros, assim como de assegurar a orientação,*

coordenação e controlo de gestão dos respetivos fundos de financiamento” (PJ, 5/7/1976, p. 5). Este apoio financeiro, criado a 9 de junho, inicia-se somente em 27 de dezembro e estava previsto prolongar-se por quatro anos (1977 a 1980), o que não foi cumprido, visto que as verbas disponíveis se encontravam esgotadas em junho de 1978.

É também assunto central a necessidade de promover um rigoroso recenseamento dos retornados, realizado entre 20 de novembro e 6 de dezembro, que permitiria identificar os carenciados de apoio e definir um novo esquema de apoios, visto que os *“números de carácter manifestamente previsional têm por vezes excedido, e até duplicado, o possível número de colonos residentes nas ex-colónias, sendo certo que, por um lado, nelas se encontra ainda elevado número de ex-colonos; por outro, nem todos regressaram a Portugal e aqui permaneceram e, por último, nem todos carecem de apoio do estado”* (DN, 7/5/1976, p. 2). Avança-se ainda, embora tardiamente, para uma *“definição de retornado”*: *“I – Cidadão português; II – Residência habitual numa ex-colónia, antes do regresso; III – Carecer de pelo menos uma das formas de apoio previstas; IV – Regresso das ex-colónias após 1/1/1975”* (PJ, 7/5/1976, p. 1).

As medidas específicas, legisladas aquando da chegada e acolhimento dos retornados, denominadas, com alguma frequência, de *“transitórias”* ou *“excepcionais”*, começam a ser incluídas, no ano em estudo, nos regimes gerais: *“subsídio de desemprego a retornados submetido às condições do regime geral”* (DN, 27/5/1976, p. 1) e *“assistência a retornados passa para a Previdência”*, pretendendo-se a *“progressiva integração da população retornada nas estruturas da segurança social e no sistema geral de benefícios”* (DN, 20/7/1976, p. 6). Recusa-se, portanto, uma política direcionada aos repatriados: *“(…) isto não significa, prosseguiu Rui Machete, que o governo pense para eles num desenvolvimento económico específico. Beneficiarão, tal como todos os outros portugueses, do programa de relançamento da economia”* (DN, 30/4/1976, pp. 1 e 2). Contudo, a *“situação específica da população retornada conduziu a critérios de maior flexibilidade”* (PJ, 7/5/1976, p. 1).

As propostas e decisões, legislativas ou executivas, para além de se centrarem na reorganização dos organismos, na contabilização rigorosa do repatriamento, na eliminação gradual de medidas especiais e numa maior participação dos retornados,

apontam ainda para uma intencionalidade ao nível da dispersão regional dos retornados: na atribuição de 400 licenças para os taxistas, “*excluindo os distritos de Lisboa, Porto e os concelhos de Setúbal, Almada, Barreiro e Seixal*” (PJ, 26/3/1976, p. 1), zonas de maior concentração de retornados; no realojamento, após a saída compulsiva dos hotéis; e na concessão do crédito CIFRE, que excluía “*projetos a implantar nos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal*” (DN, 24/11/1976, p. 3). Argumenta-se que “*a grande maioria dos desalojados está alojada no norte do país, em casa de amigos ou de familiares*”, pelo que “*uma preocupação fundamental é acabar com o tratamento desigual que se dá aos retornados conforme se fixem em cidades ou nos campos*” (DN, 20/2/1976, p. 7).

Neste tema, as posições valorativas positivas (11%) recolhem-se principalmente nas intervenções de elementos do governo, como a de Almeida Santos, em fevereiro: “*O afluxo de retornados pôde constituir para nós e para eles próprios uma surpresa de que ainda não nos refizemos (...). Oíço, com frequência, referi-lo em termos de drama. Para eles próprios, sem dúvida. Para o país, de modo nenhum (...), para um país que precisa de ser reconstruído, o reingresso maciço de quem traz consigo a experiência de fazer países, está longe de ser um mal (...), gente que se valorizou e educou os filhos, (...) regressam possuídos do espírito de «revanche», ávidos de refazer o que fizeram (...). Dos 350.000 retornados, se não mais, apenas 20.000, talvez menos, se encontram alojados por iniciativa e à custa do Estado. Somos, ainda, não se duvide, um belo país, uma grande família*” (DN, 10/02/1976, pp. 1 e 2). Reconhece-se o papel das famílias, e dos círculos sociais de proximidade, na integração dos retornados.

As notícias com valorações negativas (5%) referem-se, como já observado em 1975, à ineficácia e morosidade dos organismos governamentais que lidam com os retornados e refletem, por vezes, críticas internas: “*O retornado está hoje praticamente abandonado à sua situação. (...) Estou do lado dos retornados e compreendo a sua situação. O IARN desacompanhou o processo desde há meses. (...) Existem aqui retornados a viver em pocilgas, amontoados, aos 6 e 7 no mesmo quarto*” (Governador Civil de Braga, citado em PJ, 7/2/1976, p. 8). Em maio, é mesmo o Secretário de Estado dos Retornados, Amândio Azevedo, que afirma ter “*mais problemas com o IARN do que com os retornados*” (DN, 10/5/1976, p. 10).

O segundo tema mais frequente, ‘Interação Sociocultural’ (30%), é o mais destacado, com 22% de notícias, no tema, com mais de 15 pontos e 10% com mais de 20. As notícias publicadas concentram-se nos 5 primeiros meses do ano (66% do total de 146 artigos), com maior intervenção visível dos retornados, e no mês de outubro. São maioritariamente neutras (49%), mas registou-se um elevado número de textos jornalísticos com valoração negativa (27%) e também positiva (24%).

Recorde-se que, para além das ocorrências relativas à integração social, pacífica ou conflituosa, as notícias nesse tema traduzem as perceções dos metropolitanos, bem como as dos retornados, individuais ou coletivas, através das suas organizações. Em 1976 formaram-se mais 8 organizações de repatriados, para além das seis já ativas em 1975: em janeiro, a Comissão de Descolonização do Ultramar, com sede em Coimbra; e em fevereiro, o CSI - Centro Social Independente, que efetuará uma tentativa de criação de um partido político e que resulta da aglutinação de outras organizações, criadas em 1975, nomeadamente a APRU. Em março, noticia-se a criação da CPRISR - Comissão para Proposta de Resolução Imediata da Situação dos Refugiados; em maio, forma-se a IOR - Interorganização de Refugiados, que será bastante ativa, especialmente aquando da desocupação dos hotéis, e a CODUP - Comissão Distrital de Deslocados do Ultramar do Porto. Em junho, a ADUREP - Associação de Desalojados do Ultramar, Reformados e Emigrantes Portugueses; em novembro, a Comissão de Defesa dos Desalojados do Algarve e, em dezembro, a Associação de Ex-Funcionários das Ex-colónias, mas em “*espírito de defesa de todos os retornados em geral*” (PJ, 4/12/1976, p. 11).

Estas organizações, assim como as intervenções pessoais de retornados, focam-se nos dois problemas mais prementes: emprego e habitação. As ações reivindicativas que abordam as indemnizações surgem em apenas 9 artigos: em fevereiro, solicitando-se que fossem “*devolvidos os bens deixados no ultramar*” (PJ, 26/2/1976, p. 3) e, em março, 3 artigos, com a proposta de criação de uma Comissão Nacional de Avaliação dos Bens dos Portugueses, “*entregues pelos governos provisórios de Portugal aos agentes do Império Russo em terras do Ultramar, para que sejam devolvidos aos seus legítimos proprietários. Esta devolução deverá ser efetuada pelo governo português em moeda forte ou em ouro até 31/12/1976*” (DN, 25/3/1976, p. 1). Em abril, mais uma

referência ao pagamento em “*moeda forte*” (PJ, 20/4/1976, p. 5); em setembro, dois artigos, referindo-se que o Conselho de Europa estaria recetivo a este problema; em novembro, o deputado do CDS, Pinto da Cruz, apresenta uma proposta para uma “*justa indemnização*” (PJ, 10/11/1976, p. 9) e, por último, em dezembro, afirma-se que a “*maioria deixaria de pedir indemnizações, desde que passe a existir política de compreensão e desanuviamento, sem racismos e demagogias de qualquer espécie*” (DN, 27/12/1976, p. 8), o que veio, de facto, a acontecer.

Nas percepções negativas, destacam-se, uma vez mais, os “privilégios”, nas colónias e na metrópole, e o “descontentamento/ agressividade”, associados aos retornados: “*Retornados não são apenas os que, no Rossio e imediações, provocam alarido, vendem liamba, provocam os incautos transeuntes, distribuem pasquins anónimos, propagam boatos, semeiam ódios e tempestades (...), traficam armas e divisas, assaltam sindicatos, autarquias e sedes de partidos, ostentam arrogâncias reacionárias (...), esmurram Secretários de Estado e ateiam focos terroristas (...), vadiam ócios em espadas imponentes, se instalam infantes em hotéis e entendem que o país tudo lhes deve. (...) Os que nas ex-colónias viveram vida larga e à tripa-forra, engordando do sangue que sugavam, bons vampiros que eram, das veias míseras de míseros explorados*” (In «Nota Semanal» de «Notícias da Amadora», de 24/2/1976, publicado em DN, 5/3/1976, p. 3).

O facto de os repatriados beneficiarem de alguns apoios não é pacificamente aceite pela população residente, pois seriam “privilegiados” por terras de África e também no regresso: “*Será que neste país só se olha para os retornados? (...) Os de cá, os que sentiam mais o fascismo na pele*” (DN, 24/5/1976, p. 18). Tais representações originaram alguns conflitos e manifestações de desagrado, como, por exemplo, em Gouveia, onde a distribuição de alimentos a retornados, cerca de 550 naquela localidade, “*juntou parte da população, comentando o acontecimento, (...) ocasionou no local uma grande aglomeração e burburinho (...) e até ameaças (...) ao Presidente da Câmara*” (PJ, 16/3/1976, p. 11), ou na manifestação de março, em São Bento, onde “*estavam retornados (...) que não enganavam quem quer que fosse humildes, com toda a sua rudeza (...), agrediram uma senhora que passava em São Bento e que, mais*

corajosa, não hesitou em chamar-lhes oportunistas e malandros. Uma das manifestantes, por sinal negra, não se conteve e esbofeteou-a” (PJ, 6/5/1976, p. 1).

Por outro lado, as escolhas vocabulares positivas sublinham os atributos dos retornados (“trabalhadores” e “dinâmicos”, entre outros), relembram a sua situação dramática, ao nível económico e também psicológico, e apelam à “solidariedade” para com estes *“filhos do povo português”*, nossos *“irmãos”*, *“doridos, mas generosos”*, que protagonizaram *“uma fuga que foi audácia e epopeia, coragem e desgraça, raiva e desespero”*, sendo urgente que todos colaborem, envolvendo-se numa *“tarefa nacional”*, para que *“se sintam cidadãos e não desterrados na sua pátria”* (DN, 8/11/1976, p. 17). A identidade nacional é sistematicamente evocada, especialmente ao nível local, referindo-se a necessidade do apoio de toda a comunidade para *“minorar a situação aflitiva em que se encontram alguns milhares de bragançanos e viseenses, regressados das antigas colónias”* (DN, 27/1/1976, p. 7 e PJ, 27/1/1976, p. 5).

O tema ‘Finanças’ encontra-se, em 1976, na terceira posição, em termos de frequência (14%) e de destaque. Embora se contabilizem, no tema, 27% de artigos com 15 pontos ou mais e 3% com mais de 20, no total dos mais destacados representam somente 20% com mais de 15 pontos. É mais frequente nos meses de janeiro, abril e maio e abarca as notícias relativas a ofertas do estrangeiro, financeiras e outras (habitações, alimentos, vestuário, etc.), dos Estados Unidos da América, da Noruega (governo e igreja), da Holanda, da Bélgica e do Canadá, mas também aos custos do repatriamento e do acolhimento, ou seja, os montantes despendidos pelo IARN, especialmente no alojamento. Divulga-se que o *“orçamento anual para assistência aos retornados se eleva a um milhão de contos, mas (...) as despesas mensais, neste momento, são superiores a meio milhão”*. Realça-se que *“apenas 10% se encontra em hotéis e a verba despendida é cerca de metade de todos os encargos com retornados”* (DN, 24/2/1976, pp. 1 e 2). Porém, somente em agosto se procede à *“uniformização dos preços de alojamento de retornados em unidades hoteleiras da mesma categoria”* (DN, 26/8/1976, p. 3). Surgem ainda informações sobre pagamentos, atrasos nos pagamentos e dívidas do IARN e começam a ocorrer referências a *“fraudes”*, *“ilegalidades”* ou *“irregularidades”* na atribuição dos subsídios aos retornados.

A maioria das notícias é neutra (87%), enquanto as positivas são apenas 7% e as negativas 6%. O impacto financeiro do retorno pôde ser benéfico quando, *“aproveitando o auxílio da ONU, os problemas dos retornados constituem fator de impulso para soluções gerais (...). O problema dos retornados tem de ser suportado pelo povo português, (...) muitos dos problemas não são apenas referentes aos retornados (desemprego, por exemplo), mas sim problemas comuns pelo que a ajuda a prestar a Portugal terá de ser encarada nesses termos”* (DN, 13/1/1976, p. 7).

Em oposição, os efeitos são negativos, em termos discursivos, visto que *“o problema dos retornados é o de um país subdesenvolvido em que faltam habitações, empregos e recursos.”* Insiste-se, ainda nesta notícia, na questão das fraudes, sugerindo-se que se devem *“isolar, neutralizar e punir exemplarmente os que porventura tenham transformado os dramas dos seus concidadãos em pecaminosa fonte de receita”*, dado que *“custaram ao país um elevado preço económico, verdadeiramente insuportável”* (DN, 15/9/1976, p. 1).

Enquadrando-se ainda na vertente económica, mas também social, o tema ‘Emprego’ é o quarto mais frequente (12% - 58 notícias) e o quarto mais destacado, apesar de somente 10% das notícias reunir mais de 15 pontos, no tema, e apenas uma notícia ter um destaque superior a 20 (21 pontos). Esta foi publicada em dezembro, com o título *“Desalojados fazem reforma agrária nos cerros e várzeas do Caldeirão”* e o subtítulo *“Gente brava do Cuanhama ao Algarve”*, inclui 3 fotos legendadas, destacando-se uma das legendas: *“Monte em ruínas serve de abrigo aos «bravos» retornados, antigos «burocratas» que não tiveram medo de abandonar o cosmopolitismo de Quarteira e subir o Caldeirão para reconstruir as vidas entre os cerros e as várzeas”*. Notícia a formação de uma cooperativa, a Arinho, onde os retornados tentam *“voltar costas aos «parasitismo» forçado”*, afirmando que *“a nossa política é o trabalho”* (DN, 7/12/1976, p. 13). Nas 94 notícias mais destacadas, este tema agrega apenas 6%.

As notícias referentes à integração profissional dos repatriados são publicadas em todos os meses, exceto setembro, sendo mais frequentes em março e julho. Abordam sobretudo integrações setoriais, mais ou menos conflituosas, entre as quais se destacam:

taxistas (17 notícias, de janeiro a abril, contabilizando-se 12 notícias em março, o que justifica a frequência mais elevada neste mês); bancários (11 notícias); Adidos (7 notícias – 4 em julho); professores (2) e profissionais dos seguros (2).

No caso dos taxistas, a reintegração foi especialmente difícil, com “*constantemente buzinas*” pelos motoristas metropolitanos, argumentando que a decisão do governo, de concessão de licenças a retornados com apenas dez anos de atividade, foi “*uma injustiça (...), esqueceram os de cá. (...) Enquanto andamos aqui a ganhar miseravelmente, eles foram lá para fora ganhar bem. Não se quiseram sujeitar a ficar*” (PJ, 26/3/1976, pp. 1 e 10). No entanto, os taxistas não foram prejudicados: por cada licença atribuída a um retornado, foi acrescentada mais uma, a usufruir por um colega metropolitano. Decidiu-se ainda que “*em nenhuma localidade ou freguesia o número de licenças a conceder poderá ser superior ao daquelas que serão atribuídas a motoristas profissionais do continente (...). Uma questão que, para além dos aspetos materiais que envolve, tem um aspeto humano que interessa a todos os portugueses e que nunca deverá deixar de ser tido em consideração*” (DN, 1/4/1976, p. 4).

Os textos deste tema são mais neutros (59%), contudo também significativamente negativos (24%). Os restantes 17% referem os aspetos positivos da inclusão profissional dos retornados, especialmente no interior, onde “*nem em tudo os retornados do Ultramar vieram sobrecarregar as possibilidades locais (...), da sua parte, muitas iniciativas (...), algumas aqui inéditas (...), tudo numa teimosia corajosa de alicerçar novas formas de vida e que, por outro lado, muito valorizam o desenvolvimento de toda a região*” (De Gouveia - PJ, 20/2/1976, p. 12). Também no litoral, em Espinho, *uma cidade que “está a ser apetrechada com novos estabelecimentos (...), e tudo isto obra de retornados que não desejam ser pesados ao Estado. (...) Animados do mesmo esforço (...), se construíram grandes cidades*” (De Espinho - PJ, 28/8/1976, p. 7). Por vezes, as iniciativas dos retornados, como a formação de uma cooperativa, em Setúbal, são minimizadas, já que “*não podiam continuar à boa vida, e operários especializados têm vastas possibilidades, se bem que o «hotel» seja uma posição cómoda (...), trabalho não falta!*” (De Setúbal - PJ, 31/7/1976, p. 13).

O tema ‘Intervenção Partidária’ agrupa 45 artigos (9% do total deste ano) e ocupa

o último lugar em termos de destaque (apenas duas notícias obtêm destaque superior a 15 pontos e uma superior a 20). É mais frequente em abril e maio, com a aproximação das eleições legislativas, a 25 de abril de 1976, e para a Presidência da República, a 27 de junho de 1976, nem sequer se publica nos meses de julho, agosto e outubro, e representa apenas 1 artigo nos meses de janeiro, setembro e novembro. Incluem-se as intervenções dos partidos, bem como dos metropolitanos e dos retornados, relativas a presumíveis tendências ideológicas e partidárias.

As representações sociais são mais negativas (47%), ou neutras (40%) e, em menor número, positivas (13%). A “manipulação”, “instrumentalização” ou “aproveitamento” do peso político dos retornados por ‘forças de direita’ é uma constante, dado que o repatriado “*vive em permanente revolta (...) e é por isso de fácil manipulação. Traumatizado como se encontra, falta-lhe o poder de análise e deixa-se envolver pelo Canto das Sereias (...). O oportunismo lesa o interesse dessa comunidade de desesperados*” (DN, 21/4/1976, p. 3). Para além disso, “*ninguém sabe dizer ao certo quantos são (...). Os retornados representarão, no mínimo, 10% dos votos (...). Já inspiraram sentimentos de piedade, desprezo, solidariedade e atualmente são temidos*” (“Retornados votarão contra o governo”, in *Jornal do Brasil*, 17/2/1976, DN, 28/2/1976, p. 4). Noutro artigo, com o título, “*O CDS e o voto dos retornados*”, pergunta-se: “*Quem tem medo do voto dos retornados?*” E insinua-se que haverá “*manobras políticas*”, tentando “*despojá-los dos seus direitos de cidadãos, dificultando-lhes o recenseamento*” (DN, 19/2/1976, p. 2). A tendência de voto deste grupo era uma preocupação para as organizações partidárias, não se conhecendo a sua dimensão e temendo-se uma presumível influência nos resultados eleitorais.

Nas eleições legislativas, de 25 de abril de 1976, há uma tentativa de formação de um partido político, o CSI, “*formado por retornados das ex-colónias (...)*”, apelando-se à unidade dos retornados, dado que “*dentro de 4 a 6 anos seremos uma força capaz de mudar os muros políticos deste país*” (DN, 18/2/1976, pp. 1 e 2). Este projeto foi imediatamente repudiado por algumas organizações de desalojados, as quais manifestaram desacordo relativamente às “*intervenções, através dos órgãos de comunicação social, do CSI, por considerar os seus elementos «oportunistas» (...), que*

pretendem manipular os desalojados” (DN, 2/3/1976, p. 2).

Os partidos políticos apresentam candidatos retornados, sabendo-se que bastavam “20.000 votos para eleger um candidato de África” (DN, 21/4/1976, p. 7). Assim, “CDS e PPD incluíram candidatos retornados” (PJ, 7/3/1976, p. 11) e “o PPM também apresenta candidatos retornados” (DN, 9/3/1976, p. 7). No entanto, os repatriados são mais frequentemente identificados com o CDS, por motivos pouco abonatórios. Assim, estando “*saudosos do tempo de exploração nas ex-colónias, em que, despoticamente, se habituaram a tomar decisões pelos que oprimiam (...). O partido em que devem votar: CDS*” (DN, 15/4/1976, p. 4).

Este partido é “*a opção dos colonialistas*” (título de 2 notícias), os quais apupam Mário Soares, em abril, registando-se um “*diálogo tenso com retornados de Alijó*”. O futuro primeiro-ministro, do primeiro governo constitucional, eleito dez dias depois deste incidente, reage “*aconselhando-os a que na sua maioria procurassem trabalho, em vez de estarem refastelados em hotéis e pensões, prejudicando o turismo. Houve algumas reações de retornados que não concordaram com os seus ditos*” (PJ, 15/4/1976, p. 8).

A presumível tendência partidária dos retornados é também reconhecida pelo governo, quando o Secretário de Estado dos Retornados, Amândio de Azevedo, “*compreende que eles possam ter aversão a certas ideologias, a certos partidos políticos porque sentem que a sua situação atual é derivada da desastrosa política de descolonização (...). Não foi com certeza por acaso que a SER (Secretaria de Estado dos Retornados) foi entregue ao PPD*” (DN, 20/2/1976, p. 7).

Nas eleições para a Presidência da República, surge um candidato retornado, Pompílio da Cruz, do CSI. Essa candidatura não recolhe o apoio de outras organizações de desalojados, “*alheias à candidatura à Presidência da República do senhor engenheiro Pompílio da Cruz*” (PJ, 26/5/1976, p. 26) e nem do Secretariado Nacional dos Desalojados do Ultramar do CDS que assume o seu “*apoio a Ramalho Eanes (...), melhor garante da defesa dos interesses dos desalojados*” (PJ, 29/5/1976, p. 8).

Por último, o tema ‘Demografia’ é o menos frequente (21 notícias – 4%) e o penúltimo em termos de destaque (3 artigos, com mais de 15 pontos e apenas um com

mais de 20, ou seja, representando unicamente 3% nos artigos mais destacados). Não há referências neste tema em 3 meses (junho, julho e novembro) e há apenas uma ocorrência em 4 meses (janeiro, agosto, setembro e outubro). As notícias são quase sempre neutras (19 – 90%), registando-se somente 3 com posição valorativa positiva.

A chegada de repatriados é menos visível, exceto a das traineiras que aportam em Portimão ou a do grupo proveniente dos campos de refugiados na Namíbia, “*cerca de 9000 (...), em resultado da atual ponte aérea entre Windhoeck e a capital portuguesa (...). A grande maioria não tem familiares em Portugal, pois trata-se de indivíduos mestiços e negros e de casais novos, com filhos pequenos, em precário estado de saúde*” (DN, 2/3/1976, p. 7).

Refiram-se ainda alguns dados sobre a dispersão regional, noticiando-se “*a transferência de grupos que se haviam instalado noutras zonas do país e que, por razões climatéricas, se têm deslocado para a província do sul*” (PJ, 14/2/1976, p. 9), ou ainda que se encontram “*mais de 250.000 distribuídos pelos distritos do Porto, Bragança, Viana do Castelo e Braga (...). Porto (...), onde se crê estarmos na presença de um número aproximado de 45.000*” (PJ, 3/8/1976, p. 7).

Para concluir a análise deste ano, em termos de posição valorativa global, 67% das notícias deste ano são neutras, 18% são negativas e 15% são positivas. Numa análise por jornal, o DN é mais negativo (21%) que o PJ (13%), são igualmente positivos (15% do total em cada jornal) e o PJ é mais neutro (72% contra 64% no DN).

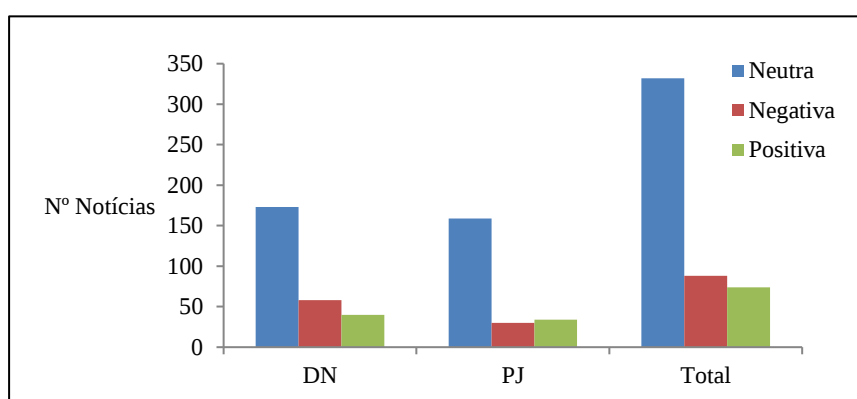


Gráfico 4.10 - Posição Valorativa (1976)

Em síntese

Em 1976 foram publicadas 494 notícias, ou seja, em média, 1 artigo por dia, mas apenas num dos jornais analisados, podendo concluir-se que o período inicial de integração dos retornados teve algum impacto na imprensa portuguesa, o que não se observou durante o êxodo e o acolhimento (1974 e 1975).

O DN (55%) publicou mais que o PJ (45%) e deu maior destaque aos artigos, embora, globalmente, esta temática não tenha obtido relevância editorial (média de 14 pontos). Englobam apenas 17 entrevistas (3% do corpus deste ano), e somente 9 a retornados, e o total de 67 fotos que acompanhavam artigos (14%) dividem-se igualmente, em média, pelos dois jornais.

O período de maior frequência noticiosa situa-se nos primeiros 5 meses do ano, coincidindo com uma maior intervenção pública dos retornados, a nível individual, mas, sobretudo, coletivo (manifestações, plenários, ocupações, etc...), solicitando, ou mesmo exigindo, a resolução dos seus problemas, especialmente os financeiros, mas também os habitacionais e os de integração profissional. Contudo, o tema que reúne maior número de ocorrências é o da ‘Ação Governativa’ (31%), apresentando-se maioritariamente neutro (84%), o que pode ter sido condicionado por uma elevada dinâmica de publicação pelo Secretário de Estado dos Retornados e, mais tarde, pelo Alto-Comissário para os Desalojados, prestando constantes esclarecimentos sobre as medidas tomadas, ou propostas, e sobre os gastos com o processo de repatriamento, tentando, talvez, contrariar a ‘justiça’ das reivindicações dos retornados.

O tema ‘Interação Sociocultural’ regista uma frequência muito próxima (30%) e também é, na sua maioria, neutro (49%). No entanto, há muitas notícias com posição valorativa negativa ou positiva, que resultam de uma maior intensidade, e visibilidade, das ações reivindicativas dos retornados, ainda percecionados como “privilegiados” e “agressivos”, mas também “dinâmicos” e “trabalhadores”, apelando-se à “solidariedade” para com os “nossos irmãos portugueses”.

Os temas ‘Finanças’ e ‘Demografia’ são quase sempre neutros, enquanto o tema ‘Emprego’, também, na sua maioria, de valoração neutra (59%), apresenta registos

negativos relativos à entrada dos retornados no mercado de trabalho, destacando-se as dificuldades dos taxistas das ex-colónias, em conflito com os seus compatriotas da metrópole. Por último, o tema ‘Intervenção Partidária’ é mais negativo, associando-se os repatriados a partidos de direita, visto que são facilmente “*manipulados*” por “*fascistas*” ou por “*gente que vem do passado*”.

Globalmente, as notícias de 1976 são neutras (67%), o PJ é mais neutro que o DN, e o diário de Lisboa apresenta mais ocorrências com valoração negativa.

4.4 1977 – Integração “a ritmo espetacular”

Em 1977, publicaram-se 368 notícias (28% do total), ocupando este ano o segundo lugar, em termos de frequência. O DN (203 - 55%) publicou mais notícias que o PJ (165 – 45%) em 9 meses. Somente no mês de maio o PJ publicou mais um artigo que o DN e igualaram o número de notícias em abril e outubro.

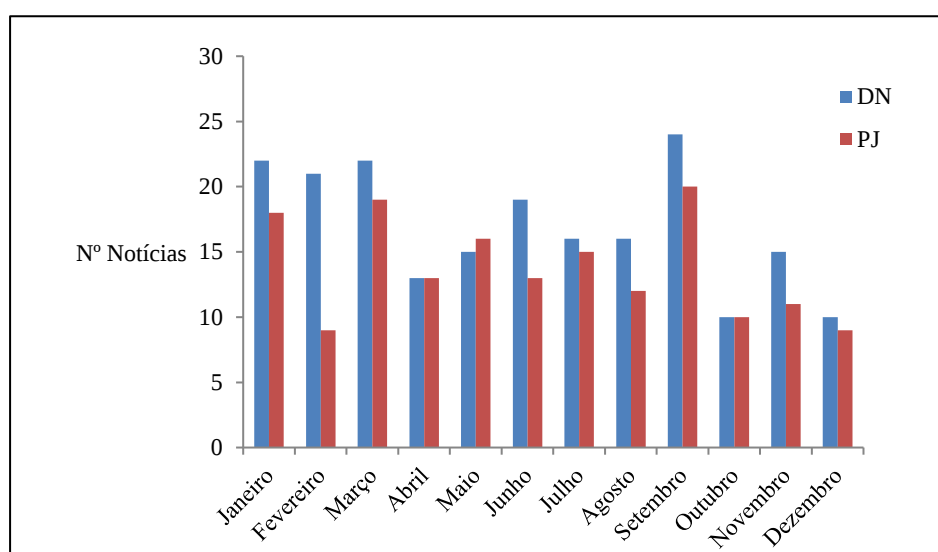


Gráfico 4.11 - Frequência (1977)

Neste ano, publicam-se, em média, 31 artigos por mês, registando-se mais notícias nos meses de setembro (44), março (41) e janeiro (40). Em janeiro, noticia-se a criação do *kwanza* que substitui o escudo angolano, pelo que se sucedem intervenções de membros do governo, dos partidos, dos retornados, e até de alguns metropolitanos, relativas à moeda angolana em posse dos repatriados, e ainda não convertida em escudos portugueses. Em maio de 1975, e segundo Almeida Santos, à época Ministro da Coordenação Interterritorial, em visita a Angola, “as vidas e os bens das minorias seriam acautelados” (Guerra, J.P., 1996, p. 190). Esta e outras promessas, feitas por responsáveis governamentais, durante o êxodo dos colonos portugueses de África, serão agora lembradas e cobradas a um governo incapaz, por circunstâncias várias, de negociar com os novos países africanos.

No mês de março há uma nova manifestação de retornados em São Bento (8/3), dispersa pela polícia de choque. A polémica referente ao envolvimento do deputado do CDS, Galvão de Melo, nesta concentração de retornados, e noutras tentativas de mobilização, termina com a sua exclusão do grupo parlamentar do CDS (19/3). Esta sequência de acontecimentos contribuiu para um elevado número de notícias, para além de se proceder, no final deste mesmo mês, à desocupação dos hotéis de 3 estrelas. No mês com mais ocorrências, setembro, termina o alojamento por conta do Estado, ou seja, são desocupados, pelos retornados, todos os hotéis, pensões ou similares, o que origina sucessivos protestos e intervenções pelo Alto-Comissariado para os Desalojados. Há ainda mais uma manifestação de repatriados (9/9), em Belém, e começam a chegar os ‘novos’ repatriados de Moçambique, expulsos da ex-colónia, após a publicação da nova lei de nacionalidade moçambicana, os quais não considerados desalojados pelo governo português.

O destaque médio, nos dois jornais, é de 14 pontos, e o DN dá mais destaque, em média, às notícias sobre o repatriamento (média de 13 pontos no PJ e de 14 no DN). Apenas 17% (64) das notícias tem um destaque superior a 15 pontos, contudo são mais frequentes no PJ (18%), e somente 5% (19) atinge um destaque superior a 20 pontos (no DN em 7% e no PJ em apenas 3% - 5 notícias).

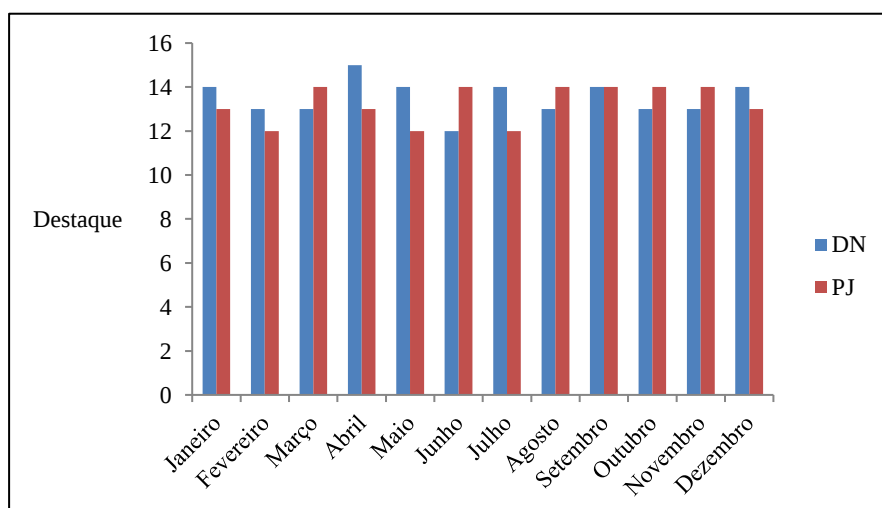


Gráfico 4.12 - Destaque Médio Mensal (1977)

A notícia com mais destaque no DN (25 pontos) é de 24 de abril, com o título *“Situação dos desalojados exige apoio internacional”*. O Alto-Comissário para os Desalojados, em reunião com a imprensa e representantes das embaixadas, faz um balanço do trabalho realizado, com o qual se almejava *“minimizar as graves implicações do problema”*, através de seis programas de intervenção – habitação, crédito, alojamento por conta do Estado, ação social específica, previdência social e emigração. Inclui entrevista a Gonçalves Ribeiro e uma foto, cuja legenda informa que *“com o apoio de gráficos e mapas, os responsáveis pelos diversos programas de ação do Comissariado dos Desalojados apresentaram (...) o balanço das suas atividades. Na imagem, o engenheiro Pessanha Viegas quando analisava a política habitacional (...), perante representantes das embaixadas acreditadas em Portugal”*. Salienta-se que *“o problema não é só português, mas de toda a comunidade”* e que a filosofia de intervenção do Comissariado se centra na *“integração dos desalojados nas estruturas normais de proteção, na descentralização e na tendência para dispensar prova do passado do contribuinte”* (DN, 22/4/1977, pp. 1 e 2).

Esta notícia insere-se no tema ‘Ação Governativa’, com posição valorativa neutra. As duas notícias que se seguem, em termos de destaque, com 24 pontos, são também do mesmo tema, embora com escolhas vocabulares positivas ou negativas. A 20 de julho, incluindo novamente entrevista a Gonçalves Ribeiro e fotografia, e com o título *“4 programas de ação para integração de desalojados”*, expõem-se os resultados já obtidos e os objetivos finais dos programas de ação em curso - crédito, habitação, alojamento e assistência social - *“que deverão estar concluídos em 1980”*. Realça-se positivamente a *“resposta espetacular quanto à integração nos setores produtivos”*, o que se deve à ação do governo, mas também ao desalojado, *“homem de espírito dinâmico e de aventura”* (DN, 20/7/1977, p. 3). Em oposição, a intervenção governamental é criticada na notícia de 30 de setembro, com fotografia e entrevista a dirigentes do CID – Comissão dos Interesses dos Desalojados, uma organização representativa dos retornados alojados por conta do Estado. Com o título *“Câmara do Porto contra saída de desalojados dos hotéis”*, afirma-se ser inaceitável *“lançarem-se à rua famílias inteiras que não têm possibilidade de conseguir qualquer tipo de*

habitação”. Acrescenta-se que Gonçalves Ribeiro “*obscureceu a opinião pública*”, uma vez que se pagaram “*milhares de contos à indústria hoteleira que se tivessem sido dados aos refugiados ...*” (DN, 30/9/1977, pp. 1 e 3). A má gestão do orçamento para os repatriados é referida, com alguma frequência, por retornados e por metropolitanos.

No PJ há dois artigos mais destacados, ambos com 25 pontos. O primeiro, publicado a 8 de março, com o título “*Integração: à beira-rio, desalojados fomentam a agropecuária*”, no tema ‘Emprego’, anexa 3 fotografias e sublinha, com valoração positiva, a “*promoção socioeconómica*” da região pelos retornados, que mostram “*experiência e dinamismo*” e “*imaginação e esforço*” (PJ, 8/3/1977, p. 1). O segundo, de 31 de agosto, com valoração negativa, no tema ‘Interação Sociocultural’, e título “*Em Sabrosa os desalojados sobrevivem dificilmente*”, inclui fotografia, e refere que, mesmo ignorando-se os “*malabarismos próprios da sua integração nesta nova sociedade, os apoios, mais morais que materiais, tem-lhes sido grandemente recusados*”. Beneficiam, porém, de “*um ambiente superior à grande maioria do país*”. Reforça-se o “*olhar descontente*” dos retornados e conclui-se que será “*extremamente árduo, como alguém não deixou de referir, pegar numa enxada ou num arado e adaptarem-se às normas de vida de uma comunidade exigente*” (PJ, 31/8/1977, p. 11).

A inclusão de fotos, fator de valorização do destaque das notícias, contabilizou um total de 50, neste ano, 16 no PJ e 34 no DN, ou seja, apenas 14% das notícias, em média, foram acompanhadas de fotografia. O DN incluiu-as em 17% dos artigos, e o PJ em 10%. Quase todas as fotografias são acompanhadas de legendas, excetuando-se somente 1 no PJ e 3 no DN (2 do mesmo artigo). Há também, como em 1975 e 1976, uma foto, na 1ª página, que não acompanha um artigo. Com o título “*Desalojados de Moçambique*” e subtítulo “*Há mais de 14 horas no aeroporto da Portela*”, é somente acompanhada de legenda “*15 pessoas das 50 que anteontem chegaram a Lisboa, vindas de Moçambique, continuavam ontem a aguardar destino, no (...) aeroporto da Portela (...). Homens, mulheres e crianças permanecem naquele local há mais de 24 horas e, até ao momento, só foram contactados por elementos do ACM que lhes ofereceram 2.500\$00. Entretanto, um responsável do ACM referiu que iriam tratar do alojamento (...), como tem acontecido até agora, em casos semelhantes*” (PJ, 20/4/1977).

Por outro lado, as entrevistas, outro item que contribui para o destaque, são somente 14 (10 no DN e 4 no PJ). Surgem em apenas 4% das notícias e a maioria (8 - 57%) são entrevistas ou conferências de imprensa com o Alto-Comissário para os Desalojados, Gonçalves Ribeiro. As restantes são dirigidas a retornados e, destas, 2 são conferências de imprensa de organizações de retornados: do CID, associação mais focada na desocupação dos hotéis, representando os alojados por conta do Estado, e do Projeto I (Indemnização), a qual exige que os retornados *“sejam indemnizados em relação aos bens que deixaram nas ex-colónias”*. Propõe-se, dada a situação económica do país e a impossibilidade, avaliada como conjuntural, de negociação com os novos países africanos, especialmente com Angola, o pagamento de um *“adiantamento (...) para os retornados poderem investir”*. Afirma-se que *“os responsáveis oficiais não só não recebem as associações, como não respondem às suas cartas e propostas”* e que é *“necessário despartidarizar a questão dos retornados”*, os quais têm um *“importante papel a desempenhar na construção da nova sociedade portuguesa”*. Participaram, neste encontro com os jornalistas, *“2 juristas alemães da FEGONÉE (Fédération Européenne des Groupements d’Outre Mer et Expulsés de l’Est)”* (DN, 1/11/1977, p. 6).

Numa outra entrevista a retornados, reúnem-se *“depoimentos de um economista, um advogado, um administrador de empresas, um diretor de Fazenda e um jornalista que em Angola desenvolveram a sua atividade”*, sobre o câmbio dos “angolares” (escudos angolanos), referindo-se que *“o governo português não pode desconhecer que os escudos angolares constituem o pouco que muitos refugiados conseguiram trazer de Angola”* e que *“as notas angolares, do regime colonial, mais não eram do que um papel avaliado pelo escudo nacional. Foi o governo português que fez e ordenou a descolonização, cuja responsabilidade lhe cabe totalmente”* (DN, 21/1/1977, p. 18). Noutras entrevistas, referem-se as *“chagas abertas pela descolonização que dizem ter sido exemplar”* e o desejo de *“não continuar a ser rejeitados pela sociedade metropolitana”*, insistindo-se, como em anos anteriores, que o retornado é uma *“vítima”*, que *“sofreu na carne e no espírito erros que não cometeu e sacrifícios que não merecia”* (DN, 18/4/1977, p. 16) e que se encontra em *“precária situação económica”*, sem apoios do Estado: *“O pouco que temos aqui só o podemos agradecer*

ao governo da Noruega (...). Ao IARN apenas agradeço pouco mais que 4 cadeiras escangalhadas que lhes posso mostrar” (PJ, 29/6/1977, p. 12).

Em 1977 o tema mais frequente foi o da ‘Ação Governativa’, com 43% do total publicado (162 notícias). É o mais abordado em todos os meses, exceto em junho e dezembro, nos quais a ‘Interação Sociocultural’ é mais focada. É o segundo tema mais destacado: nas notícias com destaque superior a 15 pontos (64 neste ano), 29 (45%) são deste tema e nas notícias com mais de 20 pontos (19), 47% são também deste tema. Dentro do tema, 18% tem mais de 15 pontos e 6% mais de 20. Ocorre em maior número em janeiro, julho, agosto e setembro. Em janeiro surge, como já referido, a questão dos “angolares” e em 30 setembro cessa a responsabilidade do Estado no alojamento dos retornados, pelo que os meses que antecedem esta data são também os de maior produção de artigos, informando, comentando ou contestando medidas legislativas e executivas do governo português, representado pelo Alto-Comissariado para os Desalojados. Neste ano, este órgão responsável pela gestão do repatriamento publicou 28 Notas Oficiosas (17% do total neste tema), das quais 12 são precisamente de julho, agosto e setembro (23% do publicado neste trimestre).

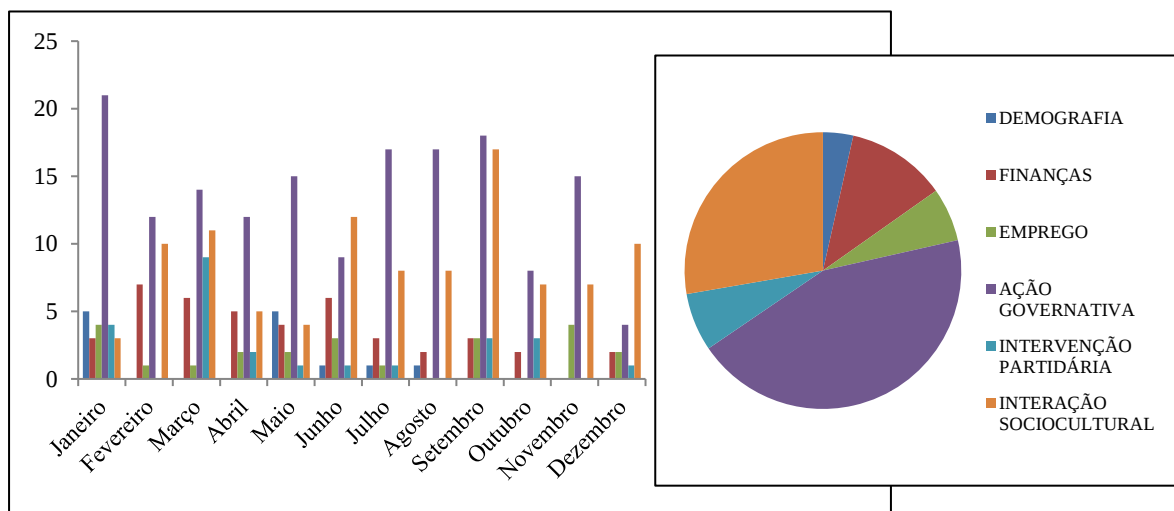


Gráfico 4.13 - Frequência (total de notícias) e Evolução dos Temas (1977)

A legislação específica publicada insere-se igualmente, tal como no ano anterior, na progressiva integração dos desalojados nos regimes gerais, dado que *“a resolução dos problemas dos desalojados tem de ser, tanto quanto possível, concebida e executada através de esquemas estabelecidos para todo e qualquer cidadão, sem discriminação”* (PJ, 6/1/1977, p. 3). Por outro lado, *“define conceitos básicos, como «desalojado», «agregado familiar» e regula os novos moldes na atribuição e aplicação das prestações”*, com base nos princípios de *“participação dos desalojados nas suas despesas e preferência da modalidade de «empréstimo», em vez de «subsídio»”* (PJ, 2/2/1977, p. 5), pretendendo-se, assim, *“dotar os retornados não «com o peixe, mas com a cana de pesca»”* (Gonçalves Ribeiro, citado em PJ, 19/2/1977, p. 6).

A definição da nacionalidade portuguesa e, portanto, dos “desalojados” recenseados e com acesso aos apoios disponíveis, é, por vezes, contestada, propondo-se *“incluir ex-funcionários ultramarinos que se tenham distinguido pela sua lealdade e portuguesismo, e naturais das ex-colónias cujo regresso ao respetivo novo país envolve risco atendível de saúde ou outro”* (DN, 17/1/1977, p. 7), solicitando-se mesmo a *“revogação de decreto gonçalvista que restringe a nacionalidade portuguesa até ao 3º grau de cidadão nascido em território português da Europa”* (DN, 6/5/1977, p. 1).

Findo o recenseamento dos retornados, em novembro e dezembro de 1976, e conhecendo-se *“em toda a sua dimensão social e humana, o fenómeno histórico da vinda para Portugal dos desalojados ultramarinos”* (PJ, 30/11/1976, p. 3), torna-se possível a definição de um *“plano de reinstalação e alojamento temporário de desalojados”* que passa pela *“criação de alojamentos coletivos, com redução substancial de preços”* (PJ, 20/11/1976, p. 1). Assim, procede-se à desocupação total dos hotéis e os retornados, ainda instalados por conta do Estado, poderão beneficiar de *“subsídio para integração social no domínio da habitação ou reinstalação em Centros de Alojamento Coletivos”* (DN, 12/3/1977, p. 4). No entanto, realça-se, novamente o carácter excecional destes apoios, sabendo-se que o *“alojamento por conta do Estado corresponde a situação transitória”*, pelo que os Alojamentos Coletivos só serão assumidos até final de julho e o *“subsídio de integração apenas até setembro (sem qualquer opção)”* (PJ, 21/6/1977, p. 7).

A intenção, explícita ou implícita, de dispersão regional dos retornados, *“milhares de infelizes sabiamente separados uns dos outros”* (DN, 16/9/1977, p. 17), é também visível aquando da reinstalação dos repatriados, que se transferem *“para residências nos arredores de Lisboa ou (...) para diversas localidades na província”* (PJ, 1/1/1977, p. 5), ou ainda no desenho jurídico do sistema de crédito para habitação própria, pretendendo-se a *“redução de carências em zonas mais afastadas dos centros urbanos de Lisboa e Porto. Sobretudo, aproveitamento de terrenos próprios e recuperação de habitações degradadas de (...) agregados familiares com rendimentos per capita inferior ou igual a 80 contos anuais”* (DN, 17/8/1977, p. 1).

Ao nível executivo, tomam posse, a 2 de fevereiro, um Comissário (Vítor Viegas) e um Subcomissário (Júlio Gonçalves) para os Desalojados, que destacam as *“características evidenciadas pelos desalojados na construção de dois países, Angola e Moçambique”*, pelo que a *“conquista de um lugar ao sol terá de se basear sobretudo no seu querer”*. Acrescentam que *“existe agora o conhecimento suficiente do que ele é (desalojado) e das suas implicações”* (DN, 2/2/1977, p. 6).

Ainda neste tema, sucedem-se, e noticiam-se, as reuniões das comissões concelhias e distritais: formação, organigrama e pontos discutidos, com especial incidência nos pedidos de financiamento analisados, ao abrigo do programa CIFRE, cujo *“afluxo de procura ultrapassou as expetativas”* (PJ, 20/3/1977, p. 8). Ao mesmo tempo, surgem tentativas de organização dos apoios dirigidos aos retornados, descoordenados e, conseqüentemente, redundantes, nomeadamente por Manuela Eanes, que reúne com todas as organizações que se ocupam dos problemas dos desalojados (Comissariado, Cruz Vermelha, Cáritas, Exército de Salvação, grupos partidários, entre outros) para *“preparar um plano de coordenação a nível nacional, do esforço de reintegração dos desalojados”* (DN, 22/1/1977, p. 2).

Por último, realizam-se as ‘Jornadas de Estudo sobre a Integração Económica e Social dos Desalojados’, de 9 a 12 de maio, promovidas pela Fundação Calouste Gulbenkian, Comissariado dos Desalojados e Secretaria de Estado da Comunicação Social, concluindo-se ser fundamental *“evitar o desnivelamento”*, para promover uma *“vivência harmoniosa, lado a lado”*, devendo fomentar-se a *“formação de uma opinião*

pública recetiva”, envolvendo a *“mobilização de todos os meios de comunicação social”* e a *“intensificação da educação (...), com particular incidência na infância e na juventude”*, sendo *“fator de progressiva integração”*. Solicitam-se novas propostas para a resolução dos problemas dos desalojados, *“desde que não envolvam novos encargos financeiros”* e defende-se a continuidade da *“proteção social (...) embora com caráter temporário”* (DN, 13/5/1977, p. 1).

A posição valorativa neste tema é maioritariamente neutra (75%), contudo também há escolhas vocabulares positivas (13%) e negativas (12%). As perceções positivas reforçam, como em anos anteriores, o perfil do repatriado: *“o seu espírito de iniciativa, o seu dinamismo no trabalho e a sua capacidade criadora poderão até alterar, de forma, significativa, o panorama económico de determinadas áreas do país, nomeadamente no norte, interior e sul”* (DN, 5/1/1977, p. 1). Sublinha-se, também, o *“franco e notável processo de integração”*, constatando-se que *“outros países, com mais recursos e possibilidades, tiveram mais problemas”* (DN, 23/6/1977, p. 3).

Os responsáveis governamentais subvalorizam as intervenções públicas dos retornados, considerando que *“não se devia atribuir grande importância aos recentes incidentes com os desalojados, uma vez que, na sua grande maioria, eles estão interessados em integrarem-se na sociedade portuguesa”*. Criticam, assim, estas as manifestações, que contribuem para *“isolar o desalojado da sociedade que é sua”* (DN, 17/3/1977, p. 1). O Presidente da República, Ramalho Eanes, intervém sempre de forma positiva, realçando que *“os retornados são dos portugueses que mais têm trabalhado (...), muitos têm modificado algumas áreas, fazendo sentir a sua influência, nomeadamente no setor agropecuário (...). Sentem desejo de trabalhar e sentirem-se úteis ao país, vistos serem pessoas habituadas a ganhar o seu pão. (...) Espero (...) que dentro de alguns anos não haja mais retornados em Portugal, mas apenas portugueses iguais”* (PJ, 29/1/1977, p. 1).

Nas avaliações negativas, a atuação do IARN acumula maior número de críticas, até por representantes do governo. Assim, o Alto-Comissário, Gonçalves Ribeiro, aquando do *“balanço da atividade do IARN, cuja extinção anunciou para breve”*, assinalou *“duas carências extremamente importantes: a falta de previsão do fenómeno*

e a inexistência de estruturas para lhe fazer face”. O IARN seria um “conjunto de balões ligados por um fio muito ténue à respetiva direção” (PJ, 13/5/1977, p. 15) e “como órgão incumbido de responder aos desafios de uma dada conjuntura, para a qual o país não estava preparado, cresceu desmesuradamente (...) e surgiram oportunismos” (DN, 15/2/1977, p. 3). No entanto, defende-se ser “profundamente injusto lançar sobre todo um organismo e seus agentes o labéu de desonestidade (...), saldando-se positivamente o conjunto da sua atuação” (PJ, 16/2/1977, p. 12).

Para além das fraudes detetadas, os constantes atrasos nos pagamentos e as dívidas deste organismo são frequentemente noticiadas, bem como as decisões “desumanas”, numa “política sem honra, sem amor e até sem cálculo” (DN, 29/9/1977, p. 3), opondo-se, como já referido, a Câmara do Porto ao desalojamento compulsivo dos retornados dos hotéis, “em nome dos mais elementares sentimentos humanitários e de justiça” (PJ, 9/9/1977, p. 1).

Esta questão é novamente levantada quando começam a regressar os ‘novos’ repatriados de Moçambique, após a publicação da lei da nacionalidade moçambicana, que “«vivem» e esperam em condições degradantes”, no aeroporto de Lisboa, solicitando-se uma “necessária e urgente a intervenção do Alto-comissário”, num “problema humano digno de atenção” (DN, 22/7/1977, p. 10). As centenas de retornados expulsos de Moçambique, “grande percentagem dos quais são crianças de tenra idade, sem qualquer assistência, sem qualquer proteção, sem cuidados de higiene e sanitários, esperando uma proteção que não chega”, encontram-se “traumatizados por uma situação que lhes criaram, completamente abandonados, sem um futuro, sem uma esperança para o dia de amanhã” (PJ, 22/7/1977, p. 1). Perante a evidência de “um ritmo significativo de chegadas”, decide-se, em Conselho de Ministros, alterar a data de cessação da assistência a desalojados, de 30/11/1976 para 31/7/1977, condenando-se, todavia, “a especulação ou instrumentalização feitas em torno deste problema humano dado que perturbam as indispensáveis ações de acolhimento e deformam, perante a opinião pública, as dificuldades existentes e os esforços desenvolvidos” (PJ, 11/5/1977, p. 1).

O tema ‘Interação Sociocultural’ é o segundo com maior número de artigos

publicados (28% - 102) e é também o segundo ao nível do destaque: 28% no total de notícias com mais de 15 pontos e 16% com mais de 20. Dentro do tema, equipara-se à “Ação Governativa”, com 18% com mais de 15 pontos, mas apenas 3 notícias – 2% - com mais de 20. Ocorre em todos os meses, sendo mais frequente em setembro, junho e dezembro (nestes meses é o tema mais abordado) e fevereiro e março. Em março há uma concentração de retornados em São Bento, dispersa pela polícia de choque, e termina o prazo para desocupação dos hotéis de 3 estrelas em Lisboa; em setembro, cessa toda a responsabilidade do Estado no alojamento e há novamente uma manifestação de retornados, em Belém.

Surtem mais oito associações representativas dos retornados: em fevereiro, a UDU - União dos Desalojados do Ultramar; a Associação de Ultramarinos e Emigrantes Portugueses e a ASEU - Associação dos Servidores do Estado do Ultramar. Em março, a FRATERNA - Frente de Ressurgimento Nacional, liderada por Rebocho Vaz, ex-governador de Angola e, em maio, o Projeto I, centrado na questão das indemnizações. Em junho, o SENADU - Secretariado Nacional de Desalojados; em julho, o CID - Comissão dos Interesses dos Desalojados, que afirma representar 10 000 indivíduos, alojados por conta do Estado (Lisboa, Costa da Caparica e Costa do Sol) e, em agosto, o MNFU - Movimento Nacional de Fraternidade Ultramarina.

A questão das indemnizações aos repatriados é referida em apenas 12 artigos, mas forma-se uma associação de repatriados centrada nessa reivindicação, o Projeto I, que a apresenta como *“única solução válida no processo de integração de retornados”* (PJ, 11/5/1977, p. 5). O montante das indemnizações, avaliado em cerca de 300 milhões de contos, *“uma décima parte do esbanjado com a Reforma Agrária em 1975/76”*, é então referido como *“património nacional”* e que o *“governo é plenamente responsável, tanto moral como judicialmente, por esse património (...), escudado nos fundamentos do Direito Internacional e nos exemplos da França, Grã-Bretanha, Bélgica e Holanda”* (DN, 25/7/1977, p. 17). Não se exige o pagamento imediato, mas pede-se que o governo estude o problema, que determine o valor exato e as formas de devolução, que podem assumir a forma de adiantamentos para investir ou de títulos para pagamento em IRS, metodologia já adotada pelos belgas, nas palavras de Marcel Pierre, do “Fonds Belgo-

Congolais de Gestion et Amortization”, orador numa conferência sobre o tema, organizada pelo Projeto I. Por fim, reconhece-se que este assunto vai ser “*objeto de difícil e demorado contencioso*”, até porque o “*governo legisla sobre a forma como pagará indemnizações pelos bens que foram nacionalizados*”, mas revela “*indisponível força moral para exigir bens que foi forçado a deixar ou de que foi espoliado*” (PJ, 10/8/1977, p. 3).

Também neste ano as reivindicações dos retornados assentam mais na falta de emprego e de habitação, necessidades mais prementes que as ‘polémicas’ indemnizações, e dirigem-se, com alguma frequência, ao Alto-Comissariado dos Desalojados, exigindo-se a substituição do Alto-Comissário, “*por uma pessoa que tenha estado no ultramar e conheça a mentalidade dos desalojados*”, ou seja, “*que tenha sofrido na carne a tragédia da descolonização*” (DN, 10/9/1977, p. 1).

Este tema recolhe mais valorações negativas (45%), mas as neutras são também frequentes (41%), surgindo as positivas em menor número (14%).

Nas posições valorativas negativas, a “*mentalidade*” diferente dos desalojados, que formariam uma “*etnia especial*” (DN, 11/5/1977, p. 5), poderia explicar um “*certo clima que ontem foi de velada segregação e hoje teima ainda ser de silêncio ostensivo ou de indiferença negativista*”. Esta perceção de uma clivagem entre a população metropolitana e o grupo retornado transporta distinções culturais, sendo os repatriados percecionados como “*verdadeiros estrangeiros numa pátria que já mal entendem, porque ela – ou pelo menos parte – tão pouco demonstra conhecê-los e por eles se interessar, por eles e pelos bens que tiveram de abandonar, forçados por circunstâncias que não provocaram, por situações que os marginalizaram*” (PJ, 22/11/1977, p. 1).

Um “*ambiente de grande tensão*” (DN, 4/2/1977, p. 2) acompanha as intervenções dos retornados, os quais adotariam “*meios provocatórios e pontualmente violentos*” (PJ, 7/3/1977, p. 8). A agressividade dos retornados, e também a sua “*inadaptação*”, são, assim, duas representações novamente presentes neste ano em estudo. No entanto, igualmente numa perceção já identificada em anos interiores, este comportamento dos desalojados é frequentemente “*manipulado*”: “*Não são os retornados das ex-colónias que estão em causa, mas os agentes do grande capital e da*

reação que os instrumentalizam”, que se aproveitam do seu *“justo descontentamento”* (PJ, 9/3/1977, p. 1). O governo é acusado, pelos retornados, de inação e de falta de cumprimento de promessas, o que terá colocado os desalojados numa *“situação parasitária e de mendicidade”* (DN, 28/2/1977, p. 10), denunciando-se as *“anomalias, discriminações e arbitrariedades de que têm sido «vítimas»”* (DN, 28/2/1977, p. 11).

Em oposição, as seleções linguísticas positivas defendem que os desalojados representam um *“valor de trabalho e de recuperação nacional e não um peso social”*, uma vez que *“tendo voltado de braços caídos, os ergueram depressa”*. A integração seria *“pacífica”* e rápida e, em poucos anos, dificilmente se lembraria a *“designação longínqua de retornados”*, bem como o *“assomo cobarde de acolherem injuriosamente milhares de portugueses que regressavam em pânico e de mãos vazias”* (DN, 2/9/1977, p. 20). A comparação com outros contextos de descolonização também é sempre associada a percepções positivas, numa *“constatação prática da forma como se vem processando, a ritmo espetacular, sem perturbações significativas, a integração dos desalojados (...), recordando ainda do que foi, em França, o regresso da Argélia, após a independência”*, facto que *“deixou perplexos os estrangeiros”* (DN, 8/12/1977, p. 4).

O retornado, visto como *“elemento válido”*, trabalhador e dinâmico, integrou-se, rápida e progressivamente, sem conflitos significativos, na sociedade portuguesa. Nas representações positivas, reforça-se novamente o apelo à solidariedade, sublinhando-se o *“drama”* e a situação económica precária do desalojado. Exemplifica-se com a ocorrência de 4 notícias, em julho, acerca de um retornado sexagenário que terá lançado um *“cocktail Molotov”* no Governo Civil de Coimbra. O facto é noticiado, sublinhando-se, positivamente, o que seria improvável num acontecimento desta natureza, que o desalojado, num *“ato infeliz e destemperado”*, agiu *“movido pelo desespero”*, sendo uma *“vítima”*, em *“aflictiva situação moral e económica, que não política”* (DN, 28/7, pp. 9 e 11, e PJ, 29/7, pp. 10 e 11). O *“apartidarismo”* e as motivações não políticas, nas intervenções dos retornados, são também referidos com alguma frequência.

O tema ‘Finanças’ ocupa o terceiro lugar, em termos de frequência, com 12% do total – 43 notícias – e é também o terceiro mais destacado, com 6 notícias com mais de 15 pontos (9% nas mais destacadas e 14% no tema), e apenas 3 com mais de 20 (16%

no grupo mais destacado e 7% no tema). Agrupa notícias publicadas em todos os meses, exceto novembro, e é mais frequente nos meses de fevereiro (7 notícias) e março e junho (6 notícias). Em fevereiro, insiste-se nos valores, em posse dos retornados, de escudos angolanos, que não puderam ser trocados por escudos portugueses; em março, as despesas com o alojamento são mais focadas; e, em junho, formalizam-se empréstimos do exterior. A questão das fraudes, com indicação das importâncias envolvidas, corresponde a 20 artigos (46% do tema), 7 no primeiro trimestre, 6 no segundo, 2 no terceiro e 5 no terceiro.

Nos gastos do retorno incluem-se, para além dos dados relativos aos montantes assumidos pelo governo português (financiamento de programas específicos ou pagamento de apoios/subsídios), as ofertas e empréstimos do estrangeiro (neste ano, da Bélgica, da Suécia, dos EUA, de emigrantes residentes nos EUA, do Conselho de Europa e da FAO). Envolvem-se ainda as referências aos valores perdidos, e “a recuperar”, nas ex-colónias, ou nas fraudes detetadas, numa sindicância ao IARN, que originaram processos remetidos à Polícia Judiciária, com conhecimento público, dado o *“eco que a sindicância teve na opinião pública e a generalizada convicção da existência de irregularidades”*. Denunciam-se as *“situações irregulares e até práticas ilícitas a casos de autêntica fraude praticada pelos estabelecimentos hoteleiros e similares (falsificação de termos de responsabilidade, subsídios indevidamente pagos) e até pelos próprios retornados”*, que beneficiaram de um *“ambiente de exceção e do clima de improvisação”* (PJ, 29/12/1977, p. 1). Logo em fevereiro, mencionam-se os *“milhões de contos do Estado para «negócios» de retornados”*, estimando-se haver cerca de 2 milhões em faturas falseadas, e denunciando-se o *“oportunismo da maioria das organizações de alojamento e o suborno a que se terão prestado muitos funcionários do IARN”* (DN, 10/2/1977, p. 2).

As despesas *“elevadíssimas”* com o alojamento, *“montante de despesa inaceitável e quase imoral, dada a situação económica e financeira do nosso país”* (PJ, 13/7/1977, p. 11), são uma constante neste tema. Informa-se que *“72.784 (16,7%), em 30/6/1976, estavam alojados por conta do Estado (...), com um gasto mensal de 600.000 contos. A 30/4/1977, 12,3% (54.083), com um gasto mensal de 355.000*

contos” (DN, 2/7/1977, p. 1), ou seja, o alojamento iria consumir, neste ano, cerca de 3 milhões de contos, *“montante de despesa igual à soma dos custos dos 3 restantes – crédito, habitação e ação social – com o inconveniente gravíssimo de contemplar apenas 12% dos desalojados”* (PJ, 3/8/1977, p. 4). Estes encargos seriam *“suportados integralmente pelo Estado, sem ajudas externas”* (DN, 16/9/1977, p. 3).

As fraudes e as despesas *“imorais”* e *“inaceitáveis”* contribuíram certamente para a tendência valorativa neste tema: 47% com seleções vocabulares negativas, 44% neutras e apenas 9% (4 notícias) positivas. Relembra-se que no ano de 1975 este tema foi maioritariamente neutro (somente uma notícia com posição valorativa negativa), o que se repetiu em 1976: 87% neutro e 4 artigos negativos (6%). Concorreram também para a valoração negativa os atrasos nos pagamentos e as dívidas do IARN, com *“intimativas de industriais de hotelaria”,* por *“falta de liquidação de faturas já vencidas, em alguns casos de 1976”* (PJ, 4/6/1977, p. 16).

Nas representações positivas, e também relativamente ao alojamento por conta do Estado, relembra-se que *“sendo cidadãos ativos (...), a esmagadora maioria dos desalojados (...) não aceita despesas desta dimensão com minorias que se têm mantido alojadas à custa do contribuinte português”* (PJ, 3/9/1977, p. 1).

No setor do turismo, os empresários afirmaram que o *“alojamento dos refugiados, a expensas do IARN, resultou, apesar de tudo, numa fonte de apoio à indústria hoteleira que em 75 e 76 atravessava uma crise grave (...), um balão de oxigénio”* (DN, 3/1/1977, p. 1). O IARN *“pagou 7,3 milhões por ano”,* suprimindo-se *“o decréscimo de entrada de turistas estrangeiros”*. Assim, neste sector, *“se não fossem os retornados, já todo ele estaria falido ou intervencionado”,* uma vez que os *“altos níveis de ocupação (...) fizeram-se sentir por todo o país”* (DN, 2/4/1977, p. 5).

Por último, referindo-se ao programa CIFRE, Francisco Sarsfield Cabral (crónica) classifica-o como a *“única ação de envergadura de combate ao desemprego que está em curso no país”* e que a *“distribuição regional dos empreendimentos financiados por este esquema se mostra menos desequilibrada do que a distribuição corrente de investimento e da própria atividade económica em Portugal”,* visando-se *“evitar «ghettos» como em França”* (DN, 20/6/1977, p. 21).

O tema ‘Intervenção Partidária’ é o quarto mais frequente, com 7% das notícias (25), mas equipara-se às ‘Finanças’ nos artigos mais destacados (9% com mais de 15 pontos e 5% com mais de 20). Numa análise no tema, que agrega 25 notícias, este seria o mais destacado, pois 24% tem mais de 15 pontos, no entanto apenas um artigo soma mais de 20 - 4%. Ocorre em 9 meses (não se publica em fevereiro, agosto e novembro), mas em quatro só representa uma notícia (maio, junho, julho e dezembro). O mês com mais publicações é março (9), seguindo-se janeiro (4) e setembro/outubro (3). É precisamente no mês de março que se dá a concentração de retornados em São Bento (8/3) e a polémica que envolve o deputado do CDS, Galvão de Melo, excluído do grupo parlamentar do partido a 19 desse mês.

Teme-se, como em anos anteriores, o *“batalhão de retornados, ou desalojados, como se diz de maneira mais precisa”* que *“poderia engrossar (...) um exército de descontentes, de forças de direita, se não mesmo de extrema-direita”* (Mário Soares, citado em DN, 8/6/1977, p. 5). Deste modo, este tema é maioritariamente negativo (52%) e mais raramente positivo (16%) ou neutro (32%).

Nas percepções negativas, pelos metropolitanos, os retornados tendem para ideologias partidárias de direita e são, por estas, facilmente manipulados: *“No domínio do apoio aos desalojados, os oportunistas e vendilhões sem moral têm encontrado um terreno de eleição, explorando tanto os dinheiros públicos, como a boa-fé dos interessados (...). Têm encontrado certas organizações os motivos e os pretextos para manipulações e têm os jornais e os pasquins de extrema-direita e da reação um campo de eleição para a calúnia, a mentira, a intriga”* (PJ, 2/7/1977, p. 1).

O envolvimento de Galvão de Melo, deputado do CDS, com uma organização de retornados, a IOR – Interorganização de Refugiados, foi visto, pela maioria dos deputados da Assembleia da República, como uma tentativa de criação de um *“clima de divisão quando deveria ser antes de total reconciliação e união”*, entre retornados e os que os acolheram, levada a cabo por *“reacionários”* que se opõem ao processo democrático, iniciado com o 25 de abril: *“Os que sem escrúpulos instrumentalizam alguns deles, como carne para canhão contra a democracia”* (DN, 9/3/1977, p. 4). O CDS afastou Galvão de Melo do grupo parlamentar, o que não foi apreciado pela IOR,

defendendo que “8% dos votos que o CDS obteve foram dados em consequência da reconciliação feita pela IOR”, pelo que “esse apoio ao CDS deixava, portanto, de existir” (PJ, 24/3/1977, p. 3). Também a “APRU (Associação de Portugueses Refugiados do Ultramar) retira apoio ao CDS”, lembrando que o “CDS nada teria feito, sem o apoio dos refugiados do Ultramar, desde o princípio de 1975” (DN, 25/3/1977, p. 4).

A IOR ensaia uma conversão em movimento político, e convida Galvão de Melo para integrar os corpos dirigentes, uma vez que “*todos os partidos se servem de nós e nenhum nos serve a nós*” (PJ, 7/3/1977, p. 17). “Confessando-se abertamente de direita” e afirmando-se como “*única força física que em Portugal se opõe ao social-imperialismo russo*” (DN, 7/9/1977, p. 3), acaba por abandonar as suas “*intenções políticas para se dedicar inteiramente ao problema dos refugiados*” (PJ, 15/10/1977, p. 3) e adota uma nova sigla: IORE – Interorganização dos Refugiados e Emigrantes. O ex-deputado Galvão de Melo ainda tenta uma nova mobilização dos retornados, sem sucesso, também em outubro, numa sessão de esclarecimento a desalojados, organizada pela IORE, sublinhando o “*divisionismo existente entre os refugiados das ex-colónias que «preferem criticar-se uns aos outros em vez de criticarem o inimigo comum»*” e que “*os mil e tal presentes chegariam para incendiar Portugal*” (PJ, 30/10/1977, p. 1).

Para além das tendências partidárias dos desalojados, as intervenções dos partidos são também, por vezes, negativas relativamente ao retorno quando avaliam o trabalho realizado pelo governo: “*PSD face à administração do dinheiro do IARN (...): urge sanear, urge endireitar o que está torto (...), tudo o que de mal, e muito tem sido, se tem feito à custa e em desfavor dos desalojados das ex-colónias*” (PJ, 7/4/1977, p. 5).

As valorações positivas, presentes em apenas 4 artigos neste ano, referem-se aos discursos dos partidos favoráveis aos repatriados. Por vezes, dirigem-se ao governo, solicitando-se, a título de exemplo, e aquando da criação do kwanza, que “*saiba defender os interesses dos portugueses atingidos por uma operação de surpresa que os priva de uma parte do seu património pessoal que trouxeram como resíduo das suas vidas destruídas. (...) A passividade perante intervenções maciças, ocupações e nacionalizações de bens portugueses e agora o silêncio não constituem formas de*

defender Portugal e os portugueses” (DN, 21/1/1977, p. 17). O Partido Comunista, face às movimentações da IOR e de Galvão de Melo, que repudiam as *“calúnias e insinuações postas a circular pela imprensa comunista ou comunistóide”* (DN, 10/3/1977, p. 3), faz questão de referir que *“a maioria dos retornados não apoia este tipo de ações”*, as quais se inscrevem *“na grande ofensiva geral que a direita desenvolve contra o processo revolucionário no nosso país”* (DN, 13/3/1977, p. 2).

No tema ‘Emprego’ incluem-se somente 23 artigos (6%). Ocupa o penúltimo lugar em termos de frequência, mas também no destaque (5% nas mais destacadas, com mais de 15 pontos, e 11% dos artigos com mais de 20). Publica-se em 10 meses do ano (excetuam-se os meses de agosto e outubro) e é mais frequente em janeiro, junho e novembro. É maioritariamente neutro (53%), mas também significativamente negativo (30%) e raramente positivo (17%).

Noticiam-se as iniciativas dos desalojados, especialmente na criação de empresas, salientando-se, positivamente, como já referido, a *“experiência e dinamismo”* e o papel relevante na *“promoção socioeconómica das regiões”* (PJ, 8/3/1977, p. 1). Os setores profissionais em foco circunscrevem-se, neste ano, aos funcionários públicos (Quadro Geral de Adidos) e à integração na banca (3 notícias) e na Tabaqueira (6 notícias). Os retornados bancários ainda desempregados, cerca de 3 000, pedem a reintegração e um grupo sugere a criação de uma cooperativa de crédito, imediatamente contestada pelo sindicato, já que se tratava de uma *“via, um tanto sinuosa (...), evidente instrumentalização, (...) manobra tendente a recuperar posições privadas da banca”*. No entanto, o *“Sindicato dos Bancários exprime a intenção de continuar a lutar pelos interesses desses bancários na Banca e na sociedade portuguesa”* (DN, 30/6/1977, p. 6). A integração dos 31 trabalhadores, vinculados à Sociedade Ultramarina do Tabaco, na Tabaqueira foi menos pacífica, tendo sido bastante contestada, dando origem a paralisações. Argumentava-se que se iria criar um *“quadro de pessoal excedentário”* (DN, 21/9/1977, p. 6) e que a decisão do governo não era legal, visto que a Sociedade Ultramarina de Tabaco de Moçambique (SUT) não tinha sido nacionalizada, pelo que estes trabalhadores não poderiam ser equiparados à função pública e integrados na Tabaqueira, recentemente nacionalizada e pública.

Por último, o tema ‘Demografia’ representa apenas 4% do total publicado neste ano e é também o menos destacado: 3% com mais de 15 pontos e uma notícia com mais de 20. Contudo, numa observação centrada apenas no tema, os textos sobre o impacto demográfico seriam mais destacados que os temas ‘Emprego’ e ‘Finanças’, uma vez que 15% do total de 13 notícias tem mais de 15 pontos. Surge somente em 5 meses (5 notícias em janeiro e maio e apenas uma notícia em junho, julho e agosto). Este tema é sempre neutro e centra-se nos resultados do recenseamento de 1976 (janeiro) e na contabilização dos retornados recém-chegados de Moçambique (maio).

Deste modo, “*o recenseamento indica: 429.716 retornados instalaram-se no continente (...), 144.997 agregados familiares entre setembro de 1974 e novembro de 1976*”. Não se inclui a Madeira e os Açores e contabilizam-se os portugueses de origem e os naturais das ex-colónias, num “*levantamento quase rigoroso da situação*”. Os ativos são 31 672, estão ainda desempregados 111 635 retornados, mas apenas 24 902 (16, 5%) se encontram instalados por conta do Estado. Estabelece-se ainda um Plano de Habitação, com a construção prevista de 11 700 casas, 6 950 para desalojados e 4 750 para a população residente (PJ, 7/1/1977, p. 9). O Conselho de Ministros delibera a criação de um “*Ficheiro de Desalojados*”, da responsabilidade do Ministério da Justiça. Informa-se ainda que 46.354 repatriados estão “*prstes a emigrar*” (PJ, 13/1/1977, p. 9). Em julho, através de uma “*Nota oficiosa do Comissariado para os Desalojados*” sabe-se que, neste censo de 1976, “*6 993 cidadãos declararam-se estrangeiros, 4 391 disseram não desejar conservar a nacionalidade portuguesa e 46 354 declararam querer sair de Portugal*”. Nestes casos, deveriam apresentar requerimento, nas comissões concelhias, expressando desejo de regressar ao país de origem ou de emigrar (PJ, 8/7/1977, p. 3).

A contabilização do segundo fluxo de Moçambique também é um item neste tema: “*Expulsos de Moçambique podem ser 20.000 (...). Na sua maioria, portugueses e asiáticos*”. As autoridades responsáveis pelo acolhimento “*não preveem um fluxo de refugiados com as proporções que têm sido anunciadas pelas agências noticiosas internacionais*” (DN, 16/5/1977, p. 6). Os apoios à chegada para estes repatriados foram prestados pela Cruz Vermelha, e também pelo CDS, dado que tinha sido fixada a

data de 30/11/1976 para a cessação da intervenção do IARN neste domínio. A Cruz Vermelha presta estes serviços, em substituição do IARN, mas o protocolo assinado termina a 15 de maio. Como já mencionado anteriormente, a continuação do fluxo migratório de Moçambique vai obrigar o Conselho de Ministros a alterar a data de término do acolhimento pelo IARN, que se fixará em 31 de julho deste ano.

Por último, na posição valorativa, 58% das notícias publicadas neste ano são neutras, 29% são negativas e apenas 13% são positivas. O PJ é mais neutro (63%) que o DN (54%) e o DN é mais negativo (31% contra 26% no PJ), mas também é mais positivo (15% contra 10% no PJ).

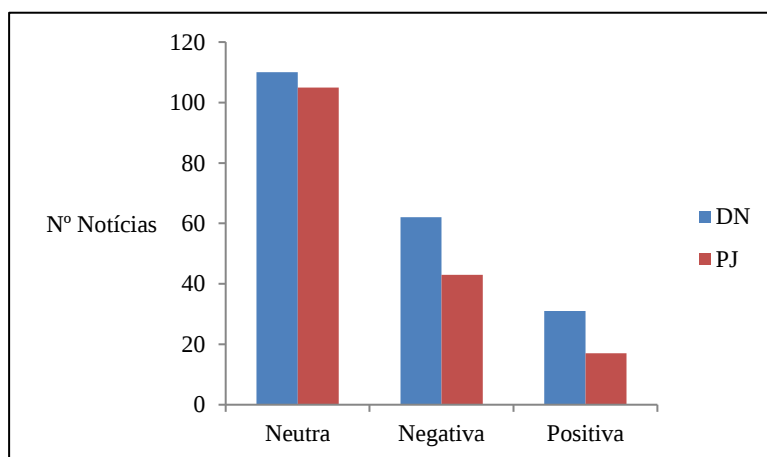


Gráfico 4.14 - Posição Valorativa (1977)

Em síntese

No ano de 1977 publicaram-se 368 notícias, 28% do corpus, o que corresponde a cerca de uma notícia por dia, apenas num dos jornais.

A (re)integração dos repatriados parece ter tido maior visibilidade na imprensa, especialmente nos meses de janeiro, março e setembro. Nestes últimos dois meses, termina o alojamento por conta do Estado (em março, nos hotéis de 3 estrelas e, em setembro, cessa completamente a responsabilidade do IARN nesse apoio aos retornados instalados em hotéis, pensões ou similares).

O DN publicou mais notícias que o diário do Porto e deu-lhes maior destaque, contudo, globalmente, apenas 14% dos artigos foram acompanhados de fotografias e somente 4% de entrevistas, maioritariamente ao Alto-Comissário para os Desalojados, Gonçalves Ribeiro.

O tema mais frequente e mais destacado é, tal como no ano anterior, a ‘Ação Governativa’ (43%), sendo maioritariamente neutro, com a contribuição das sucessivas Notas Oficiosas do Alto-Comissariado com informações e considerações acerca do trabalho desenvolvido por este organismo.

O segundo tema mais focado é a ‘Interação Sociocultural’ (28%), mais negativo (45%) que neutro (41%). O tema ‘Finanças’ é ainda mais negativo (47%), o que não se observou em anos anteriores, quando os gastos com o repatriamento eram noticiados de forma maioritariamente neutra. As fraudes detetadas na sindicância ao IARN e as sistemáticas menções aos custos “*imorais*” do alojamento por conta do Estado são responsáveis por estas valorações desfavoráveis ao fenómeno do retorno.

Por último, o tema ‘Intervenção Partidária’ é o quarto ao nível da frequência (7%), todavia seria o mais destacado se a análise se centrasse apenas no total de artigos do tema (24%, das 25 notícias, soma mais de 15 pontos). É mais negativo (52%), recuperando-se, à semelhança de anos anteriores, a ligação “*manipulada*” a forças políticas “*reacionárias*”, de direita. O tema ‘Emprego’ é maioritariamente neutro, mas também negativo (30%), enquanto o tema ‘Demografia’, o menos frequente, é sempre neutro quando divulga os resultados do recenseamento a retornados de finais de 1976, ou contabiliza a segunda vaga de repatriados expulsos de Moçambique.

4.5 1978 – Apoios - “No momento exato da criação, o indício da sua extinção”

Em 1978 foram publicadas 154 notícias (85 – 55% no DN e 69 - 45% no PJ) sobre os repatriados das ex-colónias africanas, 12% dos textos recolhidos e analisados.

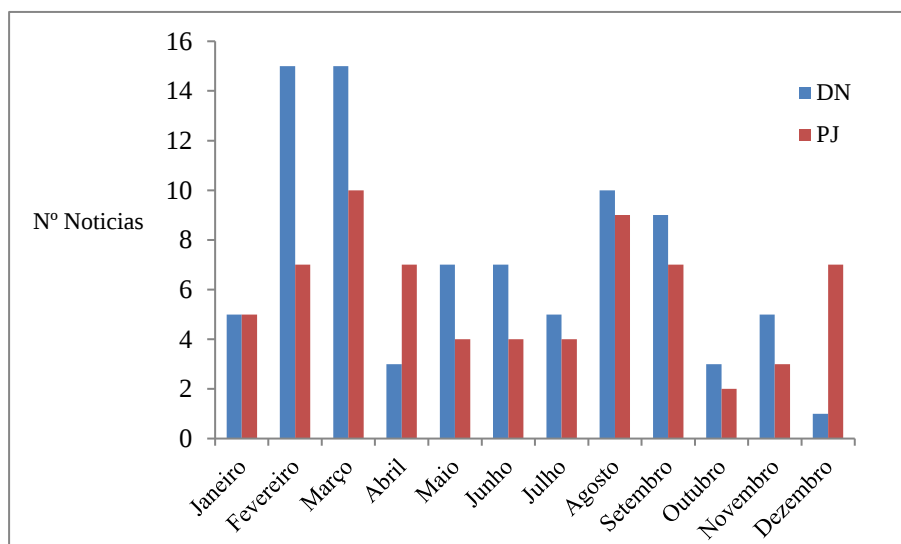


Gráfico 4.15 - Frequência (1978)

O DN publicou quase sempre mais artigos que o PJ (excetuam-se os meses de abril e dezembro, nos quais houve mais publicações do PJ, e o mês de janeiro com o mesmo número nos dois periódicos). Verifica-se maior número de notícias nos meses de março (25), fevereiro (22) e agosto (19).

A 20 de março termina o prazo para saída dos hotéis dos retornados ativos, ainda alojados por conta do Estado, o que pode justificar uma maior frequência nos meses de fevereiro e março. No que respeita ao mês de agosto, a nomeação do Alto-Comissário para os Desalojados, Gonçalves Ribeiro, como Ministro da Administração Interna do III Governo Constitucional, empossado a 29 de agosto, terá contribuído para o aumento dos artigos jornalísticos neste mês, observando-se uma tentativa, por parte dos desalojados, de participação na escolha do novo Alto-Comissário. Há ainda um número significativo de ocorrências relativas ao Quadro Geral de Adidos, cuja extinção se anuncia para o ano de 1980, nomeadamente as investigações focadas numa presumível

burla, relacionada com os vencimentos dos funcionários públicos integrados neste grupo.

O destaque médio neste ano é de 13 pontos, igual nos dois periódicos, sendo o mais baixo dos anos analisados, só sendo equiparado ao destaque médio de 1974. Apenas 19 notícias (12%) têm um destaque superior a 15 pontos e 3% superior a 20. O DN atribui maior relevância ao retorno com 13% com mais 15 pontos e 5% superior a 20 (no PJ apenas uma notícia ultrapassa esse valor de destaque).

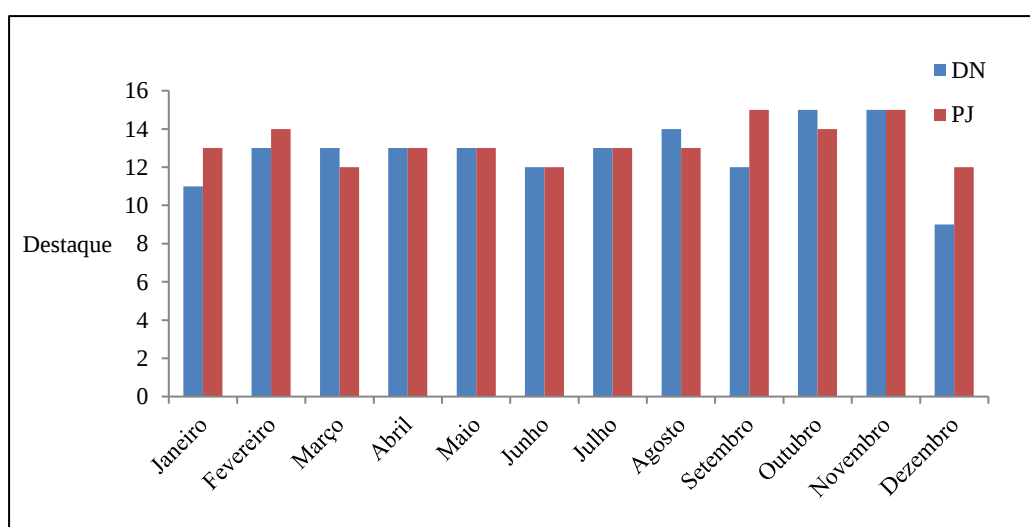


Gráfico 4.16 - Destaque Médio Mensal (1978)

No DN o artigo mais destacado (26 pontos) foi publicado a 22 de março com o título “*Desalojamento pacífico de retornados*”. Insere-se no tema ‘Ação Governativa’, com posição valorativa positiva, e inclui duas entrevistas: a Alcides Carvalho, chefe do Departamento de Alojamento do IARN, e, com menor destaque, a elementos de uma organização de retornados, CID – Comissão de Interesses dos Desalojados (conferência de imprensa). Anexa ainda uma foto com a legenda “*Pieter Van Der Keller, Silva Pereira e Carlos Abreu (da esquerda para a direita), membros executivos do CID (Comissão de Interesses dos Desalojados) quando propunham uma alternativa para a solução do problema dos retornados*”. A 20 de março termina o pagamento de

alojamento, pelo IARN, a retornados ativos, numa lógica de *“consciencialização (...) das suas responsabilidades, libertando-os de um paternalismo demasiado envolvente”*. Sublinha-se a *“dinâmica positiva que vem caracterizando o querer da esmagadora maioria dos desalojados em rapidamente se integrarem na sociedade que é sua”* e admite-se que *“a curto prazo, se não justificará mais a existência de um órgão específico para os desalojados”* e que, quando tal se verificar, *“ganharão os desalojados e ganhará o país”* (DN, 22/3/1978, pp. 1 e 2).

Esta perceção das entidades governamentais é contrariada, nomeadamente no segundo e terceiro artigos mais destacados deste jornal, com 24 pontos (26 de agosto) e 23 pontos (18 de outubro). Os dois artigos, no tema ‘Interação Sociocultural’, incluem fotos e entrevistas/conferências de imprensa de duas organizações de retornados: em agosto, com valoração neutra, à IORE, defendendo-se que o *“cargo de Alto-Comissário deverá ser para um desalojado”* e apontando-se o deputado do CDS, Ângelo Vieira, *“que maior número de intervenções teve na Assembleia da República em defesa dos retornados”* (DN, 26/8/1978, p. 2) e, em outubro, com valoração negativa, os *“Desalojados contestaram direção do IARN”*, considerando que os *“responsáveis políticos ignoraram sistematicamente os desalojados”*. Denunciam-se irregularidades, desde os *“recenseamentos incorretos (...) à mirabolante, e sem justificação cabal e lógica, dança das transferências”*. Propõe-se ainda *“entrar em negociações com os partidos, apurando aqueles que dão provas concretas e assumem compromisso público de defender os interesses dos desalojados”* (DN, 18/10/1978, p. 2).

No PJ apenas uma notícia atinge um destaque superior a 20 pontos (21 pontos). Publicada a 7 de setembro, com o título (interrogativo) *“Solucionado dentro de 2 anos o problema dos desalojados?”*, no tema ‘Ação Governativa’, e valoração negativa, inclui uma entrevista a Alves Pereira, delegado do IARN no Porto, o qual refere os *“dramáticos casos”*, afirmando que a *“solução total para o assunto está ainda muito longe do fim”*, necessitando-se, por esse motivo, de um *“empenhamento global das presentes estruturas estatais e uma abertura maior por parte do cidadão nacional”*. Conclui, acrescentando que as *“soluções legais para o problema foram, na sua maioria, insatisfatórias”* (PJ, 7/9/1978, p. 7).

A segunda notícia mais destacada, com 18 pontos, contraria esta visão. No tema ‘Finanças’, o Alto-Comissariado para os Desalojados apresenta um relatório da sua gestão, e correspondentes gastos envolvidos, avaliando positivamente o processo – “*A integração de desalojados das ex-colónias na sociedade continental fez-se de modo rápido e positivo*”, bem como o contributo dos retornados, os quais, “*depois de se aperceberem que o seu futuro tinha de ser encontrado em termos imediatos, introduziram em todo o processo de reintegração uma «aceleração extremamente sensível e indiscutivelmente positiva»*” (PJ, 5/11/1978, p. 1).

Em 1978 apenas 9 artigos (6%) são acompanhados de fotografias (legendadas) e somente 1 no PJ. As entrevistas são também em número irrelevante: somente 5 e, novamente, unicamente uma do PJ. Nestas 5 entrevistas, 2 são a responsáveis governamentais (em março, a Gonçalves Ribeiro e a Alcides Carvalho, do Departamento de Alojamento do IARN, e, em setembro, a Alves Pereira, do IARN do Porto) e 3 referem-se a conferências de imprensa de organizações de retornados (em agosto, ao Projeto I e à IORE e, em outubro, ao CID). Das cinco notícias com entrevistas, 4 incluem fotos e são as mais destacadas, já referidas anteriormente.

Não se mencionou ainda o artigo que incluía a conferência de imprensa com o Projeto I. No entanto, ocupa o quarto lugar, em termos de destaque, no diário DN. Esta associação de repatriados, membro fundador da FEGOMEE (Fédération Européenne des Groupements d’Outre Mer et Expulsés de l’Est) e associado da CESOR (Confederação Europeia dos Espoliados do Ultramar), propunha-se “*combater a tendência de formação de sociedades isoladas de portugueses desalojados e estudar problemas das indemnizações*”, relembrando os casos “*de outros países que despenderam quantias enormes sobre os valores indemnizáveis dos seus súbditos das colónias tornadas independentes*” (DN, 14/8/1978, p. 3).

A reivindicação ligada às indemnizações é também retomada neste ano, com referência em 5 artigos, propondo-se a criação de uma “*comissão que estude o problema relativo às indemnizações sobre os bens deixados nas ex-colónias*” (PJ, 10/4/1978, p. 6). Afirma-se ainda que o “*governo tem o dever de defender o património dos seus cidadãos*”, recuperando, mais tarde, os valores indemnizados, junto dos novos

países africanos. Assume-se que “*este tema chega a provocar «sorriso de descrença» (...)*”, contudo, a sua resolução “*apagará, em grande parte, traumatismos graves*”, lembrando-se que outros países “*despenderam quantias enormes sobre os valores indemnizáveis dos seus súbditos das colónias tornadas independentes*” (DN, 14/8/1978, p. 3), como os “*casos de França, Alemanha, Bélgica e Itália, países que pagaram aos seus cidadãos compensações pelos prejuízos sofridos nos territórios onde viviam e que foram obrigados (...) a abandonar*” (DN, 11/11/1978, p. 10).

O tema ‘Interação Sociocultural’ agrupa 36% do total deste ano, sendo o mais frequente e também o mais destacado - 53% no total de 19 notícias com mais de 15 pontos e 60% nas com mais de 20. Nos artigos do tema, há 18% com mais de 15 pontos e 5% com mais de 20. É publicado em todos os meses, mas com maior número de artigos em agosto (12), sendo responsável por 63% do publicado nesse mês. Seguem-se os meses de março (8 artigos) e novembro (6 artigos dos 8 publicados). Observa-se uma maior intervenção dos retornados (em agosto - 8 artigos, em março – 3 artigos e em novembro – 6 artigos), individual ou coletiva, através das suas organizações, especialmente da IORE, CID e Projeto I, mais ativas e reivindicativas.

Neste ano, formam-se mais 3 associações de retornados, a juntar às 22 que surgiram nos anos anteriores (6 em 1975, 8 em 1976 e 8 em 1977): em fevereiro, a Associação Nacional dos Retornados, a primeira organização cultural, e não somente reivindicativa, que anuncia pretender “*congregar todos os retornados e preservar os aspetos da cultura africana, dos hábitos e costumes adquiridos, mas, fundamentalmente, os ideais de solidariedade e entreaajuda*” (PJ, 5/2/1978, p. 11); em março, o GEUAEE, Governo dos Estados Unidos de Angola no Exílio, “*fundado (...) para recordar o 15 de março de 1961. (...) Canalizar a assistência estrangeira aos refugiados e «pugnar contra a legalidade do governo de Agostinho Neto»*” (PJ, 17/3/1978, p. 10) e, em junho, a AFAU – Associação de Funcionários Aposentados da Antiga Administração Ultramarina.

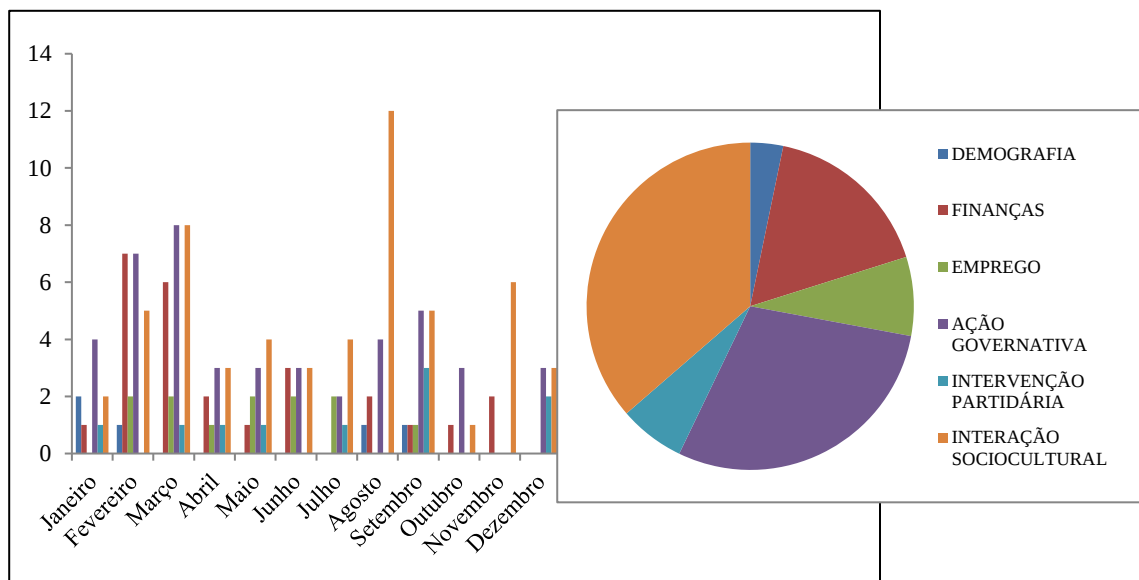


Gráfico 4.17 - Frequência (total de notícias) e Evolução dos Temas (1978)

As notícias neste tema assumem mais posições valorativas negativas (52%), mas também são neutras (41%) e muito menos positivas (4 – 7%). Nas perceções negativas individuais, pelo retornado, este sente-se um *“indigente amaldiçoado (...), vítima do colossal desalojamento de massas nacionais provocado pelo abandono das nossas províncias ultramarinas que todos choramos amargamente, (...) sem o devido acautelamento dos bens e dos direitos das gentes portuguesas lá há décadas. (...) Uma tempestade que arruinou as nossas vidas”* (DN, 1/5/1978, p. 8).

Os repatriados seriam, também na sua perspetiva, *“despersonalizados (...), oprimidos, (...) agredidos pelo cerco de formalidades, de constantes interrogatórios em jeito policial, de inquéritos repetidos, de avisos e proibições”*. E afirmam: *“Somos gente idónea, não marginais (...) que têm de ser reeducados, disciplinados e dirigidos!”* Voltaram, *“forçadamente”*, à sua terra de nascimento, contudo não se sentem *“em casa”*, restando apenas a *“amargura de triste exílio”* (DN, 18/8/1978, p. 19). Esta questão da inadaptação, apesar da maioria retornada ser composta por emigrantes de primeira geração - *“ grande parte dos refugiados regressou às zonas*

rurais donde haviam partido” - é, por vezes, referida, mas também o desejo de integração plena: *“não somos um grupo à parte, mas um grupo momentaneamente diferente”* (PJ, 10/4/1978, pp. 1 e 6).

As organizações de retornados contestam o *“alegado peso”* (DN, 24/2/1978, p. 2) que representam para a sociedade portuguesa e criticam a atuação do governo, especialmente a do Alto-Comissariado, que consideram uma *“fábrica de emigrantes”* (DN, 18/11/1978, p. 5). Argumentam que o cargo de Alto-Comissário deveria depender de *“eleição pelos desalojados e, se possível, também um desalojado”* (DN, 17/3/1978, p. 6), propondo-se, novamente, Ângelo Vieira, retornado, deputado do CDS, *“não em virtude do seu carácter partidário, mas sim por ter sido ele um dos que se bateram pela situação dos retornados”* (DN, 23/11/1978, p. 3). Segundo os repatriados, Gonçalves Ribeiro era *“partidário”*, não se tinha *“imposto ao governo”*, nem *“lidava diretamente com o Presidente do República”*. Emanava *“diretrizes incompreensíveis e contraditórias”*, não tinha *“estabelecido nenhum critério para os desalojados”* e desaproveitava *“as promessas de auxílio internacional”* (PJ, 8/6/1978, p. 3).

Exigem a revogação do Decreto-Lei 308 A/75, que regulamenta as condições de acesso à nacionalidade, considerando-o um *“despacho racista num estado democrático”* (DN, 23/11/1978, p. 3). Denunciam ainda o *“desalojamento coercivo”*, a *“burocracia”* e a *“paralisação do sistema de crédito”* (DN, 17/3/1978, p. 6). Aquando da decisão de suspensão do programa de crédito CIFRE, previsto para 4 anos, devido ao *“número exorbitante de pedidos”*, argumentando-se ainda que as *“fontes de financiamento não são inesgotáveis”* (DN, 16/5/1978, p. 1), as associações de retornados também protestaram: *“Tendo sido criado, em novembro de 1976, um sistema de crédito, este foi, no entanto, suprimido após 14 meses de aplicação, apesar da sua vigência estar prevista para 4 anos”*. E aconselharam mesmo *“todos os refugiados a cerrarem fileiras”* (DN, 15/5/1978, p. 7).

Por outro lado, o IARN era percecionado como navegando *“ao sabor de interesses políticos”* e *“faltava sistematicamente ao cumprimento de promessas aos refugiados”* (DN, 19/6/1978, p. 9). O governo, na sua generalidade, revelava indiferença perante o *“drama”* dos repatriados. Assim, *“para as vítimas das cheias do*

Douro, coisa normal em todos os anos de inverno, se movimentaram logo os governantes para solucionar a situação". Esta atitude dos governantes tinha, conseqüentemente, gerado um *"descontentamento que tende a generalizar-se entre os desalojados em virtude de não se cumprir o que foi prometido"* (PJ, 13/7/1978, p. 9).

Por último, e ainda nas representações negativas, todavia as dos metropolitanos, menos frequentes, relata-se, a título de exemplo, que o Diretor da Judiciária se manifestou contra a libertação dos retornados, alegados autores de agressão a Almeida Santos, nos Açores, considerando o *"veredicto do juiz, «um retornado», um verdadeiro escândalo"* (PJ, 27/4/1978, pp. 1 e 6). Este *"lamentável incidente"* foi *"naturalmente (...) aproveitado politicamente"* (Mota Amaral, citado em PJ, 17/4/1978, p. 6).

As percepções positivas neste tema, apenas presentes em 4 notícias, relembram que *"há ainda milhares de seres atirados à má sorte de um destino, para o qual em nada contribuíram"*, e que *"abafar o assunto ou tentar ignorá-lo não se (...) afigura, por isso, honesto. Nem humano. Há que enfrentá-lo e dar-lhe uma solução"*, pois eles *"não merecem (...) ser esquecidos"* (PJ, 25/8/1978, p. 7). Os retornados são, novamente, apresentados como *"vítimas"* de uma descolonização rápida e inesperada e de um acolhimento incapaz de responder às suas necessidades: *"o IARN, alvo de acusações e críticas quase sempre bem fundamentadas (...), mas caídas em saco roto"* (*idem*, p.7).

O tema 'Ação Governativa' reúne 29% dos artigos deste ano (45), sendo o segundo mais frequente, mas o terceiro mais destacado, com 16% no grupo das notícias com mais de 15 pontos e 7% no tema. No entanto, 40% dos artigos que atingem mais de 20 pontos, neste ano, são deste tema (os restantes 60% são do tema 'Interação Sociocultural', como já referido). Publica-se em todos os meses, exceto novembro, e há mais ocorrências em fevereiro (7) e março (8), uma vez que é precisamente a 20 de março, como já referido, que termina o alojamento por conta do Estado, para os retornados ativos ainda a beneficiar deste apoio. Em agosto e setembro (9 notícias) a frequência também é superior devido à também já mencionada nomeação do Alto-Comissário para os Desalojados como Ministro da Administração Interna.

O Alto-Comissariado para os Desalojados prossegue a transferência *"racional, e tão breve quanto possível, das tarefas que vêm sendo especificamente desenvolvidas*

pelo Comissariado para os serviços públicos normalmente competentes” e anuncia a sua extinção: “como organismo autónomo (...), transitório ou de missão, continha, no momento exato da criação, o indício da sua extinção”. Das 17 ações previstas, “em finais de 1976, 2 foram extintas (apoio à chegada e transporte de viaturas), outras duas se devem extinguir em 1978 (recenseamento e armazenamento de bagagens), enquanto 8 foram transferidas para serviços competentes (adiantamento de vencimento a adidos, bolsas de estudo, emigração, emprego, subsídio de desemprego e pensões, abono de família e prestações complementares, assistência médica e medicamentosa) e 4 foram transformadas em programas” (DN, 6/11/1978, p. 3). O Programa do IV Governo Constitucional, que toma posse a 22 de novembro, dedica “apenas meia dúzia de linhas ao problema dos desalojados”, referindo-se que “serão implementadas as ações programáticas em curso para a integração dos desalojados e a transferência oportuna dos serviços do Comissariado e do IARN para organismos de outros departamentos” e que se procederá “ao reajustamento das atuais estruturas em correspondência com a redução das atividades que atualmente lhe estão cometidas” (PJ, 1/12/1978, p. 4).

A situação económica do país condiciona, obviamente, a definição das políticas para apoio aos desalojados, pelo que se dinamizam os “programas em curso com base nas disponibilidades financeiras existentes”, tentando “corrigir distorções injustas na distribuição dos meios disponíveis e reduzir, tanto quanto possível, a ocorrência de subsídios puros sem carácter reprodutivo”. Reitera-se que as iniciativas do Estado são sempre “transitórias”, “excecionais”, almejando-se que “se passe de uma política de assistência aos desalojados a uma política tendente à sua integração na sociedade” (DN, 4/2/1978, p. 3). O prolongamento dos apoios, iniciados em 1975, é, assim, visto como um fator de exclusão e não de inclusão. Por exemplo, quando se refere a ação humanitária da FAO, no apoio aos “milhões de seres (...) que subitamente desembarcam no país, desprovido de estruturas para o receber”, tendo-se estabelecido, como prioridade, o fornecimento de alimentação para crianças em idade escolar, mães grávidas ou lactantes, os géneros foram distribuídos por todas as crianças, tendo sido considerado “desumano estar a separar na escola as crianças conforme a sua origem” (DN, 29/6/1978, p. 12).

Este tema é maioritariamente neutro (62%) e, neste ano, as perceções negativas (20%) pouco suplantam as positivas (18%). Nas avaliações negativas foca-se a necessidade, ou intenção, de revisão de medidas legislativas como, por exemplo, o Decreto-Lei 308-A/75, já referido como ponto de contestação dos retornados, um *“diploma inconstitucional e contrário às regras do Direito Internacional (...), uma monstruosidade jurídica que (...) pratica uma verdadeira discriminação racial”* (DN, 4/2/1978, p. 8). A questão do Estatuto do Refugiado, não aplicada pelo governo aos repatriados, também é mencionada, pois *“Portugal poderia enviar para os EUA 150 000 retornados”*, o que não é possível, uma vez que *“os portugueses das ex-colónias não são considerados, tecnicamente, refugiados pelos EUA já que, quando saíram de África, recolheram-se ao seu território pátrio e não em país estrangeiro* (DN, 31/3/1978, p. 3).

No âmbito executivo, alguns programas, como o de crédito para habitação são considerados *“boas intenções anunciadas no papel”*, visto que os *“prazos não coincidem”*, sendo *“impraticáveis, não exequíveis”* e assim os *“meios financeiros permanecem imobilizados sem proveito para quem deveria tomar partido”* (DN, 4/2/1978, p. 9). A questão do desalojamento dos retornados também é abordada, com alguma frequência, afirmando um responsável do INATEL que o *“IARN, como Pilatos, colocou o título de clandestinos e procura abandoná-los deixando, abusivamente, a responsabilidade da resolução do problema ao INATEL”* (DN, 3/6/1978, p. 12). O IARN e o Comissariado são os mais visados nestas críticas, mas também as autoridades locais são acusadas de *“passividade e inércia (...) para acudir ao problema dos retornados e famílias pobres sem habitação condigna”* (PJ, 4/12/1978, p. 6).

Nas posições valorativas positivas, os dirigentes governamentais sublinham que *“o problema dos retornados que levantou tantas tensões sociais e parecia quase insolúvel está hoje praticamente reabsorvido”* (Mário Soares, citado em DN, 11/5/1978, p. 8). Gonçalves Ribeiro, já como Ministro da Administração Interna, tendo sido substituído por Vítor Manuel Pessanha Viegas, no Alto-Comissariado para os Desalojados, congratula-se pelo *“êxito de termos conseguido integrar populações dissemelhantes e profundamente traumatizadas, sem conflitos sociais graves, sem*

«ghettos», antes transformando as dificuldades em energia social para a melhoria das condições de vida a nível local e nacional” (DN, 8/9/1978, p. 2).

Por último, a ação do Commissariado para os Desalojados é elogiada pelo Conselho de Europa que destaca a “*seriedade e qualidade das informações prestadas pelo comissário (...) e a originalidade revelada na aplicação de cerca de 800.000 contos já emprestados para programas de integração de desalojados em Portugal*” (PJ, 21/4/1978, p. 3).

O terceiro tema com mais artigos publicados em 1978, ‘Finanças’, é o segundo mais destacado (26% nas mais destacadas e 19%, no tema, com mais de 15 pontos). Publica-se em todos os meses, exceto julho e dezembro, e também é mais frequente em fevereiro (7) e março (6). Nos meses de janeiro, maio, setembro e outubro, apresenta apenas uma notícia. Relata as ofertas ou empréstimos do estrangeiro, destinados aos retornados, mas também as despesas e as dívidas, nomeadamente com a África do Sul, relativa à “*assistência concedida a refugiados portugueses até 31/3/1977*”. De um total de 5 107 969 rands, apenas foram pagos, pelo governo português, 164 881 (PJ, 7/2/1978, p. 1).

No que respeita aos gastos, são mais noticiados e, portanto, mais visíveis, os referentes ao alojamento ou ao crédito CIFRE. Foram concedidos “*5 671 336 contos de crédito aos desalojados (...), entre 01/77 e 01/78, em 18 distritos*”. Nestes, “*3 330 844 pelo Commissariado e 2 340 492 pela Banca*”, dando origem a “*33 665 postos de trabalho*”. No alojamento, pagou-se “*1 milhão e 30 mil contos*”, verificando-se um “*decrécimo relativamente ao dispêndio*”: em “*76 – 7 200 000 contos; 77 – mais de 5 milhões*” (PJ, 10/3/1978, p. 3).

Este tema é mais neutro (65%), no entanto também apresenta algumas valorações negativas (8 notícias – 31%) e apenas 1 artigo com escolhas vocabulares positivas (4%). As representações negativas estão ligadas às fraudes detetadas (7 artigos) ou aos gastos com o alojamento por conta do Estado. Em 20 de março, cessa a “*responsabilidade ao grupo de 7000 a 8000 desalojados ativos*”, entre os cerca de “*15 000 refugiados e desalojados por conta do Estado (...) que participam nos custos de alojamento*”. Estes repatriados, “*indevidamente alojados*”, “*discutem, contestam, perturbam*”, contudo

“encontram-se instalados em unidades hoteleiras há mais de 2 anos, tendo custado já ao povo português 1 milhão e 200 mil contos”. Devem, portanto, *“compreender que o povo português já fez um esforço financeiro suficiente neste domínio”*, para além de ser uma *“manifesta injustiça para com a maioria”* e *“não ser esta a fórmula adequada para se integrarem na sociedade que é sua”* (PJ, 24/2/1978, pp. 1 e 6).

O tema ‘Emprego’ ocupa o quarto lugar na frequência (8% - 12 notícias), apenas se publica em 7 meses (fevereiro a julho e setembro) e, em termos de destaque, não há qualquer notícia com mais de 15 pontos neste tema. É mais neutro (59%), mas também se verificam perceções negativas (33%) e, como no tema anterior, apenas uma notícia revela posição valorativa positiva (8%). As questões laborais envolvem, sobretudo, o Quadro Geral de Adidos e a integração dos retornados na Tabaqueira, *“conflito que se arrasta por 8 meses”* (DN, 22/2/1978, p. 6) - 3 notícias, mas também o pessoal de voo das ex-colónias, os trabalhadores dos seguros e os reformados.

Quanto ao Quadro Geral de Adidos, *“organismo para o enquadramento e futura colocação de funcionários públicos oriundos das ex-colónias ultramarinas”* (PJ, 6/8/1978, p. 3), a sua extinção foi adiada para o ano de 1980, havendo *“cerca de 40 000 funcionários do Quadro Geral de Adidos”*, pretendendo-se que a *“colocação de todos os adidos se processe durante o ano de 78”*, por *“integração ou reconversão”* (DN, 28/7/1978, p. 12).

Igualmente no âmbito corporativista, discute-se, na integração dos trabalhadores dos seguros, a *“capacidade do setor nacionalizado para absorver os 150 trabalhadores previstos nos despacho ministerial”* e exige-se *“que não resulte em prejuízo dos trabalhadores (...) no que concerne a promoções e responsabilidades profissionais”* (DN, 4/9/1978, p. 6). A inclusão de trabalhadores retornados na Tabaqueira foi também largamente contestada, com paralisações sucessivas da empresa, argumentando-se que havia *“1 500 desempregados na lista de espera”* e que podia *“pôr em causa os direitos adquiridos, nomeadamente as promoções”*, devendo respeitar-se as *“regras comuns de admissão”* (DN, 21/2/1978 e 22/2/1978, p. 6).

Por outro lado, o *“pessoal de voo das ex-colónias deseja colaborar com a TAP”*, dado que se encontravam no Quadro Geral de Adidos ou no desemprego e representam

um “elevado número de técnicos altamente especializados que se sentem marginalizados e inoperativos pois lhes tem sido negado o direito ao trabalho” (DN, 3/4/1978, p. 12). Os reformados dos Caminhos de Ferro de Benguela também se sentem lesados e “vão diligenciar junto do governo para que as pensões sejam pagas”, uma vez que “não foram efetuadas transferências de fundos da Caixa de Previdência de Angola” e há cerca de “1200 reformados a residir em Portugal e que não possuem outra fonte de rendimento” (PJ, 6/3/1978, p. 8).

Na valoração positiva, realça-se a criação de empresas por retornados que, “para além de garantirem a plena integração (...), estão contribuindo para a recuperação económica nacional” (DN, 3/5/1978, p. 6).

No quinto lugar, em termos de frequência, o tema ‘Intervenção Partidária’ é contemplado com somente 10 notícias (6%), é pouco destacado (apenas um artigo tem mais de 15 pontos e nenhum ultrapassa os 20). Ocorre em 7 meses, não se publicando em fevereiro, junho, agosto, outubro e novembro e regista-se apenas uma notícia em 5 meses. Em setembro recolheram-se 3 e, em dezembro, 2. A posição valorativa é mais negativa (50%), todavia também é neutra (40%) e apenas numa notícia, tal como nos dois temas anteriores, se verifica uma valoração positiva.

O impacto do repatriamento no jogo partidário é objeto de uma Nota do Alto-Comissariado, com o título “Desalojados – eleitorado que não terá o peso que se tem suposto”. Revela-se que o “peso dos desalojados no quadro eleitoral português parece ser muito inferior às estimativas dos comentadores políticos, assim como de «pessoas mais ou menos interessadas»”. Assim, “com a objetividade realmente possível (...), e em relação à população residente em território nacional com capacidade eleitoral, os desalojados das ex-colónias nas mesmas condições serão cerca de 4,4% em 1978, 4,5% em 1979 e 4,6% em 1980”. Os 10%, indicados por organizações de repatriados, só se verificariam localmente, e somente em Bragança. A influência da população retornada no processo político é minimizada, mas “reveste uma importância que os vários agentes políticos não podem de modo algum desprezar” (PJ, 25/9/1978, pp. 1 e 6). Nos Açores, por exemplo, a FLA – Frente de Libertação dos Açores, “tem uma dimensão muito limitada”, segundo Galvão de Figueiredo, Ministro da República dos Açores,

contudo é *”entre os retornados residentes nos Açores que o movimento separatista daquele arquipélago (...) adquire a maioria dos seus militantes”*, embora seja uma *“participação confinada à ilha de São Miguel”* (PJ, 31/3/1978, p. 6).

Os repatriados insistem na representação de cerca de 10% do eleitorado, *“para além do chamado círculo de influências, que poderá duplicar a sua representatividade eleitoral”* (DN, 18/10/1978, p. 2), e corrigem os dados do Alto-Comissariado que apresenta uma capacidade eleitoral de 4,6%, com 90% recenseados, afirmando que apenas 60% se recensearam em 1976-77, pelo que a *“capacidade eleitoral é de cerca de 10% da população nacional, pelo menos”* (DN, 30/9/1978, p. 2) e a *“a prova dos nove será tirada nas próximas eleições”* (PJ, 29/9/1978, p. 5). Deste modo, o *“voto como arma política”* (DN, 1/7/1978, p. 9) é mais frequentemente referido, numa tentativa de mobilização pelas organizações representativas dos retornados, os quais *“dada a proximidade prevista de novas eleições, não deixarão (...) de dar uma resposta expressa – os votos – aos partidos que souberam ou não compreendê-los”* (PJ, 6/9/1978, p. 6).

O Presidente da República é o *“único órgão soberano em que os desalojados confiam”* (DN, 18/10/1978, p. 2), mas, ao nível partidário, retoma-se a perceção de uma inclinação dos retornados para os partidos de direita, especialmente para o CDS, partido apontado, por algumas associações, como *“última esperança de resolução pacífica da problemática dos desalojados”*. Lamenta-se, todavia, que *“só após a entrada do partido de Freitas do Amaral para o governo (...), tenha sido desencadeado o «aniquilamento frontal de refugiados»”*, esquecendo este partido que 7% dos votos *“foram-lhe dados pelos retornados”* (PJ, 8/6/1978, p. 3). Reitera-se, porém, o *“apoio incondicional ao deputado do CDS, Ângelo Vieira, para Alto-Comissário”* (DN, 30/9/1978, p. 2).

Nas intervenções dos partidos, a gestão do repatriamento pelo governo é bastante criticada, lamentando o CDS que o programa do governo seja *“tão lacónico e inexpressivo, como se não fosse aquele um dos setores mais importantes do país que hoje somos”* e perante o *“panorama desolador da situação dos retornados”* (DN, 8/12/1978, p. 4).

A “manipulação” dos retornados é ainda um tópico dominante: “*Os irmãos que regressaram e muitos dos quais se sentem desesperados ou incompreendidos, não podem ser a massa de manobra (...), nem constituir um campo de recrutamento para os reacionários (...), os agitadores «fascistas» e os demagogos colonialistas*” (DN, 6/7/1978, p. 2). Os retornados também reconhecem “*a manipulação partidária de que os desalojados têm sido vítimas*” (DN, 18/11/1978, p. 5).

Para terminar a análise dos temas, a ‘Demografia’ ocupa o último lugar com apenas 5 notícias (3%), todas com menos de 15 pontos de destaque e sendo publicadas em somente 4 meses (janeiro, fevereiro, agosto e setembro), sempre com posição valorativa neutra. São notícias sobre dispersão regional - “*cerca de 3000 desalojados de Angola presentemente fixados nos Açores, a grande maioria encontra-se integrada no mercado de trabalho e no meio social da região*” (PJ, 1/9/1978, p. 6) - ou emigração: “*Retornados de Angola emigram para a Argentina*”. Seriam “*milhares de portugueses*”, segundo notícia publicada no “El País”, numa “*operação migratória maciça com patrocínio do CIME (Comité intergovernamental da Migração Europeia)*” (DN, 11/11/1978, p. 6). No entanto, em artigo no mesmo jornal, do dia seguinte, a Direção Geral de Emigração afirma desconhecer o projeto (DN, 12/1/1978, p. 10).

Por último, a posição valorativa predominante é a neutra (55%), seguindo-se a negativa (35%) e a positiva (10%). O DN é mais neutro que o PJ, mas o diário nortenho é mais positivo (12% com valoração positiva no PJ contra 8% no DN). Em média, 36% das notícias são negativas nos dois jornais, com valores equiparáveis nesta posição.

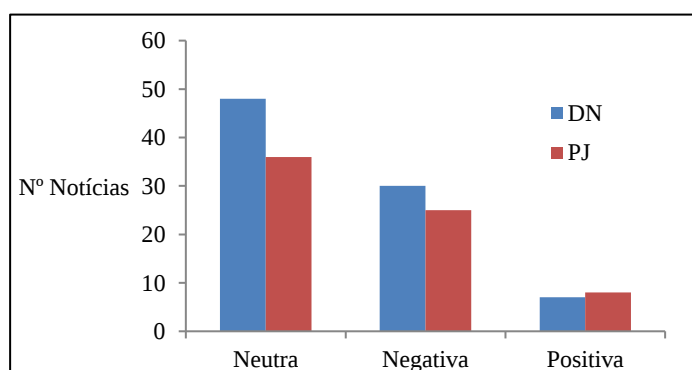


Gráfico 4.18 - Posição Valorativa (1978)

Em síntese

Em 1978 publicaram-se apenas 154 artigos, 12% do total, com maior frequência no DN (55%), e com maior número de ocorrências nos meses de fevereiro e março, com o término do alojamento por conta do Estado para retornados ativos, e no mês de agosto, quando o Alto-Comissário para os Desalojados assume a direção do Ministério da Administração Interna. O processo de integração dos retornados é muito menos relevante, para a imprensa portuguesa, verificando-se um decréscimo significativo em relação aos anos de 1977 (368 notícias - 28%) e de 1976 (494 notícias - 38%).

Para além da reduzida frequência, o destaque médio de 13 pontos é também inferior ao de todos os anos analisados, somente igualando 1974, e apenas 19% das notícias contabilizava mais de 15 pontos. Publicaram-se 9 fotografias (1 no PJ) e 5 entrevistas (e também só 1 no PJ).

O tema ‘Interação Sociocultural’ é o mais frequente (36%) e é também o mais destacado. As organizações de retornados são mais ativas e reivindicativas e surge a primeira associação de retornados com fins culturais (Associação Nacional de Retornados). Este tema é maioritariamente negativo (52%) e os visados são, principalmente, o Alto-Comissariado para os Desalojados e o IARN, “*organismos, que tudo têm feito para os dividir e levar ao desânimo mais completo*” (PJ, 29/9/1978, p. 5) e não cumprem, sistematicamente, as promessas feitas aos repatriados.

A ‘Ação Governativa’, segundo tema com mais ocorrências (29%), é o terceiro mais destacado, sendo ultrapassado pelo tema ‘Finanças’ que ocupa a segunda posição no destaque. As medidas, legislativas e executivas, do governo são maioritariamente noticiadas com posição valorativa neutra. Nas valorações negativas, o Alto-Comissariado e o IARN recebem, igualmente, o maior número de críticas, prevalecendo as dos metropolitanos ou de outros dirigentes governamentais. Nas perceções positivas, os responsáveis do governo destacam a “*integração rápida e pacífica*”.

O tema ‘Finanças’, terceiro na frequência e segundo na relevância atribuída pelos jornais, é também, na sua maioria, neutro (65%). As perceções negativas relacionam-se com as fraudes no IARN e os custos do alojamento por conta do Estado. Este tema tem apenas uma notícia com valoração positiva, o que se repete nos temas ‘Emprego’ e

‘Intervenção Partidária’. No entanto, o tema ‘Emprego’ (12%) é quase sempre neutro (59%), enquanto o tema ‘Intervenção Partidária’ é mais negativo (50%), sublinhando-se, mais uma vez, a “*manipulação*” partidária de que são alvos os retornados. O tema ‘Demografia’ reúne apenas 5 notícias e é sempre neutro.

Por último, as notícias são maioritariamente neutras (55%), mas regista-se um número relevante com posição valorativa negativa (35% no DN e 36% no PJ). O PJ é mais positivo que o DN.

4.6 1979 – Retornados são “*cidadãos de corpo inteiro*”

Em 1979, nos 8 meses analisados (janeiro a agosto), publicaram-se 48 notícias (21 no DN – 44%, e 27 no PJ – 56%), 4% do *corpus*.

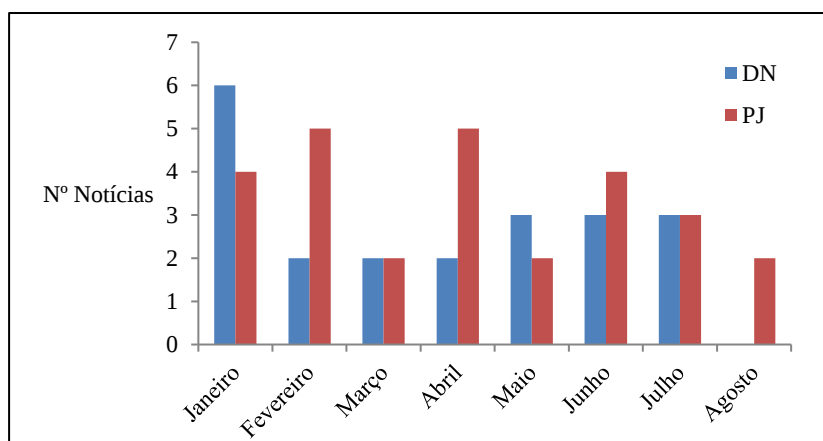


Gráfico 4.19 - Frequência (1979)

Recolheram-se mensalmente, em média, 6 notícias, nos dois jornais, contudo os meses com mais ocorrências são janeiro (10), fevereiro, abril e junho (7) e julho (6). No mês de agosto, surgiram apenas 2 notícias sobre os repatriados da África portuguesa.

A última notícia publicada em 1978, a 27 de dezembro, no PJ, com o título “*Retornados: ainda um problema maior*”, destaca-se “*no seio da população mais desfavorecida (...), um grupo que ganha homogeneidade através da sua origem – as ex-colónias – tem especial relevo – os retornados*” (PJ, 27/12/1978, p. 6). Contudo, em 1979, o processo de integração dos repatriados parece ter recuperado a invisibilidade dos primeiros anos de êxodo e de acolhimento (1974 e 1975). Realce-se que se mantém uma publicação regular, embora diminuta, em todos os meses, e nos dois jornais, com exceção do mês de agosto, no qual o DN não publica nenhuma notícia e o PJ apenas 2.

O destaque médio é de 14 pontos e é superior no PJ, apesar de publicar em todos os meses, ao contrário do DN que não publica em agosto. O destaque médio ultrapassa os 15 pontos em junho no DN (17 pontos) e em março e julho no PJ (16 pontos).

Todavia, refere-se a um número reduzido de notícias (2 ou 3). De realçar que 10 notícias (21%) somam mais de 15 pontos e 6% tem mais de 20 (3 notícias do DN).

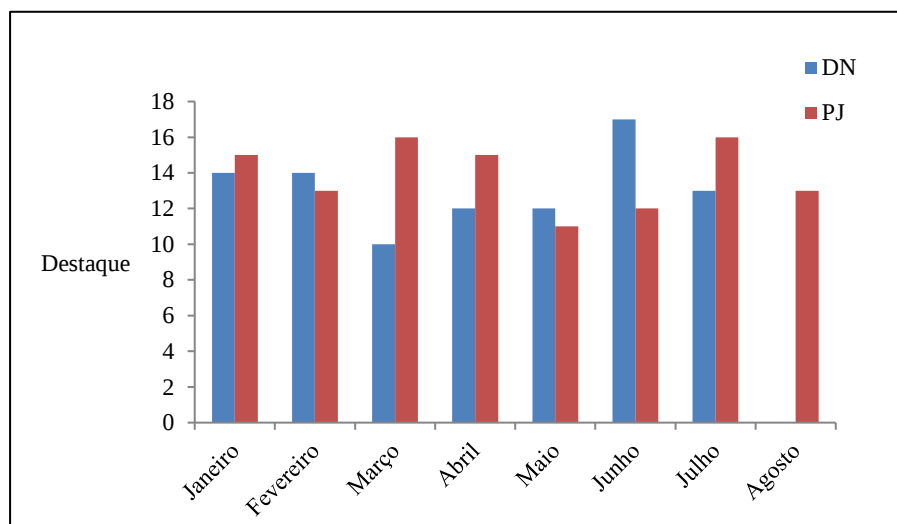


Gráfico 4.20 - Destaque Médio Mensal (1979)

As notícias mais destacadas no DN (20 pontos) foram publicadas no mesmo mês (junho). Na primeira, a 6 de junho, no tema ‘Ação Governativa’ e com posição valorativa negativa, chama-se a atenção para os “*Retornados do Lar Panorâmico condenados a uma vida desumana*”, numa “*promiscuidade confrangedora de famílias empilhadas em compartimentos estreitos*”. Apesar de se referir que se trata de “*casos pontuais*”, a gestão governativa é posta em causa, uma vez que se verificam “*pagamentos elevados por quartos sem condições*”, realçando-se, novamente, o “*drama*” e a “*imoralidade subjacente a situações deste teor*”. Este artigo é acompanhado de uma fotografia, com a seguinte legenda: “*Neste exíguo compartimento vive o dia-a-dia de uma vida triste o casal de 5 filhos na esperança de um futuro que se afigura longínquo*” (DN, 6/6/1979, p. 8), reforçando-se as condições precárias e a fragilidade, económica e emocional, dos retornados, ainda alojados por conta do Estado.

Na segunda notícia com superior destaque no PJ, a 28 do mesmo mês, observam-se escolhas vocabulares positivas, mas no tema ‘Emprego’. É também acompanhada de

fotografia e sublinha que os *“milhares de técnicos portugueses formados e ambientados em climas e culturas tropicais, regressados com a descolonização, e hoje um pouco dispersos por estabelecimentos de ensino e departamentos oficiais, constituem um património de «know-how»”* (DN, 28/6/1979, p. 9), a valorizar na formação do novo *Instituto Nacional da Cooperação Científica ou Instituto de Investigação Científica Tropical*.

No DN o artigo que beneficiou de maior destaque (22 pontos), no tema ‘Finanças’ e valoração positiva, não inclui fotografia, no entanto incorpora a única entrevista/conferência de imprensa realizada neste ano, a uma organização de retornados (CID), que reivindica a aprovação do Estatuto de Refugiado Político pela Assembleia da República e a consulta aos desalojados no que respeita a distribuição de auxílios. A relevância atribuída a esta intervenção dos retornados é muito menor que a recebida pelo relatório do Comissariado – Balanço Económico da Integração – na mesma notícia, tendo sido integrada, por esse motivo, no tema financeiro e não na ‘Interação Sociocultural’. Neste relatório, a *“reintegração custou pouco mais de 17 milhões de contos”*, e sublinham-se os ganhos: *“Reintegração significa trabalho e produção (...), centenas de cafés e restaurantes (...) que brotaram como cogumelos, um pouco por todo o país, em brevíssimo período”* (PJ, 9/3/1979, pp. 1 e 4).

Os dois artigos que também se destacam, no PJ, ambos com 21 pontos, integram-se no tema ‘Interação Sociocultural’. São acompanhados de fotografias, mas o publicado em março é neutro quando relata que um *“Casal e sobrinho (retornados de Angola) morreram calcinados”*, num prédio da avenida Duque de Loulé, em Lisboa, o qual *“outrora foi um ninho de ratazanas e, de 1975 para cá, era ocupado por 7 famílias de retornados de Angola”* (PJ, 18/4/1979, p. 7). Pelo contrário, na notícia de julho, relativa à desocupação de uma colónia de férias onde estavam alojados retornados, a valoração é negativa. Com o título *“Transferência para Apúlia recusada pelos desalojados”*, refere-se que *“a solução encontrada pelo IARN (...) não respeita minimamente as condições exigíveis de uma solução de bom senso”*, mas sem deixar de relevar que os desalojados *“usufruem, ilegalmente, há cerca de ano e meio, de alojamento (...), pelo facto de se encontrarem empregados, recebendo ainda,*

conjuntamente, subsídio de desemprego” e que “estas situações ilegais não poderão manter-se indefinidamente”. Na fotografia, inclui-se a legenda: “Trata-se de crianças – por trás dos vidros das janelas (as desalojadas), no peitoril (uma das colónias balneares) – que aspiram ao mesmo telhado. A GNR, obrigada a intervir, acabou momentaneamente o diferendo, emprestando os telhados da Praia da Árvore às crianças das colónias” (PJ, 11/7/1979, p. 7). Assim, as crianças que perdem o acesso à colónia de férias é que são percecionadas como as verdadeiras “desalojadas”.

Neste último ano analisado, apenas 6 artigos foram acompanhados de fotografias (1 notícia, no PJ, anexava 2 fotografias sem legenda) e realizou-se somente uma entrevista/conferência de imprensa, no PJ, a uma organização de retornados (CID).

O tema ‘Ação Governativa’ é o mais frequente (17 notícias – 35%), mas com valores muito próximos da ‘Interação Sociocultural’ (16 notícias – 33%). Os dois temas são responsáveis por cerca de 70% do total e, neste último ano, não se publica no tema ‘Demografia’.

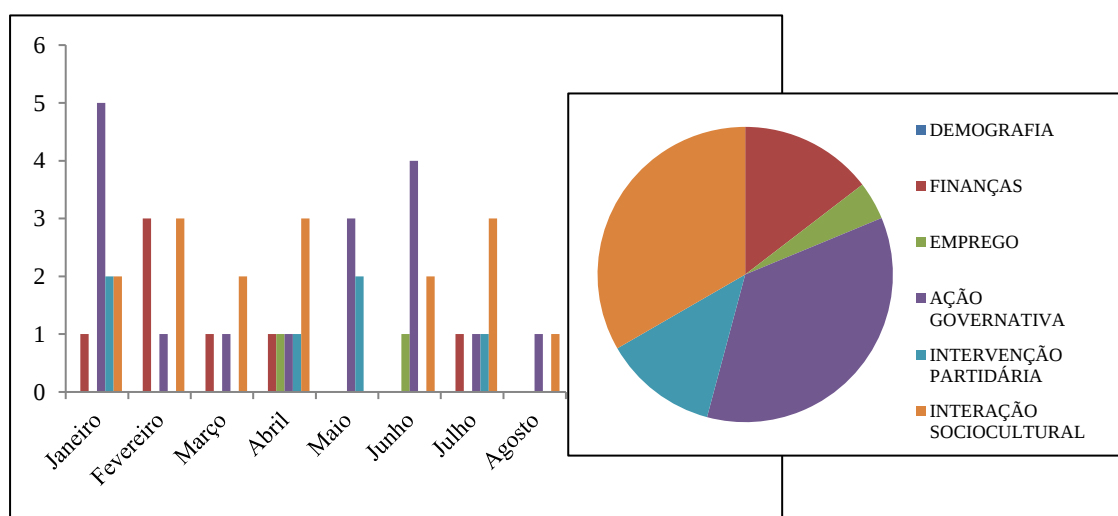


Gráfico 4.21 - Frequência (total de notícias) e Evolução dos Temas (1979)

A ‘Ação Governativa’ é o único tema com ocorrências em todos os meses, é mais frequente em janeiro e junho, mas em 5 meses só se regista uma notícia. Não alcança o primeiro lugar no destaque, sendo o terceiro tema mais destacado (20% no total com mais de 15 pontos, mas nenhuma notícia com mais de 20) - recebendo maior relevância

editorial os temas ‘Interação Social’ e ‘Finanças’ - e foca-se mais na atividade do Comissariado, mas também do IARN.

O Comissariado para os Desalojados será “*extinto antes do fim do ano*”, dado o seu “*caráter provisório*” e verificando-se a “*gradual integração dos desalojados na sociedade*”. Assim, “*a trabalhar para os cerca de 450.000 desalojados havia, em 1975, 3 500 pessoas*” (PJ, 28/4/1979, p. 12) e em 1979 restavam menos de 1 000.

Por outro lado, os programas e os serviços específicos para os repatriados foram sendo integrados nas estruturas “*normais*” da Administração Pública, incluindo-se o programa de crédito CIFRE, transferido, neste ano, para o Ministério das Finanças, deixando “*sem conteúdo o próprio Comissariado*” (PJ, 28/6/1979, p. 4). Como já referido anteriormente, este sistema de financiamento das atividades económicas, direcionado para os retornados, foi suspenso após 14 meses de vigência, estando inicialmente planificado para 4 anos. A “*procura maciça deste programa por parte dos desalojados determinou o encerramento de apresentação de novos projetos*” (*idem*, p. 12). Realça-se que foram financiados “*7 631 projetos, implantados em 296 dos 304 concelhos do continente e regiões autónomas*”, com um investimento global de “*13 milhões de contos (...), que gerou, em 119 semanas de vigência, 57 500 postos de trabalho*” (PJ, 16/6/1979, p. 11).

Este tema é mais neutro (64%) e recolhe mais valorações positivas (24%) que negativas (12%). Nas perceções positivas, as iniciativas governamentais são favoravelmente avaliadas, pelos próprios representantes do governo, justificando-se a “*progressiva extinção do próprio Comissariado dos Desalojados, atendendo à reconhecida integração dos retornados na vida portuguesa*”, os quais “*são já cidadãos de corpo inteiro, como todos os outros cidadãos portugueses, não se justificando, por isso mesmo «decisões particulares»*” (DN, 5/1/1979, p. 1). O perfil dos repatriados é novamente referido como essencial na integração, nomeadamente a “*demonstração da capacidade criadora, do espírito de iniciativa, da força de trabalho de quem tudo perdeu e está agora a recuperar*” (PJ, 23/5/1979, p. 10). Repete-se, com alguma frequência, e não só neste ano, que “*a esmagadora maioria dos desalojados imprimiu a todo este processo uma dinâmica muito própria, onde ressaltaram a sua indómita*

vontade, a sua imaginação criadora e conhecimentos técnicos amplamente comprovados em terras de África” (PJ, 28/6/1979, p. 4).

As valorações negativas, presentes em apenas 2 notícias, referem-se ao alojamento por conta do Estado no “Lar Panorâmico”, caso já mencionado numa das notícias mais destacadas do DN, denunciando-se “*graves irregularidades*”, remetidas para apreciação no tribunal de Loures. O IARN paga 2 400 contos por mês e este Alojamento Coletivo “*alberga mais de 6 centenas de desalojados provenientes das ex-colónias portuguesas*” (DN, 13/6/1979, p. 9)

O tema ‘Interação Sociocultural’, com 33% do total deste ano, situa-se no segundo lugar, ao nível da frequência, mas é o primeiro no destaque - 40% nas mais destacadas, com mais de 15 pontos, e 67% nas com mais de 20, embora corresponda a somente 3 artigos. No tema, 25% tem mais de 15 pontos e 13% mais de 20. Publica-se em todos os meses, exceto maio, numa média de 2 artigos por mês, sem preponderância de qualquer mês. É quase sempre neutro (75%) e, neste ano, nunca é positivo, registando 4 notícias com seleções vocabulares negativas (25%).

Em 1979, forma-se mais uma associação de retornados a ARNU (Associação de ex-Residentes ou Naturais do Ultramar), que retoma o tema das indemnizações, exigindo o “*reconhecimento, pelo Estado português, do direito de indemnização aos seus nacionais desalojados das antigas colónias, e a criação imediata de uma comissão especial para estudar as medidas mais viáveis para o seu pagamento*”. Valoriza ainda o papel dos repatriados na colonização das ex-colónias, “*pouco a pouco implantando a sua civilização de origem, em mistura perfeita de raças*” (DN, 21/4/1979, p. 6). Em maio (nos dias 4, 5 e 6), organiza-se um Congresso de Desalojados e as notícias relativas a este encontro foram agregadas no tema “Intervenção Partidária”, dado o “*caráter predominantemente político patente*” (DN, 7/5/1979, p. 2).

A questão das indemnizações é, mais uma vez, lembrada em 7 artigos (44% no tema), sendo um problema que “*importa resolver quanto antes*” (DN, 12/1/1979, p. 17). Uma Organização de Refugiados do Ultramar, com sede em Paris, decide processar o Estado português, “*pelos bens abandonados nas ex-colónias, designadamente em Moçambique (...) que orçam cerca de 150 milhões de contos*” (PJ, 16/1/1979, p. 1).

As percepções negativas da *“macabra situação em que se encontram os desalojados”* (PJ, 9/3/1979, pp. 1 e 4), pelos próprios, são direcionadas ao governo, mas também à imprensa, o que sucedeu com frequência em 1975, tendo sido muito pouco significativo nos anos subsequentes. Os retornados declaram que *“os jornais não têm publicado nenhuma das nossas cartas, nem sequer feito eco das nossas justas reivindicações. O porquê não sabemos”*. E lamentam: *“Tristes restos, empurrados de África, que nem como portugueses somos aceites”* (DN, 8/1/1979, p. 20).

Insistem as associações de retornados e, neste ano, especialmente o CID, que *“o Presidente da República é o garante democrático dos desalojados”* e que o Alto-Comissário para os Desalojados deve ser Ângelo Vieira, do CDS, eliminando-se a *“odiosa figura do coronel-ministro”*. O IARN, que *“preenche os quadros com o «refugo» do funcionalismo”*, também é sempre um alvo (PJ, 27/2/1979, p. 4). Perante a extinção do Comissariado, os repatriados, obviamente, contestam: *“A extinção do Alto-Comissariado (...) é o exemplo flagrante e atual da indiferença com que os partidos se têm debruçado sobre os problemas reais de um estrato da população que ronda cerca de 1 milhão de cidadãos. (...) E de toda essa política social e económica que Abril preconizava, ficou uma negra realidade – a existência de um subproletariado, de uma legião de desempregados sem teto e sem futuro, constituído, na sua maioria, pelos desalojados dos ex-territórios portugueses, produto de uma descolonização apressada, inconsequente e efetuada à revelia dos próprios povos”* (PJ, 2/7/1979, p. 3).

Na percepção dos metropolitanos, e no que respeita especialmente aos retornados ainda alojados por conta do Estado, realça-se a *“ilegalidade”* destes casos, que não *“poderão manter-se indefinidamente”*, conforme já referido nas notícias mais destacadas deste ano (PJ, 11/7/1979, p. 7).

As ‘Finanças’ ocupam, mais uma vez, o terceiro lugar na frequência (15% - 7 notícias). Não se publica em 3 meses (maio, junho e agosto) e há maior publicação em fevereiro (3). Nos restantes 4 meses publica-se uma notícia. É o segundo tema mais destacado (20% do total com mais de 15 pontos, e 33% com mais de 20). No tema, 29% tem mais de 15 pontos. É mais negativo (57%), 2 notícias são neutras e uma é positiva.

Nas visões negativas, relativamente aos custos do repatriamento, sobressaem,

novamente, em 3 notícias, as fraudes, *“entre os numerosos casos de burla contra o IARN”* (DN, 7/2/1979, p. 10). Também a questão dos bens dos repatriados, que deveriam considerar-se *“bens nacionais”, “interesse nacional”* ou *“património nacional”*, cujo valor *“ascende a 340 milhões de contos (...) - total dos bens (perdidos) declarados ao Instituto para a Cooperação Económica pelos retornados de Angola e Moçambique”*, é percecionada negativamente, com alguma frequência, argumentando-se que *“os caminhos escolhidos, pelos responsáveis por essa descolonização apressada (ou a única possível), levaram que ao invés da cooperação, fosse, antes, um agressivo contencioso que logo surgiu”*. Este diferendo deveria ser resolvido o quanto antes, tendo em conta os valores envolvidos e *“quanto mais não seja, por uma questão de dignidade e de interesse nacional”* (DN, 12/1/1979, p. 17).

O tema ‘Intervenção Partidária’ recolhe somente 6 notícias, 13% do total deste ano. É pouco destacado, com uma notícia com mais de 15 pontos e publica-se em 4 meses (janeiro, abril, maio e julho). 50% dos artigos são neutros e 50% são negativos.

As organizações de retornados apelam, uma vez mais, ao uso do *“voto como arma política na defesa dos seus interesses”* e uma *“associação de desalojados incita ao voto à direita do PS”*, relembrando-se que *“nenhum partido pode desprezar os votos dos desalojados”* (PJ, 28/4/1979, p. 4) e que têm o *“direito de obter e exigir que o partido ou frente partidária que connosco se considerem afins, possibilitem a representação, na AR, de deputados por nós escolhidos e avalizados”* (PJ, 2/7/1979, p. 3).

No Congresso de Desalojados (4, 5 e 6 de maio), dinamizado pelo Projeto I, *“a reunião das associações de retornados (...) teve (...) um carácter predominantemente político patente, aliás, nas conclusões do encontro, que condenam a descolonização e reclamam procedimentos quanto aos responsáveis (...) e repudiaram as ideologias marxistas e as ideologias marxizantes”* (DN, 7/5/1979, p. 2).

Surge, novamente, a possibilidade de formação de um partido político de desalojados, desta vez através do CID, organização de retornados mais ativa neste ano, visto que os *“desalojados representam cerca de 10% do eleitorado, podendo o seu círculo de influência atingir mesmo os 20%”*. Nesta mesma notícia, esta associação critica a forma como os retornados *“recenseados eram tratados como se tivessem*

nascido no estrangeiro” e a “falta de planificação de ação de organismos de apoio aos desalojados que se viria a concretizar num desbaratar de dinheiro e no surgir de oportunistas ávidos de lucros, que se propuseram criar Centros Temporários de Alojamento e Centros de Alojamento Coletivo (...), tugúrios sem condições mínimas de habitabilidade” (DN, 30/1/1979, p. 6).

Por último, o tema ‘Emprego’ está presente em duas notícias (4%) e só é publicado em abril e em junho. Uma notícia é positiva (com 20 pontos de destaque, já referida nos artigos mais destacados do DN) e a outra é negativa (15 pontos de destaque). Em termos de destaque, ocupa a última posição, com valores similares ao tema ‘Intervenção Partidária’. Na valoração negativa, os *”Taxistas das ex-colónias continuam sem licenças”*. Apesar da transferência de licenças ter sido autorizada por Decreto Governamental de março de 1976, a *“ANTRAL atrasa o processo de transferência de licenças”* e queixam-se ainda que *“150 foram colocados em locais sem viabilidade económica”*. Concluem, realçando a sua vulnerabilidade económica, como já observado, e com alguma frequência: *“vivemos na miséria há mais de 2 anos e não temos quem nos proteja”* (PJ, 30/4/1979, p. 4).

Concluindo a análise deste último ano, predomina, como nos anteriores, a posição neutra (58%), seguida na negativa (29%) e, menos frequente, a positiva (13%). O PJ é mais neutro (63% contra 52% no DN) e o DN é mais negativo (38% contra 22% no PJ). Nas valorações positivas, a discrepância é menos relevante (15% no DN e 10% no PJ).

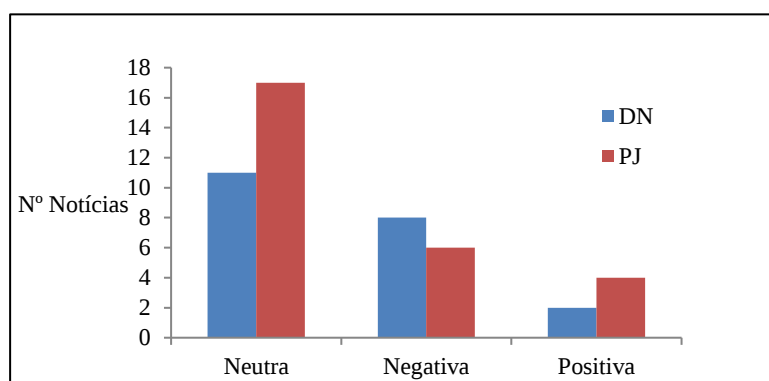


Gráfico 4.22 - Posição Valorativa (1979)

Em síntese

Em 1979, publicaram-se somente 48 artigos, 4% do total analisado, com o PJ (56%) a ultrapassar o DN (44%), o que corresponde a 1 notícia por dia, apenas num dos jornais, em menos de um quarto do período analisado, ou seja, em média, nos oito meses analisados, somente em dois meses (incompletos) se recolheriam textos jornalísticos sobre esta temática. Conclui-se que, neste intervalo temporal, a integração dos retornados não obteve relevância significativa na imprensa portuguesa.

O destaque médio é de 14 pontos, e o PJ atribui maior destaque às notícias sobre os retornados. 21% tem mais de 15 pontos de destaque e 6% mais de 20 (todas do PJ). Publicaram-se apenas 7 fotografias, em número aproximado nos dois jornais, e somente uma entrevista no PJ - ao CID, uma associação de retornados - embora a relevância desta tenha sido minimizada, na mesma notícia, em favor dos dados financeiros, fornecidos pelo Comissariado para os Desalojados.

Neste ano, não se publica no tema ‘Demografia’ e os temas mais frequentes são a ‘Ação Governativa’ (35%) e a ‘Interação Sociocultural’ (33%), que agregam quase 70% do total. Estes dois temas são maioritariamente neutros, contudo as iniciativas governamentais são também percecionadas positivamente em 24% das notícias, enquanto a ‘Interação Sociocultural’, quase sempre referente a intervenções de retornados, individualmente ou através das suas organizações, nunca é positiva.

O tema ‘Finanças’, que ocupa o terceiro lugar no número de ocorrências é mais negativo (57%) e apenas um artigo é positivo. Destacam-se aqui a investigação das fraudes no IARN. A ‘Intervenção Partidária’ recolhe apenas 6 notícias (13%), e dividem-se, igualmente, em duas posições valorativas (neutra e negativa), o que se repete no tema ‘Emprego’ (2 notícias – 1 de valoração positiva e outra negativa).

Em termos globais, as notícias de 1979 são mais neutras (58%) e apenas 13% têm valoração positiva. O PJ é mais neutro e o DN é mais negativo.

4.7 Análise global - 1974 a 1979

4.7.1 Frequência

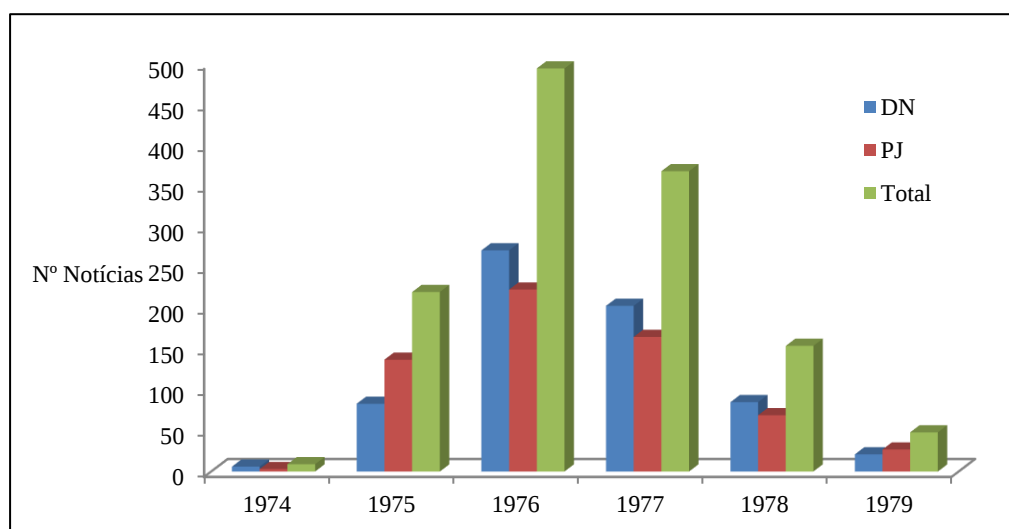


Gráfico 4.23 - Frequência (1974 a 1979)

Numa primeira observação, pode concluir-se que nos anos de 1976 e 1977 se publicaram mais notícias, relativas à integração na sociedade metropolitana dos repatriados das colónias portuguesas em África, concentrando-se nesses dois anos 66% do total de notícias publicadas (38% em 1976 e 28% em 1977).

Em 1974 o número de artigos é irrelevante (1%), apesar de, em 1977, o deputado do PSD, Amândio de Azevedo, ex-Secretário de Estado dos Retornados, defender a validade da data de partida, estabelecida pela Assembleia da República, aquando da definição do “conceito de desalojado” - 1 de setembro de 1974, uma vez que *“a partir desta data, o governo não podia deixar de reconhecer como legítima e justificada a fuga e abandono das ex-colónias tão clara foi a sua incapacidade para assegurar, minimamente, a proteção da sua vida e dos seus bens”* (PJ, 2/7/1977, p. 1).

Em 1975, o êxodo mais visível, de Angola, contribuiu para uma frequência mais elevada (17%), contudo, em 365 dias somente se publicaram 220 notícias, ou seja, em média, durante cerca de 5 meses não se registam referências a esta temática. No entanto,

em janeiro de 1976, o embaixador da ONU, Frank Berkel, alertava para as “*dimensões desta catástrofe*”, cuja “*fase de emergência (...) está longe de ter terminado*”, com óbvias “*necessidades prioritárias em matéria de alojamento e postos de trabalho*”. Aconselha ainda a “*coordenação do movimento de emigrações para os países que estejam dispostos a ajudar-nos*” (PJ, 14/1/1976, pp. 1 e 3).

Os anos de 1978 e 1979 contribuem com 16% (12% em 78 e 4% em 79) e os dois anos não atingem o total de 1975. Em 1978, o então Primeiro-Ministro, Mário Soares, numa conferência em Bona, ao avaliar a integração “*dos desalojados das ex-colónias (...), representando mais de 7% da população, facto de dimensão inédita na história recente da Europa*”, considera que a mesma “*se resolveu com quase total ausência de perturbações de ordem pública ou de confrontações de qualquer natureza, tendo-se alcançado com êxito espetacular a sua integração, tanto na vida social, como na atividade económica do país*” (DN, 15/6/1978, p. 10). Esta integração “*espetacular*” justificaria o número reduzido de notícias neste período.

Para concluir esta primeira análise de frequência, mais global, refira-se ainda que o DN publicou 52% do total, contribuindo com mais notícias em todos os anos analisados, exceto em 1975 e 1979, embora no último a diferença seja de 6 ocorrências.

A vertente regional do Primeiro de Janeiro, um critério relevante na seleção deste periódico, pois permitiria recolher perceções sociais em zonas mais afastadas dos dois principais centros urbanos, correspondeu a 17% no diário do norte (103 artigos).

Não se verificou qualquer ocorrência em 1974 e os artigos das secções regionais concentram-se mais em 1976 (51 artigos - 37% do total deste ano) e 1977 (13% - 30 artigos). Em 1978 são apenas 10 artigos, mas representam 14% do publicado neste ano. O “Diário de Braga” ou, mais tarde, “De Braga”, agrupa 19% das notícias regionais, seguindo-se o “Diário de Coimbra” com 17%, o “Notícias de Aveiro” ou “De Aveiro” com 14% e o “Diário de Viana” com 11%. Refira-se ainda que estes contributos dos correspondentes regionais estão também presentes nas ocorrências não incluídas no *corpus* de investigação, mencionadas no início deste capítulo, e que se referem, sobretudo, a informações, avisos, convocatórias para reuniões de retornados e campanhas de solidariedade locais.

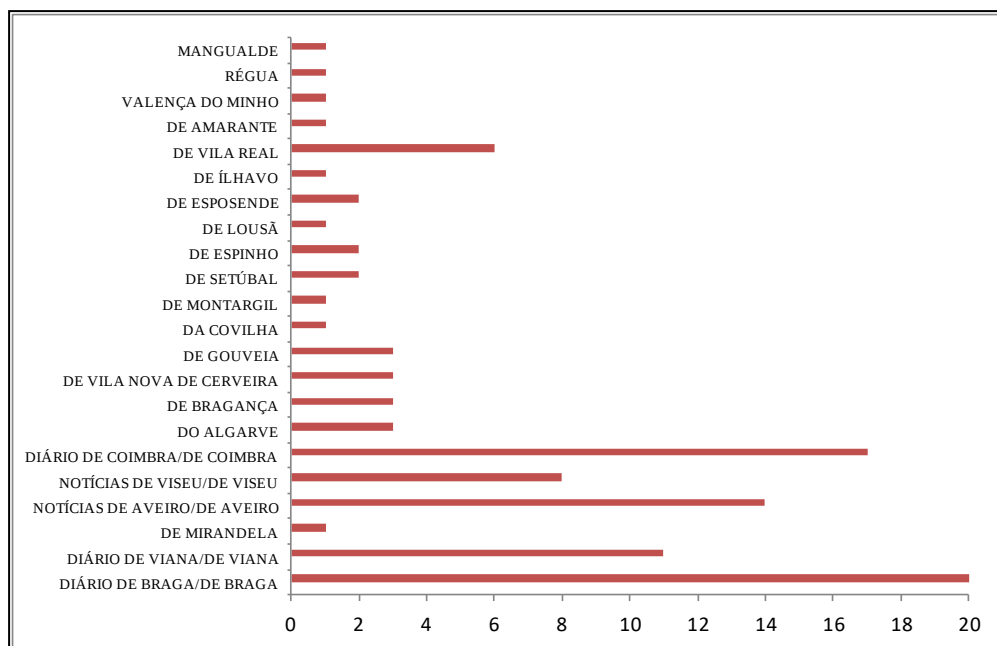


Gráfico 4.24 - Frequência: Componente Regional no Primeiro de Janeiro (1974 a 1979)

4.7.2 Destaque

O destaque médio nos dois jornais, nos 6 anos, ou antes, nos 64 meses analisados, é de 14 pontos, numa escala de 4 a 30 pontos. É superior em 1975 (15 pontos), dado que o DN apresenta, neste ano, o valor mais elevado em todos os anos (17 pontos). Os resultados mais baixos são de 1974 e 1978 (13 pontos). Observa-se, no PJ, um destaque médio inferior (13 pontos em todos os anos, exceto 1974, com 11 pontos, e 1978 com 14 pontos), já que o DN só regista 13 pontos em 1978 e 1979.

Pode concluir-se que os dois jornais não atribuem relevância editorial às notícias sobre o êxodo e o processo de integração dos repatriados, não se conjugando favoravelmente os fatores de destaque: página, posição na página, tamanho, título e inclusão de entrevistas e de fotografias.

Em média, somente 14% dos artigos foram acompanhados de fotografias e das 177 publicadas, 116 eram do DN. 66% corresponde ao período de inclusão social (1976 e 1977), mas são mais frequentes em 1976 (38%), durante a fase inicial de integração

dos retornados, e também de maior contestação, com manifestações e ocupações. O êxodo mais visível, de Angola e de Moçambique, em 1975, e as respetivas ações de acolhimento, contribuíram com 25% para o total de fotografias publicadas.

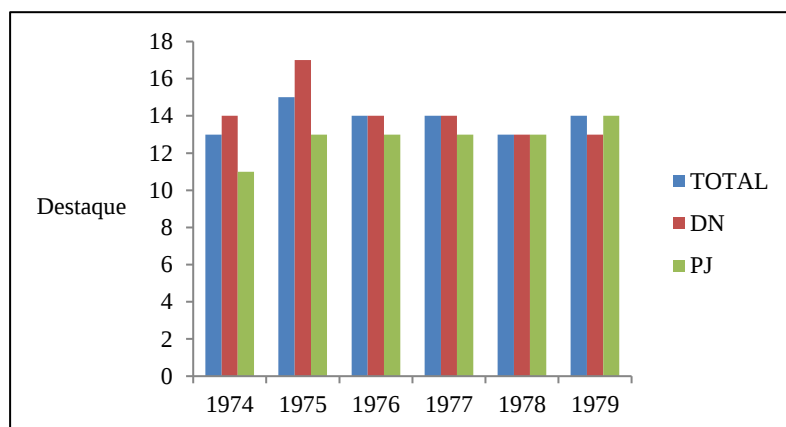


Gráfico 4.25 - Destaque Médio Anual (1974 a 1979)

As entrevistas também são, notoriamente, em número reduzido, tendo em conta o fenómeno do retorno e os seus múltiplos impactos: foram incluídas em 3% das notícias e, novamente, o DN apresenta valores superiores (31 das 45 entrevistas ou conferências de imprensa). 69% concentra-se também em 1976 e 1977 e 60% é dirigida a retornados, enquanto as restantes ‘dão voz’ aos responsáveis governamentais.

No grupo das notícias mais destacadas (com mais de 15 pontos e, portanto, acima da média nos dois jornais) contabilizam-se 252, 19% do total, e, nestas, 25% soma mais de 20 pontos. Concentram-se mais nos primeiros anos de integração (1976 e 1977), e especialmente em 1976 (37%), mas também em número significativo na fase do êxodo maciço das ex-colónias (1975). O DN acumula o maior número de artigos mais destacados (55%) e regista valores superiores ao PJ em todos os anos, exceto em 1979, o que se repete no caso dos textos com mais de 20 pontos de destaque. Para estes resultados contribuíram, obviamente, uma publicação superior de fotografias e de entrevistas do jornal de Lisboa, mas também a seleção de páginas centrais, a posição mais visível do artigo na página, a opção por artigos mais extensos e a definição de títulos remissivos para o assunto abordado nas notícias.

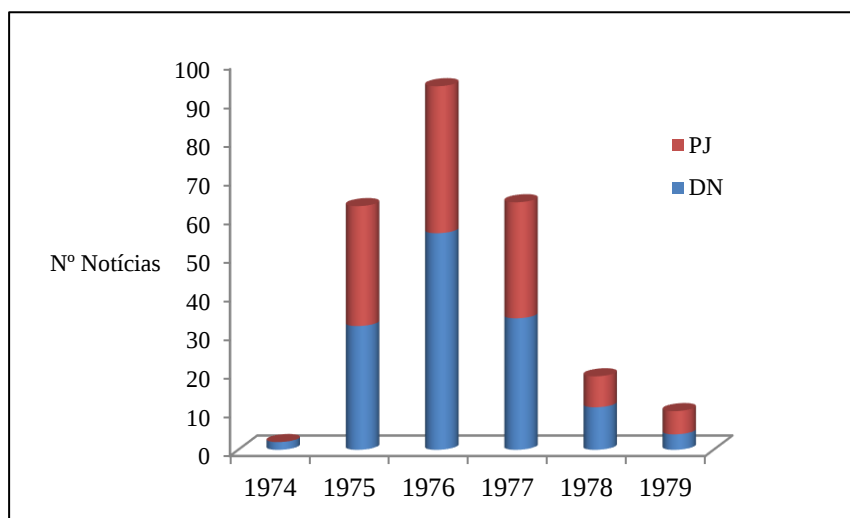


Gráfico 4.26 - Frequência: Notícias com Destaque > 15 pontos (1974 a 1979)

As opções editoriais, que determinam o relevo das notícias, do ponto de vista dos agentes de comunicação social e, presumivelmente, de quem os lê, será ainda objeto de análise na apreciação global dos temas e das posições valorativas, tendo-se considerado pertinente relacionar este conjunto de notícias, de destaque superior à média, com os temas que abordam e com as posições valorativas nos discursos.

4.7.3 Temas

Os temas predominantes são a ‘Ação Governativa’ (33%) e a ‘Interação Sociocultural’ (32%), seguindo-se as ‘Finanças’ (13%), a ‘Intervenção Partidária’ e o ‘Emprego’, ambos com 8% do *corpus* e, por último, a ‘Demografia’ (6%).

A ‘Ação Governativa’ ocorre em todos os anos, contudo não é sempre o mais frequente, sendo superado pela ‘Interação Sociocultural’ em 1975 e 1978, apesar deste tema só surgir em 1975. As medidas executivas e legislativas, e respetiva apreciação pelo governo, assim como pelos metropolitanos, concentram-se mais nos anos de 1976 e 1977 (75% das notícias do tema), período de integração dos recém-chegados

retornados, com a intervenção mais ativa do governo na produção de legislação e na criação, e cessação, de apoios “*transitórios*” e “*excepcionais*”, e uma maior visibilidade na imprensa, provavelmente intencional, através de sucessivas Notas Oficiosas, principalmente pelo Comissariado para os Desalojados, criado em setembro de 1976.

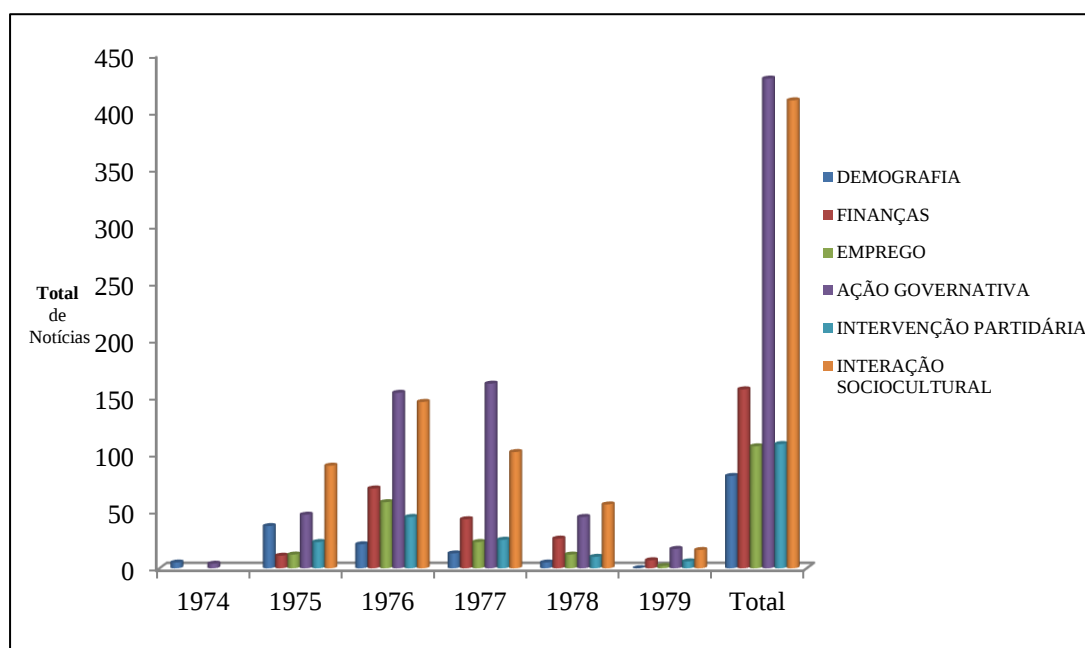


Gráfico 4.27 - Temas: Evolução (1974 a 1979)

A ‘Interação Sociocultural’ também ocorre mais nesses anos (60% do tema), mas há ainda um número significativo de artigos no período mais intenso das chegadas, 1975, com 22% no tema. As perceções dos repatriados são, neste período, mais evidentes, com diversas manifestações e outras ações de protesto, o que também implica maior número de situações de conflito social, ou de resposta, desfavorável ou de solidariedade, da parte dos compatriotas que os recebem.

As ‘Finanças’ são igualmente mais referidas em 1976 e 1977 (72%), e especialmente em 76 (45%). Só são abordadas a partir de 1975 e em apenas 5% dos artigos desse ano. Em 1978 ainda apresentam um número significativo de notícias (17% do tema e também do ano), centrando-se nas “fraudes” ao IARN, em investigação, e nos gastos com o alojamento por conta do Estado.

Na ‘Intervenção Partidária’ a ocorrência de textos é superior em 1976 (41% do tema), com as eleições legislativas e para a Presidência da República, mas também é significativa em 1977 (23%), com a polémica que envolveu o deputado do CDS, Galvão de Melo, e, em 1975 (21%), com as eleições para a Assembleia Constituinte.

O tema ‘Emprego’ é também mais significativo em 1976 e 1977 (76% do tema), especialmente em 1976 (52%), apresentando sempre valores reduzidos em todos os anos, se considerarmos o impacto expectável da integração profissional de milhares de retornados, num país em crise económica e com elevada taxa de desemprego.

Por último, o tema ‘Demografia’, apesar de ser abordado em todos os anos, concentra-se em 1975 e 1976 (72% do tema), com prevalência óbvia de 1975 (46%), quando se realiza a Ponte Aérea e o repatriamento maciço para a metrópole.

No conjunto das notícias mais destacadas, com mais de 15 pontos de destaque, que totalizam, relembre-se, 252 (19% do *corpus* de investigação), o tema ‘Interação Sociocultural’ é, indubitavelmente, o que recebe maior relevância nas decisões editoriais, correspondendo a 39% com mais de 15 pontos e a 50% com mais de 20. No total de artigos do tema (410), 24% soma mais de 15 pontos de destaque e concentram-se mais em 1975 e 1976 (67%). O DN dá mais destaque aos textos deste tema, embora a diferença seja pouco significativa (2%).

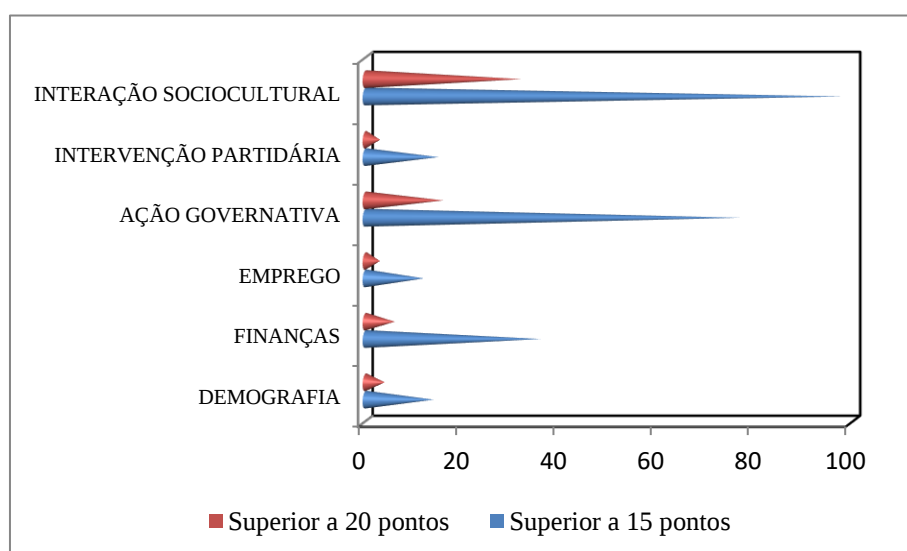


Gráfico 4.28 - Destaque nos Temas (1974 a 1979)

Segue-se a ‘Ação Governativa’, o tema mais frequente, mas que ocupa a segunda posição no destaque: 31% com mais de 15 pontos e 25% com mais de 20. No tema, com 429 artigos recolhidos, 18% tem mais de 15 pontos. O DN dá mais destaque que o PJ a este tema: 59% nos textos do tema com mais de 15 pontos e 81% nos com mais de 20.

Os gastos com o repatriamento reúnem 14% dos artigos com mais de 15 pontos e 9% com mais de 20, contudo, no global do tema (157 artigos), 23% insere-se neste grupo dos mais destacados. Nas ‘Finanças’ as publicações com maior destaque são mais frequentes em 1976 (53%) e o DN dá-lhes mais destaque (61%).

Os temas ‘Intervenção Partidária’ e ‘Demografia’ recolhem a mesma percentagem nos textos com superior destaque (6%). Todavia, estes contribuem para o tema de forma diferenciada: são 14% no total de artigos sobre a influência no processo político da metrópole (109) e 17% nos que contabilizam o fluxo migratório ou dão indicações sobre a dispersão regional (81). As notícias com maior destaque são mais frequentes em 1977 (40%) e 1975 (33%) na ‘Intervenção Partidária’ e a diferença de publicação entre os dois periódicos é de uma notícia, embora o PJ assuma, pela primeira vez, a liderança neste indicador. Nos artigos com mais de 20 pontos, o DN é novamente o mais frequente, mas também só por uma ocorrência. Na ‘Demografia’ concentram-se mais em 1975 (50%) e o DN é responsável por 57% nos textos com mais de 15 pontos e por 100% nos com mais de 20 (4 artigos).

Por último, o tema ‘Emprego’ apenas recebe 5% no destaque superior à média, que corresponde a 11% das notícias do tema (107). No ano de 1976 recolhe-se 50% deste grupo e, mais uma vez, é no DN que mais se publicam, embora a diferença seja pouco relevante (2 notícias).

4.7.4 Posição Valorativa

No total dos seis anos, assim como em cada um dos anos, a posição valorativa predominante é a neutra, em termos de escolhas vocabulares. 61% das notícias recolhidas e analisadas não apresentavam ocorrências, ao nível discursivo, favoráveis ou adversas ao repatriamento, ou aos repatriados, da África portuguesa.

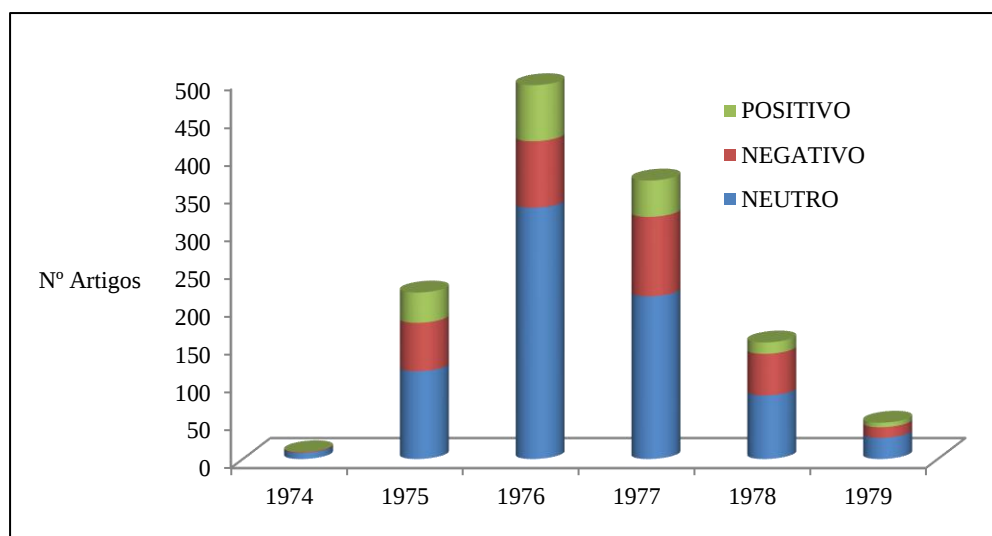


Gráfico 4.29 - Posição Valorativa (1974 a 1979)

O PJ é mais neutro que o DN, embora a diferença seja de 3%. Nas valorações negativas sobrepõe-se o DN, mas igualmente por 3%, e recolhem a mesma percentagem nas positivas. Assim, os dois periódicos têm comportamentos muito semelhantes neste critério, assim como na sua evolução ao longo dos anos: as perceções positivas são mais elevadas em 1976, embora no PJ também o sejam em 1975, e as perceções negativas atingem valores mais relevantes em 1977 (no DN são igualmente em número significativo em 1976 e, no PJ, em 1975).

Nas notícias com destaque superior a 15 pontos, as neutras são também as mais frequentes (45%), o que não se verifica nas com mais de 20 (28%), grupo com predominância das positivas (38%), seguidas, com valores muito próximos, das negativas (34%). No total de artigos com mais de 15 pontos, as perceções negativas (31%) superam as positivas (24%).

No que respeita ao peso dos periódicos, neste grupo, o DN é mais neutro (56% com mais de 15 pontos e 67% com mais de 20), mas também mais negativo (55% com mais de 15 pontos e 77% com mais de 20), enquanto o PJ publica mais artigos de superior destaque (53% com mais de 15 pontos e 62% com mais de 20) com escolhas vocabulares positivas.

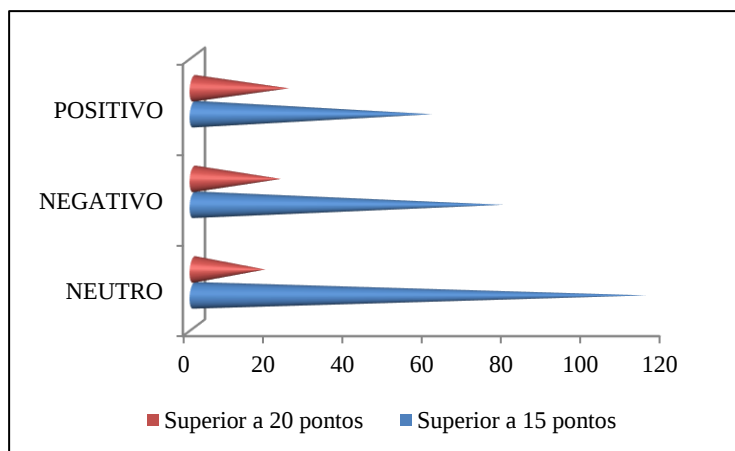


Gráfico 4.30 - Destaque na Posição Valorativa (1974 a 1979)

Neste agrupamento dos textos jornalísticos mais destacados, observa-se que as notícias com valorações neutras dominam em todos os anos, exceto 1979, atingindo o valor mais elevado em 1976. As negativas são sempre superiores às positivas e são mais frequentes em 1975 e 1976, embora com valores significativos também em 1977, enquanto as positivas se concentram mais em 1976 e 1977. Nos dois jornais a evolução é similar.

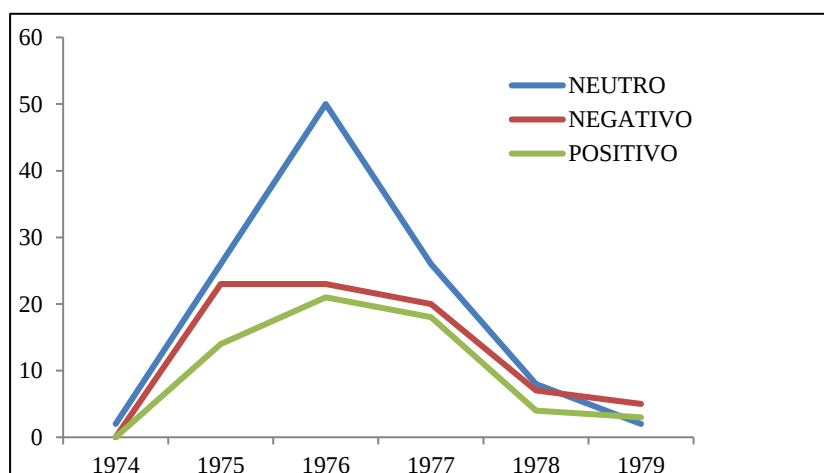


Gráfico 4.31 - Evolução da Posição Valorativa: Destaque > 15 pontos (1974 a 1979)

Analisa-se, seguidamente, a posição valorativa nos temas e, mais uma vez, centrando a observação nas notícias com mais de 15 pontos, consideradas as mais interessantes para a investigação, dado que obtiveram maior atenção pelos corpos editoriais e, presumivelmente, pelos leitores, metropolitanos ou retornados.

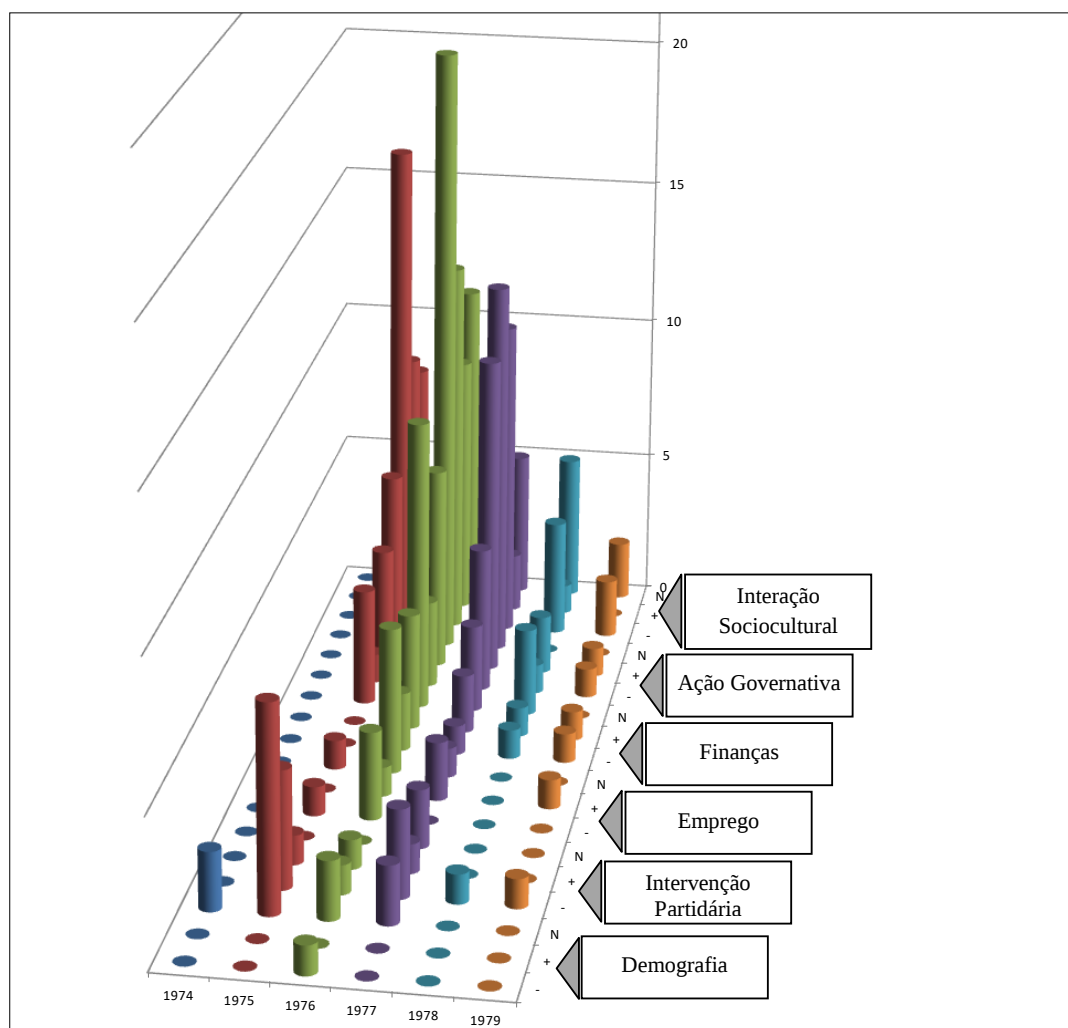


Gráfico 4.32 - Evolução da Posição Valorativa nos Temas (1974 a 1979)

Neste grupo, o tema ‘Interação Sociocultural’, com mais ocorrências neste grupo das mais destacadas (39%), é mais negativo (47% no tema), concentrando-se 87% das perceções desfavoráveis ao retorno entre 1975 e 1977, especialmente em 1975 (36%). É ainda mais neutro (32%) que positivo (21%). Dominava a convicção, no período do

êxodo maciço e da integração, de que *“talvez uma só geração não baste para que todo o imenso problema dos retornados se encontre totalmente resolvido (...) nos seus múltiplos fatores morais”* (Crónica de Guilherme de Melo, DN, 7/12/1976, p. 13).

Os retornados são, na perceção dos metropolitanos, os principais responsáveis pela sua inadaptação, *“por esta má vontade que à sua volta se gerou”,* uma vez que, *“para além dos defeitos que em tudo põem, de nariz torcido (...), como estrangeiros numa terra em que não se dispõem a sentir, compreender e, sobretudo, amar”,* preferem *“ficar o resto da vida sebastianicamente à espera que o tempo volte para trás”*. Afinal, *“todos nós, portugueses, temos por demais problemas entre mãos, neste momento, requerendo solução, para que nos possamos dar ao luxo de continuar a perder tempo com gente dessa”* (DN, 7/12/1976, p. 13). Num país em crise política, social e económica, os problemas dos retornados perdem importância e as suas reivindicações parecem destemperadas.

Para além das manifestações públicas de *“descontentamento”* e de *“agressividade”*, que desagradam aos que os acolhem, os repatriados são ainda associados a uma visão colonialista, do passado, que não se integra numa nação em processo de democratização: *“Os colonos foram entretidos na miragem improvável (...) de que lhes estava assegurada em África uma permanência de tipo brasileiro (...). A confissão ingénua e nua de não ter compreendido o que realmente lhes aconteceu (...). Que os retornados não se enganem duas vezes (...). Que não recriem em Portugal, para servir de lastro a novas tragédias, o mito dos bons pastores, de pais de pretos, rebento intragável do infantilismo colonial mais cego”* (DN, 27/2/1976, p. 3).

Os retornados, por sua vez, ripostam, os poucos que o fazem, individualmente ou através das organizações representativas, relembrando as *“precárias condições de vida”* e o *“drama”* de tudo terem perdido, bem como os seus atributos de *“fazedores de pátrias”*, com *“árduo labor”* e *“economia espartana”*. Tentam, ainda, contrariar o rótulo frequente de *“colonialistas”*, de exploradores dos povos africanos, defendendo uma coexistência pacífica e igualitária com as gentes de África, que lhes parece evidente quando *“muitos já vieram e outros estão a vir atrás dos seus algozes”* (DN, 19/5/1976, p. 8).

A ‘Ação Governativa’ é veiculada de forma mais neutra (53% no tema) ou positiva (33%), e é mais concentrada em 1976 e 1977 (72%). As escolhas vocabulares mais negativas surgem em apenas 11 artigos, neste grupo com destaque superior à média, e são mais frequentes nos mesmos anos. A avaliação inicial de responsáveis do IARN, no momento de êxodo massivo, referindo-se ao repatriamento como um *“problema que o transcende e, quem sabe, senão mesmo o próprio país”* (PJ, 13/12/1975, p. 11), parece ter sido atenuada pela preponderância de percepções neutras, ou positivas, pelos governantes e metropolitanos, com o contributo relevante das constantes Notas Oficiosas enviadas pelas entidades governativas.

As ‘Finanças’ são também maioritariamente neutras (61%), neste grupo das notícias mais destacadas, com maior frequência em 1976, seguindo-se as positivas (24%) e apenas 5 artigos incluem discursos desfavoráveis, normalmente associados a “fraudes” ou ao alojamento por conta do Estado, solicitando-se o *“«terminus» definitivo desta situação insustentável e até mesmo imoral (...), face à generalidade dos desalojados e à população residente carenciada”* (DN, 12/8/1977, p. 1).

No tema ‘Emprego’ as notícias são neutras (46%), e mais publicadas em 1976, enquanto as negativas e positivas têm a mesma frequência – 4 artigos - nas mais destacadas. O tema ‘Intervenção Partidária’, com o mesmo número de artigos com mais de 15 pontos (15), é mais negativo (67%), especialmente em 1975 e 1977. Se os retornados *“estão fatalmente sujeitos ao compromisso da ação partidária, independentemente da sua ideologia pessoal”* (PJ, 14/12/1975, p. 8), a tendência de voto para os partidos de direita é frequentemente repetida, bem como a *“manipulação”* a que foram sujeitos, dada a sua vulnerabilidade económica e emocional.

A visão dos retornados neste tema, predominantemente visível através das organizações que os representam, e sendo essa representatividade muitas vezes questionada, parece confirmar essas percepções, especialmente quando se referem à *“traição infame de alguns portugueses”*, ou seja, dos responsáveis pelo processo de descolonização, mais associados, ideologicamente ‘à esquerda’. Afirma-se mesmo que *“os refugiados não podem ir trabalhar para as fábricas porque o seu exemplo não seria bem recebido pelos «cabeludos vadios» que lá estão”* (DN, 7/3/1977, p. 4).

Mencionam-se ainda os “«inimigos» ocultos na sombra, que se servem dos desalojados para fins «pré-concebidos» e partidários” (PJ, 27/9/1977, p. 3).

Por último, a ‘Demografia’ é quase sempre neutra (93%), com apenas um artigo com percepções negativas, e concentra-se mais em 1975 (54%), correspondendo ao período de maior fluxo migratório.

Em síntese

Nos 6 anos analisados, 1976 e 1977 contribuem com 66% do total de notícias, prevalecendo 1976, com 38%. Pode concluir-se que a imprensa acompanhou, com interesse considerável, o processo de integração dos retornados, publicando-se, em média, um artigo por dia, embora apenas num dos jornais, nestes dois anos.

O DN foi mais frequente que o PJ (52%) em todos os anos, exceto 1975 e 1979. Os correspondentes regionais do PJ, que poderiam reproduzir percepções locais dos residentes e dos retornados, abordaram o tema do repatriamento em 103 artigos, 17% dos textos recolhidos naquele periódico, especialmente concentrados em 1976.

Em 1974, com 1% do *corpus*, ignora-se, nos dois periódicos, o êxodo de Moçambique: “A agência France Press noticia que 22 000 portugueses deixaram Moçambique desde o princípio do ano, segundo indicam estatísticas oficiais. Números não confirmados, porém, referem que o total de emigrantes portugueses eleva-se, em relação aos nove primeiros meses do ano, a 50 000. (...) Em princípios de 1973, a população portuguesa em Moçambique era de 200 000. A maioria desses emigrantes são pessoas altamente especializadas, nomeadamente médicos. (...) Há ainda 2 500 pedidos de passaporte para atender” (DN, 3/10/1974, p. 11). No entanto, o Almirante Vítor Crespo, Alto-Comissário de Moçambique, avaliava o “êxodo dos brancos” como “um estado emocional temporário” (DN, 29/10/1974, p. 13) e esta percepção dos governantes poderá ter contribuído para a invisibilidade deste movimento migratório na imprensa portuguesa.

Em 1975, com 17% dos artigos, o fluxo maciço de Angola, e também de Moçambique, não foi relevante nos jornais, já que apenas se publicaram 220 artigos, ou seja, em média, 1 artigo por dia, num dos jornais, e sem qualquer referência em cerca de

5 meses. Contudo, sabia-se que *“mais de 50 000 brancos deixaram Angola, desde o 25 de Abril de 1974 (...), o êxodo poderá ascender a 150 000”* (DN, 28/6/1975, p. 9) e que *“perto de 3 000 portugueses (...) estão diariamente a deixar Luanda de avião (...). Um espetáculo desolador: as crianças brincam entre colchões velhos e volumes diversos de bagagens, amontoados nos passeios”* (PJ, 30/7/1975, p. 7).

Em 1978 e 1979 publicou-se somente 16% do total (4% em 1979). *“A nível oficial, tornou-se vulgar dizer que os desalojados, na sua maioria, estão já integrados na sociedade portuguesa. É uma afirmação que não corresponde à verdade”* (PJ, 25/8/1978, p. 7). No entanto, para os responsáveis governamentais, e igualmente para a comunicação social, representada pelos dois jornais, a integração *“espetacular”* é uma realidade, a julgar pela irrelevância atribuída à temática.

O destaque médio de 14 pontos, nos dois jornais, confirma as opções editoriais, nos dois jornais, tendentes a não atribuir relevância ao repatriamento da África portuguesa. Os destaques médios mais baixos registam-se em 1974 e 1978 (13 pontos). O DN atribui maior destaque, em média, e atinge o valor mais alto em 1975 - 17 pontos, em 83 notícias. Neste ano, este diário publicou número reduzido de notícias (não houve publicações, em média, em nove meses do ano) sobre o êxodo maciço, mas deu-lhes um destaque superior. O diário lisboeta lidera também no total de fotos publicadas e nas entrevistas, embora, globalmente, nos dois jornais, somente 14% dos artigos foram acompanhados de fotos e 3% de entrevistas (60% a retornados), e especialmente concentrados em 1976 e 1977. No grupo das notícias com mais destaque, 252 (19%) atingem mais de 15 pontos e, nestas, 64 (25%) registam mais de 20 pontos. O DN recolhe 55% desse conjunto, confirmando-se o domínio deste jornal neste critério.

Nos temas, a ‘Ação Governativa’ reúne maior número de notícias (33%), é publicado em todos os anos, concentrando-se mais em 1976 e 1977, mas não é o mais destacado (18% com mais de 15 pontos) e é essencialmente neutro ou positivo.

A ‘Interação Sociocultural’ ocupa o segundo lugar na frequência (32%), particularmente em 1976 e 1977, mas com número elevado de notícias também em 1975 (22%). É o tema mais destacado (24% com mais de 15 pontos e 8% com mais de 20) e apresenta mais posições valorativas negativas, nos artigos mais destacados.

As ‘Finanças’ agrupam 13% do total publicado, especialmente em 1976 (45%) e 1977, mas é o segundo tema mais destacado, visto que 23% das notícias soma mais de 15 pontos, e é quase sempre neutro ou positivo.

A ‘Intervenção Partidária’, com 8% do *corpus*, publica-se mais em 1976, com as Eleições Legislativas e para a Presidência da República, é pouco destacado (14% com mais de 15 pontos) e mais negativo (67% nas mais destacadas).

O ‘Emprego’, também com 8% do total analisado, também se concentra mais em 1976, sendo o tema menos destacado (11% com mais de 15 pontos) e com avaliações maioritariamente neutras.

Por último, a ‘Demografia’, o tema menos frequente (6%), mais publicado em 1975 (46%) e 1976, é o quarto em termos de destaque (17% com mais de 15 pontos) e é quase sempre neutro.

As notícias são maioritariamente neutras (61%) e o PJ é mais neutro, embora com uma diferença de 3%. No DN registam-se mais escolhas vocabulares negativas, mas, mais uma vez, a divergência é de 3%. Os dois jornais apresentam os mesmos valores nas perceções positivas. As avaliações negativas concentram-se mais em 1977 (no PJ também em 1975 e no DN em 1977) e as positivas em 1976 (no PJ também em 1975).

Nas notícias mais destacadas (252), prevalece a posição neutra em todos os anos, exceto em 1979, e o DN é mais neutro, mas também mais negativo. Nas notícias com mais de 15 pontos, as negativas, mais frequentes em 1975 e 1976, são sempre em maior número que as positivas, mais concentradas em 1976 e 1977. Realce-se, no entanto, que 38% das notícias com mais de 20 pontos incluem seleções discursivas positivas.

Por último, refira-se que a quase totalidade dos eventos relativos ao repatriamento tiveram eco no que foi sendo noticiado na imprensa portuguesa, destacando-se entre as ausências: em 1975, a criação da Secretaria de Estado dos Retornados (SER) e, em 1976, a mudança de titular da SER, assumida por Amândio de Azevedo, em substituição de Vasco Graça Moura, e a criação da CAR (consultar anexo 1).

4.8 Discurso (s) – as escolhas vocabulares

*“São como um cristal,
As palavras.
Algumas, um pinhal,
Um incêndio.
Outras,
Orvalho apenas.”*

Eugénio de Andrade

A classificação da posição valorativa das notícias, negativa ou positiva, é determinada pela predominância de seleções discursivas, palavras ou expressões, adversas ou favoráveis ao repatriamento e ao contingente populacional retornado.

Propõe-se, com a identificação e análise do(s) discurso(s), a explorar nesta secção, o reconhecimento dos estereótipos sociais dominantes, positivos e negativos, optando-se por agregações em subcategorias que reproduzissem, de forma explícita ou implícita, representações sociais semelhantes. Por sua vez, “a contagem de palavras, classificadas em categorias, presume que os valores mais elevados (...) refletem maior relevância dessas categorias” (Weber, 1990, p. 56).

No entanto, relembre-se que “tipificar significa também delimitar fronteiras e escolher critérios de (di)visão. A pertinência que se possa evocar para a escolha dos critérios e dos limites que se impõem ao material não afasta completamente o carácter discricionário - ou mágico - do ato” (Bourdieu, 1984, citado em Sousa, 2003, p. 100). Assim, ao olhar comprometido do jornalista, influenciado por ideologias pessoais e por um contexto de crise política e social, acrescenta-se ainda a subjetividade do olhar do investigador que “não pode ser independente de uma experiência pessoal, de uma relação emotiva com o mistério em que o historiador tenta penetrar, como numa aventura em que ele próprio está implicado” (Mattoso, 1988, p. 41).

4.8.1 Posições valorativas negativas

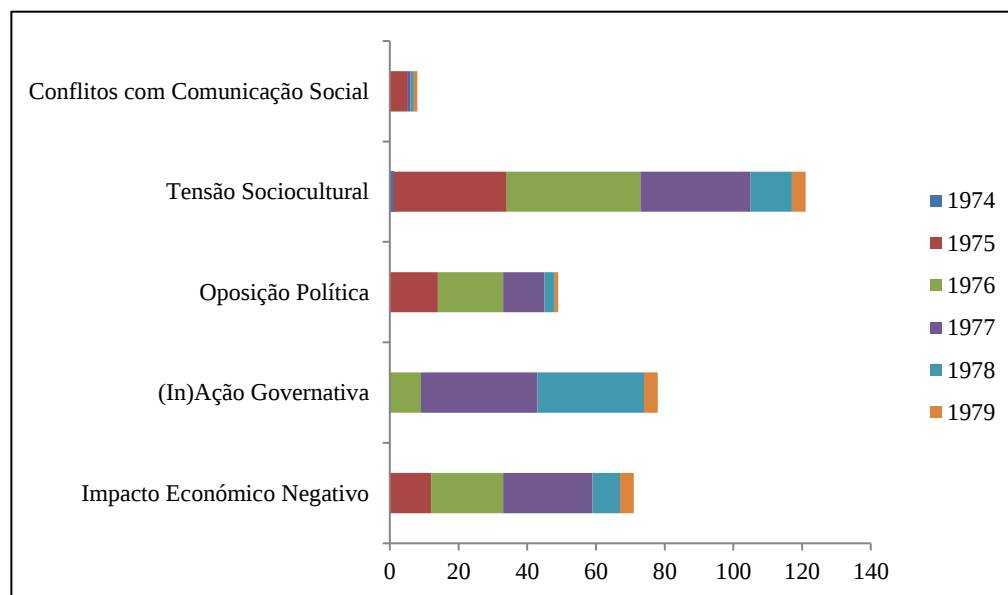


Gráfico 4.33 - Notícias com Posição Valorativa Negativa: Subcategorias (1974 a 1979)

As notícias com valorações negativas constituem 25% do *corpus* (327 artigos) e são mais frequentes no DN (55%), com uma diferença pouco significativa entres os dois jornais (5%) e também quando se pondera o seu peso no total publicado por jornal (27% do DN e 23% do PJ).

As escolhas vocabulares, e frásicas, referentes à ‘Tensão Sociocultural’ agregam 37% do total de notícias com perceções negativas, e ocorrem em todos os anos analisados, seguindo-se a ‘(In)Ação Governativa’ que recolhe 24%, apesar de se observar apenas a partir de 1976.

São ainda em número expressivo as notícias com referências ao ‘Impacto Económico Negativo’ (22%), nas finanças e no emprego, e à ‘Oposição Política’, tendência partidária dos retornados para as ideologias e partidos de direita (15%). Os ‘Conflitos com a Comunicação Social’ estão presentes em somente 2% das notícias, que se concentram em 1975.

Analisam-se, seguidamente, as seleções vocabulares mais frequentes e pertinentes para o estudo, em cada uma das subcategorias definidas.

a) Tensão Sociocultural - “a velada segregação”

A integração social “*pacífica*” dos repatriados é percebida, com frequência considerável, por estes, e pelos metropolitanos, como um processo “*tenso*” e não isento de conflitos, como se defende na maioria dos discursos dos governantes. A origem dessa “*tensão social*” é associada a vários fatores que seguidamente se descrevem e exploram.

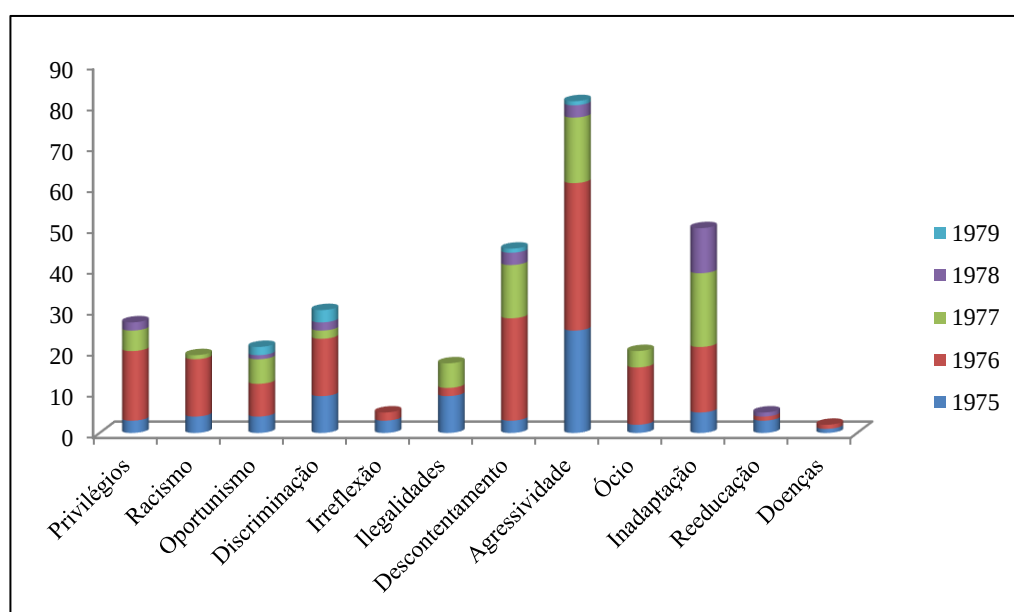


Gráfico 4.34 - Tensão Sociocultural: Ocorrências (1974 a 1979)

A ‘agressividade’ dos retornados, que reúne 25% das ocorrências (oc.) nesta subcategoria, assim como o ‘descontentamento’ (14%), são mais frequentes em 1976 e 1977, embora o perfil mais agressivo seja já referido em 1975, em número significativo (25 oc.). Em 1978 e 1979 quase não são mencionadas (4 oc.).

A ‘agressividade’ é percebida nas “*agressões; ameaças; violentos insultos; escaramuças; tiros e vidros partidos; cenas quentes; cenas de violência; confusão; pedras, apedrejamento, à pedrada; provocações; palavras hostis; ambiente hostil; ira; raiva; desordem; tumulto; desacatos, distúrbios; incidentes; atos de vandalismo;*

tumulto; indisciplina; recontros entre manifestantes e polícia; confrontos com transeuntes ou polícia” e “chegou-se a vias de facto”. Os retornados, “com toda a sua rudeza”, são “ameaçadores, provocadores, arruaceiros” e “semeiam ódios e tempestades; ateam focos terroristas; boicotam; impedem; ocupam; agrirem; invetivam a polícia e manifestam o seu desagrado de forma ruidosa e violenta”. Em 1979, ainda se regista: “agressão; lamentável incidente; conflito; cena de pugilato; movimento político agressivo; momentos de tensão; ambiente de grande tensão, bastante agitado; discussão, seguida de agressões; intervenção policial; insultavam, chegando a agredir; meios provocatórios e pontualmente violentos; com expressões muito graves e suscetíveis de se considerarem insultuosas; imprecações; bradavam «comunas» e «assassinos»; prometiam vingança; arruaceiros; confronto e despudorada agressividade”.

O ‘descontentamento’, “que tende a generalizar-se entre os desalojados”, é perceptível nas “intervenções exaltadas; atitudes de revolta; queixas; acusações; impaciência; ambiente de efervescência; mau ambiente; burburinho; protestos; (clima de) agitação; clima tenso (de tensão nervosa); relações (visivelmente) tensas; diálogo tenso; gritaria; gritos estridentes; exaltação a crescer; ressentimento; intolerância; inquietação; contestação; indignação”. Os retornados, “altivos na sua revolta”, nas manifestações públicas, estão, muitas vezes, “exaltados; revoltados; discutem de forma acalorada; perturbam; provocam alarido; gritam palavras de ordem hostis a diversos membros do governo e a dirigentes políticos; apupam; protestam; mostram desagrado; vivem em permanente revolta; são famílias inteiras em permanente conflito social”. Em 1978 ainda “discutem; contestam; mostram desagrado (acaloradamente); com afirmações acaloradas”, sendo um “exército de descontentes”, com permanente “olhar descontente”.

A ‘inadaptação’ dos repatriados na metrópole, com 16% de ocorrências, concentra-se, maioritariamente, em 1976 e 1977 (68%), mas também é visível em 1978 (11 referências). Os retornados são “uma etnia especial; verdadeiros estrangeiros, numa pátria que já não reconhecem ou que nunca reconheceram; olhados como intrusos na sociedade; rejeitados pela sociedade metropolitana; inspiraram

sentimentos de desprezo; um corpo estranho; uma marca de rara e suspeita mercadoria; desenraizados". E, *"na teimosia com que se negam a uma integração", "entendem que o país tudo lhes deve"*. Pergunta-se *"Que integração?"* E salienta-se a *"pseudointegração; a difícil integração; os conflitos sociais; a marginalidade; as barreiras políticas e sociais que dificultam a integração; um certo clima que foi ontem de velada segregação e hoje de silêncio ostensivo ou de indiferença negativista; um clima de divisão; o desnivelamento; o assomo cobarde de acolherem injuriosamente milhares de portugueses que regressavam em pânico; o olhar de desdém; a imagem afetada negativamente na opinião pública; o ambiente de relutância, nem sempre favorável; o fosso; o separatismo a que incompreensivelmente os próprios retornados se entregam; o perigo de se sentirem com falta de raízes em sua própria casa; o desenraizamento social"*. Em 1978, surgem ainda referências a *"tensões sociais"* e a *"populações dissemelhantes"* ou a *"grupo momentaneamente diferente"* que *"ganha homogeneidade através da sua origem"*. A *"integração continua a estar em dúvida"* e os *"depreciativamente retornados"* sentem-se *"marginalizados; incompreendidos"* e não se sentem *"em casa"*, *"numa sociedade estranha à maioria"*.

Associada à 'inadaptação', a questão da necessidade de 'reeducação' dos retornados surge, embora marginalmente (5 oc.), e mais concentrada em 1975 (3 oc.), aludindo-se à sua *"despolitização"*, pelo que *"têm de ser reeducados, disciplinados, dirigidos"*.

Os 'privilégios' de que beneficiam os repatriados registam alguma frequência (8%), assim como a 'discriminação', com um somatório de ocorrências muito aproximado (9%), e ambas as categorias apresentam valores mais elevados em 1976. São *"privilegiados"*, uma *"minoria privilegiada dos que nada têm"*, *"favorecidos"* ou em *"situações de favor"*, *"gozando de um ambiente superior"*, *"se instalaram infantes em hotéis"*, o que é uma *"manifesta injustiça para com a esmagadora maioria"*, tendo *"obrigação de adquirir o seu sustento (...) como qualquer cidadão"*. São privilegiados no regresso e também o eram nas colónias: *"Enquanto andamos aqui a ganhar miseravelmente, eles (...) "* ou *"(...) neste país só se olha para os retornados (...), os de cá, os que sentiam mais o fascismo na pele (...) "*. Por sua vez, os retornados sentem-se

discriminados, e tal visão é partilhada por alguns compatriotas metropolitanos. São *“filhos bastardos; tratados como cidadãos de 2ª categoria ou portugueses de 2ª ou 3ª classe; tristes restos marginalizados; prejudicados; segregados; humilhados”*. Critica-se a atuação do governo, pela *“dualidade de critérios e atos discriminatórios e vexatórios”*, que os *“despojam dos seus direitos de cidadãos”*.

Nos vocábulos ou construções frásicas de valoração negativa, que se integram nesta subcategoria de ‘Tensão Sociocultural’, os retornados são também ‘oportunistas’ (7%), ‘racistas’ (6%) e ‘ociosos’ (6%). Estas ocorrências concentram-se mais em 1976, contudo o ‘oportunismo’ também é referido, com alguma frequência, em 1977.

Assim, são *“oportunistas”, “golpistas”,* especialmente *«os dos mercedes»,* e *“abusam da hospitalidade que lhes é oferecida”*. Defendem *“os preconceitos, o servilismo, a discriminação e o «apartheid»”,* sendo *“colonialistas; cúmplices do colonialismo; exploradores (dos povos africanos); saudosos do tempo de exploração (...), engordando do sangue que sugavam (...) nos anos de exploração capitalista”*. Atribui-se-lhes o *“ferrete de colonialista e explorador”* e um *“infantilismo colonial cego”*. Referem-se ainda a *“letargia; o espírito letárgico; a situação parasitária; o parasitismo; a dependência; a boa vida; a classe de assistidos; a inatividade”*. Os retornados, *“malandros”,* que *“vadiam ócios em espadas imponentes”,* estão *“em posição de espera; desocupados; viciados na ociosidade; habituados a subsistir pela negativa; refastelados em hotéis”* e, contudo, *“trabalho não falta (...), se há tanta limpeza para fazer”*. Afinal, *“os milagres só existem quando nós os fazemos”*.

Para terminar a análise desta subcategoria das perceções negativas, enumeram-se ainda as ocorrências menos expressivas: as ‘ilegalidades’ cometidas pelos retornados (5%, mais concentradas em 1975); a ‘irreflexão’ (5 oc. – 2%, referidas em 1975 e 1976, mas também em 1974) e as ‘doenças’ trazidas pelos repatriados para a metrópole (2 oc. em 1975 e 1976). A ‘ilegalidade’ mais frequentemente noticiada é a ocupação de casas, mas há também referências a posse de armas ilegais ou de droga, assaltos, agressões (julgadas em tribunal) e ainda homicídio. As doenças referenciadas resumem-se ao Paludismo e à Oncorcerose. Por último, a ‘irreflexão’ dos retornados, mencionada logo em 1974 pelo Alto-Comissário de Moçambique, Vítor Crespo, que qualificou o êxodo

da colónia africana como *“irrefletido”*, é novamente repetida quando se refere que os retornados agem *“inconscientemente; de forma precipitada; com falta de lógica”* e têm *“atitudes impensadas”* porque lhes *“falta o poder de análise”*.

b) (In)Ação Governativa – “veículo de diminuição social”

A intervenção do governo, especialmente a das entidades responsáveis pelo repatriamento, avaliada, de forma negativa, pelos retornados, pelos metropolitanos e até, ao nível interno, por organismos governamentais, criticando-se, sobretudo, a desorganização, a inação e a desumanidade na gestão do processo.

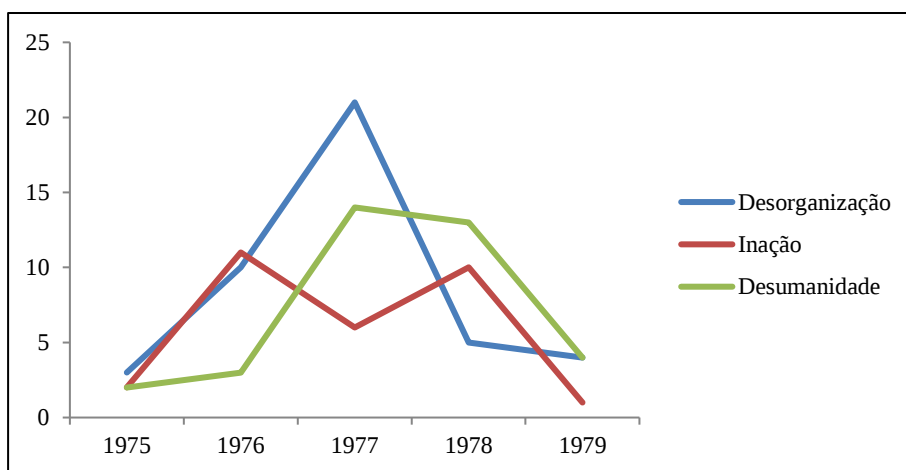


Gráfico 4.35 - (In)Ação Governativa: Ocorrências (1974 a 1979)

A ‘desorganização’ *“reinante”* reúne 39% das perceções negativas, nesta subcategoria, e é mais visível em 1976 e 1977, especialmente no último ano (49%). O *“(in)governo do IARN”* é o principal visado, mas também a atuação do Comissariado para os Desalojados. Num *“clima de exceção e de improvisação”*, *“urge sanear, remediar o que está torto”*. Critica-se *“a confusão; o pandemónio; a indefinição dos organismos; a colaboração pouco estreita entre IARN e as gerências dos hotéis; a insuficiente clarificação; o pagamento de diárias principescas nos hotéis; o esbanjamento dos apoios; as cunhas; as faltas de pagamento; os pagamentos em*

atraso; a concorrência inútil entre organizações humanitárias; a falta de previsão; a inexistência de estruturas adequadas; o pessoal não qualificado; a falta de competência; a morosidade; as irregularidades; a burocracia complexa (...), sendo tudo tratado em Lisboa; as anomalias; as deficiências; a falta de critérios; a exiguidade de instalações; a falta de pessoal”.

Em 1978, são ainda denunciados: *“o cirandar constante; a dança das transferências; os recenseamentos incorretos; a falta ao cumprimento de promessas; a gestão ao sabor de interesses políticos; as diretrizes incompreensíveis e contraditórias, sem critério; o desaproveitamento das promessas de auxílio internacional”.* Em 1979, refere-se *“a falta de planificação a longo prazo; o desbaratar de dinheiro; o preenchimento dos quadros do IARN com o refugo do funcionalismo”.*

Para além da ‘desorganização’, especialmente a do IARN, a ‘desumanidade’ das medidas legislativas e executivas surge com maior frequência em 1977 e 1978 e recolhe 33% das ocorrências. As políticas governamentais, dirigidas aos retornados, *“sem honra, sem amor e até sem cálculo”, “tudo têm feito para os dividir e levar ao desânimo completo”.* Esquecem-se a *“dimensão humana, social e de sobrevivência”,* numa *“dualidade de atuação pouco equitativa”, “sem o mínimo de respeito e escrúpulos pelo ser humano”,* sublinhando-se a *“imoralidade subjacente a situações deste teor; descabidas e desumanas”.* Algumas medidas são avaliadas como *“ilegais; imorais; vexatórias; ofensivas; inconstitucionais; arbitrárias; injustas”,* pois visam *“os desalojados mais indefesos”.* Os retornados são *“agredidos pelo cerco de formalidades, de constantes interrogatórios; tratados como sub-humanos; como se tivessem nascido no estrangeiro”.* O IARN, *“veículo de diminuição social”, “como Pilatos”,* revelou *“intransigência e indiferença”* no *“desalojamento coercivo, pouco correto”* que ofende *“frontalmente direitos elementares dos desalojados”,* o que *“não é aceitável”.* Pede-se uma *“política de compreensão e desanuviamento”* e o respeito *“pelas condições exigíveis de uma solução de bom senso”.*

Por último, a ‘inação’ do governo, presente em 38% das seleções discursivas, mais concentradas em 1976 e 1978, é perçecionada com o *“lamentável desleixo; a lentidão exasperante; a demora excessiva; a inoperacionalidade; a reduzida ação; o*

desinteresse; a morosidade dos serviços oficiais”. O IARN “*desacompanhou o processo desde há meses; não tem sido prestada, por quem de direito, a devida atenção*” e “*nenhum problema foi resolvido de fundo*”. Em 1978, referem-se a “*passividade e inércia; as soluções legais (...) insatisfatórias; os meios financeiros imobilizados; a paralisação do sistema de crédito; as boas ações no papel*”. O Comissariado para os Desalojados é uma “*fábrica de emigrantes*”, com sucessivas “*promessas não cumpridas*”, numa “*política de abandono*” e de “*silêncio comprometido*”. Os retornados sentem-se, conseqüentemente, “*esquecidos, abandonados*”, pois “*os responsáveis oficiais não só não recebem as associações, como não respondem às suas cartas e propostas*”.

c) Impacto Económico Negativo – “*ilusões desmedidas*”

Esta subcategoria, nas notícias classificadas com posição valorativa desfavorável ao repatriamento, inclui os efeitos negativos, ou percecionados como negativos, nas finanças, na atividade económica do país e na integração profissional dos retornados.

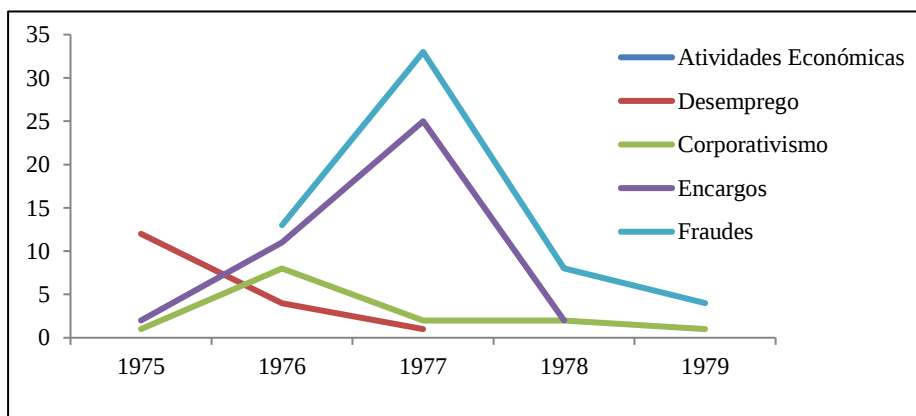


Gráfico 4.36 - Impacto Económico Negativo: Ocorrências (1974 a 1979)

As referências a ‘fraudes’, com 44% das oc., são mais frequentes em 1977 (57%) e surgem apenas a partir de 1976. Mencionam-se, assim, a “*burla; o processo de burla ou burlar; a falsificação de documentos (ultramarinos); de faturas; o desvio (de*

vultuosas quantias); os atos de desvio de bens destinados aos cidadãos desalojados; as fraudes (de vastas repercussões ou criminosas); as situações fraudulentas; as formas (mais ou menos) fraudulentas; o recebimento ilícito; as situações irregulares; as (graves) irregularidades, as práticas ilícitas; os roubos; as condenações por roubo de funcionários do IARN; as anomalias; as situações anómalas; os subornos; o escândalo; os negócios obscuros; a «caça grossa»; as (supostas) ilegalidades; a pecaminosa fonte de receita; os artifícios fraudulentos” e “espoliaram o IARN”.

Os ‘encargos’ com o retorno (31% de oc.) ocupam o segundo lugar nos efeitos económicos negativamente percecionados e também se concentram em 1977 (63%). São despesas que *“parecem exceder a nossa capacidade; de excessivo peso; elevado preço económico; (verdadeiramente) insuportável; concretíssimo; pesa sobremaneira na vida local citadina; despesas desta dimensão; despesas elevadíssimas; inaceitáveis; pesadíssimos sacrifícios ao povo português; vultuosos; quantias de difícil ou impossível cobertura; situação insustentável e imoral (alojamento); montante de despesa inaceitável, quase imoral (alojamento); muito dispendiosa (alimentação), uma vez que “temos grandes carências neste país; situação geral de carência; dificuldades orçamentais; complicou a situação económica do país; situação económica e social que não permite ilusões desmedidas” e o “auxílio do estrangeiro tem sido escasso”.* No entanto, menciona-se ainda que o repatriamento foi um *“grande negócio para alguns”* e denuncia-se a *“má gestão”*. Em 1978 ainda se referem as *“despesas não comportáveis; o esforço financeiro”* que veio *“sobrecarregar o povo português”*.

O ‘desemprego’, ou o aumento deste com a chegada dos repatriados, é, curiosamente, pouco referenciado, correspondendo a 13% nesta subcategoria, com especial frequência em 1975 (71%), não sendo sequer referido em 1977 e 1978, e com apenas 1 oc. em 1977. Apesar de os retornados, e os governantes, apontarem o emprego como o principal ‘problema’ a resolver na integração, a *“ampliação de desempregados”*, numa *“conjuntura desfavorável”*, é raramente considerada, já que desemprego é visto como global e não diretamente afetado pelo retorno.

No domínio da integração profissional dos retornados, registaram-se alguns conflitos setoriais, circunscritos a algumas profissões, especialmente aos taxistas e aos

bancários, e essas ocorrências têm, igualmente, um peso pouco significativo (11%), concentrando-se em 1976 (57%). Os trabalhadores metropolitanos sentem-se “*prejudicados; atacados nos seus direitos*” e chamam a atenção para a “*injustiça; os direitos adquiridos; as listas de espera; a prioridade à antiguidade; a criação de quadro de pessoal excedentário; o respeito por regras comuns de admissão*”. São “*contra a integração de excedentes; contestam a integração*” e há mesmo manifestações e “*paralisações contra a integração*”.

Por último, a dinâmica económica do país apenas recebe duas ocorrências negativas, em 1977, quando a permanência dos retornados nos hotéis e pensões é apontada como geradora de “*dificuldades na expansão do turismo*”, o que será contestado, como se verá, nas perceções positivas, e segundo a opinião dos gerentes das unidades hoteleiras.

d) Oposição Política – “*mexilhão entre políticos*”

A tendência ideológica e, sobretudo, partidária, dos retornados, e sua influência no processo político no país, é uma preocupação presente em 15% dos artigos na posição valorativa negativa, especialmente em 1975 e 1976 (67%). Nas perceções mais frequentes nesta subcategoria, os retornados são ‘manipulados’, ‘reacionários’ e ‘temidos’.

A ‘manipulação’ dos repatriados reúne 75% das ocorrências neste conjunto, concentradas, maioritariamente, nos anos de eleições – 1975 e 1976 (69%), e não se registando em 1979. Segundo a opinião dos partidos (de esquerda), de metropolitanos e até de retornados, é evidente a “*manipulação (política); tentativa de manipulação; hábeis manipulações; fácil manipulação; manipulação partidária, incitamento; aliciamento; especulação; exploração; aproveitamento; instrumentalização; manobras divisionistas (políticas; de alto nível)*” visando os retornados que se deixam “*envolver pelo Canto das Sereias*” e são “*utilizados em benefício de interesses pessoais e partidários; mexilhão entre políticos; massa de manobra; grupo de recrutamento;*

balão de ensaio a determinadas forças políticas; entretidos na miragem improvável (...); conduzidos e manipulados; como estandarte de batalha; como carne para canhão contra a democracia” por “inimigos ocultos na sombra que se servem dos desalojados; toda uma casta de oportunistas; agentes do grande capital e da reação; fascistas; racistas; gente que vem do passado; interesses partidários; uma minoria; forças de direita; forças a quem interessa a instabilidade social; agentes provocadores; entidades estranhas; forças políticas interessadas na manutenção do atual estado de coisas; forças de cariz antidemocrático e fascizante”.

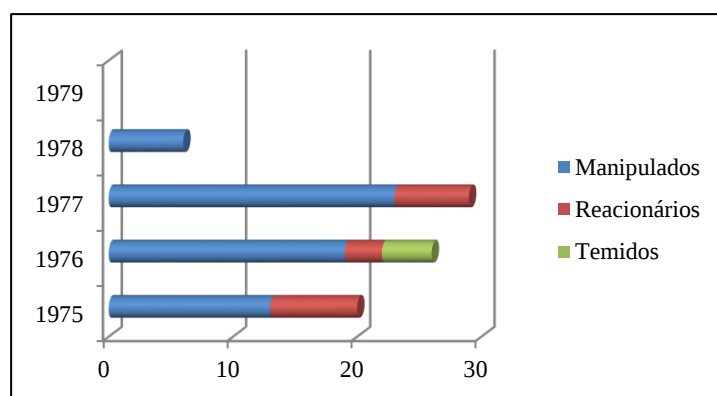


Gráfico 4.37 - Oposição Política: Ocorrências (1974 a 1979)

A associação a ideologias e partidos de direita também se observa quando os repatriados recebem o “*labéu de reacionários*” (20% das ocorrências nesta subcategoria), particularmente em 1975, mas também em 1977. São “*grupos organizados de reacionários; forças reacionárias e fascistas; corja de reacionários; provocadores e arruaceiros reacionários*” que vêm “*engrossar o exército de forças de direita*”. Participam em “*manifestação fascista; ofensiva reacionária; propaganda reacionária*” e “*gritam palavras manifestamente reacionárias; frases de ordem «abaixo o MFA», sendo “contra o MPLA, contra a classe operária e contra a revolução socialista”.*

Os repatriados também são ‘temidos’, mas pouco (4 ocorrências e todas em 1976, ano de eleições legislativas). Pergunta-se “*Quem tem medo do voto dos retornados?*” e

noticia-se que são “*temidos*”, um grupo que traz “*desestabilização (política)*” e que o seu, ainda desejado e esperado, regresso às colónias poderia ser um “*fator desanuviador*” no processo de democratização do país.

e) (Des)informação da Comunicação Social – “*os ecos e os boatos*”

A relação tensa entre os retornados e os meios de comunicação social é observável em somente 2% das notícias nesta posição valorativa, mais concentradas em 1975 e sem ocorrências em 1974 e 1976. Contudo, julgou-se pertinente a definição de uma subcategoria específica, uma vez que a fonte primária da investigação é precisamente o publicado na imprensa da época sobre o repatriamento da África portuguesa.

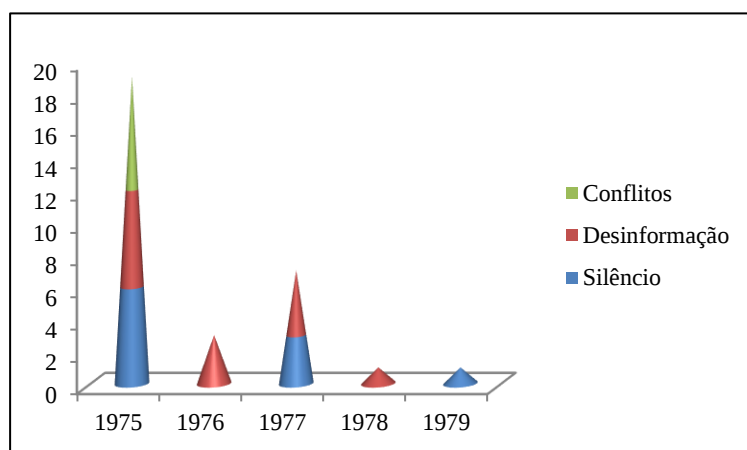


Gráfico 4.38 - (Des)Informação dos Media: Ocorrências (1974 a 1979)

A ‘desinformação’ dos *media* abarca 45% das ocorrências nesta subcategoria e é mais frequente em 1975 (43%). Refere-se a “*manipulação de informação; a deficiente informação ou esclarecimento; as reportagens sensacionalistas; os ecos e boatos; a ação tendenciosa dos media; as informações menos corretas; as notícias sem fundamento*”, com o “*propósito de desestabilizar*”, pois “*ocultam; perturbam; deformam (...) a opinião pública*”. Há ainda menções mais direcionadas: “*calúnias e*

insinuações pela imprensa comunista ou comunistóide” ou “as campanhas de propaganda através de certa imprensa”.

O ‘silêncio’ da Comunicação Social agrupa 32% das oc., também mais concentradas em 1975 (60%). A RTP “*não transmitiu*” as preocupações dos retornados ou dos responsáveis governamentais, relativas ao repatriamento, que foram “*ignoradas*”, pelo “*silêncio hipócrita; a ausência da comunicação social; a falta de apoio*”.

Por último, os ‘conflitos’ com os *media* e com jornalistas circunscrevem-se a 1975, nas restantes ocorrências (23%), com “*agressões a jornalistas; animosidade; hostilização*”. Os jornalistas são “*intimidados; hostilizados com palavras e atos; impedidos de entrar*” pelos retornados.

Para concluir a análise das escolhas vocabulares com valorações negativas, acrescente-se que a palavra ‘problema’, relacionada com a ‘problemática’ do repatriamento, regista 102 ocorrências, mais frequentes em 1976 e 1977 (65%). São problemas “*dos retornados; dos desalojados; dos nacionais retornados; angustiantes; complexos; prementes; de subsistência; de reintegração profissional e social; humanos; nacionais; habitacionais; que atormentam muitas famílias; económicos, sociais e políticos; com consequências para a economia e estabilidade social; políticos; complicados; difíceis; delicados; graves; gravíssimos; com gravidade e melindre; com particular gravidade; múltiplos; imensos; dolorosos; de ordem social, escolar e assistencial; aflitivos; globais*”. Em 1978 ainda se refere a “*problemática dos desalojados; os graves problemas; os casos problemáticos*” e “*ainda um problema maior*”. Em 1979, são “*complexos; reais; uma problemática complexa*”.

4.8.2 Posições valorativas positivas

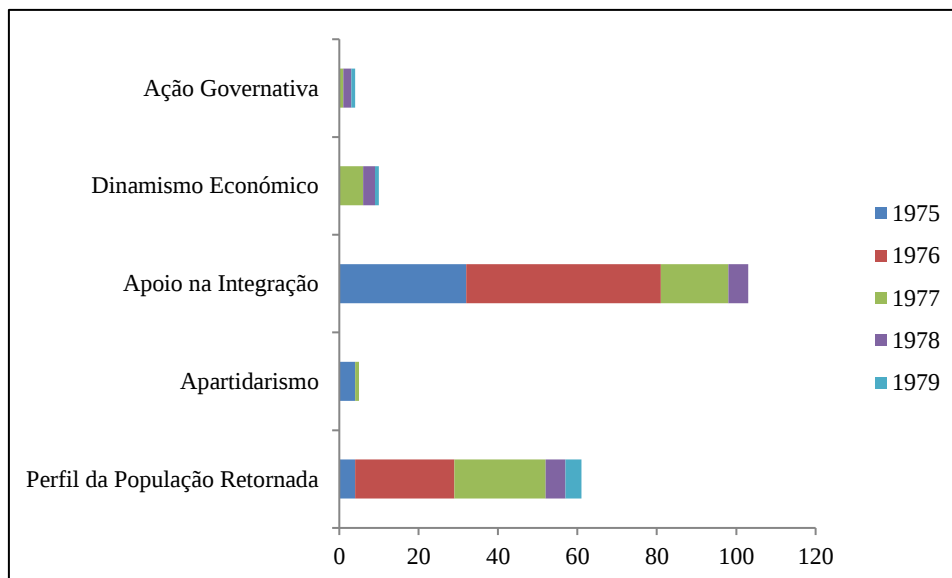


Gráfico 4.39 - Notícias com Posição Valorativa Positiva: Subcategorias (1974 a 1979)

As posições valorativas positivas foram identificadas em 183 artigos (14% do *corpus*), mais frequentes no PJ, mas com uma diferença irrelevante (1%), e no que se refere ao peso no jornal, os dois periódicos somam, igualmente, 14% de notícias nesta valoração. Excluiu-se o ano de 1974, uma vez que não se identificaram escolhas vocabulares favoráveis ao retorno nos artigos desse ano.

O ‘apoio na integração’ está presente em 56% dos textos com perceções positivas, concentrando-se, maioritariamente, em 1975 e 1976 (79%), e não se registando em 1979. Segue-se o ‘Perfil da População Retornada’ (33%), mais frequente em 1976 e 1977 (79%). Com muito menos expressividade, recolheram-se ainda notícias que referem o ‘Dinamismo Económico’ observado com o repatriamento (5%), com mais ocorrências em 1977 (60%) e que não se regista em 1975 e 1976; o ‘Apartidarismo’ (3%, com 80% em 1975 e sem oc. em 1976, 1978 e 1979) e a ‘Ação Governativa’ (3%, com 50% em 1978, sem oc. em 1975 e 1976).

a) Apoio à integração – “*um problema de todos*”

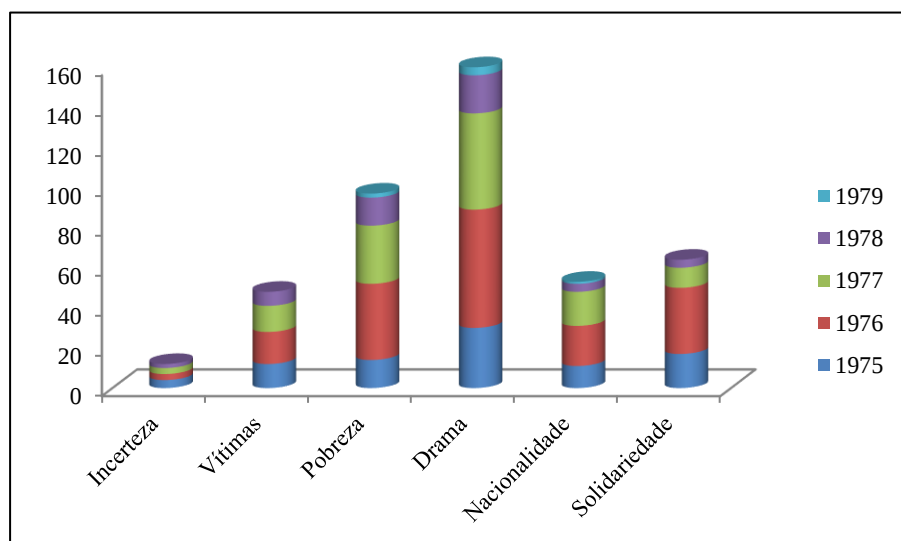


Gráfico 4.40 - Apoio à Integração: Ocorrências (1974 a 1979)

A “*situação (extremamente) difícil*”, a “*grave situação*” ou as “*dificuldades*” da população retornada são referidas com frequência (43 oc.), apelando-se, desta forma, ao espírito de “*solidariedade*” dos metropolitanos. Sublinha-se a fragilidade emocional (o “*drama*” e a “*incerteza*”) e a vulnerabilidade económica (a “*pobreza*”), mas também o facto de serem “*vítimas*” de um processo de descolonização apressado e não planeado. Relembra-se a “*nacionalidade*” dos retornados, “*nossos compatriotas*”. Estas representações, reproduzidas nos jornais em estudo, contribuiriam para uma integração mais rápida, se facilitada pela comunidade de acolhimento.

O ‘drama’ do repatriamento, e dos repatriados, agrupa 37% das ocorrências, nesta subcategoria de valorações positivas, mais concentradas em 1976 (37%) e 1977 (30%), mas sendo as mais frequentes em todos os anos. Nestas chama-se a atenção para “*o choque traumático; os traumatismos; o trauma; o regresso traumático; a situação traumatizante; a cicatrização de uma ferida; o coração a sangrar; a situação angustiante; as situações degradantes; a grande angústia; o drama real; o drama individual; o cenário de drama; os verdadeiros dramas; as circunstâncias dramáticas, as condições dramáticas; a trágica situação; as (autênticas) tragédias; a (total)*

*frustração; a aflitiva situação moral (e económica); a aflição grave; a aflição triste; a situação aflitiva; as condições sub-humanas (aeroporto da Portela); a angústia; a (profunda) amargura; o (estado de) desespero; a comunidade de desesperados; o pão do desespero; os atos desesperados; a situação desesperada; o grito de desespero; a desgraça; a catástrofe; as vidas (profundamente) destruídas; o quadro incómodo e desumano; a situação degradante; o infeliz casal com duas filhinhas; o desiludido retornado que pôs termo à vida; o clima de pânico; a mágoa; as sevícias; o horror; a triste odisseia; a triste realidade“. Os retornados estão “(profundamente) traumatizados; desesperados; abandonados; doridos; sofrem”. Em 1978, referia-se ainda “o panorama desolador; o desânimo; os dramáticos casos; as condições dramáticas; o traumatismo profundo; a situação aflitiva; a situação trágica; a grave situação; a situação desesperada; o desespero; o cansaço; a dureza; a angústia; o sofrimento; a dureza; o total desamparo; o pânico; a amargura de triste exílio; a triste e interminável via sacra”. Em 1979, subsistiam referências ao *drama*”; ao “desespero” e à “vida desumana”.*

Com muito menor frequência (3%), os retornados são considerados “*refugiados da incerteza*” que revelam sentimentos de “*dúvida; medo; insegurança; certa apreensão, ansiedade*” e “*buscam um futuro mais do que incerto*”. ‘Incerteza’ é também um fator na fragilidade emocional que, devido à sua especificidade, não foi incluído no grupo ‘Drama’, criando-se uma subcategoria específica.

A ‘pobreza’ da maioria dos repatriados, “*trazendo apenas a roupa que vestiam*”, é a segunda percepção mais repetida neste grupo (22%) e também mais frequentemente nos anos de 1976 e 1977 (69%). Destacam-se “*os poucos recursos; as privações; as carências de meios, económicas; a situação de carência; a precariedade; a situação precária; as precárias condições; as condições muitas vezes infra-humanas em que vivem; as condições degradantes; as difíceis condições económicas; as péssimas condições; o vestuário inadequado; a miséria; o perigo de sobrevivência; a penúria; o estado de penúria; a situação económica angustiante; as graves dificuldades económicas*”. Os retornados, “*na sua esmagadora maioria sem um chavo no bolso*”, são *paupérrimos; absolutamente carenciados de tudo; sem dinheiro nem recursos de*

espécie algum; precisam de pão para se alimentar; temem até pela própria sobrevivência; a viver em pocilgas; a viver na mais completa promiscuidade". Em 1978 surgem menções a: *"população mais desfavorecida; situação desesperada; da miséria física à miséria económica; sem meios de subsistência; com poucos subsídios, meios; condições económicas (extremamente) precárias; absoluta necessidade; degradação das condições; condições deploráveis; magro património; vivem com as maiores dificuldades; sujeitar-se a mendigar; de mãos vazias; precárias condições de vida; pobre gente abandonada em cubículos; carenciada; condições desumanas; falta de recursos; aflitiva situação económica; último património; os de economia mais débil; precária situação económica; gravidade da situação económica; mendicidade; miséria*. Em 1979 referia-se também a *"miséria"*.

Para além da vulnerabilidade, económica e psicológica, os repatriados são 'vítimas' (11 %), particularmente em 1976 (33%), mas igualmente frequente em 1975 e 1977 e sem ocorrências em 1979. São *"vítimas inocentes"* e *"bodes expiatórios"*, *"do colonialismo fascista; da desastrosa política colonial; do fascismo; duma situação herdada do regime anterior; de calúnias e injúrias; de perseguições arbitrárias sem que para tal tivessem contribuído; de circunstâncias que não provocaram; de manobras reacionárias; da propaganda reacionária; de uma manobra de alto nível,"*. Assim, estes *"milhares de infelizes; refugiados do abandono; pobres desalojados; gente dolorida e humilhada; defraudados do seu património; aqueles que de tudo foram espoliados; forçados a regressar; forçados a permanecer"* sofrem *"situações humilhantes; vexames"* e *"são sujeitos a critérios de duvidoso oportunismo político"*. Em 1978, refere-se: *"a injustiça; não cometeram crime nenhum; voltaram forçadamente; atirados à sorte de um destino"*.

A 'nacionalidade' dos retornados concentra 53 ocorrências (12%), mais frequentes em 1976 e 1977 (70%), também como forma de apelo aos metropolitanos, através da identidade nacional. Deste modo, sendo a emigração uma *"expressão de portuguesismo"*, os emigrantes retornados são *"filhos de Portugal; são também povo português; cidadãos; cidadãos portugueses; compatriotas; irmãos portugueses; autênticos portugueses; legítimos filhos de Portugal; filhos do povo português; filhos*

da nossa pátria; iguais; iguais em direitos e obrigações; irmãos; membros de pleno direito; milhares de bragançanos e viseenses; pessoas que são obrigadas a fugir dentro do seu próprio país; trabalhadores nacionais; concidadãos; seus irmãos”, desejando-se “uma (única) categoria de portugueses; consciência cívica; igualdade e fraternidade; uma grande família; fazer desaparecer categorias de retornados ou refugiados para só haver portugueses; na plenitude dos seus direitos; na sua própria casa; no país que é seu; na sociedade a que pertencem; na sociedade que é sua; na pobre terra comum”.

Por último, e normalmente acedendo a argumentos mencionados nos conjuntos anteriores (o ‘drama’, a ‘pobreza’, a ‘incerteza’ e a ‘nacionalidade’), reforça-se a necessidade de sentimentos, e atitudes, solidários pelos portugueses que acolhem os repatriados. A ‘solidariedade’ (15% de oc., mais concentradas em 1976 – 52%) é observável quando se apela à *“boa vontade do povo português; em nome dos mais elementares sentimentos humanitários e de justiça”* para *“amparar; orientar; auxiliar; acolher; velar pelos interesses justos; ajudá-los a sobreviver; abrir-lhes lealmente os braços”* com *“carinho; ajuda; apoio; compreensão; a maior das compreensões; cooperação; união e reconciliação”*, num *“problema nacional cuja fatura temos de pagar; problema de todos, nossa obrigação/dever, obrigação do governo português”*. Surgem ainda referências a *“vivência harmoniosa; lado a lado; receção condigna, solidária, com humanidade; tratar convenientemente; assistência; sociedade mais justa; justiça; movimento de solidariedade internacional; clima de compreensão e de bom acolhimento; solução correta e humana; justa luta dos retornados”* e, finalmente, *“colaborar na tarefa nacional de integração social e económica dos retornados”*.

b) Perfil da população retornada, “o génio do sertão”

Os atributos dos repatriados são referidos em 33% das notícias na posição valorativa positiva e são mais frequentes em 1976 e 1977 (79%).

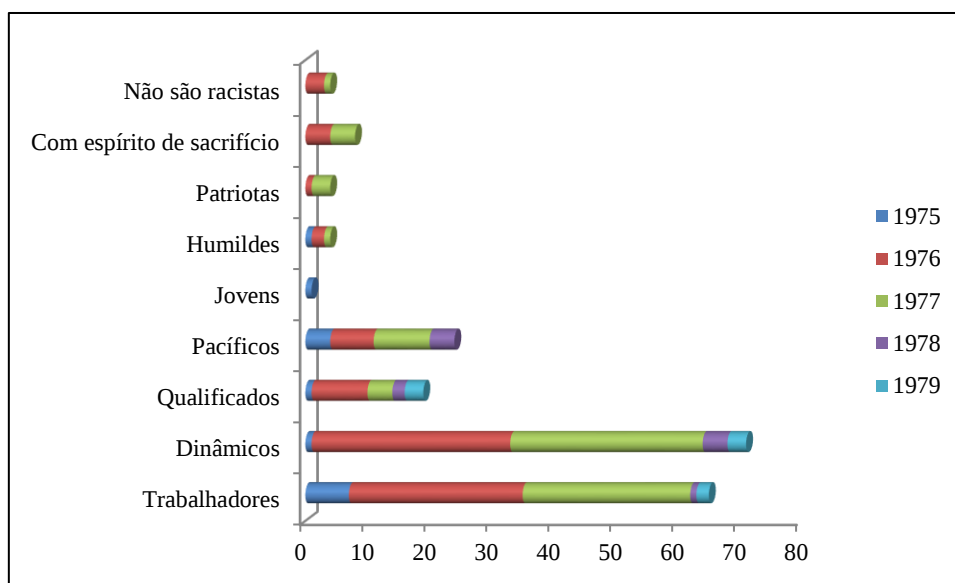


Gráfico 4.41 - Perfil da População Retornada: Ocorrências (1974 a 1979)

O ‘dinamismo’ dos retornados é a qualidade mais referida (36%), em particular em 1976 e 1977 (89%). Sublinha-se: “*a capacidade criadora; imaginação criadora; o dinamismo; o espírito de iniciativa; as iniciativas (criadoras); o entusiasmo; o esforço invulgar; a boa vontade; a teimosia corajosa; o espírito de revanche; a experiência (acumulada); a experiência de fazer países; o prodigioso capital humano; o génio do sertão; a tenacidade; o espírito empreendedor; a economia espartana; a vontade de refazer a sua vida; o contributo inestimável para o país; a determinação pioneira; a vocação pioneira secular; a audácia; a epopeia*”. Os “*bravos retornados*”, “*ávidos de refazer o que fizeram*”, são “*fazedores de pátrias; obreiros de países; colonos na boa aceção da palavra; populações ativas e construtoras; criadores de riqueza; experimentados; animados do mesmo esforço; fator de arranque para a nossa economia e muito capazes*” e “*ajudaram a reconstruir Portugal; eficientemente contribuem; contribuem grandemente para a valorização socioeconómica da vila; valorizam o desenvolvimento de toda a região; deram já provas concludentes nas ex-colónias*”, “*sempre na esperança de um reencontro com a vida*”, pois “*a necessidade aguça o engenho*”. Em 1978 surgem também referências a: “*dinamismo; dinâmica*”.

positiva; aceleração extremamente sensível e indiscutivelmente positiva; vontade empreendedora; espírito de iniciativa; espírito novo; arrojada iniciativa; correndo riscos; homem de espírito dinâmico e de aventura; grande força de vontade; capacidade de luta; fazendo sentir a sua influência; características evidenciadas na construção de dois países; vontade forte; perseverança; esforço; imaginação; experiência; imaginação; ação positiva no desenvolvimento; empreendedores". Em 1979 releva-se, igualmente, a *"capacidade criadora; o espírito de iniciativa; a dinâmica muito própria; a imaginação criadora; a indômita vontade"*.

Os repatriados da África portuguesa são também 'trabalhadores' (33%, especialmente referido em 1976 e 1977 – 85%). Realça-se o *"árduo labor; trabalho árduo; o trabalho e suor; a qualidade de trabalho; a força de trabalho, o esforço de trabalho; os muitos anos de trabalho; a vida laboriosamente construída; a dedicação e persistência"*, sendo *"muito ativos; gente de trabalho; motivada para trabalhar; habituados ao trabalho; contra a beneficência (benevolência, esmolas)"* e *"querem trabalhar; não se têm poupado a esforços; força de trabalho; ganharam com o suor no seu rosto o pão de cada dia"*. Em 1978, revelam *"apego denotado ao trabalho; capacidade de trabalho; esforço e trabalho; muito trabalho; trabalho duro; valor de trabalho"*. São *"cidadão ativos; laboriosos; desejam trabalhar (afanosamente); querem ser úteis; trabalhando arduamente; habituados a ganhar o seu pão; a trabalhar no duro; regaram com suor escaldante (...)"*.

Contrariando a percepção negativa da 'agressividade' dos retornados, surgem referências, dos próprios ou dos que os recebem, especialmente dos responsáveis governamentais, ao seu caráter 'ordeiro' (12%, concentradas em 1976 e 1977 – 67%). Realçam-se as *"surpreendentes provas de calma e civismo; (provas magníficas de) compreensão"* e a sua *"moderação; conformismo; conformação; respeito pelas leis"*. Considera-se que são *"ordeiros; discretos na sua dor; compreensivos e agradecidos; mantêm a dignidade"*, e manifestam-se de forma *"silenciosa e ordeira; pacífica; sem incidentes; com meios corretos"*. Em 1978, reforçam-se a *"via pacífica; o desalojamento pacífico; a ocupação ordeira, não selvagem; a total ausência de perturbações da ordem pública ou de confrontações de qualquer natureza"*.

As qualificações dos repatriados são reconhecidas, embora contribuam apenas com 10% das ocorrências neste grupo, com especial incidência em 1976 (47%). Na *“gente que se valorizou e educou os filhos”*, menciona-se *“a preparação técnica; o enriquecimento e valorização dos quadros técnicos; o enriquecimento do país; as pessoas qualificadas; a mão-de-obra especializada; os operários especializados; altamente credenciados”*. Em 1978 e 1979, também se refere *“a experiência e vivência; os quadros habilitados e experientes; o exemplo consolidado de capacidade técnica; a formação académica elevada; técnicos altamente qualificados; os conhecimentos técnicos amplamente comprovados em terras de África; o património de «know-how»”*. Para além do reduzido número de ocorrências relativas às habilitações académicas e profissionais dos retornados, a faixa etária dominante no contingente populacional regressado só é referida uma vez, em 1975: *“jovens e de aspeto saudável”*.

Os restantes atributos dos repatriados, com menor número de ocorrências, são mencionados em 1976 e 1977, não havendo referências nos dois últimos anos de estudo. Realça-se o ‘espírito de sacrifício’ - 4% (*“a dura vida de muito sacrifício; anos de trabalho e de sacrifício; as vidas inteiras de sacrifícios; habituados a enfrentar dificuldades; deu o melhor da sua vida e passou fome e privações para construir no mato”*); a ‘humildade’ - 2% (*“humildes, com toda a sua rudeza; amear uns patacos e ter uma casinha sem luxos”*) e o ‘patriotismo’ - 2% (*“o patriotismo indefetível; a vontade patriótica de participar; a dedicação à pátria”*). E defendem-se das acusações de ‘racismo’ (2%), afirmando mesmo que *“aqui era a sede da exploração colonial”*.

c) O dinamismo económico, “fator de progresso e estímulo”

O contributo da população retornada para a dinamização das atividades económicas na metrópole recolhe apenas 5% das notícias com perceções positivas, mais concentradas em 1977 (60%), sem quaisquer referências em 1975 e 1976 e apenas 1 em 1979. A integração dos retornados foi *“energia social para a melhoria das condições de vida a nível local e nacional; contribuindo para o desenvolvimento económico”*,

“para a dinamização da economia nacional”, “para a recuperação económica nacional”, “para a promoção socioeconómica”, visto que iniciativas empresariais “brotaram como cogumelos”. Verifica-se uma “resposta espetacular quanto à integração nos setores produtivos, sendo o repatriamento um “fator de progresso e estímulo” que contribuiu para a “redução das assimetrias regionais de emprego”. Foi ainda, segundo os empresários da indústria hoteleira, “fonte de apoio; balão de oxigénio para a indústria hoteleira que atravessava crise grave”, uma vez que “supriram o decréscimo de turistas”. Esta perceção contraria as críticas constantes aos encargos “imorais” e insustentáveis com o alojamento dos retornados.

d) O apartidarismo, “a nossa política é o trabalho”

O apartidarismo dos repatriados predomina em 3% dos artigos com valorações positivas, especialmente em 1975 (80%). Opõe-se à perceção de tendência partidária, sendo *“necessário despartidarizar a questão dos retornados”, pelo que se afirmam “apartidários; apolíticos; independentes”*. Acrescentam que *“a nossa política é o trabalho”* e *“nem temos força para tanto”*. Deste modo, as intervenções no espaço público são *“apartidariamente retificadas; com total independência; não há implicações políticas”*.

e) Ação Governativa, “seriedade e qualidade”

A avaliação positiva da ação do governo, especialmente centrada no IARN ou no Comissariado para os Desalojados, órgãos responsáveis pela gestão do repatriamento, é a subcategoria menos valorizada (2% das notícias nesta posição valorativa), sem ocorrências em 1975 e 1976, concentrando-se mais em 1978 (50%). Elogia-se a *“coragem e humanidade; a seriedade e qualidade; a originalidade; a forma positiva como vem sendo feita a gestão do Quadro Geral de Adidos”*.

4.8.3 Percepções dos retornados sobre si próprios, “Deixei lá tudo”

“Nem colonialistas, nem exploradores, mas homens dados à mais amável relação social por terras de colonização (...).

Os que sempre ficaram têm é cobiça de nunca ter ido. Não disfarçam a sua frustração, o tédio, e o limite chato do espírito acanhado, do corpo encajado no pátio caseiro (...).

O colonialismo nunca saiu da metrópole: é a sua definição (...). Agora cospem, mas não devolvem o preço do açúcar que não pagaram, do café que outros cuidaram, do algodão colonial que não colheram (...).

Novos vendilhões das promessas impossíveis, os que por meia dúzia de palavras vãs nos querem comprar e aos votos que lhes servem.”

(Excerto de Crónica de Justino Miguel da Costa in DN, 4/3/1976, p. 3)

As imagens dos retornados estão presentes em 13% das notícias do *corpus*, mais frequentes em 1976 (33%). Contudo, representam somente 11% do total publicado nesse ano. Em 1979, os 16 artigos com percepções dos repatriados pesam 33% no global do ano, e em 1978, são 23%.

Afirmam-se “refugiados” ou “repatriados”, pois “voltaram à pátria de origem”, e não “retornados”, e desfilam críticas, visando “os órgãos governamentais que nos vêm enganando; a falta de cumprimento de promessas; o IARN que ignora sistematicamente os desalojados; as medidas ilegais, injustas e arbitrárias; os desalojamentos coercivos; a burocracia portuguesa que emperra a nossa vontade; a forma como são gastas as ofertas estrangeiras; a falta de transparência do governo nesses gastos; o (doloroso) processo de descolonização; a criminosa descolonização exemplar; a política de traição nacional; os (traidores) responsáveis pela descolonização; os ofensivos subsídios; as esmolas; a imprensa que não apoia; as barreiras políticas e sociais à integração; os partidos”. Exigem “participação na resolução dos seus problemas; ministério próprio e lei orgânica; reformulação e moralização imediatas da estrutura, quadros e orgânica do IARN e do Comissariado”.

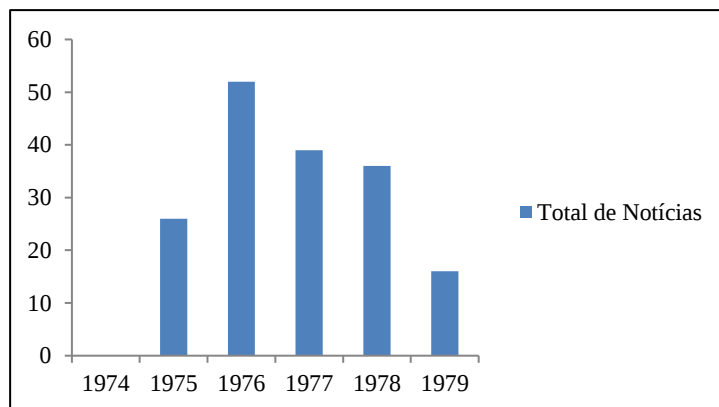


Gráfico 4.42 - Retornados sobre si próprios: Frequência (1974 a 1979)

Referem ainda a “*falta de unidade dos retornados*”, sendo necessário “*combater a tendência de formação de sociedades isoladas de portugueses desalojados; acabar de vez com as discussões internas que nos dividem*”, para que “*unidos, irmanados na desgraça; todos os refugiados a cerrarem fileiras*” consigam “*resolver os seus próprios problemas; por iniciativa própria*”.

Enumeram-se, seguidamente, e de forma sintética, as percepções mais frequentes dos retornados, sobre si próprios e sobre o seu processo de integração.

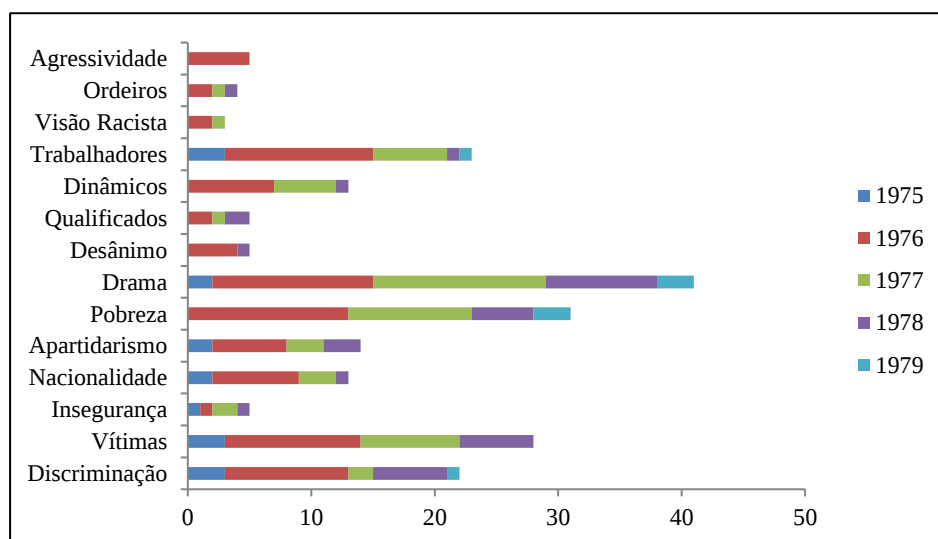


Gráfico 4.43 - Retornados sobre si próprios: Ocorrências (1974 a 1979)

O ‘drama’ domina as representações do contingente repatriado, com 19% das ocorrências neste grupo, mais comuns em 1976 e 1977 (66%). Referem-se “*a situação caótica e dramática; a tragédia; o desespero; a infelicidade; o desamparo; a amargura de triste exílio; o sofrimento; o pânico; a situação aflitiva; a macabra situação; a triste odisseia*”. Consideram-se uma “*mole humana sem presente nem futuro*”, após uma “*tempestade que arruinou as nossas vidas*”, o processo de descolonização.

“*Deixei lá tudo!*”. A ‘pobreza’, “*a precária situação económica*”, também é assumida pelos próprios (15% das ocorrências, também mais concentradas em 1976 e 1977 – 74%). Os retornados são “*pobres; paupérrimos; uma legião de desempregados*” e encontram-se “*praticamente na fome e na miséria; na nefasta e degradante miséria; com graves dificuldades económicas; sem dinheiro nem recursos de espécie alguma; em precárias condições financeiras; em tempos de privação; na mendicidade*”.

“*Puseram-nos cá!*”. Os repatriados vêem-se como “*bodes expiatórios*”, vítimas (13% das oc., mais frequentes em 1976 - 39%), “*pois nos tiraram tudo; foram defraudados de uma valiosa parte do seu património; sofreram uma expropriação dos seus bens*”. Referem-se “*as perseguições arbitrárias; as calúnias e injúrias; os sacrifícios que não merecia; o castigo por um crime que não cometemos, o crime do colonialismo; as manobras políticas; as manobras do IARN; o colossal desalojamento*”. Queixam-se igualmente do acolhimento recebido no “*país onde, quer queiram, quer não, fomos inseridos por meios violentos*”. São significativas as referências a um regresso compulsivo, “*forçado*”.

Os retornados mencionam igualmente a ‘discriminação’ de que são alvos (10% de oc., particularmente em 1976 – 45%). Denunciam as “*discriminações, arbitrariedades e anomalias; a injustiça; a marginalização; a dualidade de critérios*” e sentem-se “*filhos bastardos; portugueses de 2º ou 3ª classe; discriminados, ofendidos, humilhados, prejudicados*”. “*Sentimos a discriminação como temos sido tratados; basta-nos dizer que viemos de África para não sermos aceites*”.

No apelo aos metropolitanos, e ainda centrando-se na fragilidade dos retornados, relatada pelos próprios, referem-se, embora com reduzido número de ocorrências, o ‘desânimo’ (*desanimados; sem ânimo; o desgosto com que vemos as pessoas olhar-nos;*

o desenraizamento social) e a ‘insegurança’ (aturdidos; apreensivos; dúvida; incerteza; ameaças; ambiente de ansiedade), ambos com apenas 2% neste conjunto.

Os contributos positivos da população repatriada são também realçados pelos próprios. São trabalhadores (11% das oc., mais centradas em 1976 – 52%), *“desejam trabalhar”* e manifestam-se *“contra as esmolas porque são gente habituada a trabalhar”*, que tem um *“papel a desempenhar na construção da nova sociedade portuguesa”*. Reforçam que, nas ex-colónias, *“tudo quanto está feito deve-se ao braço de milhares de portugueses que ali labutaram”*. O ‘dinamismo’ é igualmente sublinhado pelos retornados (6% de oc., também mais frequentes em 1976 – 54%), revendo-se como *“obreiros de países; populações ativas e construtoras; com espírito de iniciativa e de luta”*, acreditando que a *“força socioeconómica dos desalojados poderá ser o motor indispensável da recuperação económico-financeira; ação positiva no desenvolvimento e progresso”*. Por último, são lembradas as suas qualificações: *“experiência e vivência; técnicos altamente especializados; enriquecimento e valorização dos quadros técnicos; altamente credenciados; conhecimentos agrícolas”*.

“Portugal também é nosso!”. A ‘identidade nacional’ surge, também pelos repatriados, como fator favorável na integração (6% das oc., 54% em 1976). São *“compatriotas; concidadãos; autênticos portugueses; legítimos filhos de Portugal; irmãos retornados; pagaram impostos nas colónias”*.

O ‘apartidarismo’ (7% das oc., 43% em 1976) reforça-se nas palavras dos retornados: *“não somos reacionários, somos portugueses; não querem ficar sujeitos a interesses políticos ou partidários; totalmente apartidários; nem sequer estamos interessados em votar”*. Por outro lado, a ‘visão racista’ e ‘colonialista’, que os afastava ideologicamente dos metropolitanos é observável em somente 3 oc.: *“os nativos são inconstantes, é inútil negociar com eles; quando para lá fui viviam como selvagens”*.

Para terminar, a ‘agressividade’, referida com frequência nas notícias com posição valorativa negativa, evidencia-se em apenas 5 ocorrências (todas de 1976), nas intervenções dos retornados: *“outras formas de luta, até atos de violência; acabar com o turismo (mostrar aos turistas a situação em Portugal); brigadas de justiça; perdemos tudo e estamos dispostos a tudo; Basta!”* Esta contestação mais “agressiva”, também é

contrariada pelo caráter ‘ordeiro’ e ‘pacífico’ (4 oc.): *“via pacífica; provas de calma e de civismo; contrários a manifestações e atos de pressão que levam à desestabilização social e política do país; têm mantido a serenidade; têm suportado pacientemente”*.

Em síntese

Nas notícias classificadas com posições valorativas negativas, que agrupam 25% do total recolhido e analisado, focam-se, por ordem de frequência, os *“problemas complexos, com gravidade e melindre”* do repatriamento: a tensão sociocultural; a (in)ação governativa; o impacto económico negativo; o peso na oposição política e, por fim, com apenas 2% dos artigos, e concentrados em 1975, os conflitos dos retornados com a Comunicação Social.

A ‘tensão’, aquando da integração dos retornados na sociedade metropolitana, é mais visível, na imprensa, em 1976 e 1977, referindo-se a *“despudorada agressividade”* de um *“exército de descontentes”* que *“semeiam ódios e tempestades”*. Os repatriados são, particularmente nos anos referidos, um *“corpo estranho”*, revelando-se uma integração não totalmente pacífica, como apregoado nos discursos oficiais. São, igualmente, embora com especial incidência em 1976, uma *“minoría privilegiada”* de *“filhos bastardos”*, oportunistas, racistas e ociosos (estes três últimos com ocorrências menos significativas – 6%).

A intervenção governamental no acolhimento e integração dos repatriados é criticada, inclusive internamente, salientando-se a desorganização, o *“pandemónio”* e a *diretrizes incompreensíveis e contraditórias*; a política desumana, quando os retornados são *“agredidos pelo cerco de formalidades”*, e a inércia dos responsáveis pelo repatriamento. O *“(in)governo”* do IARN e do Comissariado para os Desalojados é mencionado sobretudo em 1976 e 1977, enquanto a ‘inação’ e a ‘desumanidade’ destes organismos se prolongam até 1978.

O impacto económico negativo centra-se na questão financeira, nas fraudes e nos encargos *“concretíssimos”* e *“pesadíssimos”*, mais referidos em 1977. O tema da *“ampliação do número de desempregados”*, com a chegada dos retornados, é pouco noticiado (13%), concentra-se em 1975, e não regista ocorrências em 1977 e 1978,

enquanto os conflitos laborais, circunscritos a algumas profissões, se concentram em 1976 e são igualmente pouco significativos.

Para concluir a síntese das escolhas vocabulares nesta posição valorativa, refira-se que a influência do contingente retornado no sistema político português, e especialmente no equilíbrio partidário, é também foco de perceções negativas, mais frequentes em 1975 e 1976, dado que os repatriados, “*forças reacionárias*”, são “*facilmente*” manipulados por fascistas, por partidos de direita, por interesses partidários.

As notícias onde predominam as avaliações positivas representam 14% do total estudo e abordam, por ordem de frequência: os apelos ao apoio na integração dos retornados; o perfil dos repatriados; o papel do retorno no dinamismo económico; o apartidarismo dos desalojados e, por fim, a intervenção do governo na gestão do processo de repatriamento.

No ‘Apoio na Integração’, sem ocorrências em 1974 e 1979, pretende-se despertar o espírito de “solidariedade” da população metropolitana (15% de ocorrências, especialmente em 1976), lembrando-se o “*cenário de drama*” para uma “*esmagadora maioria sem um chavo no bolso*”. Assim, a fragilidade económica e psicológica dos repatriados são os argumentos mais comuns, especialmente reiterados em 1976 e 1977. Acrescenta-se, com mais referências em 1976, que são vítimas, ou “*bodes expiatórios*” da “*desastrosa política colonial*” e que são portugueses “*irmãos*”, forçados e regressar, em precárias condições.

As qualidades do grupo repatriado, mais mencionadas em 1976 e 1977, também se sublinham, destacando-se o dinamismo - “*o prodigioso capital humano*” - e o “*esforço e trabalho*”. Referem-se ainda, com menor número de ocorrências, as qualificações, académicas e profissionais, e o carácter ordeiro dos retornados. Estes atributos terão contribuído para a dinamização do tecido económico português, perceção que se regista especialmente em 1977 (sem ocorrências em 1975 e 1976), e em apenas 5% das notícias nesta posição valorativa.

Por último, defende-se o ‘apartidarismo’ dos repatriados em 3% dos artigos, especialmente concentrados em 1975 e sem oc. em 1976, 1978 e 1979, e a “*seriedade*;

qualidade; originalidade” de uma ação governativa, avaliada positivamente, surgem em somente 2% das notícias nesta valoração, concentradas em 1978.

Nas representações sociais dos retornados sobre si próprios, e sobre o processo de repatriamento, presentes em 13% do total de notícias, mais frequentes em 1976, mas, numa análise por ano, com peso superior em 1979 e 1978, são referidos, por ordem de frequência: o drama, ou a “*a triste odisseia*” e a pobreza da maioria (“*paupérrimos*”), mais frequentes em 1976 e 1977; a percepção de ‘vítima’, com mais ocorrências em 1976, quer pelo regresso forçado (“*fomos inseridos por meios violentos*”), quer no acolhimento pelos metropolitanos (“*castigo por um crime que não cometemos, o crime do colonialismo*”) e a discriminação, também com maior incidência em 1976.

Mencionam-se ainda, especialmente em 1976, os atributos dos repatriados que podem facilitar a integração e contribuir para o desenvolvimento do país: são trabalhadores; dinâmicos (“*obreiros de países*”) e de nacionalidade portuguesa. Por último, e igualmente com maior frequência em 1976, reforça-se o seu apartidarismo.

Conclusões

O repatriamento das colónias portuguesas em África, que marca o término dos impérios coloniais europeus, é o maior movimento migratório de repatriados, no contexto das descolonizações, em termos de proporção na população residente, representando um acréscimo de 5%.

Concentrou-se em 1975, com especial incidência nos meses de julho a outubro, durante o funcionamento da Ponte Aérea, entre Luanda e Lisboa, que evacuou cerca de 200 mil retornados de Angola. No total, e segundo dados do Recenseamento Geral da População de 1981, 417.427 indivíduos repatriados residiam, nesse ano, em Portugal. Há ainda a considerar a estimativa dos cerca de 60.000 colonos que emigraram, após o repatriamento, ou que nunca retornaram ao país.

O êxodo, o acolhimento e a integração do contingente populacional repatriado, num período de crise económica, política e social em Portugal, tiveram obviamente múltiplos impactos: demográficos, económicos, políticos e socioculturais.

O repatriamento dos retornados portugueses evidencia maior proximidade com o dos *pieds-noirs* franceses, treze anos antes, assemelhando-se ainda nos processos de colonização e de descolonização e nos impactos nas respetivas metrópoles.

Em primeiro lugar, os dois repatriamentos, de “colónias de povoamento” branco em larga escala, são a óbvia, mas aparentemente imprevista, consequência de uma colonização assente na premissa de ‘assimilação’ dos autóctones, num eterno e idealizado império que se prolongava nos departamentos ultramarinos franceses ou nas províncias ultramarinas portuguesas. As políticas coloniais dos dois impérios confluem no *Direct Rule*, contudo os governos nacionais não controlavam totalmente o quotidiano das colónias, devido sobretudo aos poderes consideráveis dos governadores coloniais e à frágil influência dos distantes poderes metropolitanos. Na verdade, as colónias eram quase sempre reguladas por um aparelho burocrático, por um sistema colonial, tendente ao imobilismo, cujo poder efetivo se encontrava nas chefias de proximidade, nas bases da estrutura hierárquica, mais ‘utilitaristas’, focadas na exploração dos recursos coloniais, e que frequentemente ignoravam as políticas oficiais.

As colónias africanas eram mantidas em estado de subdesenvolvimento e de

extrema dependência das metrópoles, funcionando como mercados prioritários e de substituição, em períodos de crise das potências coloniais, em especial no império português, e a assimilação era vedada à maioria dos africanos. Todavia, a França democrática investiu mais na instrução dos ‘assimilados’, educados nos valores de liberdade e igualdade republicanos, os quais viriam, mais tarde, a liderar os movimentos independentistas. Em Portugal, o regime do Estado Novo manteve os níveis educacionais dos autóctones na formação básica, pelo que um número reduzido acedeu a uma formação superior. Serão igualmente alguns destes estudantes, formados na metrópole, os futuros líderes dos movimentos de resistência nas colónias portuguesas.

Após a 2ª Guerra Mundial, os “ventos de mudança” são ignorados pelo governo português e é precisamente durante esse período, e também após o início da Guerra Colonial em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau (1961-1974), que se intensifica a colonização maciça e de fixação, bem como a construção e renovação de infraestruturas, como formas de legitimação da anacrónica, e contestada, presença em África.

Nos processos de descolonização e, no tardio caso português, somente após a revolução de 25 de abril de 1974, que termina com uma ditadura que sempre recusou descolonizar, o desenrolar das conversações foi claramente conduzido pela ação dos movimentos independentistas, sob o olhar incrédulo dos colonos e a inércia dos governos metropolitanos que encaravam já as colónias como um fardo demasiado pesado, que se tornava insustentável a todos os níveis. A França não consegue cumprir as repetidas promessas, aos *pieds-noirs*, de estabilidade na Argélia, e Portugal, em clima de agitação política e social pós-revolucionária, lidando ainda com a ingerência bipolar das novas superpotências do pós-guerra, também se revelou incapaz de acautelar os interesses dos colonos e do seu próprio património.

As características do êxodo são, consequentemente, comuns nos dois repatriamentos: massivos, concentrados num curto espaço de tempo, inesperados e caóticos. O regresso dos retornados e dos *pieds-noirs* foi sendo adiado, numa expectativa irrealista de manutenção de cidadãos europeus em nações africanas independentes, após longos e traumáticos anos de guerra. O acolhimento dos repatriados, deficiente e improvisado, pelos organismos governamentais, e pouco caloroso, por parte dos

compatriotas metropolitanos, refletiu essa imprevisibilidade, não tendo sido antevistos os elevados contingentes populacionais em migração forçada para as metrópoles.

A posterior integração, que se desejava plena, pacífica e célere, foi condicionada pelas vivências e pelo perfil dos grupos repatriados que integravam as classes dominantes nas hierarquias coloniais, onde imperava a desigualdade social relativamente à população africana, e acreditavam, na sua maioria, por influência dos meios de comunicação social e dos sucessivos governos metropolitanos, nos impérios grandiosos e permanentes e em ideologias de ‘assimilação’ e de ‘missão civilizadora’.

Portugal e França recebem, num curto espaço de tempo, grupos populacionais significativos que fogem em pânico e em evidente fragilidade emocional e económica, sendo recebidos de forma não planificada e hostil. Os repatriados transportavam já experiências traumáticas, associadas à violência dos períodos de guerra colonial e da descolonização. No entanto, o êxodo, súbito e inesperado, e o acolhimento, improvisado e frio, são os eventos mais traumáticos, mais persistentemente recordados pelos repatriados, e estão ainda por explorar os seus efeitos na posterior integração.

A ligação ao país de acolhimento era, contudo, distinta. Nos retornados predominavam os emigrantes de primeira geração, com fortes laços familiares e culturais, prevalecendo a migração de retorno às origens, com o precioso apoio das famílias e das redes locais. Os retornados não eram, no entanto, considerados emigrantes típicos, sendo a emigração para África um projeto de fixação familiar, especialmente nos últimos anos de fixação. As famílias viam-nos como tendo abandonado as suas origens, não visando um regresso futuro. Por sua vez, nos repatriados predominava um sentimento de retrocesso, de voltar atrás, para uma sociedade que não oferecia a mobilidade social e os padrões de consumo disponíveis nas colónias.

As diferenças nos percursos individuais e coletivos, entre repatriados e os que os acolhem, vão originar crispações na fase de acolhimento e nos primeiros anos de integração. Os retornados são percecionados como permanentemente “descontentes”, pondo defeitos em tudo, “de nariz torcido”, como “estrangeiros” que não se adaptam a uma terra que já não conhecem. Esta questão será mais premente nas mulheres

retornadas, globalmente mais emancipadas e escolarizadas, “criticadas” porque iam aos cafés e vestiam saias curtas. O papel destas mulheres, na dinâmica sociocultural portuguesa, é também um campo de pesquisa pouco explorado e que merecia, igualmente, investigação aprofundada.

Para os *pieds-noirs* a França metropolitana era desconhecida e mitificada. A maioria dos repatriados franceses tinha naturalidade argelina, mas descendia de emigrantes espanhóis, italianos ou malteses. Apesar destas diferenças, os dois grupos regressam massivamente, desejando manter uma nacionalidade europeia, portuguesa ou francesa, não obstante o carácter coercivo desta migração, dada a instabilidade nas colónias. Nos *pieds-noirs*, sem vínculos à metrópole, o ambiente de guerra e de permanente insegurança sobrepôs-se, provavelmente, a uma eventual ‘identidade’ africana, construída pela coabitação prolongada no mesmo espaço físico e cultural.

O primeiro impacto dos repatriamentos é o demográfico, alterando-se as estruturas demográficas nacionais, sendo mais marcante no caso português, dada a proporção de repatriados na população metropolitana. Os dois grupos fixaram-se preferencialmente nas zonas urbanas, contrariando as políticas de dispersão, delineadas pelos dois governos, mas indo de encontro aos seus perfis de populações predominantemente urbanas nas colónias africanas. Em França, os *pieds-noirs* preferem o sul e a região de Paris, enquanto em Portugal o retorno é predominantemente de regresso às origens, tendo contribuído para atenuar tendências demográficas regressivas, ao nível nacional, e assimetrias regionais, dinamizando-se as zonas mais despovoadas e deprimidas.

Portugal encontrava-se em período de desaceleração económica e os retornados não beneficiaram de um contexto de crescimento económico similar ao que facilitou a integração profissional dos *pieds-noirs* franceses. Todavia, a inclusão no mercado de trabalho foi admiravelmente rápida, nos dois grupos de repatriados, o que pode ser parcialmente explicado pelas políticas de continuidade profissional, mais eficazes para os funcionários públicos, e ainda pelas características dos repatriados: jovens, com habilitações escolares acima da média metropolitana e proactivos na procura de empregos, que aceitavam muitas vezes sem quaisquer exigências, dadas as condições de

exílio e a necessidade de reconstruírem rapidamente um percurso profissional.

No caso português, o reajustamento da orgânica e das funções do Estado e a revitalização do setor económico permitiram a entrada de novos investidores privados e o alargamento do aparelho estatal, resultando numa maior oferta de empregos. Concentraram-se maioritariamente no setor terciário, como se observou nos repatriados da Argélia, dando continuidade às profissões exercidas nas colónias, o que não se coaduna com a perceção social de ‘colonos rurais ricos’. Não se evitaram, porém, as reclassificações e as desclassificações profissionais, mais frequentes para os retornados que tinham, em média, um nível de vida superior nas colónias, o que não se verificava com os *pieds-noirs*. Esse estatuto económico e social será dificilmente recuperado para a maioria, especialmente para os menos qualificados.

Se os impactos demográficos e económicos são favoravelmente avaliados, nos dois repatriamentos, a dinâmica de integração social é distinta. As tensões entre os *pieds-noirs* e a comunidade que os recebeu prolongaram-se por alguns anos, com origem em fatores diversos. Por um lado, o desenraizamento dos repatriados argelinos, num país desconhecido para a maioria. Por outro, a hostilidade dos metropolitanos, também sentida pelos retornados, assente no receio de um impacto brutal na economia francesa (concorrência nos mercados de trabalho e os gastos com o repatriamento, os quais, contrariamente ao previsto, foram pouco significativos) e nos estereótipos que se associavam aos *pieds-noirs* (‘colonos ricos’ e opressores dos povos colonizados).

Foi ainda determinante o papel ativo das associações de repatriados que reivindicavam a indemnização pelos bens abandonados na Argélia, parcialmente alcançada nos anos 70, pressionando sucessivos governos, inclusive pela estratégia do voto. A negociação coletiva esteve frequentemente presente no processo de integração dos *pieds-noirs*, o que pode ser explicado por uma forte concentração geográfica e pelo reforço de uma identidade *pied-noir*, aquando do repatriamento, numa nação francesa que poucos tinham visitado e que os recebeu de mau grado e com desconfiança.

As perceções sociais evoluíram, gradualmente, para uma valorização dos atributos dos compatriotas repatriados e para uma vitimização, assente nos traumas da guerra e do êxodo precipitado e violento, o que conduziu a uma prevalência dos princípios de

solidariedade e de identidade nacional, registada também para os retornados.

Em aparente oposição, os repatriados portugueses integraram-se na sociedade metropolitana de forma rápida e pouco conflituosa. A biografia da população retornada facilitou certamente a assimilação, incluindo a sua relativa homogeneidade, que resultava de uma triagem sistemática da migração para as colónias portuguesas de África: pela Carta de Chamada, que agrupava geograficamente os colonos; pelas necessidades de emigração para África de grupos mais qualificados, nos últimos anos de colonização; pela definição clara do estatuto de nacional português, segundo o critério eminentemente rácico de *Ius Sanguinis*; e pela última, não menos importante, filtragem de indivíduos que emigraram para outros destinos, incluindo após o repatriamento, e que representavam provavelmente um grupo com dificuldades de integração.

A distribuição regional dos retornados, fixando-se preferencialmente nas zonas de origem, contribuiu igualmente para uma inserção social mais rápida, com o apoio solidário das famílias e o suporte comunitário, bem como para uma dispersão do grupo repatriado que beneficiou a interação com a comunidade de acolhimento e dificultou a reivindicação coletiva, nomeadamente a relativa à questão das indemnizações pelos bens perdidos em África. A escola foi também um veículo fundamental na integração já que três quartos da população retornada de segunda geração, nascida nas colónias, tinha menos de quinze anos aquando do repatriamento. Acrescem as medidas governamentais para a integração dos repatriados que foram também decisivas: políticas transitórias, excecionais, com modelos de negociação não coletiva e de favorecimento da dispersão do retorno.

Na abordagem do processo de integração dos retornados permanece ainda invisível a inclusão dos retornados negros e mulatos, 25 000 a 30 000, na ausência de dados rigorosos, centrando-se a investigação realizada no repatriamento dos colonos brancos. Uma visão menos eurocêntrica do processo de repatriamento é também uma linha de aprofundamento para investigação futura.

A tendência política, e partidária, dos retornados, é percecionada como problemática na integração de um grupo pouco politizado e presumivelmente identificado com o antigo regime e com os partidos de direita, opondo-se a uma

esquerda, no poder em Portugal, que responsabilizavam por uma descolonização que não defendeu os seus interesses. Na verdade, os compatriotas metropolitanos também eram pouco politizados, visto que só após o 25 de abril se desenvolveu uma consciência política para a maioria da população portuguesa. O impacto político dos repatriamentos é, contudo, considerado irrelevante e, de acordo com a exploração bibliográfica, a inclinação política dos retornados é para os partidos mais conservadores, de direita, como também observado nos *pieds-noirs*. Esta temática tem interesse evidente para investigações futuras, uma vez que nunca se realizou um estudo aprofundado e rigoroso das inclinações políticas dos repatriados, como no caso dos *pieds-noirs*, comparando-se opções partidárias, enquanto residentes nas colónias, no momento do êxodo e do acolhimento, nos primeiros anos de integração, nas eleições após a integração plena e, ainda, o voto dos filhos dos retornados, nascidos nas ex-colónias ou já em Portugal.

Em suma, o repatriamento teve impactos significativos na sociedade portuguesa: alterou a configuração demográfica; dinamizou a economia nacional; absorveu uma parte do Orçamento de Estado, com os gastos inerentes ao êxodo, acolhimento e integração; beneficiou da inserção, no mercado de trabalho, de uma população maioritariamente jovem e mais qualificada ao nível profissional e académico; conduziu a medidas legislativas e executivas específicas, ainda que improvisadas e frequentemente tardias, direccionadas para as necessidades de integração dos retornados; afetou o equilíbrio partidário e representou a inclusão de cerca de meio milhão de indivíduos com trajetórias pessoais e sociais distintas das dos metropolitanos. Estes múltiplos impactos do repatriamento foram certamente percecionados pelos portugueses, metropolitanos ou retornados.

As perceções ou representações sociais, que não pressupõem correspondência com a realidade, com os factos, resultam de processos mentais complexos de projeção e de ancoragem: formas de organização do desconhecido, do imprevisto, nas gavetas da memória individual e social. Nestes processos cognitivos, e discursivos, influem os fatores externos, os contextos ou valores culturais comuns, mas também o agente comportamental, o indivíduo, os seus afetos e as suas escolhas pessoais. O binómio individual e coletivo está necessariamente presente nas representações sociais.

Nas configurações das representações sociais, os estereótipos, estruturas mentais simples de organização dos valores culturais, e os preconceitos, exteriorizados na discriminação, ambos frequentemente ligados a uma visão etnocêntrica, especialmente eurocêntrica, e com inegável dimensão coletiva, podem conduzir a um reforço da identidade, por oposição ao outro. Numa situação de mudança, dependem de uma intrincada, e frequentemente morosa, cadeia comunicativa, condicionada pela linguagem, que também traduz seleções e ordenações sociais, sendo especialmente dinâmica e politizada em período de crise social e política, como é o caso do período pós revolução em estudo.

Na integração social dos retornados, frequentemente denominada de pacífica, deve considerar-se, assim, o papel do social e do individual. O contexto de poderes desiguais e de mudanças sociais profundas na sociedade portuguesa condicionou, seguramente, o peso das opções pessoais. No entanto, os distintos percursos individuais, e provavelmente os valores culturais diferenciados, da população repatriada, não podem ser esquecidos no estudo de um fluxo migratório forçado que, mais do que qualquer outro fenómeno social, parece apresentar como características marcantes uma grande ambiguidade e variabilidade.

Nas representações sociais relativas ao repatriamento e à integração dos colonos portugueses também se construíram socialmente estereótipos e se observaram preconceitos. Os sintomas e os efeitos na população repatriada, alvo dos estereótipos e dos preconceitos, como o *stress* e outras perturbações psicológicas, foram certamente determinantes no processo de inclusão social. Que condições de mudança se verificaram para que a integração se processasse aparentemente sem crispações sociais significativas, ou seja, pela alteração nos estereótipos e consequente eliminação dos preconceitos? A dispersão regional dos retornados e as ligações fortes à metrópole da maioria facilitaram claramente uma interação com a comunidade de acolhimento e, com a proximidade contínua dos dois grupos, foram-se alterando, gradualmente, os estereótipos, quando não confirmados no sistemático contacto intergrupar.

No discurso da imprensa, igualmente impregnado do coletivo e do individual, do objetivo e do subjetivo, e de acordo com procedimentos de simplificação e de

dramatização, intrínsecos ao texto jornalístico, predominam as representações sociais dominantes, normalmente associadas ao poder, que são veiculadas, mas também, reforçadas, dado o duplo papel dos meios de comunicação social: reprodutor e interventivo. Os jornais analisados foram o ‘espelho’ das perceções mais frequentes e abrangentes, contribuindo para o seu reforço e, presumivelmente, para a sua mudança.

No estudo empírico recolheram-se 1293 artigos relativos ao repatriamento português, nos periódicos seleccionados, Diário de Notícias e Primeiro de Janeiro, dada a sua abrangência e influência, bem como a localização em zonas de concentração dos retornados, Lisboa e Porto. Estabeleceu-se o limite temporal de maio de 1974 a agosto de 1979, um período que abarca as fases do êxodo, discreto e massivo, do acolhimento e da integração, até à anunciada extinção do Comissariado dos Desalojados, com base no esvaziamento das suas funções, restando apenas casos marginais a integrar nos mecanismos normais de apoio do Estado.

A construção do modelo de análise de conteúdo das notícias do *corpus* considerou quatro indicadores estruturantes: a frequência na publicação; o destaque atribuído aos textos publicados que resulta de decisões editoriais (posição no periódico, localização na página, tamanho, tipologia do título e inclusão de fotografias e/ou entrevistas); os temas abordados, referentes aos impactos diversos do retorno, e a posição valorativa em termos discursivos, ou seja, as escolhas vocabulares negativas ou positivas ou, na sua ausência, a neutralidade. Realce-se que esta neutralidade se refere somente às escolhas vocabulares ou seleções discursivas, visto que a opção pela publicação de um artigo e a sua estrutura externa já denunciam a inexistência de neutralidade.

Para além de uma análise da frequência, do destaque, dos temas e das posições valorativas, por ano e global, procedeu-se a uma agregação das escolhas vocabulares em subcategorias semânticas, identificando-se os estereótipos dominantes e sua evolução do período estudado, incluindo as perceções dos retornados sobre si próprios, ou seja, a visão do grupo repatriado sobre o processo de repatriamento, de acolhimento e de integração na sociedade portuguesa.

Em primeiro lugar, e com base no indicador de frequência, concluiu-se que se publicaram mais notícias nos anos de 1976 e 1977 (66%), com especial incidência em

1976. Deste modo, a etapa de integração dos retornados, especialmente o primeiro ano, é a que recebe maior atenção da imprensa portuguesa, enquanto o êxodo e o acolhimento, mais concentrados em 1975, recolhem menos de um quinto do total. Também no repatriamento massivo dos *pieds-noirs*, segundo Harrir *et al* (2009), a imprensa francesa publicou um número pouco relevante de artigos.

O êxodo de Moçambique, em 1974, é mesmo praticamente ignorado, registando-se, neste ano, apenas 9 notícias em 8 meses, de maio a dezembro. Nestes primeiros artigos sobre o retorno, os colonos moçambicanos “decidem”, “irrefletidamente e por medo”, regressar a Portugal, o que se considera “um estado emocional temporário” (Rosa Coutinho, Alto-comissário de Moçambique, citado em DN, 29/10/1974, p. 13). Na criação da Comissão Nacional de Descolonização, a 5 de agosto, ainda se prevê a proposta de medidas concretas para “incentivar a permanência dos cidadãos portugueses nos novos países africanos”.

No entanto, a ministra dos Assuntos Sociais, Maria de Lurdes Pintassilgo, já antevê um movimento migratório significativo que viria alterar abruptamente a pirâmide demográfica, reconhecendo ser necessário planificar esquemas de proteção específicos para uma integração progressiva dos retornados (citada em PJ, 31/10/1974, p. 1). Por sua vez, em 1977, na tardia definição do ‘conceito de desalojado’, define-se que a data de partida das colónias, legalmente válida para se beneficiar desse estatuto, é a 1 de setembro de 1974, pois a partir dessa data, segundo o deputado do PSD, Amândio de Azevedo, ex-Secretário de Estado dos Retornados, “o governo não podia deixar de reconhecer como legítima e justificada a fuga e abandono das ex-colónias tão clara foi a sua incapacidade para assegurar, minimamente, a proteção da sua vida e dos seus bens” (citado em PJ, 2/7/1977, p. 1).

A agitação política e social em Portugal, num período pós-revolucionário condicionou a invisibilidade deste primeiro êxodo de Moçambique, mas também, embora menos significativo, de Angola, bem como a perceção dos governantes, difundida e reforçada na imprensa, que julgavam poder ainda controlar o processo de descolonização e de repatriamento e acautelar os direitos dos colonos. “O destino do ultramar terá de ser democraticamente decidido por todos aqueles que àquela terra

chamam sua” (Spínola, Presidente da República, citado em DN, 16/5/1974, p. 7).

Nos últimos anos, 1978 e 1979, o número de notícias diminui consideravelmente, não atingindo, os dois anos em conjunto, o publicado em 1975, e em 1979 recolhem-se apenas 48 notícias (4% do total), de janeiro a agosto, o que pode inferir uma desejada integração plena, três anos após uma migração massiva, forçada, inesperada, caótica e presumivelmente traumatizante, confirmando-se um desejo coletivo, expresso também pelo Presidente da República: “Espero (...) que dentro de alguns anos não haja mais retornados em Portugal, mas apenas portugueses iguais” (Ramalho Eanes, citado em PJ, 29/1/1977, p. 1).

O DN publicou mais notícias, com uma diferença pouco relevante, e também lhes atribuiu maior destaque, embora o destaque médio dos dois jornais seja de 14 pontos, numa escala de 4 a 30 pontos, sendo superior em 1975, e com valores menos expressivos em 1974 e 1978. O funcionamento da Ponte Aérea, de julho a novembro de 1975, e a divulgação dos fundos mobilizados para o repatriamento e ações de acolhimento, governamentais e outros, bem como a ação mais reivindicativa dos repatriados (formação de seis associações de retornados; primeiro plenário significativo, no Pavilhão dos Desportos; manifestação em Lisboa, com concentração junto à Presidência da República; ocupação do Banco de Angola, em Lisboa; e assalto à Casa de Angola) foram determinantes na valorização da estrutura externa dos artigos publicados neste ano.

Curiosamente, também é em 1975 que se concentram as referências à (des)informação (“ecos e os boatos”), à “ação tendenciosa” e ao “hipócrita silêncio sobre o drama”, por parte da comunicação social, registando-se conflitos com os retornados que “intimidam”, “hostilizam” e “agridem” jornalistas. Nas perceções sociais, dos retornados e dos que os acolhem, foi detetada, e contestada, uma reduzida frequência noticiosa durante o fluxo massivo. Contudo, no período estudado, as notícias deste ano são as mais destacadas, incluindo-se um quarto das fotografias publicadas.

Este é igualmente, tal como em 1974, um período de turbulência social e política que conduziu inclusive à suspensão do DN, após o Golpe Militar de 25 de novembro, até 22 de dezembro. Os governantes, naturalmente mais focados nas tensões internas,

continuaram a minimizar a dimensão do problema. Em janeiro de 1975, “os angolanos de origem portuguesa podem estar descansados. (...) Angolanos são os que nasceram em Angola, os que se radicaram lá e os que querem tornar-se angolanos. Não foi uma aceitação forçada e as quatro partes estão de acordo” (PJ, 15/1/1975, p. 10), e na criação do IARN, a 31 de março, prevê-se a “indenização pelos bens deixados” para os que “não queiram” regressar à antiga colónia. O repatriamento é ainda avaliado como sendo voluntário e controlado pelo governo português, tendência seguida pela imprensa, registando-se, neste ano, apenas 6 entrevistas aos retornados que chegaram à Portela e, mais tarde, a Pedras Rubras, num grupo populacional de cerca de meio milhão.

O indicador de destaque revela ainda que o grupo dos artigos mais destacados (19%, com destaque superior a 15 pontos) se concentra em 1976 e 1977, especialmente na fase inicial de integração, nos primeiros cinco meses de 1976, quando se regista maior número de plenários, manifestações (São Bento e Rossio, entre outras), concentração de taxistas em São Bento, ocupações (Secretaria de Estado dos Retornados, IARN do Porto e hotéis em Lisboa) e até confrontos com a polícia no Cais do Sodré. Há ainda publicação, razoavelmente destacada, relativa aos apoios do estrangeiro. Este grupo de notícias com superior destaque é especialmente interessante para a investigação, já que denuncia maior relevância pelos jornais e, presumivelmente, pelos seus leitores.

Conclui-se, no entanto, que globalmente, nos seis anos estudados, as opções editoriais nos dois jornais não destacam os artigos referentes ao retorno e aos retornados. Para além da paginação, da dimensão dos artigos e da tipologia dos títulos, os dois vetores importantes do destaque são minimizados: somente 14% dos artigos são acompanhados de fotografias e a inclusão de entrevistas, embora maioritariamente a retornados, surge em apenas 3% das notícias.

Os temas mais abordados são, curiosamente, a ‘Ação Governativa’ e a ‘Interação Sociocultural’, o que não se esperaria numa integração social pacífica. Os impactos mais importantes, de acordo com a exploração bibliográfica e com as vozes de governantes, metropolitanos e retornados, nas notícias analisadas, não correspondem aos temas mais frequentemente explorados. As ‘Finanças’ são referidas em 13% dos

artigos, o ‘Emprego’ em 8%, percentagem partilhada pelo tema ‘Intervenção Partidária’, e o indiscutível impacto demográfico em apenas 6%. Em todos os temas se observa uma maior frequência em 1976 e 1977, os períodos de publicação mais intensa, com exceção do demográfico, com prevalência óbvia em 1975.

A ‘Ação Governativa’, conquanto seja o tema mais frequente, e publicado em todos os anos, não é o mais destacado e é preponderantemente neutro ou positivo. Uma intervenção governamental mais ativa, na produção legislativa e na ação executiva, mas também na cessação dos apoios transitórios e excepcionais, vai obtendo, gradualmente, maior visibilidade da imprensa, o que poderá estar associado a uma publicação sistemática, e provavelmente intencional, de Notas Oficiosas, em especial pelo Comissariado para os Desalojados, criado em setembro de 1976. As intervenções dos governantes nos meios de comunicação social tendem a ser apaziguadoras, realçando os aspetos positivos do repatriamento e dos repatriados, ou neutras, com a mera divulgação de medidas ou relatórios das atividades desenvolvidas em prol dos retornados. Todavia, a avaliação dos retornados, e dos metropolitanos, incluindo-se responsáveis governamentais, da intervenção do governo na gestão do repatriamento, recolhe escolhas vocabulares negativas, que enfatizam a desorganização, o “pandemónio”, e a inação, “as boas ações no papel”, especialmente do IARN, mas visando-se igualmente o Comissariado dos Desalojados, “uma fábrica de emigrantes”, numa “política de abandono”, “sem honra, sem amor e até sem cálculo”. Só na fase final do período estudado, em 1978, o Conselho de Europa vem elogiar a “seriedade e qualidade das informações prestadas” e a “originalidade” na aplicação dos empréstimos.

Em 1976, esta ‘Ação Governativa’, menos divulgada nos jornais selecionados, apesar das frequentes publicações da responsabilidade da Secretaria de Estado dos Retornados e do IARN, centra-se: numa reorganização dos organismos e serviços de apoio, anunciando-se a substituição do IARN, cuja orgânica já não corresponde às necessidades do repatriamento; numa maior participação dos retornados, nomeadamente através das comissões concelhias e distritais; na inclusão gradual dos apoios em regimes gerais normais; na realização de um recenseamento de desalojados, em novembro e dezembro; na definição de retornado; e em políticas de dispersão regional, evitando-se

uma indesejada concentração de retornados, a exemplo do ocorrido com os *pieds-noirs* argelinos, observáveis na exclusão das zonas de maior concentração do retorno (Lisboa, Porto e Setúbal), aquando da concessão de apoios (CIFRE ou aquisição de habitação própria), da atribuição de licenças a taxistas e, mais tarde, em 1977, da recolocação dos repatriados em Centros Coletivos de Alojamento.

É em 1977 que se observa maior concentração neste tema, especialmente devido ao término do alojamento por conta do Estado, bem como à criação do *kwanza* angolano que deita por terra as esperanças de recuperação de parte do património acumulado naquele território de superior fixação de colonos. Na posse de uma contabilização mais rigorosa dos repatriados, pelo recenseamento de 1976, dá-se continuidade à política de acomodação das medidas específicas para retornados nos regimes e estruturas regulares do Estado, e os repatriados, ainda alojados por conta do Estado, em Alojamentos Coletivos, são chamados a participar nas suas despesas, privilegiando-se a modalidade de empréstimo, em desfavor da de subsídio.

Os artigos sobre os gastos relativos ao retorno e efeitos no tecido empresarial português, no tema ‘Finanças’, recebem um destaque significativo, concentram-se mais em 1978, e são quase sempre neutros ou positivos, reforçando-se, em especial pelos governantes, os impactos no dinamismo das atividades económicas do país, nomeadamente os resultantes da aplicação do programa de Crédito CIFRE, um programa que iniciou a 27 de dezembro de 1976 e deveria prolongar-se até 1980, mas que foi suspenso em junho de 1978, por se encontrarem esgotadas as verbas disponíveis.

As notícias com valoração negativa, em número pouco expressivo, especialmente entre as mais destacadas, referem-se principalmente a fraudes no IARN, os “negócios obscuros” e as “situações fraudulentas” e aos montantes “inaceitáveis, quase imorais” do alojamento por conta do Estado, numa situação económica geral “de carência” que “não permite ilusões desmedidas”. Em oposição, nas seleções discursivas positivas, os empresários do turismo avaliam o alojamento por conta do Estado como “um balão de oxigénio para a indústria hoteleira que se encontrava em crise” e destacam-se as iniciativas empresariais de retornados “que brotaram como cogumelos” e que “contribuíram para a recuperação económica nacional”.

Igualmente no domínio económico, o impacto no ‘Emprego’, ou antes na “ampliação de desempregados” na sociedade metropolitana, é, estranhamente, o tema menos destacado, e quase sempre neutro, como verificado nas ‘Finanças’. Concentra-se mais nos primeiros anos de integração, mas é mais negativo em 1975. Com exceção de alguns conflitos sectoriais, nos quais se distingue o da inclusão dos taxistas que mereceu atenção considerável nos dois jornais, a integração profissional dos repatriados parece ter sido alcançada rapidamente e sem dificuldades, sendo considerado um problema nacional e não diretamente relacionado com o retorno. De qualquer modo, alguns trabalhadores sentem-se “prejudicados” e “atacados nos seus direitos”, reclamando o respeito pelas “regras comuns de admissão” e pelos “direitos adquiridos”.

A ‘Interação Sociocultural’ é o segundo tema mais frequente, mas é o mais destacado, apresentando um número relevante de notícias também em 1975, aquando da chegada dos repatriados, no primeiro momento de reencontro entre os dois grupos em interação: o repatriado e o de acolhimento. Predomina a posição valorativa negativa, no grupo dos artigos mais destacados, concentrada entre 1975 e 1977, com especial incidência em 1975. A integração dos retornados na sociedade portuguesa foi célere, a julgar pela ‘neutralidade’ do tema em 1979, mas não foi completamente pacífica, pelo menos no período de maior fluxo migratório e nos primeiros anos de integração. Esta ‘tensão sociocultural’ é observável nas opções discursivas negativas que se centram na “agressividade”, no “descontentamento”, na “inadaptação”, na “discriminação” e nos “privilégios” dos retornados, “filhos bastardos” que “semeiam ódios e tempestades”, numa “pátria que já não reconhecem ou que nunca reconheceram”. Em 1975 são uma “etnia especial”, “olhados como intrusos na sociedade”, porém, em 1978, já são “um grupo momentaneamente diferente”, mas cuja “integração continua a estar em dúvida”.

Nas escolhas vocabulares positivas, tenta-se contrariar o conflito social percecionado, apelando-se à solidariedade da população de acolhimento, fundamentada na fragilidade económica e emocional dos repatriados e na identidade nacional. Assim, estes “legítimos filhos de Portugal” merecem um “clima de compreensão e de bom acolhimento”, pois encontram-se em “aflitiva situação moral”, após um “regresso traumático”, “na sua esmagadora maioria sem um chavo no bolso”. São ainda “vítimas”,

“bodes expiatórios” da “desastrosa política colonial”, duma “situação herdada do regime anterior”.

O perfil da população repatriada é também percecionado como fator positivo na integração, embora o facto de serem maioritariamente jovens só tenha sido mencionado num artigo e as qualificações profissionais e académicas obtenham referências em número pouco significativo. Nos retornados, “gente que se valorizou e educou os filhos”, releva-se principalmente o dinamismo, “o espírito empreendedor” e a “experiência de fazer países”, e a capacidade de trabalho. São também “ordeiros” e “discretos na sua dor”, características que se opõem às acusações de agressividade.

Os retornados formaram 26 associações, noticiadas nos jornais analisados, que são muito mais interventivas nos últimos anos do estudo, em especial as organizações: IOR; CID, que representa principalmente os alojados por conta do Estado; Projeto I, que surge em 1977 e se centra na questão das indemnizações; e CSI que ensaia a criação de um partido político, não apoiado pelas restantes associações de retornados, e apoia a candidatura de Pompílio da Cruz à Presidência da República, a qual veio a ser suspensa por irregularidades no processo. São essencialmente organizações reivindicativas, centradas nos problemas de emprego e de habitação e, em número pouco relevante, na indemnização pelos bens deixados nas ex-colónias. As tentativas de unificação das associações vão falhando, dispersando-se os esforços e não se observando a coesão necessária para uma negociação coletiva, como a alcançada na integração dos *pieds-noirs*.

Em 1978 surge uma única associação com fins culturais, a Associação Nacional de Retornados, que se propõe “congregar todos os retornados e preservar os aspetos da cultura africana, dos hábitos e costumes adquiridos” (PJ, 5/2/1978, p. 11). Esta ‘identidade’ africana vai ser minorada face às necessidades de uma integração rápida, mas também ao perfil dos repatriados, a maioria com vínculos culturais e familiares muito fortes a Portugal, e à escolarização maciça dos descendentes, sendo a escola um importante instrumento de inclusão social, onde prevalece e se propaga a cultura do grupo dominante.

Nas pouco frequentes perceções dos retornados sobre si próprios, e sobre o

processo de repatriamento, acolhimento e integração, mais observáveis em 1976, mas com maior peso nos últimos anos de estudo, predominam a vulnerabilidade emocional e económica: o “drama” da “triste odisseia” e a “nefasta e degradante miséria”. Vêm-se ainda como “vítimas” de um castigo que não mereciam, “o crime do colonialismo”, e discriminados, “portugueses de segunda classe”. Nas escolhas vocabulares positivas, realça-se também, como nas perceções dos metropolitanos, especialmente veiculadas pelos governantes, o “dinamismo”, o “espírito de iniciativa e de luta” e o facto de serem “gente habituada a trabalhar”.

A ‘missão civilizadora’ regista algumas ocorrências, quase marginais, e não estão só presentes nas imagens dos repatriados. São “fazedores de pátrias”, pois “quando lá chegámos viviam como selvagens”. Dada a reduzida frequência de notícias que reproduzissem as representações dos retornados, bem como a provável opção por um discurso politicamente correto, numa dinâmica de integração social como grupo minoritário, não se consegue vislumbrar, no *corpus* analisado, a frequência e a evolução das posições marcadamente colonialistas. A representatividade das associações de retornados mais ‘reacionárias’ que se opõem, por exemplo, à condenação do *apartheid* na África do Sul, é frequentemente contestada, afirmando-se que tais afirmações e pensamentos não são partilhados pela maioria “silenciosa” dos retornados.

O tema ‘Intervenção Partidária’, que se publica mais em 1976, com as eleições legislativas e para a Presidência da República, é mais negativo, mas com destaque e frequência pouco relevantes. A associação da ideologia e do voto retornado aos partidos de direita, particularmente ao CDS, é evidente, porém, as perceções negativas centram-se na “manipulação” a que foram sujeitos os repatriados, vistos como um grupo pouco politizado, pouco esclarecido, não diferindo, neste aspeto, do global da população portuguesa que se politizou com o 25 de abril de 1974, e em frágil situação económica e emocional, “uma comunidade de desesperados” que facilmente se “instrumentaliza”, se deixa “envolver pelo Canto das Sereias”. A tendência do voto retornado é também uma preocupação dos governantes, assumindo-se que a entrega da Secretaria de estado dos Retornados a um elemento do PPD, Amândio de Azevedo, “não foi por acaso”.

Por último, o tema demográfico é sempre neutro, concentra-se em 1975, e não

merece destaque significativo, o que contraria a realidade factual: os retornados representam 5% da população do país e rejuvenescem a sua estrutura demográfica.

Em suma, as implicações do repatriamento da África portuguesa são globalmente percecionadas na imprensa nacional, que as veicula e reforça, maioritariamente de forma neutra, ao nível das escolhas vocabulares, não se registando diferenças assinaláveis nos dois jornais, apesar de apresentarem um historial distinto.

As fases do êxodo e de acolhimento não receberam uma atenção significativa, o que se observou também no retorno dos *pieds-noirs*, dando-se primazia aos primeiros anos de integração, 1976 e 1977, com inegável preponderância das notícias referentes à intervenção governativa no processo e à integração sociocultural, que não foi pacífica, pelo menos neste período inicial de inclusão dos retornados na sociedade portuguesa, quando são explícitas, e implícitas, as tensões entre os dois grupos em interação.

No entanto, a celeridade na integração é perceptível, nos anos em estudo, se considerarmos a gradual redução de artigos sobre o repatriamento, nos últimos dois anos, tornando-o quase invisível. Esta invisibilidade foi igualmente observada na fase de repatriamento massivo e de acolhimento (1974 e 1975), podendo delinear-se um ‘ciclo de visibilidade’ do retorno que atinge o topo em 1976.

Assinale-se que, no grupo das notícias mais destacadas, o ano de 1979 é o único que apresenta prevalência da posição valorativa negativa e é nos dois últimos anos do estudo que o peso das perceções dos retornados é mais elevado. Há uma tendência para a invisibilidade, mas, no último ano, persiste uma avaliação negativa do repatriamento, apesar da reduzida frequência de notícias. Recorde-se ainda que, nos seis anos em estudo, apesar da preponderância da neutralidade discursiva, as perceções negativas são sempre superiores às positivas quando o destaque das notícias é maior.

Os gastos com o retorno obtêm considerável relevância editorial, mas o evidente impacto demográfico e a entrada dos repatriados no mercado de trabalho apresentam uma frequência e destaque pouco significativos, assim como o temido voto dos retornados em partidos de direita, lembrando-se que a tendência partidária dos retornados é quase sempre avaliada com seleções discursivas negativas.

Conclui-se, acrescentando que com os resultados da investigação se pretendeu

contribuir para a compreensão de um acontecimento histórico ainda pouco explorado no domínio das Ciências Sociais, nomeadamente na historiografia. O impacto demográfico e económico são os mais discutidos na bibliografia, com base no inestimável estudo do sociólogo Rui Pena Pires (1984 e 2003), sustentado nos dados do Censo de 1981. Apontam-se como ‘terrenos’ de investigação ainda quase desérticos, entre outros: o impacto no equilíbrio partidário (o voto retornado e dos retornados de segunda geração); os aspetos traumáticos associados a vivências de guerra colonial e a descolonizações e êxodos súbitos, inesperados e violentos, com a perda de todos os bens, para a maioria; os efeitos da integração sociocultural de cerca de meio milhão de indivíduos com percursos individuais e coletivos distintos numa sociedade em mutação profunda; o papel das mulheres retornadas, maioritariamente mais emancipadas; o papel e evolução das associações de retornados, até aos nossos dias; e a integração dos retornados “esquecidos”, os negros e mulatos que acompanharam os retornados brancos. Relembra-se que na próxima década se apagarão ‘as vozes’ dos protagonistas do repatriamento, o que pode comprometer estudos empíricos futuros.

As perceções dominantes sobre o repatriamento português são, talvez por falta de trabalhos de investigação diversificados, que abordem os seus distintos domínios e implicações, muito frequentemente ‘romantizadas’, com base em histórias pessoais, de inegável interesse histórico, mas que constituem apenas pequenas pedras num edifício ainda por estruturar e explorar. Também se avalia este trabalho como um pequeno contributo, uma ‘pedrinha’ nesse enorme desafio do conhecimento de um dos maiores movimentos migratórios europeus de repatriamento.

Referências Bibliográficas

FONTES PRIMÁRIAS

Diário de Notícias, de Maio de 1974 a Agosto de 1979.

Primeiro de Janeiro, de Maio de 1974 a Agosto de 1979.

FONTES SECUNDÁRIAS

Acemoglu, Daron; **Johnson**, Simon & **Robinson**, James A. (2001). *The colonial Origins of Comparative Development: An Empirical Investigation*. American Economic Review, 91 (5), Pp. 1369-1401.

Acemoglu, Daron; **Johnson**, Simon & **Robinson**, James A. (2002). *Reversal of Fortune: geography and institutions in the making of the modern world income distribution*. The Quaterly Journal of Economics, 117 (4), Pp. 1231-1294.

Alves, Diniz Manuel (2003). *Foi você que pediu um bom título?* Coimbra: Quarteto Editora. ISBN 972-8717-86-5.

Alves, Jorge Fernandes (2016). *Os emigrantes: Do Eldorado brasileiro ao “salto” para a Europa*. Artigo publicado na revista História, Jornal de Notícias, agosto de 2016. Pp. 34-41.

Bardin, Laurence (2007). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70. ISBN 972-44-1154-0.

Berger, Arthur (1998). *Media Analysis Techniques*. California: Sage Publications. ISBN 0-7619-1454-4.

Brilhante, Miguel (2000). *As representações sociais do repatriado*. Lisboa: Salamandra.

Budd, Richard W. (1964). *Attention score: a device for measuring news play*. Journalism and Mass Media Communication Quarterly. London: Sage Publications. Pp. 259-262.

Cabral, Manuel Villaverde (2014). *Um país de emigração maciça e baixa literacia*. Artigo publicado no Diário de Notícias, edição comemorativa dos 150 anos, 29 de dezembro de 2014, Ano 151, Nº 53.217. Pp. 38-42.

Câmara Municipal de Lisboa (2014). *25 de abril – Os dias da revolução na imprensa portuguesa. Jornalismo e revolução: os anos de 1974 a 1976*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Pelouro da Cultura, Hemeroteca Municipal.

Castelo, Cláudia (2004). *A migração de metropolitanos para Angola e Moçambique (1945-1974)*. Comunicação ao VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais – A questão social no novo milénio. Coimbra, 16, 17 e 18 de Setembro de 2004. [Http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/Cláudia.castelo.pdf](http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/Cláudia.castelo.pdf). Página consultada a 20 de Agosto de 2009.

Castelo, Cláudia (2007). *Passagens para África – O povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974)*. Porto: Edições Afrontamento.

Chamberlain, M.E. (1997). *La descolonización: la caída de los imperios europeos*. Trad. Ignacio Hierno y Ricard Hierno. Barcelona: Ariel.

Comtat, Emmanuelle (2009). *Les pieds-noirs et la politique – quarante ans après le retour*. Paris: Presses de Sciences. ISBN 978-2-7246-1138-0.

Coronil, Fernando (2003). *Naturaleza del postcolonialismo: del eurocentrismo al globalcentrismo*. In Edgardo Lander (comp.), *La Colonialidad del Saber: Eurocentrismo Y Ciencias Sociales*. Buenos Aires: CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales). ISBN 950-9231-51-7. Pp. 87-111.

Correia, Pedro Pezarat (1991). *Descolonização de Angola, a joia da coroa do Império Português*. Lisboa: Edições Inquérito. ISBN 972-670-131-7.

Dacosta, Fernando (2001). *A odisseia do retorno*. Encontros de divulgação e debate em Estudos Sociais, nº 6, 2º semestre de 2001. Vila Nova de Gaia: Sociedade de Estudos e Intervenção Patrimonial. ISBN 0873-0512. Pp. 61-63.

Dacosta, Fernando (1998). *Os Retornados*. In João Medina (org.), *História de Portugal*. Volume XIV. Lisboa: Clube Internacional do Livro. ISBN 972-97003-4-6. Pp. 223-230.

Dacosta, Fernando (1984). *Os Retornados estão a mudar Portugal*. Lisboa: Relógio D'Água.

Develotte, Christine & **Rechniewsky**, Elizabeth (2001). *Discourse analysis of newspaper headlines: a methodological framework for research into national representations*. Sydney: School of European, Asian and Middle Eastern Language and

Studies. University of Sydney. Web Journal of French Media Studies; novembro de 2001. [Http://wjfms.ncl.ac.uk/titles.htm](http://wjfms.ncl.ac.uk/titles.htm). Página consultada a 21 de Junho de 2009.

Diário de Notícias (2014). *150 anos de Portugal*. Edição comemorativa dos 150 anos do Diário de Notícias, 29 de dezembro de 2014, Ano 151, Nº 53.217.

Dion, Keneth L. (2002). *The social psychology of perceived prejudice and discrimination*. http://findarticles.com/p/articles/mi_qa3711/is_200202/ai_n9049618. Página consultada a 28 de Maio de 2010.

Droux, Arnaldo Eduardo Silva (1986). *Os repatriados da descolonização portuguesa: alguns aspetos psicosociais da sua reintegração*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.

Droz, Bernard (2006). *Histoire de la décolonisation – au XX siècle*. Paris: Éditions du Seuil. ISBN 978-2-7578-1217-4.

Droz, Bernard (1999). *Pieds-noirs, Belges, Anglais, Portugais... Le grand rapatriement*. L'Histoire, nº 231, Abril de 1999. Pp. 70-73.

Dubois, Colette (1994). *L'épineux dossier des retournados*. In Miège, Jean-Louis et Dubois, Colette (ed.) (1994). *L'Europe retrouvée. Les migrations de la décolonisation*. Paris: Éditions L' Harmattan. ISBN 2-7384-3135-6. Pp. 213-246.

Dussel, Enrique (2003). *Europa, Modernidad Y Eurocentrismo*. In Edgardo Lander (comp.), *La Colonialidad del Saber: Eurocentrismo Y Ciencias Sociales*. Buenos Aires: CLACSO. Pp. 41-53. ISBN 950-9231-51-7.

Fairclough, Norman (1995). *Media discourse*. London: Edward Arnold.

Farinha, José (2005). *Estereótipos*. Página consultada a 28 de Maio de 2010. http://w3.ualg.pt/jfarinha/activ_docente/psicologia%20social/projec/nt_estereotipos.pdf.

Fernandes, Ferreira (2014). *Eduardo Coelho, a vida dele dava um jornal*. Artigo publicado no Diário de Notícias, edição comemorativa dos 150 anos, 29 de dezembro de 2014, Ano 151, Nº 53.217. Pp. 62-68.

Fernandes, José Queiroga (2004). *Ecos do Império – Análise do Modelo Colonial Português nas cartas de Inácia Carolina e Ernesto Kopke (1850-1880)*. Braga: Edições Casa do Professor. ISBN 972-8850-05-0.

- Fonseca**, Maria de Belém (2012). *Descolonização e repatriamento europeus. A História dos Retornados. O caso do distrito de Évora (1975-1976)*. Dissertação de Mestrado. Escola de Ciências Sociais. Universidade de Évora.
- Gomes**, Pedro Marques (2012a). *A imprensa na revolução portuguesa: o caso do Diário de Notícias (1974-1975)*. Estudos em Jornalismo e Mídia – volume 9, Nº 2. Pp. 368-382.
- Gomes**, Pedro Marques (2012b). *O Diário de Notícias e o 25 de novembro de 1975: um momento de mudanças*. Comunicação Pública – volume 7, nº 12. <https://cp.revues.org/178>. Página consultada a 15 de agosto de 2016.
- Gorce**, Paul-Marie (1964). *História da O.A.S. na Argélia*. Trad. Maria Laura Redondo. Lisboa: Edições Seara Nova.
- Guerra**, Fernando Meireles (1996). *Descolonização: o Império Colonial Português em África e aquilo que os portugueses programaram, projetaram, construíram e lá deixaram depois do 25 de Abril de 1974*. Lisboa: Universitária Editora.
- Guerra**, João Paulo (1996). *Descolonização Portuguesa, o regresso das caravelas*. Lisboa: Dom Quixote. ISBN 972-20-1306-8.
- Harrir**, Christelle; **Jordi**, Jean Jacques e **Perroy**, Aymeric (2009). *Les valises sur le pont – La mémoire du rapatriement maritime d'Algérie*. Rennes: Marines Éditions. ISBN 978-2-35743-036-5.
- Hsieh**, Hsiu-Fang e **Shanon**, Sarah (2005). *Three approaches to qualitative content analysis*. Qualitative Health Research, November, 2005. London: Sage Publications. Pp. 1277-1288.
- Jordi**, Jean Jacques (2002). *Les pieds-noirs: constructions identitaires et reinvention des origines*. Hommes & Migrations, Nº 1236 (Mars-Avril). Pp. 14-25.
- Jordi**, Jean Jacques (1993). *De L'exode à l'exil: Repatriés et pieds-noirs en France – L'exemple marseillais (1954-1992)*. Paris: Éditions L'Harmattan. ISBN 2-7384-2305-1.
- Krippendorff**, Klaus (2004). *Content Analysis – An introduction to its methodology*. London: Sage Publications.
- Lange**, Matthew K. (2004). *British Colonial Legacies and Political Development*. World Development, Vol. 32, Nº 6, Pp. 905-922. London: Elsevier Ltd.

- Lourenço**, Isabel (2009). *Retorno da África portuguesa – Imagem na imprensa (1974-75)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Lubkemann**, Stephen (2003). *Race, class and kin in the negotiation of «internal strangeness» among Portuguese retornados*. In Smith, Andrea L. (ed.). *Europe's Invisible Migrants*. Amsterdam: Amsterdam University Press. Pp. 147-168.
- Lynch**, Stacy e **Limor Peer**, Ph. D. (2002). *Analysing newspaper content – A how-to Guide*. Illinois: Media Management Center at Northwestern University.
- Lyob**, Ruth (1995). *Eritrean struggle for independence – Domination, resistance, nationalism (1941-1993)*. Cambridge: Cambridge University Press. ISBN 0-521-47327-6.
- Machado**, Bruno (2011). *Os filhos dos “retornados”: a experiência africana e a criação de memórias, pós memórias e representações na pós-colonialidade*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geografia e Ordenamento do Território. Universidade de Lisboa.
- Madeira**, Luís Filipe (2013). *Decisão na metrópole, execução do ultramar*. Artigo publicado na Revista *Africana Studia*, Revista Internacional de Estudos Africanos. Nº 21, 2º semestre de 2013. Porto: Centro de Estudos Africanos, Universidade do Porto. Pp. 53-71.
- MacQueen**, Norrie (1998). *A descolonização da África Portuguesa: a revolução metropolitana e a dissolução do Império*. Lisboa: Europa-América. ISBN 972-670-313-1.
- Marques**, Alexandra (2015). *Retornados, não – deslocados ou refugiados*. Artigo publicado na revista *Visão História*, Nº 32, dezembro de 2015. Pp. 84-87.
- Martins**, José Nunes (1986). *Emigrantes, retornados, regressados e mudança numa comunidade da Beira Interior*. Lisboa: Centro de Estudo dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa. Universidade Católica Portuguesa.
- Mateus**, Abel (1998). *Economia Portuguesa desde 1910*. Lisboa: Edições Verbo. ISBN 972-22-1921-9.
- Mateus**, António (1999). *A caravana do fim do mundo*. Artigo publicado na revista *Grande Reportagem*. Reportagem Angola 1975. Janeiro de 1999. Pp. 38-45.

- Matos**, Helena (2010). *Retornados, a palavra possível (II)*. Artigo publicado no Público, 11 de março de 2010. P. 37.
- Mattoso**, José (1988). *(A) Escrita da História - teoria e métodos*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Mesquita**, Mário (2003). *O quarto equívoco – O poder dos media na sociedade contemporânea*. Coimbra: Minerva (Coleção Minerva Ciências da Educação). ISBN 972-798-083.
- Monteiro**, Paulo (1994). *O eterno mito do Retorno*. Oeiras: Celta Editora.
- Morgan**, David (1993). *Qualitative content analysis: a guide to paths not taken*. Qualitative Health Research, Vol. 3, Nº 1, February 1993. London: Sage Publications. Pp. 112-121.
- Moscovici**, Serge (1996). *The invention of society – Psychological explanations for social phenomena*. Cambridge: Polity Press.
- Oliveira**, César (1996). *Descolonização (74-76)*. Lisboa: Edições Cosmos. ISBN 972-762-021-3.
- Oliveira**, Nelson Clemente (2008). *A integração dos “retornados” no interior de Portugal: o caso do distrito da Guarda*. Comunicação ao VI Congresso Português de Sociologia – Mundos Sociais: Saberes e Práticas, 25 a 28 de junho de 2008.
- Ovalle-Bahámon**, Ricardo (2003). *The wrinkles of Decolonization and Nationness: white Angolans as retornados in Portugal*. In Smith, Andrea L. (ed.). *Europe’s Invisible Migrants*. Amsterdam: Amsterdam University Press. Pp. 147-168.
- Peixoto**, Carolina (2011). *A mídia portuguesa e o retorno dos nacionais*. Tese de doutoramento (ensaio). Centro de Estudos Sociais. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Pinto**, António e **Lloyd-Jones** Stewart (ed.) (2003). *The last empire – Thirty years of portuguese decolonization*. Bristol: Intellect Books (Cultural Studies). ISBN 1-84150-109-3.
- Pinto**, António Costa (2001). *O Fim do Império Português*. Lisboa: Livros Horizonte, Lda. ISBN 972-24-1147-0.

- Pinto**, Cláudia Sofia e **Faria**, Susana (1996). *Retornados: identidades de um grupo (in)conformado*. Seminário de Investigação em Sociologia da Cultura. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Pires**, Rui Pena (2003). *Migrações e Integração – Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*. Oeiras: Celta Editora. ISBN 972-774-185-1.
- Pires**, Pena; **Maranhão**, Maria José; **Quintela**, João P.; **Moniz**, Fernando e **Pisco**, Manuel (1984). *Os Retornados – um estudo sociográfico*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Potter**, Jonathan (2004). *Representing reality: discourse rhetoric and social construction*. London: Sage Publications.
- Pottier**, Bernard (2001). *Représentations mentales et categorizations linguistiques*. Louvain - Paris: Éditions Peeters. ISBN 2-87723-554-8.
- Quijano**, Aníbal (2003). *Colonialidad del poder, eurocentrismo Y América Latina*. In Edgardo Lander (comp.), *La Colonialidad del Saber: Eurocentrismo Y Ciencias Sociales*. Buenos Aires: CLACSO. ISBN 950-9231-51-7. Pp. 201-246.
- Queirós**, Luís Miguel (2008). *O Primeiro de Janeiro – Um jornal de cultura perto do fim*. Jornal Público. <https://www.publico.pt/temas/jornal/o-primeiro-de-janeiro-um-jornal-de-cultura-perto-do-fim-271144>. Página consultada a 25 de agosto de 2016.
- Rebelo**, José (2002). *O discurso do jornal: o como e o porquê*. Coleção Media Sociedade. Lisboa: Editorial Notícias. ISBN 972-46-1143-4.
- Ribeiro**, General Gonçalves (2002). *A vertigem da descolonização*. Lisboa: Editorial Inquérito. ISBN 972-670-399-9.
- Ribeiro**, Raquel (2010). *Os retornados estão a abrir o baú*. Artigo publicado na revista Ípsilon, jornal Público, 13 de agosto de 2010. Pp. 6-12.
- Santos**, Artur Filipe (2016). *História dos Jornais do Porto*. <http://www.slideshare.net/arturfilipesantos/histria-dos-jornais-portuense> Página consultada a 25 de agosto de 2016.
- Santos**, Boaventura de Sousa (1992). *O Estado e a Sociedade em Portugal: 1974-1988*. Porto: Edições Afrontamento. ISBN 972-36-0241-5.

- Savarese**, Éric (2007). *Algérie, la guerre des mémoires*. Paris: Éditions Non Lieu. ISBN 978-2-35270-016-6.
- Scioldo-Zurcher**, Yann (2010). *Devenir métropolitain – Politique d'intégration et parcours de rapatriés d'Algérie en métropole (1954-2005)*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales.
- Scudder**, Mark F. (2009). *The decolonization of Algeria – Defining French Identity as Difference*. University of Virginia. Politics Graduate Conference. 16 de Março de 2009.
- Shanon**, Benny (1993). *The representational and the presentational – an essay on cognition and the study of mind*. London: Harvester Wheatsheaf. ISBN 0-7450-1095-4.
- Shipway**, Martin (2008). *Decolonization and its impact – A comparative approach to the end of the colonial empires*. Oxford: Blackwell Publishing. ISBN 978-0-631-19968-7.
- Silva**, A. E. Duarte Silva (1997). *A Independência da Guiné-Bissau e a descolonização portuguesa*. Porto: Edições Afrontamento. ISBN 972-36-0424-8.
- Silva**, Ricardo (2015). *A tragédia dos pieds-noirs*. Artigo publicado na revista Visão História, Nº 32, dezembro de 2015. Pp. 80-81.
- Simões**, Pedro Olavo (2015). *Retorno a um lugar estranho*. Artigo publicado na revista História, Jornal de Notícias, novembro de 2015. Pp. 30-37.
- Sousa**, Pedro Diniz (2003). *A dramatização na Imprensa do PREC*. Coimbra: Edições Minerva. ISBN 972-798-081-3.
- Tengarrinha**, José (2006). *Imprensa e opinião pública em Portugal*. Coleção Minerva Ciências da Educação. Coimbra: Minerva. ISBN 972-798-166-6.
- Tengarrinha**, José (1965). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Portugália Editora.
- Thorn**, Gary (2000). *End of empires: European Decolonization (1919-80)*. London: Hodder & Stoughton. ISBN 0-340-73004-7.
- Twaddle**, Michael (1994). *British Nationality Law, Commonwealth immigration and the ending of British Empire*. In Miège, Jean-Louis et Dubois, Colette (ed.) (1994). *L'Europe retrouvée. Les migrations de la décolonisation*. Paris: Éditions L'Harmattan. ISBN 2-7384-3135-6. Pp. 35-48.

Veiga, A. César (1949). *A cultura do Preconceito e a experiência sociológica*. Volume I. São Paulo – Belo Horizonte: Paulo de Azevedo, Lda.

Vieira, Susana Patrícia de Oliveira (2013). *Vindos de África: «retornados» e «desalojados» em Braga*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Sociais. Universidade do Minho.

Weber, Robert Philip (1990). *Basic content analysis*. Series - Quantitative applications in Social Sciences, Nº 07-49. London: Sage Publications. ISBN 978-0-8039-3863-2.

Winock, Michel (1999). *La France en Algérie . Cent trente ans d'aveuglement*. Dossier "Les derniers jours de l'Algérie française". L'Histoire, nº 231, Avril 1999. Pp. 36-47.

Anexos

- Anexo 1 – Notícias do *Corpus* & Cronologia Básica
- Anexo 2 – Listagem de fotos publicadas no *Corpus*